

OS POTES *MARTABÁ*

- CONTRIBUTO PARA O SEU CONHECIMENTO-

Sara Teixeira Simões

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

SETEMBRO 2009



AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este resulta não só do nosso esforço, mas também do contributo de muitas Instituições e pessoas às quais não poderia deixar de agradecer.

Assim, em primeiro lugar agradeço à Prof.^a Doutora Rosa Varela Gomes pela orientação desta dissertação.

Ao Museu Nacional de Arte Antiga, na pessoa da então directora Dr.^a Dalila Rodrigues, pela autorização concedida para o estudo do espólio. Agradecemos também à Dr.^a Maria Antónia Pinto Matos e à D. Graça Lima, por toda a disponibilidade e apoio durante as tarefas desenvolvidas no MNAA.

À Câmara Municipal de Peniche, na pessoa do Dr. Rui Venâncio, arqueólogo do Museu Municipal da Autarquia.

À Câmara Municipal de Cascais na pessoa do Dr. Paulo Pereira, responsável pelo Núcleo de Etnologia, e da Dr.^a Susana Pombal, responsável do Sector de Inventário, ambos da Divisão de Museus desta Autarquia.

À DANS, na pessoa do seu director, Dr. Francisco Alves e ao Dr. João Coelho, por todo o apoio concedido durante o estudo do espólio que integra as colecções desta Instituição.

À Dr.^a Jacinta Bugalhão, directora científica da intervenção arqueológica do Mandarim Chinês, em Lisboa.

Ao Dr. Rodrigo Banha da Silva, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL e arqueólogo do Museu da Cidade de Lisboa e à Dr.^a Cristina Nozes, também arqueóloga deste museu, por todas as informações disponibilizadas.

Ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira na pessoa da sua directora, Dr.^a Graça Nunes e ao Dr. João Pimenta e Dr. Henrique Mendes, arqueólogos desta Autarquia pela disponibilidade e apoio prestado.

Um agradecimento ainda à Vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e à Dr.^a Marissol Ferreira, arqueóloga do Museu Pedro Nunes de Alcácer do Sal.

Ao Dr. Severino Rodrigues por me continuar a incentivar, a disponibilizar o seu tempo e paciência e por tudo o que com ele tenho aprendido.

Ao Dr. Eurico Sepúlveda pela habitual disponibilidade e ensinamentos constantes.

À Rita por toda a ajuda e pelos melhores incentivos morais que eu conheço! À Sarita pelo entusiasmo, pelas horas de trabalho conjunto e pela partilha de paixões. À

Diana pelo apoio e, simplesmente, porque sim. Ao André por estar sempre presente, por todas as conversas, ajuda e motivação constantes.

A todos os meus Amigos cujo nome não é aqui citado, mas que sabem que este trabalho é também o resultado de toda uma partilha e companheirismo. A todos o meu sincero obrigada!

Não poderia deixar de agradecer à minha Mãe pelo apoio incondicional e a toda a Família a quem devo um obrigada gigante por tudo e mais alguma coisa.

ÍNDICE

1. Introdução e Objectivos	1
1.1 Metodologia	6
1.2 Os contentores de transporte marítimo na Época Moderna	12
2. Estado da Questão	21
2.1 Enquadramento histórico	35
2.2 Problemáticas	44
2.2.1 A definição de <i>martabã</i>	44
3. Os potes <i>martabã</i>	61
3.1 Contextos	62
3.2 O conjunto de potes <i>martabã</i> provenientes de contextos arqueológicos (terrestres e subaquáticos)	67
3.3 O conjunto de potes <i>martabã</i> provenientes de contextos museológicos	78
3.4 Materiais de fabrico, formas, técnicas de manufactura e funcionalidade dos elementos formais	83
3.5 Decorações, simbologia e representações	97
3.6 Paralelos e integração cultural	100
Conclusões	103
Bibliografia	115
Anexos I	i
Anexos II	ii
Estampas	iii

RESUMO

OS POTES *MARTABÃ* – CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

SARA TEIXEIRA SIMÕES

PALAVRAS-CHAVE: Época Moderna, Arqueologia da Expansão, *martabã*, pote, contentores de transporte, conceito, convergências culturais.

No presente trabalho dedicar-nos-emos ao estudo dos potes de tipo *martabã*, contentores de origem asiática cuja chegada à Europa se insere no contexto das novas dinâmicas das viagens de expansão ultramarina durante a Época Moderna.

Através da análise de espólio de contextos arqueológicos e museológicos e da interpretação das fontes escritas, pretendemos perceber as características definidoras de um *martabã*. Procuraremos concretizar o nosso objectivo final de redefinir o conceito de *martabã*, clarificando-o e tornando-o mais aplicável, de um ponto de vista formal e funcional.

ABSTRACT

THE *MARTABAN* JARS – A CONTRIBUT TO THEIR STUDY

SARA TEIXEIRA SIMÕES

KEYWORDS: Modern Ages, Archeology of the Portuguese expansion, *martaban*, jar, transportation containers, concept, cultural convergences.

In this research we will focus on the study of *martaban*-type jars, Asian containers that arrived in Europe along with the new dynamics brought by the Portuguese overseas expansion travels during the Modern Ages.

Through the analysis of archeological and museological items as well as the interpretation of written sources we intend to understand the defining characteristics of a *martaban* jar. Our main purpose is to redefine the concept of *martaban* jars, clarify it and enhance its applicability from a formal and functional point of view.

1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

A História do nome das coisas é parte integrante da própria história das coisas. Por vezes, ensina-nos até a seu respeito pormenores insuspeitados que por outra via não poderíamos conhecer. (THOMAZ, 1999, p.10)

As frases de Luís Filipe Thomaz (THOMAZ, 1999, p.10), embora aplicadas às especiarias, poderiam sê-lo à própria palavra *martabã*. Desde o primeiro momento em que nos dedicámos ao estudo dos potes *martabã*, o seu termo constituiu objecto de grandes interrogações, ao mesmo tempo que sempre nos pareceu ser ponto de chegada a muitas dessas mesmas interrogações. A palavra *martabã* deriva do nome do porto de Martabão, no antigo Reino do Pegu, ponto de convergência de rotas comerciais no Extremo Oriente, local de passagem obrigatória de mercadores e navegadores europeus desde o século XVI. Desde então esta cidade portuária era conhecida pelo seu intenso comércio e famosa pelas *grandes jarras de barro* (LINCHOSTEN, 1997, p.112) cuja memória ficou impressa em muitos relatos de viajantes que visitaram essas paragens. Foi assim que o porto de Martabão deu nome aos potes que aqui estudamos, conhecidos como *martabãs*. Todavia, o nome alargou-se, passando a ser aplicado a diversos tipos de potes e chegando aos nossos dias envolto em várias dúvidas quanto ao processo de evolução do termo e, consequentemente, das peças que podemos considerar, de facto, um *martabã*.

Mas para tal, teríamos que procurar fazer uma *história* do próprio nome, procurar perceber de que modo evoluiu até aos nossos dias, de certa forma desmontar ideias pré-concebidas e, então, perceber que características um pote deverá ter para que o possamos designar de *martabã*.

E assim chegámos à dissertação que aqui apresentamos, sob o título *Os potes martabã – contributo para o seu estudo*, realizada no âmbito do Mestrado de Arqueologia, sob orientação científica da Prof.^a Doutora Rosa Varela Gomes.

Trata-se da análise de alguns conjuntos de potes e fragmentos de potes *martabã*, ou possíveis *martabãs*, provenientes de contextos arqueológicos e museológicos numa região alargada em torno de Lisboa: da escavação arqueológica do Mandarim Chinês – Rua Augusta, da intervenção arqueológica urbana do Largo do Chafariz de Dentro – Alfama, da intervenção na presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires*, integrada no Projecto de São Julião da Barra bem como das colecções do Museu Nacional de Arte Antiga, das colecções

municipais de Cascais e Peniche e de um exemplar do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Para um maior entendimento das opções tomadas ao longo da elaboração deste trabalho, começaremos por apresentar o subcapítulo 1.1, a Metodologia. Nele daremos a conhecer ao leitor as linhas metodológicas ao longo do processo de estudo do material e redacção do trabalho, designadamente as que se prendem com a terminologia utilizada para as peças em estudo, a forma como procedemos à análise do espólio, à descrição das peças e organização do próprio catálogo, ou mesmo a metodologia adoptada sempre que a transcrição de documentos foi necessária.

Iniciaremos, então, a viagem pela *história dos martabãs* fazendo uma síntese ao estado da questão, no capítulo 2, procurando conhecer o que tem vindo a ser estudado no âmbito dos potes *martabã*, o que se sabe acerca das suas características formais, cronologias, locais de origem e proveniência e funções a que se destinavam. Faremos um levantamento de alguma documentação coetânea e dos trabalhos que se conhecem acerca dos potes *martabã* e do que se tem escrito sobre estas peças, enquanto contentores, enquanto embalagens e quanto aos conteúdos a que se destinavam. Com base na construção de uma síntese relativa a este tipo de espólio e na organização de um conjunto de problemáticas que se nos afiguram essenciais para o conhecimento das peças em estudo, vamos procurar alcançar um maior entendimento quanto ao conceito aqui tratado.

O espólio a que nos dedicamos nesta dissertação insere-se nas novas dinâmicas de viagens de expansão ultramarina, pelo que enquadrá-los historicamente ao nível das rotas comerciais e impactos da interferência europeia ao nível asiático e europeu se tornou essencial. Foi isso que procurámos fazer no subcapítulo 2.1, dedicado ao Enquadramento histórico. Num segundo momento, a partir de um levantamento bibliográfico exaustivo, elaborámos uma nova alínea com algumas das problemáticas importantes para o conhecimento dos potes de tipo *martabã*. Dedicaremos ainda um outro subcapítulo aos tipos de contentores de transporte marítimo durante a Época Moderna, de forma a compreender de forma mais global o contexto em que os *martabãs* se inserem, enquanto contentores de transporte, e o papel que terão desempenhado enquanto formas de embalagem e transporte de produtos desde o mundo asiático até à Europa.

No capítulo 3 dedicar-nos-emos ao estudo material dos vários conjuntos de espólio. Começaremos por fazer uma abordagem aos contextos gerais onde podemos encontrar potes *martabã*, designadamente contextos arqueológicos de meio terrestre e subaquático, bem como colecções museológicas e colecções privadas. Optámos por incluir neste nosso

trabalho colecções provenientes destes diferentes contextos uma vez que nos parece ser importante não só conhecer a forma como os *martabãs* foram utilizados enquanto objectos utilitários, mas também como se tornaram objectos que, pelo seu cariz exógeno e até exótico face aos objectos do quotidiano europeu, passaram a adquirir valor enquanto objecto de prestígio e peça de arte. Posteriormente organizaremos o espólio proveniente de contextos arqueológicos e as peças de contextos museológicos em catálogos distintos. A análise seguirá o método arqueológico, nomeadamente através da elaboração dos referidos catálogos descritivos do espólio e das decorações, os quais serão acompanhados de registo gráfico e sempre que nos pareceu pertinente com a introdução de registos fotográfico, com a observação das matérias de fabrico, técnicas, formas e funções dos vários elementos formais do espólio. Esta nossa análise procurou conhecer as peças de um modo o mais exaustivo possível, com o objectivo de as integrar em contextos cronológicos e de proveniência, assim como tentar dar resposta a algumas das questões levantadas nos capítulos antecedentes. Entre essas questões, encontra-se a que se prende com o que terá levado à generalização da ideia de que estes potes se destinavam ao transporte de especiarias nas embarcações que regressavam da Ásia.

Partindo do cruzamento de dados obtidos através da análise das fontes escritas e do espólio arqueológico e museológico, vamos procurar dar resposta a um conjunto de perguntas que consideramos essenciais para perceber o que são estas peças. Neste sentido, esperamos poder alcançar um maior entendimento acerca de questões como as que já enunciámos, relacionadas com cronologias e locais de origem e de produção, bem como acerca das funções que desempenhavam quando trazidos desde a Ásia até à Europa. Parece-nos importante também conhecer os contextos de utilização e/ou reutilização após o desembarque das peças. Como afirmámos em linhas anteriores, uma das questões à qual não deixaremos de fazer menção, será a que relaciona estes potes com o transporte de especiarias, uma vez que é habitual encontrarmos escrito que se tratavam de contentores para o transporte destes produtos, apesar de através de exemplos concretos demonstrarmos que as especiarias eram transportadas nas naus em diversos tipos de contentores, panóplia na qual não se incluíam os *martabãs*. Mas se assim é, porque persiste uma espécie de ideia colectiva de que teriam o transporte desses produtos como principal função? Esta é uma análise que pensamos ser interessante e pertinente para compreender se os *martabãs* tiveram algum tipo de impacto ao nível das mentalidades. Este ponto remete-nos ainda para a questão sobre se os *martabãs* desempenhavam uma função que se limitava à de louça de armazenamento, se entre os diversos tipos de peças algumas constituiriam

elementos de prestígio ou ainda se compreendiam as duas funções: a de contentor de produtos sólidos e/ou líquidos e a de elemento decorativo.

Consideramos ainda ser importante procurar entender de que forma estes potes se constituíram como portadores de elementos culturais exógenos, ao difundirem novas formas e temáticas decorativas, inexistentes e desconhecidas no Ocidente até às viagens de contacto com o mundo asiático, perceber se, e de que forma, contribuíram para a convergência de tradições culturais. As primeiras visões do Oriente remetem-nos indiscutivelmente para o exótico, são percepções culturais que veiculam uma imagem do outro repleta de análises etnográficas. Como nos diz João Paulo Oliveira e Costa (COSTA, 2005, p.228), as mercadorias orientais e todas as novidades de Quinhentos, embora não tenham provocado *uma transformação profunda nos hábitos do quotidiano, na época de D. Manuel I: proporcionaram uma consciência do carácter multifacetado das civilizações humanas*. E é de acordo com o que nos diz o autor, que gostaríamos de perceber se, e de que modo, estas peças foram também elas exemplo de exotismo e, desse modo, portadoras de novos elementos culturais e contacto com o outro.

Todas estas questões nos parecem fundamentais para um melhor entendimento do que são os *martabãs*. O contacto com estas peças, com os documentos que as referem e a elas se dedicam, levou-nos a entender que o termo *martabã* contém em si toda uma representação abstracta que é necessário definir e compreender antes de ser aplicado. Isto é, qualquer uso do termo *martabã* deverá constar de uma redefinição prévia. É nesta questão que a nossa proposta de investigação se pretende centrar. Trata-se de um termo habitualmente aplicado a potes de origem oriental de Época Moderna, mas sem uma definição conclusiva. Importa ainda salientar que essa análise de conceito será a do ponto de vista de um ocidental, uma vez que ao tentarmos dar resposta às questões já enunciadas, ao procurarmos explicar a sua origem e existência estaremos a seguir um caminho interpretativo do pensamento de um europeu. Vamos procurar perceber de que forma os europeus da era de Quinhentos olharam e perceberam estes objectos e como o termo foi evoluindo ao longo dos séculos, até à actualidade. E é recorrendo à análise das fontes escritas e materiais que vamos pensar e tentar clarificar o conceito de *martabã*, procurando concretizar o objectivo final de redefinir esse mesmo conceito.

A análise das fontes escritas, do que se conhece sobre os potes *martabã* e o cruzamento dos dados documentais com o resultado da análise do espólio terá o principal objectivo de perceber as características de um *martabã* e conhecer o tipo de peças a que, de facto, podemos aplicar este termo. O caminho que aqui nos propomos percorrer é o da

análise do conceito de *martabã*, tendo como ponto de chegada desejado a redefinição desse mesmo conceito.

No capítulo 4, é isso mesmo que tentaremos fazer. Concluiremos o trabalho com um balanço final das múltiplas interrogações que ao longo do texto se foram adensando, procurando ensaiar caminhos de resposta. Tal exercício conduzir-nos-á a reequacionar o próprio conceito de *martabã*, redefinindo-o teoricamente e moldando-o de forma a ser aplicado a futuras investigações sobre o tema.

1.1 METODOLOGIA

O trabalho agora apresentado resulta de um conjunto de várias fases de análise. Assim, com vista a alcançar o objectivo principal desta dissertação, o de apresentar a proposta de **redefinição do conceito de *martabã***, a metodologia de trabalho dividiu-se essencialmente em duas grandes fases: primeiro, uma abordagem mais teórica sobre o termo e conceito de *martabã* de acordo com o que as fontes escritas documentais nos dizem, bem como os trabalhos científicos existentes sobre este espólio. Numa fase seguinte, a nossa análise centrou-se na observação directa do espólio, através do estudo das colecções arqueológicas e museológicas de alguns *martabãs*.

Como já demos a conhecer em páginas anteriores, chegamos a este tema de dissertação devido a um trabalho por nós já defendido como trabalho final da Licenciatura em História, variante de Arqueologia, *Os martabãs do Museu Nacional de Arte Antiga – contributo para o estudo do transporte de especiarias em Época Moderna* sob orientação da Prof^a. Doutora Rosa Varela Gomes. Uma vez que, nesse momento, muito ficou por conhecer, muitas perguntas foram colocadas mas poucas as respostas dadas, considerámos interessante, e importante para o conhecimento da cultura material, do quotidiano e das realidades cognitivas do período de Expansão ultramarina dos Séculos XVI e XVII dar desenvolvimento ao estudo. Aquele primeiro trabalho teve como eixo central o estudo de um conjunto museológico de nove peças, pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, ao qual acrescentámos também três outras peças, provenientes do Museu Municipal de Peniche e das colecções da Câmara Municipal de Cascais. Na dissertação que agora apresentamos, estas mesmas peças continuaram a ser incluídas e a constituir parte essencial da análise. Acrescentamos, ainda uma peça pertencente à colecção museológica do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Contrariamente ao que aconteceu anteriormente, agora incluímos também espólio proveniente de contextos arqueológicos da cidade de Lisboa, designadamente das escavações do Mandarim Chinês e da intervenção arqueológica no Largo do chafariz de Dentro, pertencentes ao Museu da Cidade de Lisboa.

O espólio estudado pretendeu servir como uma amostragem centrada na presença destes objectos numa região alargada em torno de Lisboa. Tomando esta cidade como o ponto central, são áreas onde foi possível determinar a existência de potes deste tipo, não se tratando de um critério de escolha baseado em nenhum perfil administrativo. Por outro lado, importa referir que entrámos em contacto com outros museus mas que, talvez por

desconhecimento quanto ao tipo de espólio, não obtivemos resposta ou não nos foi facultado o seu estudo. Abarcámos diversos contextos que nos parecem exemplificativos das proveniências possíveis dos *martabãs*. Incluímos então, potes de contextos museológicos e conjuntos provenientes de contexto arqueológico terrestre e subaquático.

Como terminologia para o espólio que aqui tratamos, optámos por utilizar a designação de *pote*.

Embora nas fontes coevas que conhecemos¹ as designações utilizadas sejam, na maioria dos casos, *jarra* e *jarras* (e por uma vez, *talhas* e *vasilhas*) decidimos não utilizar neste trabalho nenhuma delas. Esta escolha prendeu-se sobretudo, com o facto de, não só se ter generalizado a denominação de *pote* a estas peças, como por aquilo que hoje consideramos um *martabã* se encontrar muito mais próximo do que se entende por pote do que o que se entende por jarra. O que actualmente consideramos uma jarra, está bastante mais longe do que poderá definir estas peças do que a designação *pote*.

Importa ainda referir que, ao longo do texto, poderemos referir-nos ao espólio estudado, para além de pote/potes, também como *martabãs* ou mesmo *potes martabã*, fruto de uma vulgarização destas mesmas designações.

Assim, teremos como referência a caracterização formal de pote apresentada por Rosa Varela Gomes na obra *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura* (GOMES, 2002, p.40), embora a autora o faça aplicado a contextos de Período Medieval Islâmico. Desta forma, por *pote* se entende um *Recipiente baixo, com forma globular, assente em base planas (...) vasilhas, de dimensões médias*. A autora admite ainda a grande variação formal que caracteriza estas peças, tendo sido esta uma das razões pelas quais considerámos que *pote* seria uma denominação adequada.

Para identificação das peças optámos, sempre que possível por manter o número de inventário atribuído pelas Instituições e investigadores. Assim, a identificação do espólio será feita ao longo do trabalho começando sempre pelas letras referentes às Instituições, locais e escavações arqueológicas de onde são provenientes: MNAA (Museu Nacional de Arte Antiga), MP (Museu de Peniche), FL (Fortaleza da Luz), E (correspondendo à Colecção Etnográfica do Museu de Cascais), LCD (Largo do Chafariz de Dentro), SJB (São Julião da Barra), MC/LX (Mandarin Chinês/Lisboa) e MMVFX/s.r. (sem referência) (Museu Municipal de Vila Franca de Xira). Por vezes seguir-se-á um conjunto de três letras, abreviando a palavra *inventário* e estarão sempre presentes um ou vários dígitos que

¹ Sobre este assunto desenvolveremos mais à frente no nosso trabalho, nos capítulos referentes ao Estado da Questão e Problemáticas.

correspondem ao número de inventário, por exemplo: MNAA Inv: 5580, à excepção da peça pertencente ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira que não tem número de inventário da Instituição mas que, por ser o único exemplar deste museu a integrar o presente trabalho, apenas será identificado com as iniciais do referido museu. No caso do espólio proveniente do Largo do Chafariz de Dentro, apresentará ainda um conjunto de dois números que correspondem à data da exumação dos fragmentos, por exemplo: LCD/07, Inv.6.

Sempre que necessário, procedemos à lavagem dos fragmentos, colagem e à reconstituição das peças.

Inventariámos todas as peças e fragmentos estudados e foi feito o registo gráfico dos mesmos. No caso das peças provenientes de São Julião da Barra apenas descrevemos e desenhámos os artefactos que ofereciam possibilidade de reconhecimento de forma ou aqueles cujas decorações e características particulares considerámos relevantes para a compreensão deste espólio. Procedemos à contagem dos restantes fragmentos, descrição das pastas e vidrados, porém, não retirámos as medidas dos mesmos por não considerarmos relevante, uma vez que a contagem pretende ser apenas uma amostra das peças existentes e indeterminadas no conjunto.

No que diz respeito ao registo gráfico, por não se tratar de uma análise tipológica de cerâmicas, mas sim de um estudo específico de peças que ainda se encontram pouco conhecidas e pouco divulgadas, optámos por não executar o registo gráfico através de desenho esquemático. Assim, os desenhos realizados procuram representar a peça real, com todos os seus pormenores, incluindo deformações e assimetrias, uma vez que este tipo de figuração nos poderá permitir interpretar de forma mais correcta as especificidades do conjunto.

No caso concreto do pote pertencente ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira, devido ao tamanho e peso da peça, não se procedeu à colagem dos fragmentos. A colagem de toda a peça exigiria um processo de limpeza, consolidação e colagem através de cola e “gatos” metálicos, algo para o qual não temos competências. Por outro lado, à data de realização deste trabalho, os profissionais da área de conservação e restauro da autarquia também não se encontravam com os meios técnicos e tempo disponíveis para o fazer. Desta forma, para o registo gráfico optámos por desenhar a peça somente a partir de um dos perfis.

O diâmetro dos fragmentos de parede, foi reconstituído a partir do arco de círculo conservado, nomeadamente a partir das estrias de modelação internas, uma vez que assumimos tratar-se de uma forma inscrita num sólido de revolução.

O desenho das peças foi feito em tamanho real, num suporte vegetal, utilizando nível de bolha, fita métrica e, sempre que possível, craveira, pente-de-perfis e compasso de pontas curvas. Numa segunda fase, procedeu-se à passagem a tinta-da-china, de cor preta do registo em grafite, utilizando canetas de diferentes grossuras de traço e posteriormente à redução dos desenhos a uma escala maior.

Para o desenho dos motivos decorativos, recorremos a papel de acetato maleável, que nos permitisse contornar a peça na totalidade e realizar os decalques das decorações com a máxima precisão. Uma vez que se tratam de peças com grande profusão decorativa, os motivos que não eram visíveis na representação da face escolhida foram apresentados planificados, exteriores ao desenho da peça.

Desta forma, optámos por organizar o inventário em dois pontos: um referente ao catálogo descritivo das características morfológicas e tipológicas; outro destinado exclusivamente aos motivos decorativos.

No primeiro, cada peça apresentará descrição formal e da pasta em que foi fabricada, do vidrado e da decoração que oferece. As principais medidas serão apresentadas reduzidas a metros. Serão incluídas as descrições de particularidades de cada artefacto, nomeadamente defeitos que ostentem, estado de conservação ou mesmo se foram alvo de trabalhos de conservação e/ou restauro. As descrições serão antecedidas do histórico das peças, onde constará a proveniência e data de incorporação nos acervos dos museus, assim como a forma como as peças integraram as colecções das Instituições. As respectivas fotografias e desenhos acompanham cada descrição.

A observação das pastas foi feita através de lupa de mão, de 20x. Apenas em caso de dúvida e só nas peças onde tal era possível recorreremos à lupa binocular, com ampliação de 140x.

As pastas serão descritas através da classificação dos seus elementos constituintes, nomeadamente elementos não-plásticos, do seu grau de homogeneidade e dos níveis de compactação.²

A textura foi classificada da seguinte forma:

² Para a descrição das pastas optámos por seguir a organização apresentada pela Profª. Doutora Rosa Varela Gomes na obra *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, pp.44-45.

- muito homogéneas e compactas quando apresentam elementos não plásticos de grão finíssimo ou muito fino, de dimensões inferiores a 0,5 mm;

- homogéneas e compactas quando possuem elementos não-plásticos de grão médio, de dimensões variáveis entre 0,5 mm e 1,0 mm;

- pouco homogéneas e pouco compactas quando os elementos não-plásticos constituem grão grosseiro, de grandes dimensões.

Os núcleos das paredes das peças também serão discriminados, quer quanto aos ambientes de cozedura, quer quanto aos ambientes de arrefecimento.

Assim, serão consideradas peças sujeitas a cozedura oxidante quando o núcleo e as superfícies apresentam coloração avermelhada e cozidas em ambiente redutor, com cores escuras. Podem ainda ter sofrido no interior do forno cozedura redutora e, posteriormente, arrefecimento oxidante, conferindo ao núcleo colorações escuras e às superfícies cor avermelhada; também a situação inversa poderá ser considerada.

As peças serão descritas, igualmente, no que se refere aos tratamentos dados às superfícies. Aqui, considerámos a existência de vidrado, aguadas e brunido.

O vidrado poderá cobrir total ou parcialmente a peça e ser aplicado no interior e/ou no exterior da mesma. De um modo geral pode ser considerado elemento impermeabilizador ou como elemento decorativo.

O vidrado será classificado de acordo com as suas tonalidades, grau de adesão à peça, opacidade e brilho.

As aguadas consistem na aplicação de cobertura com um corante muito diluído e apresentando uma cor que geralmente difere da cor da pasta.

O acabamento brunido é uma técnica que se utiliza para tornar as superfícies das peças lisas e brilhantes, obtida através da passagem de um seixo sobre a peça de barro antes de ser cozida, tornando-as polidas e com brilho.

No que respeita às técnicas decorativas, considerámos uma canelura quando se trata de marcas horizontais ou verticais realizadas manualmente ou com um objecto afiado, na superfície exterior da peça; uma incisão, uma forma de adorno efectuada com um objecto de ponta aguçada mais fina que possibilita a execução de motivos decorativos diversos, podendo variar também a largura e profundidade das linhas; o ressaltos, quando se trata de uma linha horizontal ou vertical relevada. A canelura, as incisões e os ressaltos, são realizadas antes da peça sofrer o processo de cozedura. Por decoração plástica entendemos a aplicação de elementos de carácter geométrico e zoomórfico, realizados manualmente ou a molde e aplicados na peça antes desta ser cozida.

Um outro catálogo destinar-se-á em exclusivo aos motivos decorativos. Neste, para além do registo gráfico e fotográfico, será feita a descrição das técnicas decorativas presentes em cada artefacto.

No que se refere às transcrições de documentos, optámos por transcrevê-los em linha contínua, assinalando o final de fólio e de verso por um traço oblíquo. Respeitámos igualmente a morfologia do documento, conservando o uso das consoantes e vogais, bem como o das maiúsculas e minúsculas. Mantivemos a pontuação original e desenvolvemos as abreviaturas, em *itálico*. As sílabas foram agrupadas de acordo com os critérios morfológicos actuais.

1.2 OS CONTENTORES DE TRANSPORTE MARÍTIMO NA ÉPOCA MODERNA

No capítulo que agora se inicia, vamos fazer uma abordagem geral às formas de contentorização utilizadas nos transportes marítimos, na Europa, durante a Época Moderna. Esta opção deve-se sobretudo à impossibilidade de fazer um estudo particular e aprofundado sobre todos os tipos de objectos que serviam para transporte e contentorização de géneros alimentares, líquidos e sólidos, durante este período.

Desde os vasos de provisões pré-históricos, passando pelos *pithoi* gregos, pelos *dolia*, por todo o conjunto anfórico romano, pelas grandes talhas islâmicas, longa é a tradição mediterrânea de contentores de cerâmica destinados ao comércio marítimo de produtos líquidos e sólidos até à Época Moderna.

Em primeiro lugar, importa perceber o que se entende por contentor durante este período e afirmar, antes de mais, que contentor se trata de um conceito da contemporaneidade que aqui aplicamos à modernidade. Assim, de uma forma geral, por contentor entendemos tudo aquilo que servia para guardar produtos no interior. Habitualmente associamos os contentores a formas cerâmicas de grandes dimensões, tais como potes, bilhas ou talhas. Contudo, devemos considerar também os objectos fabricados em materiais perecíveis como as madeiras e os tecidos, nomeadamente caixas, pipas ou sacas.

Depois de termos visto o que significa um contentor na Época Moderna, vamos agora ver o que nos podem dizer alguns documentos coevos, principalmente listagens de taxas alfandegárias, acerca da temática.

No que se refere à Época Moderna, a informação relativa à forma como as mercadorias eram transportadas durante as viagens marítimas encontra-se disponível na documentação coetânea, bem como nos trabalhos de âmbito historiográfico.

No conjunto de documentos pertencentes à Feitoria de Antuérpia e existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT, Mf.7324 P.), encontram-se registadas listas de taxas alfandegárias a aplicar aos produtos que davam entrada neste interposto comercial no final do século XVI e inícios do século XVII:

Em 4 dias do mez de dezembro deste anno de 1590 Se ajuntárao / em casa do senhor fernao Xirmenes o ditto senhor e o senhor Manuel / Teixeira consúles e assy os senhores deputados abaxo

assinados / de commum acordo se fez a taxacao das mercadorjas abaixo a por / ella se pagar o Tributo da Nacao das de principio deste anno / 1590 e adiante (...) (IANTT, Mf.7324 P., fl. 172).

De acordo com a documentação consultada, a maioria das cargas eram transportadas em contentores fabricados com materiais perecíveis e as diferentes formas de embalagem e acondicionamento dos produtos demonstram que não existia uma regra instituída. Verificamos que as cargas, de um modo geral, eram transportadas e acondicionadas em cestos, cestas, canastras, fardos, sacas, caixas e peças de tanoaria³ como barris, pipas e tonéis. Os produtos transportados no seu interior constituíam, também eles, um conjunto bastante vasto.

Em canastras, cestos e cestas⁴, recipientes fabricados com fibras vegetais, nomeadamente vime, podiam ser transportados produtos como pau-brasil, especiarias ou sal: *brazil pao (...)* o cesto; *canella huma canastra pequena ou grande* (fl.157); *pau do algarue hua cesta* (fl.158); *sal hum Cesto; canastra da ditto* [canela do Ceilão] (fl.172).

Alguns produtos eram embalados em fardos⁵, o que devido à sua moldabilidade, facilitaria a arrumação nas embarcações: *canella um fardo; crauo um fardo* (fl.157); *Macias hum fardo* (fl.157 v.); *Seda ditto* [da China] *hum fardo* (fl.158 v.). As sacas, fabricadas em tecido, constituíam uma forma corrente para embalagem de diversos produtos sólidos, devido ao seu carácter bastante moldável e, por isso, de fácil acondicionamento. Por outro lado, após a leitura dos documentos, verificamos que são as especiarias os produtos maioritariamente transportados desta forma: *cardamomo hua hua saqua; crauo hua saqua; cominho hua saqua* (fl. 157); *Erba doce hua saca; Gengebre hua saqua; grao rodante hua saqua; graixa de barbarja saca* (fl. 157 v.); *noz moscada hua saqua; pimenta da Jndja hua saqua; pimenta da Jndia hua saqua* (fl. 158); *Saqua de gimzenbre da Jndia; Crauo cada (...)* saquia (fl. 172); *saquia d enys; saqua de pimenta* (fl. 172 v.).

O caso específico do transporte de especiarias foi por nós já amplamente abordado no trabalho *Os martabãs do Museu Nacional de Arte Antiga – contributo para o estudo do transporte de especiarias em Época Moderna*, ao longo do qual mostrámos que estes produtos, tal como aqueles que temos vindo a referir neste capítulo, eram transportados em embalagens e contentores de materiais perecíveis e não em peças de cerâmica, como potes *martabã*. Num outro documento consultado e também apresentado no referido trabalho, *o Regimento sobre o largar do trato da pimenta e especiarias e dos direitos que hao de pagar na casa da jndia*, datado do ano

³ A tanoaria diz respeito ao fabrico de vasilhas em madeira.

⁴ CESTA. *Vaso de vimes tecidos huns com outros, que quando he grande e fundo se chama Cesto.* (BLUTEAU, 1712, p.486).

⁵ FARDO. (...) *he huma sacca, ou sacco grande cheo de Arroz, &c.* (BLUTEAU, 1638, p.35).

de 1570 e existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (Biblioteca Nacional, Manuscritos, Cod. 11410), verificámos uma preocupação com a forma como as especiarias eram embarcadas, o que certamente não será estranho, dado que constituíam uma das principais cargas das naus da Carreira da Índia, ocupando uma grande percentagem do espaço: *Ey por bem e meu serviço, e ao Veedor de minba fazenda nas ditas partes a que perten - / çer encomendo e mando que de ordem na embarcação e gasalhado⁶ da pimenta / e mais espeçearias de maneira que possão Vir bem acondicionadas, e se não mistu - / rem com as outras, e não aja nisso embaraço nem duvida antre as partes, nem reçe - / bão por essa causa perda algũa em suas fazendas e Vera se emformara se Vem as Naos / bem carregadas, e fara fazer hum caderno* (fl. 44).

Apesar de se verificar uma clara preocupação com o bom acondicionamento das especiarias, para que estas não se misturassem umas com as outras, essa mesma preocupação, de acordo com o documento, não se devia apenas a uma necessidade de manutenção das propriedades dos produtos ou para evitar a deterioração dos mesmos. Devia-se principalmente a questões económicas, uma vez que era necessário que não se misturasse a carga do navio com as fazendas da equipagem, a fim de evitar problemas relacionados com os direitos e pagamentos.

Por serem embaladas em contentores construídos em materiais perecíveis, como nos indica o conjunto de listas de taxação dos produtos na Feitoria de Antuérpia, as especiarias estariam sujeitas a humidades e escorrências, próprias dos porões das embarcações, o que é comprovado no mesmo *Regimento sobre o largar do trato da pimenta e espeçearias e dos direitos que hao de pagar na casa da jndia: e Vindo a pimenta / ou outras espeçearias molhadas, se enxugarão, e depois de enxutos se peça - / rão, e pagarão dellas os dito direitos* (fl.45).

O facto desta questão se encontrar registada em regimento levou-nos desde logo a considerar uma situação habitual e nem por isso prejudicial à qualidade e propriedades dos produtos, já que a solução para o problema se encontrava no enxugar dos mesmos. Apenas mudava o preço e, consequentemente, o valor.

Ainda que os elementos arqueológicos sejam escassos, no decorrer das intervenções arqueológicas realizadas no navio da V.O.C. o *Mauritius*, naufragado em 1609, durante a viagem de retorno da Malásia, verificou-se a existência de um grande carregamento de pimenta (L'HOURLONG, RIETH, 1990, p.67). Juntamente com os grãos de pimenta

⁶ Agasalhados, s. m. pl. *Quantitativo de fazendas, que era permitido aos oficiais, marinbagem e gente da equipagem embarcar, para fazer comércio de sua conta.* SILVA, A. M. (1945) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Volume I. Livros Horizonte, p.105.

que se encontravam depositados de forma dispersa na quilha do navio, foi encontrado um conjunto de sacas igualmente mineralizadas com grãos de pimenta.

Estes dados foram essenciais para entender a forma como se processava o transporte marítimo das especiarias. Por outro lado, permitiram mostrar que os potes *martabãs* não teriam como principal função o acondicionamento destes produtos, contrariando a ideia habitual segundo a qual estas peças se destinavam ao transporte de especiarias.

As caixas, contentores fabricados em madeira, seriam uma das formas mais habituais de contentorização e transporte dos produtos durante as viagens ultramarinas. Em caixas, de acordo com as listagens consultadas, eram transportados variados géneros alimentares e objectos. Entre muitos outros, observamos que as especiarias seriam os produtos mais transportados nestes contentores, mas observam-se também, entre outros, as conservas, as lacas ou os tecidos: *canella hua caixa; camfora hum caixao* (fl. 157); *gemgibre disto* [de São Tomé] *hum caixao; (fl. 157 v.); caixa de canella do Seilao* (fl. 172); *Canfora caixa; Cardamomo Caixa* (fl. 173 v.); *Caixa d açúcar da madejra; caxa d açúcar de canaria; caxa d açúcar do Brazil* (fl. 172); *Caixa d algodao do Brazil* (fl. 173); *conserua da Jlba da Madejra hua caixa* (fl. 175); *marmeladas hua caixa* (fl. 157 v.); *Marmeladas hum caixao* (fl. 158); *Lacar de selar hum caixao* (fl. 157 v.); *Rupa da Jnda [sic] húa caixa, Rupa da Jndia hum caixao* (fl. 158); *Seda da Jndia {digo da China} húa caixa; Seda attras ditto da China húm caixao* (fl. 158 v.).

Quanto às peças de tanoaria, serviriam para transportar produtos alimentares, tanto líquidos como sólidos. Para além dos exemplos que já demos, verificamos ainda que os barris, pipas e tonéis eram utilizados para transportar cargas tão variadas como leguminosas, frutos secos, tincal⁷, bem como para géneros líquidos, nomeadamente vinho, vinagre e azeite. Entre os inúmeros exemplos possíveis, damos apenas alguns: *graa rodante hua pipa* (fl.157 v.); *figos hum barrill pequeno e grande, pipa d amendoa* (fl. 172 v.); *pipa de nos* (fl. 399); *Tincar em posta hum baril ou Jara, Tinqar refinado hum barill ou Jara* (fl. 158 v.); *Vinbo de Portugal Madejra e Espanha hum tonell, Vinbo de frança hum tonell, Vinagre hua pipa* (fl. 158 v.); *1 tonel dazeite* (fl. 399).

Os contentores fabricados em madeira constituíam uma das formas mais habituais de transporte de produtos durante as viagens ultramarinas. Para além dos produtos já

⁷ Tincal: Droga da India. He hum succo concreto, ou sal mineral, que por si mesmo se congela, e fica transparente, como o sal gemma, mas tem maior acrimónia. (...) Cria-se nos contornos de Guzarate, entre Bengala e Cambaia; os Nacionaes lhe chamão tincal, ou tincar. (BLUTEAU, 1721, p.167).

enunciados, eram utilizados ainda para produtos tão variados como sabão, laca, tecidos ou até mesmo búzios: *Sabao de Santo Tome hum barill* (fl. 158 v.); *buzios barrill* (fl. 157).

Verificamos também que as peças de tanoaria transportavam com frequência produtos como as conservas, as marmeladas e o melaço⁸: *1 tonel de melaço* (fl.157 v.); *gemgibre em conserua da Jndia (...) cada baril dele* (fl. 172); *marmeladas hum barill* (fl. 157 v.); *1 barril de gengibre de conserua* (fl. 399).

Num navio da V.O.C., o *Risdam*, naufragado na costa da Malásia em 1727 (GREEN, 1986, p.103) todos os artefactos dados a conhecer pelas intervenções arqueológicas estão em conformidade com o que seria o manifesto de carga desta embarcação. Contudo, o autor afirma que o único valor não identificado, mas que se sabe ter feito parte do seu carregamento, foram trinta e cinco barris, ou pipas, com a marca da *Verenigde Oostindische Compagnie*, carregados de gengibre em conserva.

Sobre este assunto, no que se refere à carga da nau *Nossa Senhora da Luz*, (BETTENCOURT, 2008, p.93), o autor escreve: *As referências a peças de tanoaria são menores, embora nos pareça que muitas das peças soltas que aparecem inventariadas estivessem acondicionadas nesta categoria de recipiente*, o que pensamos poder ser uma recorrência habitual da época. Segundo o autor, a documentação consultada confirma que o transporte da carga se fazia recorrendo a contentores construídos em materiais perecíveis, designadamente, em caixas, caixões e cofres, bem como acondicionados em fardos, rolos e pacotes.

Segundo o relato de um autor anónimo, a reutilização de contentores para diferentes produtos era uma prática habitual durante as viagens nas naus da Carreira da Índia, o que, como facilmente se percebe, constituía tão-somente uma questão de adaptação às necessidades: *Em uma viagem que fiz por esses mares foi tal a injúria no provimento que, po não comprarem pipas novas, fizeram aguada em umas que tinham servido de chacinas e salmoiras. E a graça é que alegam ser melhor a água em pipas velhas* (apud FRADA, 1997, p.43). Diz-nos ainda o mesmo autor que a água e os mantimentos deveriam ser acondicionados em vasilhas. E embora não nos diga de que matéria-prima eram fabricadas, presumimos tratarem-se de vasilhas de barro. Porém, as mesmas vasilhas poderiam muitas vezes ser desprovidas dessas suas funções: *Nas armadas e frotas desta coroa sucedem casos notáveis de grandíssimas perdas, por furtarem ou pouparem ninharias. Parece que não vai nada em prover de vasilhas, para os soldados tomarem suas rações de água e mantimentos.*

⁸ O melaço trata-se de uma espécie de mel de cana.

Em Carta Régia da Princesa Margarida de Áustria, dirigida ao Vice-Rei Pedro da Silva, a 26 de Março de 1636 (*apud* FRADA, 1997, p.41), criticando o capitão-mor António Saldanha, adverte da necessidade deste carregar as suas naus com suficiente água doce para as tripulações, a qual deveria ser metida em vasilhas, sobre as quais, uma vez mais pensamos poderem tratar-se de vasilhas de barro.

Quanto ao transporte marítimo em contentores de materiais não perecíveis, nos documentos pertencentes à Feitoria de Antuérpia, aos quais temos vindo a fazer alusão, encontramos quatro referências a *Jara* (jarra): *camfa hum barill ou Jara, conserua da Índia de toda sorte Jara ou baril* (fl. 157); *Tincar em posta hum baril ou Jara e Tinqar refinado hum barill ou Jara* (fl. 158 v.). As poucas vezes em se encontram referências a este tipo de contentores poderá ser um indicador da pouca frequência com que eram utilizados no transporte marítimo.

De igual modo, as tripulações das naus da Carreira da Índia acondicionavam estes alimentos para sua própria alimentação em embalagens variadas: *os Padres iam pela nau e realizavam peditórios a favor dos doentes, recebendo caixas de marmelada, barris de conserva, galinhas, biscoito alvo, passas e dinheiro* (MENEZES, 1987, p.80).

Também nestes casos parece não existir uma forma de contentorização fixa, já que se verifica que o transporte destes produtos se fazia através dos mais variados contentores, tais como tonéis, caixas, caixões e barris.

Após termos feito a análise de algumas fontes documentais pensamos ser importante ver agora o que a arqueologia nos tem vindo a revelar sobre o tema que aqui tratamos.

De facto, conhecer o modo como o transporte marítimo das cargas se fazia durante a Época Moderna afigura-se-nos difícil recorrendo aos dados arqueológicos uma vez que, segundo os documentos existentes, este se fazia quase na totalidade em embalagens e contentores de materiais perecíveis. Seriam, então, poucas as possibilidades de resistirem à passagem do tempo e de, consequentemente, serem encontrados em contextos arqueológicos. No que se refere ao transporte de especiarias, os vestígios arqueológicos são escassos, mas existem alguns casos que contribuem para a confirmação desta realidade: no decorrer das intervenções arqueológicas realizadas no navio da V.O.C. o *Mauritius*. Naufragado em 1609, durante a viagem de retorno da Malásia, verificou-se a existência de um grande carregamento de pimenta (L' HOUR, LONG, RIETH, 1990, p.67) juntamente com os grãos de pimenta, que se encontravam depositados de forma dispersa na quilha do navio, foi encontrado um conjunto de sacas mineralizadas com grãos desta especiaria. Sabemos também que o navio levava um carregamento de *122 tonnes de zīnc* (L' HOUR, M.,

LONG, L., RIETH, E., 1989, p.64), ou seja, estava carregado com 122 toneladas de zinco, ou 122 pipas de zinco. De facto, fica a dúvida quanto à forma como o zinco teria sido acondicionado.

Ainda nesta publicação, os autores dão a conhecer a carga da carraca portuguesa *São António*, tomada em 1906 quando retornava da China (L' HOUR, LONG, RIETH, 1989, p.233-234). Segundo o inventário, a embarcação transportava, entre outros produtos, fardos de cânfora chinesa e de seda, chumbo em caixas, vermelhão⁹ em caixas ou cofres, rolos de vários tecidos e caixas de fio de ouro.

Num outro navio da V.O.C., o *Risdam*, naufragado na costa da Malásia em 1727 (GREEN, 1986, p.103) todos os artefactos dados a conhecer pelas intervenções arqueológicas estão em conformidade com o que seria o manifesto de carga desta embarcação. Contudo, o autor afirma que o único valor não identificado, mas que se sabe ter feito parte do seu carregamento, foram trinta e cinco barris, ou pipas, com a marca da *Verenigde Oostindische Compagnie*, carregados de gengibre em conserva. De acordo com o manifesto de carga, existiriam a bordo barris de gengibre, 40 potes de achar¹⁰, 30 potes de *klak* (possivelmente uma espécie de laca) e 150 potes vazios (GREEN, 1986, p.93). Parte do espólio recuperado no naufrágio é constituído por dois potes em grés (GREEN, 1986, p.100), atribuídos ao Sudoeste Asiático, que o autor afirma poder tratar-se de dois dos contentores de achar ou até mesmo dois dos potes carregados no *Risdam* eles próprios como carga e não como contentor.

De acordo com o estudo realizado ao galeão *San Diego* (DUPOIZAT, 1994, p.172) as carnes e os peixes para serem consumidos a bordo eram conservados em pipas e jarras e o biscoito era acondicionado em sacas. Na lista de carga existe a menção a cinquenta e cinco pipas de água, porém os autores afirmam que os navios espanhóis do Pacífico conservavam a água doce em jarras de terracota asiáticas e não tanto em pipas, onde a água estaria mais sujeita à criação de algas. Escrevem ainda que o azeite e vinagre utilizado para alimentação da tripulação também deveriam ser conservados em jarras. De acordo com Dupoizat (DUPOIZAT, 1994, p.225), a preservação de líquidos a bordo das embarcações, especialmente água doce, devia ser feita, sobretudo, em jarras, dadas as suas características herméticas. Escreve ainda que, segundo o inventário do junco português *São João*, fretado em Malaca em 1512, o óleo de peixe era acondicionado em jarras vidradas. De um modo

⁹ Vermelhão: Pigmento de cor vermelha.

¹⁰ Achar: *é uma conserva de fructas, renovos, bulbos ou risomas de plantas, feita em sal e vinagre* (DALGADO, 1982, p.448).

geral, no século XVII, as mercadorias eram transportadas nas embarcações europeias em várias peças de tanoaria, vários tipos de barris, caixas, de fardos e de pacotes (DUPOIZAT, 1994, p.226). Nos inventários e fontes diversas, as jarras são quase sempre, segundo a autora, mencionadas para o transporte de produtos líquidos, mas algumas vezes existem referências a jarras de arroz, de enxofre e pólvora.

No catálogo *Nossa Senhora dos Mártires: A última viagem* (1998, p.224-225), embora não tenham sido encontrados estes objectos, os autores relacionam a possível carga desta nau com a que se encontra registada no *Livro do Escrivão* da nau *Nossa Senhora da Conceição*, designadamente a presença de barris de água e jarras de azeite.

Um trabalho de investigação nos arquivos coloniais da V.O.C., realizado por Kristof Glamann (*apud* KEAY, 2005, p.310-312), dá-nos a conhecer a carga que transportou o *Ceulen*. Entre outras mercadorias, quando regressava de Batávia para os Países Baixos, em 1697, os registos referem que no porão eram transportadas mil e quatrocentas sacas de salitre (para o fabrico de pólvora), *trinta e dois barris [?] cheios de gengibre e dezasseis de noz moscada*, trezentas e doze sacas de cravinho e vinte de cardomono, setenta e duas sacas de pimenta branca, cinquenta e duas arcas de benjoim, quarenta e sete pacotes de algodão, *várias arcas e sacas de drogas* e fardos de canela. Encontravam-se registados também onze caixas de índigo, uma *arva de bolos de noz-moscada*, duas caixas pequenas de ninhos de pássaro, um *pote de civeta*¹¹ e *quinze fardos de chá chinês*.

De referir ainda os contentores designados *olive jars*, anforetas destinadas a um conjunto alargado de mercadorias e com cronologias entre os séculos XVI e XVII (CALADO, PIMENTA, REGALA, 2000, p.206-207). Embora alguns vestígios arqueológicos, como, por exemplo, aqueles que foram recolhidos nos destroços do galeão *Sacramento* (MELLO, 1979, p.211, 215, 220-221) que naufragou ao largo da Baía de Todos os Santos, no Brasil, no ano de 1669, tenham revelado tratar-se de contentores de transporte marítimo de azeite, vinho, azeitonas, ameixas e balas de chumbo, permanecem ainda dúvidas quanto aos produtos que estas embalagens transportavam (CALADO, PIMENTA, REGALA, 2000, p.206). De acordo com os dados provenientes das intervenções arqueológicas na Praça Cristóvão Colombo no Funchal (GOMES; GOMES, 1997, p.343, 345), foram exumadas anforetas com cronologias desde meados do século XVI até à 1ª metade do século XVII. Tratar-se-ia de contentores utilizados, sobretudo, para

¹¹ A civeta era um produto extraído da glândula anal do gato selvagem javanês, utilizado em perfumaria (KEAY, 2005, p.311).

o transportar azeite, mas poderiam servir como embalagens de outros produtos, líquidos ou sólidos, tais como o vinagre.

Como procurámos mostrar ao longo destas páginas, através de dados proporcionados por intervenções arqueológicas em locais de naufrágio, bem como de alguns documentos coetâneos, o transporte das mercadorias durante o Período Moderno e dos víveres para sobrevivência das tripulações fazia-se recorrendo a um conjunto muito diversificado de contentores. Segundo as fontes, as embalagens utilizadas eram maioritariamente construídas em materiais perecíveis, tais como barris, pipas, caixas ou cestos. Por outro lado, parecem comprovar que não existiam embalagens específicas para cada tipo de produto transportado e uma mesma mercadoria podia ser embalada em vários tipos de contentor. Esta questão parece-nos estar relacionada, em grande parte, com a necessidade de adaptação às condições durante as viagens. Isto é, como vimos, um mesmo contentor poderia ser utilizado como embalagem para os mais diversificados produtos, não havendo nenhum tipo de correlação entre certo contentor e determinado produto. Em grande medida, isto deve-se a um sentido pragmático das tripulações, que utilizariam da forma mais conveniente os recursos disponíveis.

Embora muito permaneça ainda por esclarecer este capítulo não pretende esgotar esta questão, apenas dar a conhecer, em linhas gerais, o que se sabe sobre as formas de contentorização de transporte marítimo durante o período Moderno, enquadrando os *martabãs* num panorama geral.

2. ESTADO DA QUESTÃO

Em 2007 defendemos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas o trabalho final de Licenciatura em História, Variante de Arqueologia sob o título *Os martabãs do Museu Nacional de Arte Antiga – contributo para o estudo do transporte de especiarias em Época Moderna*. A investigação teve por base o estudo de nove peças pertencentes a esta Instituição, bem como outras três provenientes de recolhas, a partir do qual nos propusemos tentar perceber a forma como as especiarias eram transportadas desde a Ásia. Uma vez que aos *martabãs* são habitualmente atribuídas as funções de contentores de especiarias, este foi, então, o nosso primeiro objectivo: perceber porquê. As propriedades físicas, tais como a impermeabilidade e a capacidade de preservação das especiarias ao longo dos trajectos, constituíram a nossa primeira hipótese. Todavia, ao analisarmos as peças, nomeadamente no que concerne aos vidrados, verificámos que não tinham como objectivo tornar os potes impermeáveis, dado que na quase totalidade do conjunto as peças têm vidrado apenas nos 2/3 superiores das superfícies externas e em nenhum caso no fundo ou no interior. Desta forma, considerámos que teria como objectivo tornar as peças mais resistentes. Por outro lado, através do *Regimento do largar do trato e da pimenta e especiarias e dos direitos que hao de pagar na casa da jndia*, datado de 1570 (Biblioteca Nacional, Cod. 11410), é possível ler: *Ey por bem e meu seruiço, e ao Veedor de minha fazenda nas ditas partes a que perten - / çer encomendo e mando que de ordem na embarcação e gasalhado¹² da pimenta / e mais espeçearias de maneira que possão Vir bem acondicionadas, e se não mistu - / rem com as outras, e não aja nisso embaraço nem duuida antre as partes, nem reçe - / bão por essa causa perda algũa em suas fazendas e Vera se emformara se Vem as Naos / bem carregadas, e fara fazer hum caderno* (fl. 44). Lê-se ainda: *e Vindo a pimenta / ou outras espeçearias molhadas, se enxugarão, e despois de enxutos se peza - / rão, e pagarão dellas os dito direitos* (fl.45). Apesar de estar presente uma clara preocupação em que as especiarias fossem bem acomodadas e que não se misturassem umas com as outras, essa preocupação, de acordo com o documento, não se devia só a uma necessidade de manutenção das propriedades dos produtos ou para evitar a deterioração dos mesmos. Devia-se principalmente a questões económicas, uma vez que era necessário que não se misturasse a carga do navio com as fazendas da equipagem, a fim de evitar problemas relacionados com os direitos e

¹² Agasalhados, s. m. pl. *Quantitativo de fazendas, que era permitido aos oficiais, marinbagem e gente da equipagem embarcar, para fazer comércio de sua conta*. SILVA, A. M. (1945) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Volume I. Livros Horizonte, p.105.

pagamentos. Constatamos então, que a humidade e escorrências eram realidades habituais nas embarcações desta época. Por se encontrar registado em regimento, pensamos poder tratar-se de uma situação habitual e nem por isso prejudicial à qualidade e propriedades dos produtos, já que a solução para o problema se encontrava no enxugar dos mesmos. Apenas mudava o preço e, conseqüentemente, o valor. Por outro lado, de acordo com os dados arqueológicos e com as informações documentais foi-nos possível constatar que as especiarias eram transportadas em inúmeros tipos de contentores construídos com materiais perecíveis, entre os quais sacas, pipas e caixas.

Importa ainda realçar, juntamente com o que dissemos anteriormente, que a necessidade de maximização no aproveitamento dos espaços das embarcações, pelo que, potes como os por nós estudados, ao ocuparem muito espaço e serem de difícil arrumação, seriam utilizados apenas para transportar conteúdos muito específicos que não as especiarias.

Demonstrámos também ao longo daquele trabalho, que questões que se prendem com a funcionalidade e o transporte destes contentores não encontram expressão em nenhuma tipologia organizada dos vários contentores de especiarias na Época Moderna. Todavia, a análise do conjunto de doze potes que estudámos permitiu-nos verificar uma grande disparidade entre o número de peças que surgem em contextos arqueológicos e as existentes em colecções privadas e de arte. Esta constatação levou-nos a distinguir entre as peças que seriam trazidas para a Europa desempenhando, de facto, funções de contentorização e aquelas cuja utilidade seria apenas decorativa, constituindo objectos de luxo.

O trabalho de análise de fontes e o estudo material do conjunto desenvolvido levou-nos, não só a excluir a utilização destes contentores como embalagens de especiarias, mas também, e principalmente, a perceber que questões estruturais sobre estas peças continuavam ainda por esclarecer e definir: Quais as características que definem o que é um *martabã*? Quais os seus locais de origem e produção? A que funções se destinavam? Quais as especificidades que deveriam apresentar enquanto embalagens? Para que conteúdo, ou conteúdos, eram utilizados? A grande questão em que convergiam estas problemáticas desde logo se impôs: O que é um *martabã*?

Foi desta forma que o nosso trabalho se tornou, também, uma primeira tentativa de percepção do próprio conceito de *martabã*. De facto, uma das principais conclusões à qual chegámos foi a de que *martabã* constitui um conceito demasiado abrangente, isto é, trata-se de um termo utilizado para definir um conjunto alargado de peças muito heterogéneo. Se

por um lado não existe um entendimento quanto às características definidoras de um pote deste tipo, percebemos também que o próprio conceito que se foi criando ao longo dos séculos foi sofrendo alterações.

As referências a *grandes jarras* fabricadas em Martabão, localizado na actual Birmânia, remontam ao século XVI, nos relatos de Duarte Barbosa (MACHADO, 1946, p.196). Desde então, o que conseguimos perceber foi que o nome deste porto se tornou o local ao qual é associada a produção de todos os potes de grandes dimensões com características orientais. Habitualmente, o termo *martabã* é aplicado a espólio muito diferente entre si e que correspondem, no geral, a potes de grandes dimensões, fabricados em grés e vidrados. Esta realidade pode ser constatada no espólio que estudámos, o qual apresenta uma grande diversidade no tamanho das peças, nos tratamentos de superfícies, nas decorações e ao nível de elementos formais como as asas. O termo *martabã* foi-se generalizando de tal forma que, actualmente, abrange peças muito diferentes entre si, quer a nível formal e decorativo, quer de diferentes cronologias, quer mesmo de áreas geográficas bastante distintas.

No conjunto estudado, apesar de termos verificado a existência de coincidências formais entre todo o espólio, designadamente no que se refere à forma do corpo ou dos bordos, a verdade é que são maiores as características que o diferenciam. Verificámos que, de uma forma geral, as peças apresentavam corpo de forma ovóide e bojós acentuados, com aplicação de vidro nos 2/3 superiores da peça, bordos extrovertidos, asas aplicadas de forma horizontal, em *carranca* e verticais; os fundos são aplicados, geralmente planos e irregulares. São peças em grés, fabricadas a torno, sendo que cada pote era fabricado em várias partes. De uma forma bastante lata, estas foram as características do conjunto de potes que estudámos.

Contudo, o trabalho que desenvolvemos não nos permitiu, à altura, redefinir o conceito *martabã*, tendo sido apenas capazes de afirmar que qualquer uso do termo deveria constar de uma definição prévia, por se tratar ainda de um termo pouco específico e pouco elucidativo.

O estudo dos *martabãs* no contexto da Arqueologia Moderna em Portugal

Os estudos sobre potes *martabã* inserem-se no âmbito da arqueologia de Época Moderna e, de uma forma mais estreita ainda, na designada *Arqueologia da Expansão*.

Em Portugal, o conhecimento acerca deste tipo de espólio encontra-se ainda numa fase embrionária. Os trabalhos em torno deste tema tardam em aparecer e, com efeito, não

dispomos de dados sobre contextos, bem como dados tipológicos, cronologias e nem mesmo locais de produção e origem concretos que nos permitam conhecer melhor o enquadramento destas peças.

As investigações arqueológicas em Idade Moderna no território português podem-se considerar ainda bastante recentes. Estas encontram-se em estreita ligação ao começo do desenvolvimento da arqueologia urbana em Portugal, numa fase em que os poderes locais e nacionais iniciaram processos de valorização das cidades, nomeadamente de reabilitação dos centros históricos (LEMOS, 2002, p.245). Por outro lado, as leis de protecção do património têm exigido, cada vez mais, um acompanhamento arqueológico das alterações nos espaços urbanos. Foi no ano de 1960, devido às obras do Metropolitano de Lisboa, que se assistiu a uma primeira intervenção arqueológica de emergência em contextos modernos, durante a qual foi localizado o Real Hospital de Todos-os-Santos. O material cerâmico proveniente deste arqueossítio foi alvo de estudos, sob direcção de Irisalva Moita, do Museu da Cidade de Lisboa, e os resultados das escavações foram publicados pela investigadora nos volumes I a V da Revista Municipal de Lisboa, entre os anos de 1964 e 1966 (MOITA, 1964, 1965, 1966).

No ano de 1989, organizado por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, realizou-se, no Museu da Assembleia Distrital de Setúbal o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, 1985) com intervenções acerca de cerâmicas comuns, vidradas e faianças, de Época Medieval e Moderna.

Este acontecimento deu algum estímulo à realização de projectos de investigação arqueológica deste período (FERREIRA, 2002, p.240), designadamente a escavação e estudo da Fábrica do Gelo na Serra do Montejunto, por Fernando Lourenço; as escavações realizadas na Vila de Cascais, por Guilherme Cardoso; a Casa dos Bicos, em Lisboa, intervenção associada, normalmente, ao início de uma prática continuada de Arqueologia Urbana em Lisboa (LEMOS, 2002, p.249) e os silos no Palácio da Vila em Sintra, por Clementino Amaro; a Casa do Infante, no Porto, e as intervenções em Silves, por Rosa e Mário Varela Gomes (Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, 1985).

No ano de 1987 realizou-se o encontro *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental* (A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, 1991) no decorrer do qual foram também apresentadas as cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI provenientes das intervenções arqueológicas realizadas no Poço cisterna de Silves, por Rosa

e Mário Varela Gomes. Foram ainda apresentados alguns tipos de cerâmicas dos séculos XI a XVI recolhidas em Cascais, por Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues, entre outros.

Em 1994 realizou-se o II Encontro de Arqueologia Urbana, em Braga (Encontro de Arqueologia Urbana, 1994), durante o qual foram apresentados resultados das intervenções realizadas na cidade do Porto, por Maria Isabel N. P. Osório e António Manuel S. P. Silva; os trabalhos arqueológicos realizados no centro histórico de Vila Nova de Gaia por Joaquim Gonçalves Guimarães; as intervenções na área urbana de Santarém, por Catarina Viegas; e as investigações realizadas em Cascais, por João Cabral, Guilherme Cardoso e José D'Encarnação.

Como temos vindo a notar, a divulgação de investigações no âmbito da arqueologia da Época Moderna tem sido feita em estreita ligação com os trabalhos em contexto urbano. Assim, devemos referir ainda o 3º Encontro de Arqueologia Urbana realizado em 1997, em Almada (Actas 3º Encontro Arqueologia Urbana, 1997), bem como o 4º Encontro de Arqueologia Urbana, promovido pela Câmara Municipal da Amadora e pela Associação de Arqueologia da Amadora, que decorreu em Novembro de 2000 (Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana, 2003).

Referência essencial nos estudos arqueológicos da época que temos vindo a destacar foram e continuam a ser as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, realizadas nos anos de 1995, 1998 e 2003, em Tondela.

Em 1995, o desenvolvimento do projecto referente aos destroços do navio *Ria de Aveiro A*, de meados do século XV; o projecto de investigação arqueológica subaquática sobre os vestígios de uma nau da Índia, identificada em 1994 em São Julião da Barra, que constituiu tema central do Pavilhão de Portugal na Expo'98 e da qual resultou a edição de um catálogo; bem como o Simpósio Internacional sobre Navios Medievais e Modernos de Tradição Ibero-Atlântica, no ano de 1997, constituem acontecimentos fundamentais na história do desenvolvimento da arqueologia moderna em Portugal (ALVES, 2002, pp.258-259).

Importa ainda realçar o estímulo dado por algumas revistas da especialidade e que dão a conhecer os resultados de escavações e estudos na área, designadamente a revista *Arqueologia Medieval*, do Campo Arqueológico de Mértola, e a revista *Al-madan*, edição do Centro de Arqueologia de Almada. De destacar ainda o impulso dado pelas publicações de algumas autarquias, designadamente em Lisboa, Cascais, Setúbal, Braga ou Silves.

Apesar de serem cada vez mais frequentes as intervenções arqueológicas em contextos de Época Moderna, sobretudo devido ao grande número de trabalhos realizados

em áreas urbanas, a par de um incremento ao nível das publicações, as investigações encontram-se ainda no começo.

Esta foi também uma época marcada pelo estabelecimento de fortes contactos comerciais entre a Europa e os restantes continentes, e mais especificamente entre Portugal e a Ásia. As redes económicas e os horizontes culturais alargaram-se, num mundo onde a comercialização terá sido o grande factor de dinamização (GODINHO, 1990, p.99).

De extrema importância têm sido os projectos desenvolvidos pelo Centro de História de Além-Mar (CHAM), uma unidade de investigação dedicada ao estudo da História dos Descobrimentos e da Expansão, desenvolvendo projectos sobre essas temáticas, assim como encontros e conferências dedicadas a estas temáticas.

Mais estritamente ligadas à arqueologia, estão as teses de mestrado apresentadas em 2008 à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: *A cerâmica oriental na Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau - a presumível Nossa Senhora dos Mártires*, por Inês Pinto Coelho e *A nau Nossa Senhora da Luz (1615) no contexto da Carreira da Índia e da escala nos Açores: uma abordagem histórica e arqueológica* por José António Bettencourt, ambas sob a orientação da Prof. Dr^a Rosa Varela Gomes.

Embora as publicações que dão a conhecer *martabãs* provenientes de contextos arqueológicos existam ainda em número bastante reduzido, devemos realçar o facto de nas duas dissertações referidas terem sido apresentados fragmentos de possíveis *martabãs* recolhidos nos destroços destes naufrágios.

De notar ainda que a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa continua a ser a única onde é leccionada a disciplina de Arqueologia Moderna, sendo na sequência desta nova área de investigação que se realizaram as referidas teses.

Os *martabãs* nos caminhos da investigação

Não poderíamos deixar que referir o papel que a História de Arte teve, e continua a ter, em Portugal, sobre o espólio que aqui tratamos. Alguns constituem objectos pertencentes a museus e colecções privadas, publicados em livros sobre arte chinesa e asiática, bem como de catálogos de exposições e de colecções museológicas, um pouco por todo o mundo. Todavia, embora sejam inúmeras as obras dedicadas a estas temáticas, são as porcelanas que ocupam o lugar de destaque. Pelo contrário, os *martabãs* preenchem espaços quase imperceptíveis nas páginas destes livros, quando não se encontram ausentes. Da mesma forma que não existem publicações dedicadas em exclusivo aos potes de tipo

martabã, de acordo com as nossas pesquisas bibliográficas, também nunca se realizou nenhuma exposição cuja temática central tenha sido esta.

A bibliografia onde se encontram as mais antigas referências a *martabãs* é, precisamente, aquela que se integra nos livros sobre porcelana, cerâmica chinesa e asiática em geral.

No contexto internacional, é de salientar, em 1944, a publicação da obra de Warren E. Cox, *The Book of Pottery and Porcelain*. Este autor denomina de *Philippine Potteries* alguns potes actualmente designados de *martabãs*. Nesse conjunto, insere diversos tipos de potes, de várias formas, diferentes tamanhos, distintos vidrados e decorações, entre as quais, dragões em relevo e incisos, tal como decorações plásticas em forma de pastilhas, num subtítulo que designa de *Brown Wares and Others*. Apesar de os denominar de *Philippine Potteries* (por terem sido encontrados nas Filipinas, Sudoeste Asiático e Malásia), avança a proposta de que as peças apresentadas, seriam produzidas nos fornos da província chinesa de Fukien (COX, 1944, p.430), talvez na dinastia Ming (1368-1644) ou até mesmo em dinastias anteriores.

Em 1970, Nanne Ottema publicou na Holanda o livro *Chinese Ceramiek*, no qual inclui o capítulo *De Martavanen*, dedicado em exclusivo a este tipo de espólio e onde mostra, além de fotografias, desenhos de diferentes peças (OTTEMA, 1970, 67-73). Os *martabãs* publicados neste capítulo são datados, segundo o autor, dos séculos X-XII, XVI, XVII e até mesmo do século XIX. A proveniência atribuída a todo o espólio é a China. De referir ainda, que a peça número 38 do seu catálogo, corresponde aos denominados potes *tradescant*¹³ e que a peça 39, datada do século XIX, apresenta uma forma rectangular (OTTEMA, 1970, fig.38 e 39).

Na obra de Daisy-Lion Goldschmidt, *Ming Porcelain*, do ano de 1978, a autora dedica algumas linhas de texto aos ‘*Martabani*’ and ‘*Tradescant*’ *Export Stonewares*. Sobre estas produções diz tratarem-se de jarras para água ou para transportar e guardar géneros alimentares. Diz também que se tratavam de produções exportadas em grandes quantidades da China (GOLDSCHMIDT, 1978, p.253-255).

Podemos destacar ainda a referência de S. J. Vainker na obra *Chinese Pottery and Porcelain* (VAINKER, 1991, p.146-147) às cerâmicas de exportação, onde inclui os *martabãs*.

¹³*Tradescant* é a designação atribuída a potes de pequenas dimensões, de grés, vidrados de verde e com decorações em relevo. A cronologia atribuída é cerca de 1600 e a proveniência o sul da China (LION-GOLDSCHMIDT, 1978, p.256). O termo *tradescant* tem origem no exemplar mais conhecido, que integra o Gabinete de Curiosidades do coleccionador John Tradescant, fundador do Ashmolean Museum, em Oxford (DESROCHES, 1998, p.238).

Apresenta as características gerais do que considera *martabãs*, não apresentando, contudo, nenhuma diferenciação formal entre os vários tipos. Trata-se, na realidade, de uma descrição parca e pouco ilustrativa. Refere ainda que se tratam de contentores para exportar produtos alimentares e, simultaneamente, para serem exportados, eles próprios, como mercadoria (VANKER, 1991, p.146). Quanto à produção destas peças, *wich continues today*, como refere o autor, seriam fabricadas desde as dinastias Song (960-1275) ou até mesmo desde a dinastia Tang (618-907). Faz referência à produção no forno de Shiwan, localizado perto da cidade chinesa de Guangzhou (VANKER, 1991, p.147), embora não apresente evidências arqueológicas que o permitam confirmar como local de produção destes potes.

No âmbito das investigações arqueológicas, persistem ainda questões relacionadas com tipologias, centros produtores, locais de origem e cronologias destas peças. Persistem igualmente questões que se prendem com a sua utilização, não só nas viagens desde a Ásia, mas já em território português.

Permanece, acima de tudo, e como já salientámos anteriormente, a questão sobre o que é um *martabã*. Contudo, embora estas interrogações se relacionem directamente com investigações no campo da arqueologia, a realidade é que também esta área poucas respostas tem alcançado.

De um ponto de vista estritamente arqueológico, data de 1970 a primeira referência que conhecemos e que, de uma forma bastante afirmativa, vai ao encontro das questões acima enunciadas. Trata-se do artigo de Eine Moore: *A Suggested Classification of Stonewares of Martabani Type* (MOORE, 1970), numa edição do Museu de Sarawak, na ilha de Bornéu¹⁴, na Malásia. O conjunto estudado é constituído totalmente por espólio recolhido em escavações arqueológicas realizadas no estado de Sarawak (MOORE, 1970, p.2). Como objectivos, o autor propõe-se substituir o termo *martabani* e avançar com datações preliminares (MOORE, 1970, p.1), bem como organizar tipologicamente as jarras de grés de tipo *martabani* (MOORE, 1970, p.3). Todavia, a metodologia utilizada pelo autor é sobretudo baseada na análise das pastas do espólio aqui recolhido, sendo os vidrados e as formas das peças critérios secundários. Por esta razão, inclui no seu trabalho, a título de exemplo, tijelas e pratos. Nas palavras do autor: *The description is not limited to jars but includes all other forms produced by these kilns as found in Sarawak* (MOORE, 1970, p.3). Ora, esta metodologia, além de nos parecer demasiado redutora, leva-nos a questionar o que é, para Eine Moore, um *martabã*. Qual o conceito exacto por detrás da organização deste seu

¹⁴ Agradecemos ao Dr. Zakaria Bojeng, do Museu de Sarawak, que tão protamente se disponibilizou a ajudar-nos, digitalizando e enviando o referido artigo.

trabalho? Um martabã, ou *martabani* não nos parece constituir, para este autor o mesmo tipo de peças que associamos a *martabãs*.

Um destacável trabalho de divulgação e de investigação tem sido levado a cabo pela revista dedicada à arqueologia náutica e subaquática, *International Journal of Nautical Archaeology*. Muitos dos *martabãs* recolhidos em naufrágios e intervenções arqueológicas têm sido dados a conhecer através das páginas desta publicação¹⁵.

Outro destacável trabalho no âmbito do estudo sobre *martabãs* é a obra dada à estampa em 1982, *The ceramic load of the 'Witte Leeuw' (1613)*, de C. L. van der Pijl-Ketel e com edição do Rijksmuseum de Amesterdão (PIJL-KETEL, 1982). Tratam-se das peças de cerâmica recolhidas na intervenção arqueológica realizada em 1976, nos destroços do navio holandês *Witte Leeuw*, naufragado ao largo da Ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, no ano de 1613 (PIJL-KETEL, 1982, p.21) ao regressar de Batávia.

Entre o inúmero espólio recolhido, importa-nos realçar o conjunto de grandes potes de grés, provenientes da China e do Sudoeste Asiático, os quais mereceram, na referida publicação, um capítulo exclusivo: *Stoneware storage jars from China and S. E. Asia (Martavans)* (PIJL-KETEL, 1982, p.220). Na introdução do mesmo, o autor apresenta várias interpretações para o termo *martabã*, acerca do qual começa por afirmar: *These types of jars became known in the west as martavans. When the export of this ware was moved to other harbours, the name for this type of ware continued to be used*. Apresenta ainda várias hipóteses para a função que desempenhavam, bem como o seu valor simbólico no Oriente. Dedicar também algumas linhas às técnicas de fabrico destes potes e aos seus possíveis centros de produção e origem. O catálogo da publicação inclui registos fotográficos e gráficos dos potes, acompanhados da descrição das peças. Todavia, também aqui não é apresentada uma organização tipológica do espólio, nem a atribuição de centros produtores, o que não é de estranhar, uma vez que só o espólio do *Witte Leeuw* é aqui considerado. Porém, como o próprio autor afirma: *the stoneware jars from the wreck of the Witte Leeuw cannot be attributed to one single oven* (PIJL-KETEL, 1982, p.221).

Este não é o único caso de um naufrágio onde foi recolhido um importante conjunto de potes *martabã*.

Entre achados relevantes incluem-se as peças provenientes do galeão espanhol *San Diego*, naufragado em Dezembro de 1600, alvo de escavações subaquáticas entre 1992 e 1993 e cujo espólio foi dado a conhecer em 1994, pela publicação franco-filipina *San Diego*

¹⁵ Ver páginas 121 a 124. da Bibliografia.

– *un trésor sous le mer* (CARRÉ, DESROCHES, GODDIO, 1994, p.222-249). Trata-se de uma publicação de enorme importância, na medida em que a autora Marie-France Dupoizat procura organizar as centenas de potes recuperados de acordo com as suas proveniências. Assim, organiza o catálogo procurando dividir as produções encontradas no *San Diego* de acordo com os locais de produção, designadamente, *Jarres dites à poudre*, *Jarres dites martaban*, *Jarres du Siam*, *Jarres aux dragons*, *Jarre dite Tradescant* e *Jarres chinoises*.

No mesmo artigo, designado *Les jarres asiatiques en grès*, é feita uma análise às técnicas de fabrico dos grandes potes de grés, através da observação de técnicas tradicionais, utilizadas ainda hoje, nomeadamente na China (DUPOIZAT, 1994, p.222, 224-226), bem como as funções que desempenhavam e que continuam a desempenhar no Oriente.

Importa referir também os fragmentos de cerâmica grosseira e vidrada, recolhidos nas intervenções arqueológicas realizadas no navio *Mauritius* da *Vereenigde Oostindische Compagnie* (V.O.C., Companhia das Índias Orientais) naufragado na costa do Gabão em 1609, durante a viagem de retorno da Malásia, e publicados na obra *Le Mauritius, la mémoire engloutie* (L'HOURLONG, RIETH, 1989, p.178-180). Todos estes achados são incluídos nas produções asiáticas e, em particular, no que os autores denominam de *famille céramique des martabans*. Estes encontram-se divididos segundo três categorias: potes de cerâmica comum, com ou sem decoração; potes vidrados e cerâmicas de pastas escuras. De referir a chamada de atenção que os autores deixam ao leitor, alertando para a existência de poucos estudos complementares sobre os fornos de produção, os quais se encontram quase todos por localizar, bem como acerca da origem destas peças, pelo que qualquer atribuição de proveniência deverá ser feita sempre com precaução (L'HOURLONG, RIETH, 1989, p.178). De facto, estes procedem já a uma questão que temos anunciado como essencial ao longo destas páginas, uma vez que procuraram organizar as produções orientais recolhidas nos destroços segundo diferentes tipologias. Contudo, pelo facto de se restringirem somente às peças deste naufrágio específico, revela-se uma organização tipológica insuficiente.

No que se refere às investigações realizadas em Portugal, estas também se encontram ainda numa fase de desenvolvimento inicial

Foi em 1998, com a identificação da que se supõe ser a naufragada nau da Índia Nossa Senhora dos Mártires, em 1606, quando chegava ao largo de São Julião da Barra, que o conhecimento deste tipo de produções ganhou alguma visibilidade. Desta intervenção arqueológica resultou o catálogo dos trabalhos e espólio recolhido, *Nossa Senhora dos*

Mártires, A última viagem, o qual serviu de tema central ao Pavilhão de Portugal durante a Expo'98 (*Nossa Senhora dos Mártires, A última viagem*. 1998).

A escavação dos destroços revelou um importante conjunto de potes em grés provenientes da Ásia Oriental, entre os quais o que se encontra publicado no referido catálogo e em exposição actualmente do Museu de Marinha, em Lisboa, com a designação de *martabã* (1998, p.239).

Apesar de não se encontrar publicada, foi também realizada uma tese de mestrado na Universidade do Texas, no ano de 2002, por Sara R. Brigadier¹⁶ centrada no estudo dos despojos recuperados deste mesmo naufrágio: *The artifact assemblage from the pepper wreck: na early seventeenth century in the Tagus River*. O capítulo V da tese é dedicado a uma categoria designada de *miscellaneous artifacts*, na qual a autora inclui os já referidos potes de origem asiática.

Sobre este mesmo naufrágio, destacamos o recente trabalho de Inês Pinto, *A cerâmica oriental na Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau - a presumível Nossa Senhora dos Mártires*, onde a autora inclui os potes de grés, entre eles *martabãs* (PINTO, 2008).

Os *martabãs* nas fontes históricas

No volume I do *Glossário Luso-Asiático* de Sebastião Rodolfo Dalgado (DALGADO, s.d., p.488) existe uma entrada para *Jarra Martabana*, onde o autor define estes objectos da seguinte forma: *Espécie de jarra grande, fabricada em Martabão, descrita abaixo por Tavernier (...) Também em árabe e persa “martabân” quere dizer “vaso vidrado”*. E Jean Baptiste Tavernier refere, em 1712, na obra *Les six voyages en Turquie, en Perse, et aux Indes*: *Martavane, qui est un grand pot de terre verni qui tient plus qu'un de nos muids, dont le ventre est large, mais la bouche fort étroite, comme il s'étrecit aussivers le pied* (apud DALGADO, 1982, p.488).

No *Dicionário etimológico da língua portuguesa. Com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*, Volume IV (MACHADO, 1977, p.70), José Pedro Machado escreve que *Martabanas*, *adj. f. Diz-se de uma espécie de jarra grande, fabricada em Martabão, cidade (...) da baixa Birmânia, no estuário do rio Saluém. Essas jaras eram antigamente muito apreciadas e usadas nas armadas para água*.

Mas em Portugal, aquela que conhecemos como a referência mais antiga a *martabãs* encontra-se no *Livro Em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, datado de

¹⁶ Dados gentilmente cedidos por Patrícia Carvalho, investigadora do Centro de História de Além Mar, cedidos após a sua leitura e interpretação.

1516¹⁷. Ao descrever a sua viagem ao Porto de Martabão, *um dos quatro portos de mar* do Reino do Pegu, num dos 39 capítulos que formam o seu livro, Duarte Barbosa refere: *Também se fazem neste lugar muitas e grandes jarras de porcelana, mui grossas, rijas e formosas; há aí delas que levam uma pipa de água; são vidradas de preto e muito estimadas entre os mouros, e entre eles valem muito, as quais eles levam com muito benjoim em pães* (MACHADO, 1946, p.196). De notar que, apesar de não designar as referidas jarras de *martabãs*, as semelhanças com o que actualmente consideramos um *martabã*, são evidentes.

Num capítulo posterior da sua obra, Duarte Barbosa volta a aludir às *vasilhas de Martabão*, nas quais se levava a vender *boa conserva com açúcar (...) ao país do Malabar* (MACHADO, 1946, p.231).

Em 1553, Fernão Lopes de Castanheda, após alguns anos em Goa, escreveu o Livro V da obra *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* (CASTANHEDA, 1979, p.134). No capítulo XI¹⁸, *Em que se escreue ho reyno de Pegú e seus costumes*, refere: *Ha outro rio principal (...) que se chama Martabão cujo nome está em sua praya situada bũa fermosa cidade sete legoas da barra tambem porto prĩncipal em que se fazem as jarras martabanas que leuão á India, e assi outra muyta louça de massa de porcelana, porem não tão fina como a da China, nem daquelas cores e pinturas*. No mesmo capítulo escreve também que *Ha neste reyno grandes e ricos mercadores que tratão todos em lacre, e na pedraria que disse, e em almisquere, ouro, prata e beijoim, e mantimẽtos, ie jarras martabanas e outra louça branca que se faz na terra* (CASTANHEDA, 1979, p.138).

Uma terceira referência deste autor a *martabãs* encontra-se no Livro VII, capítulo LXXVII, *Dos grandes perigos e trabalhos que passarão Martim Afonso e outros ate chegarem a Arração*, ao escrever: *por que ali não parecia pouoação segourouse Martim afonso e mandou a Diogo pires deça, e Nuno fernandez freyre, e a outros dous que fossem encher dagua bũa jarra martabana que leuaria dous almudes* (CASTANHEDA, 1979, p.181).

Quando, no ano de 1563 foi dada à estampa a 1ª edição dos *Colloquios dos Simples e drogas e Cousas Medicinaes da India e assim algumas fructas achadas nella* (ORTA, 1872, p.177-184), referindo-se à *raiz ou pao da China* Garcia de Orta refere também as peças que aqui tratamos: *E o pao que houverdes de levar pera Portugal, seja mettido em “jarras martavans” de collo alto; porque são vidradas per dentro, e sustem muito o pao sem se damnar*

¹⁷ Ano em que terá sido concluída a referida obra.

¹⁸ Embora o autor a partir do qual fazemos esta citação utilize algumas abreviaturas, optámos por fazer o desdobramento das mesmas de forma a facilitar a leitura. O mesmo se aplicará a documentação já transcrita por outros autores.

No ano de 1566, Damião de Góis, escreveu a *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel* (GÓIS, 1749, p.543). É no capítulo LII que encontramos a referência a estas peças quando lemos que Martabão *he huma das principaes do regno [do Pegu] onde se fazem as talhas que chamam Martabanas, e outra muita louça de porcelana.*

De 1596 data a 1ª edição do *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Trata-se do relato das viagens de um holandês pela Ásia, no qual compila todo o tipo de informação acerca desta área do globo (POS e LOUREIRO, 1997). Sobre Martabão escreve: *nesta cidade são feitas muitas das grandes jarras de barro a que na Índia chamam “martabanas” e que são levadas em grandes quantidades por toda a Índia. Há muita variedade delas, grandes e pequenas, algumas até com uma capacidade de duas pipas de líquido. São levadas em tamanha quantidade porque na Índia são usadas em todas as casas e navios em vez de barris, que lá não há, a não ser os que vêm de Portugal. Por isso, usam em seu lugar estas jarras que guardam óleo, vinho, água e coisas semelhantes, pois conservam-nos muito bem e são uma grande comodidade para o viajante. Muitas delas são também levadas para Portugal, pois usam-nas nas naus da carreira da Índia para guardar água, azeite, etc.*

No que se refere aos navios mercantes que navegam de Goa para a China, Japão, Bengala, Malaca e por todas as partes do Oriente (POS e LOUREIRO, 1997, p.179), diz ainda que O capitão, o mestre e o piloto, e os mercadores e passageiros, têm todos os seus próprios víveres e a sua água nas grandes jarras indianas a que chamam “martabanas” (POS e LOUREIRO, 1997, p.180).

Trata-se, provavelmente, de umas das mais detalhadas referências aos *martabãs*, coetâneas das viagens de exploração dos portugueses, constituindo por isso, uma das mais importantes fontes de que dispomos.

Entre os anos de 1601 e 1611 decorreu a viagem do francês Pyrard de Laval ao Oriente, a qual foi registada por escrito, resultando a obra *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611) contenant sa navigation aux Maldives, Moluques, et au Brésil; les divers accidens, aventures et dangers qui lui sont arrivés en ce voyage, tant en allant retournant, que pendant son séjour de dix ans en ce pays-là* (LAVALL, 1998). Sobre os navios da Arábia, Pérsia e do Morgor e da forma como a água era conservada a bordo, o viajante escreve: *Somme qu'en toute l'Inde, ils n'ont point notre invention des pipes, mais usent seulement de jarres les plus belles, mieux vernies et façonnées que j'ai vues ailleurs. Il y en a qui tiennent autant qu'une pipe et plus. Elles se font au royaume de Martaban, d'où on les apporte et d'où ells prennent leur nom par toute l'Inde. L'eau ne se gate et corrompt jamais là-dedans, et elles ferment avec la clef* (LAVALL, 1998, p.244-245).

Procurámos ao longo deste capítulo fazer um breve resumo da fase em que se encontram os estudos no âmbito da arqueologia de Época Moderna e ligada ao período de expansão ultramarina portuguesa, bem como os trabalhos existentes acerca de *martabãs*. Apresentámos não só as publicações existentes sobre estas temáticas, mas também algumas das principais referências que encontrámos em obras coetâneas do espólio em análise, designadamente em relatos de viajantes.

Serviu assim este capítulo para enquadrar os objectos em estudo neste trabalho e lançar as bases para a elaboração das problemáticas em seu torno.

Mas vamos por partes e passemos agora ao enquadramento histórico dos *martabãs* e sua contextualização.

2.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Os vestígios materiais são, sem dúvida, um dos maiores testemunhos das lógicas de circulação, bem como das transformações que ocorrem nas sociedades.

No capítulo referente aos objectivos, firmámos a intenção de perceber de que forma os *martabãs* se constituíram como portadores de novos elementos culturais e exemplo do contacto entre diferentes civilizações. E é neste sentido, que pensamos poder iniciar o enquadramento histórico das peças aqui tratadas, integrando-as num processo de primeira globalização. Antes ainda, importa referir que não pretendemos aqui explicar o processo de Expansão, mas sim a circulação nas áreas de onde se pensa serem provenientes os *martabãs*. Não querendo obviamente entrar nesta problemática sobre o que é a *globalização*, nem tão pouco se a expressão se aplica ao período de intensas viagens ultramarinas, uma vez que vários autores já o fizeram e continuam a fazer de forma notável, cremos ser útil vincar alguns aspectos que nos parecem de extrema importância para a compreensão global do tema central que nos ocupa. Akhil Gupta no seu artigo *Movimentações globais das colheitas desde a 'Era das Descobertas' e transformações das culturas gastronómicas*, discorre acerca do fenómeno da globalização desde o período de expansão ultramarina, dizendo-nos que *o século XX não foi tanto uma interrupção como uma continuação dos processos de globalização, que remontam, no mínimo, à época da exploração europeia* (GUPTA, 2006, p.199) e que, *se tomarmos em consideração a extensão, o alcance e a importância sociológica destes primeiros momentos da globalização, verificamos que os mesmos podem ter sido muito mais abrangentes do que aquilo que actualmente nos é dado a observar* (GUPTA, 2006, p.200). Se considerarmos a definição de que *globalização* é um termo que *cobre o conjunto de fenómenos, quer sejam económicos, políticos, culturais ou tecnológicos, conduzindo a uma integração crescente de espaços e de homens à escala mundial* (ALLEMAND, BORBALAN, 2005, p.5), pensamos poder integrar nesta lógica de fenómenos culturais os *martabãs*. Olhamos então estas peças enquanto agentes difusores de uma diferente cultura. Não o terão sido, no nosso entender, de uma forma intromissora e massificada, é claro. Porém, cremos poder inclui-los na panóplia de artefactos exóticos e diferentes trazidos desde o mundo asiático e que, de uma forma subtil e gradual se terão imiscuído no quotidiano dos portugueses e europeus, contribuindo para a consciência de um novo mundo, diferente e alargado. De facto, se é possível falar de *globalização* durante este período, é-o essencialmente porque existiam dinâmicas ao nível do mundo material, com novas características e novas lógicas de circulação. Como refere Alexandra Curvelo,

nos séculos XVI e XVII vivia-se num *mundo dinâmico, em que apesar das longas distâncias que separavam Goa, Macau, Nagasaki ou Manila de cidades europeias como Lisboa, Sevilha, Madrid ou Roma, as gentes, ideias e objectos cruzavam o globo mais rapidamente do que se poderia supor* (CURVELO, 2005, p.2).

Por outro lado, exemplos paradigmáticos dos impactos da globalização, são as temáticas decorativas de influência oriental, e em particular, de influência chinesa, nas faianças portuguesas. O inverso por vezes também se verifica, com as produções de porcelanas chinesas cujas temáticas decorativas revelam as influências portuguesas, nomeadamente de temáticas religiosas cristãs ou mesmo de tópicos de natureza política. Assiste-se, assim, a um sincretismo ao nível artístico fruto da curiosidade mútua e **convergência de tradições culturais** de ambos os lados. Não poderíamos também deixar de referir a *arte namban*, resultante a um nível estético dos contactos entre europeus e japoneses, e caracterizada pela representação de portugueses em biombos, formas tipicamente nipónicas. Também a *arte namban constituiu* um dos grandes testemunhos da *capacidade de re-trabalhar e re-inventar por via da transposição e adaptação para peças do quotidiano de gramáticas decorativas diferentes* (CURVELO, 2006, p.12). Como refere Luís Filipe Barreto, ao que chama de *dimensão cultural da troca* (BARRETO, 1999, p.67) da Macau dos séculos XVI e XVII: *As rotas da prata e do ouro, das sedas, das porcelanas e especiarias são também as rotas dos livros e das línguas, das ideias e dos valores.*

Mas se foi possível assistir à transformação do mapa-mundo para um espaço de ligação constante entre as diferentes áreas continentais e, portanto, num espaço *globalizado*, foi sobretudo pelas novas dinâmicas ao nível do comércio, nomeadamente entre a Europa e a Ásia.

Embora a chegada de produtos exóticos como as especiarias e os panos esteja mesmo documentada desde o século XII e chegassem com maior frequência ao país desde os inícios do século XV, através da Rota da Seda, pela qual chegavam os produtos à Europa, transportados pelas galés venezianas da carreira da Flandres que faziam escala nos portos portugueses, nessa altura o mercado interno português não era abundantemente abastecido (GODINHO, 1990, p.327).

Foi durante o reinado de D. João II, no ano de 1488, que Bartolomeu Dias abriu o caminho de passagem para o Oceano Índico. Contudo, só no reinado de D. Manuel I se organizaram expedições ao Oriente com o objectivo último de tomar Jerusalém, mas durante as quais a pimenta e outras apreciadas drogas eram o objectivo imediato a alcançar (THOMAZ, 1994, p.172-173). Só a partir de 1497, com a passagem do Cabo da Boa

Esperança, Portugal entrou em contacto directo com os mercados de especiarias orientais e a ligação entre Lisboa e a Índia, por via marítima, permitiu desviar o comércio desses produtos para a nova Rota do Cabo.

Os portugueses alcançaram Calecut, o grande porto de comércio de pimenta e outras especiarias da costa do Malabar, a 20 de Maio de 1498 (CHAUDHURI, 1998, p.163). De acordo com Kirti Chaudhuri, a escolha de Calecut como a primeira terra acostada deverá ter sido algo deliberado, na medida em que constituía a *grande plataforma comercial da Índia*, ponto de convergência entre os navios do mar de Java e os de Adém e Ormuz (CHAUDHURI, 1998, p.163-164).

A chegada dos portugueses à Ásia, no ano de 1498, veio a revelar-se a causa da profunda recomposição do comércio marítimo existente, assim como das relações internacionais (CHAUDHURI, 1998, p.167).

Esse momento foi visto pelos mercadores portugueses como a oportunidade para tomarem o trato das especiarias e drogas do Oriente, substituindo o eixo comercial existente entre Calecut, Meca, Alexandria e Veneza, por um novo eixo entre Cochim e Lisboa, com ramificações por Florença e Antuérpia (THOMAZ, 1994, p.178). Esta alteração na forma como se organizava o comércio e a passagem de um trato por via terrestre/marítima para um comércio exclusivamente marítimo, permitiu tornar as viagens mais rápidas e menos dispendiosas, baixando o preço dos produtos. Contudo, não terá sido somente a rapidez a principal causadora da inversão do eixo comercial: a possibilidade de aumentar as quantidades transportadas, tarefa facilitada pela capacidade de carga das naus e caravelas, constitui a principal causa desse mesmo processo histórico. Na realidade, este último factor foi o que levou ao estabelecimento de um comércio por via marítima.

Cerca de duas décadas após a chegada dos portugueses a Calecut, os próprios navegantes do Índico acabariam por reconhecer o sucesso luso, criando uma presença marítima permanente, o que representou um *mudança revolucionária na direcção e organização do antigo comércio transcontinental*, o qual se processava desde Cantão, na China, até ao Mediterrâneo, através de Alexandria e Veneza (CHAUDHURI, 1998, p. 164).

Desde 1502 que os portugueses se encontravam instalados na costa do Malabar e no ano seguinte ergueram uma fortaleza em Cochim, que lhes servia de base. Ainda que procurassem controlar o trato das especiarias do Oriente para a Europa, continuaram a investir na costa ocidental africana, uma vez que esta lhes era essencial para efectuar as escalas na navegação para o Malabar. Por outro lado, os produtos levados do Reino pouca aceitação tinham nos portos do Oriente, pelo que o ouro africano era indispensável para

que se efectuassem o comércio das especiarias (THOMAZ, 1994, p.179). Todavia, o próprio ouro africano não seria suficiente para explicar o sucesso da presença portuguesa.

Em 1511 os portugueses chegaram, finalmente, às ilhas das especiarias, as Molucas.

Quando neste mesmo ano se instalaram em Malaca, abriram-se as rotas para o Extremo Oriente e Insulíndia (LOBATO, 2000, p.25), passando a ser os únicos a assegurar ligações directas entre a Índia e a China. Abriu-se a navegação à costa do Coromandel, ao golfo de Bengala, às costas da Birmânia, nomeadamente o Reino do Pegu, ao Sião, ao Camboja, às ilhas Malaías e à Indonésia (MAGALHÃES, 1998, p.74).

De notar que os portos referidos são aqueles onde se aglutinavam os produtos provenientes de áreas marítimas, mas também dos locais de produção do interior e afastados da linha de costa.

Narrativas como a *Suma Oriental* de Tomé Pires e *O Livro de Duarte Barbosa*, datado de 1516, juntamente com as de administradores e mercadores portugueses, relatam-nos o funcionamento, em inícios de século XVI, de um comércio que funcionava no oceano Índico em três segmentos interactivos: um primeiro constituído pelo Mar Vermelho, Golfo Pérsico, costa ocidental da Índia e África Oriental; um segundo formado pela Índia, Java, Samatra, Birmânia, Tailândia e os antigos portos do Mecom; e o terceiro segmento composto pela China, Japão, e sudoeste asiático continental e insular (CHAUDHURI, 1998, p.168-169). Em cada um destes segmentos existiam empórios onde os mercadores se podiam abastecer de carga e solicitar serviços de despacho marítimo.

Foi a capacidade dos portugueses se integrarem nestes segmentos comerciais e nas economias locais, controlando um conjunto diversificado de rotas que pode explicar o sucesso da presença portuguesa na Ásia, uma presença acima de tudo comercial.

Todavia, não foi apenas ao nível do comércio que a chegada às terras das especiarias e gentes exóticas provocou impacto. Prova do que dizemos foi a intensa produção literária que estes acontecimentos despoletaram. A revolução geográfica a que se assiste e a alteração das relações no mundo, conduziram à necessidade de dar a conhecer todas as transformações e o novo mundo que agora se mostrava. As primeiras visões do Oriente remetem-nos indubitavelmente para o exótico. Relatos de homens como Tomé Pires e Duarte Barbosa, Fernão Lopes de Castanheda, Garcia da Orta, van Linschoten ou Pyrard de Laval dão-nos a conhecer o olhar antropológico e as análises de cariz etnográfico de europeus face à Ásia, aos asiáticos, às suas práticas culturais, aos seus costumes e hábitos, descrevendo-nos uma realidade que se pretendia tão mais pormenorizada quanto possível. Não nos parece estranho que nessas narrativas, elementos do quotidiano dessas

populações como são os *martabãs* não sejam deixados de fora e constituam, até, elementos que talvez pelo seu carácter identificativo dos novos espaços, mereçam alguma atenção por parte dos viajantes.

Era Malaca a *placa giratória* da Ásia do Sul, funcionando como elemento de ligação entre a China, a Índia e a Insulíndia (LOBATO, 2000, p.14). Desta forma, Malaca estava inserida na rede regional do tráfego de pequena escala, o qual se constituía por um vasto conjunto de rotas e produtos, bem como pelos movimentos dos grandes fluxos mercantis entre o Índico e o Extremo Oriente (Ver Fig.1).



Fig.1: Mapa dos lugares visitados pelos Portugueses no Oceano Índico, *História da Expansão Portuguesa*, volume I, F.Bethencourt e K. Chaudhuri.

A rede mercantil centrada em Malaca, estendeu-se até à China, onde existia um estabelecimento mercantil dos próprios mercadores de Malaca, do qual os portugueses vieram a usufruir. Alargou-se também às Molucas, ao Golfo de Bengala, aos portos de Cambraia e às rotas efectuadas para o Golfo Pérsico e para o Mar Vermelho (LOBATO, 2000, p.25). Procuraram igualmente estabelecer contactos com os portos que tinham

relações mais intensas com Malaca, entre os quais o Reino do Pegu, onde os portugueses criaram uma feitoria em Martabão¹⁹ entre 1512 e 1514 e o Sião, onde tinham facilidades comerciais (LOBATO, 2000, p.26). Estabeleceram-se ainda relações comerciais com os principais centros produtores de especiarias, como o porto de Pacém, exportador de pimenta e escala na rota entre Malaca e Martabão, ou as ilhas de Banda e Molucas.

A China também se começou a afigurar como uma possibilidade de estabelecer contactos, já que a Malaca chegavam os seus produtos. Com a conquista desta cidade os portugueses tornaram-se os únicos a assegurar as ligações directas entre a China e a Índia (LOBATO, 2000, p.25). Contudo, apenas por volta de 1530 os mercadores portugueses conseguiram começar a frequentar com alguma regularidade as costas chinesas (MAGALHÃES, 1998, p.75-76).

Foram as fricções políticas existentes no mar do Sul da China e a quebra de relações diplomáticas sino-japonesas que possibilitaram a entrada dos portugueses neste circuito comercial. Uma vez que os mercadores chineses não se podiam deslocar ao Japão para negociar as suas mercadorias, os portugueses assumiram o papel de intermediários comerciais (CHAUDHURI, 1998, p.182).

Com o domínio de Malaca foi possível aos portugueses entrarem em contacto directo com os mercadores da comunidade chinesa local, que passaram a actuar como conselheiros e mediadores entre as autoridades portuguesas e chinesas (FLORES, 2000, p.152), o que até aí não acontecia. Também a partir desse porto se estabeleceram os primeiros contactos com o Sião, cujos comerciantes eram bastante influentes nos negócios realizados nos portos do Guangdong. Vão mesmo conseguir afirmar-se como um dos protagonistas no comércio das especiarias para a China, sobretudo nos tratos da pimenta que vinha do Sudoeste Asiático e participarão no transporte e comércio da pimenta de Samatra e da Sunda para Cantão (MAGALHÃES, 1998, p.76).

Porém, o papel comercial dos portugueses nos mares do Sul da China limitou-se fundamentalmente a contactos com os meios mercantis do litoral (FLORES, 2000, p.158-159) e a uma presença efectiva em Macau. Esta tornou-se a cidade intermediária de importação e exportação com a província chinesa do Guangdong (que os portugueses abandonaram logo em 1522, devido ao bloqueio marítimo instaurado pelos chineses), bem

¹⁹ Embora tenhamos efectuado uma pesquisa documental e bibliográfica sobre a Feitoria de Martabão, não encontramos nenhuma referência. Por indicação do Prof. Dr. João Paulo Costa, soubemos não existir documentação referente a esta feitoria, informação que muito agradecemos.

como com a Corte de Pequim e diversos centros produtores e de consumo na China, Japão e Sudoeste Asiático (BARRETO, 1999, p.70).

Foi só em 1527, a partir de Malaca, que os portugueses voltaram a estabelecer contactos com o litoral chinês, numa iniciativa levada a cabo pelos particulares que, guiados por chineses ultramarinos, foram introduzidos nas novas rotas comerciais, associando-se a eles nos negócios (FLORES, 2000, p.160). Durante duas décadas continuaram também a frequentar as costas das províncias do Fujian e Zhejiang. No entanto, nas restantes províncias marítimas do Império Chinês esta situação não será tolerada, nomeadamente no Guangdong, onde seriam necessárias cerca de três décadas para que a presença portuguesa fosse de novo aceite.

A interferência lusa nos circuitos mercantis asiáticos provocou importantes alterações no comércio realizado no mar da China e o desenvolvimento de dois grandes centros urbanos, Macau e Nagasáqui, pólos da complexa rede de comércio marítimo. (COSTA, 2000, p.84)

Embora se desconheça a data certa, foi cerca de 1557 que os portugueses se estabeleceram em Macau, o que de, acordo com Jorge Manuel Flores, se fez sobretudo de uma forma transitória e sazonal (FLORES, 2000, p.167, 169-170). Este estabelecimento resultou da consolidação dos circuitos económicos entre a China e o Japão que os mercadores portugueses, na década anterior, tinham conseguido reactivar (COSTA, 2000, p.79)

Macau tornou-se a nova base da actividade mercantil portuguesa realizada a leste de Malaca, o que permitia estabelecer ligações directas com vários portos do Índico, nomeadamente a província chinesa de Fujian, de onde partia, nos séculos XVI e XVII, a maioria das redes chinesas de comércio ultramarino (COSTA, 2000, p.84). A fixação nesta cidade, que funcionava como anteporto de Cantão, permitia aos portugueses participar nos circuitos da Ásia Oriental. A cidade tornou-se, nos séculos XVI e XVII, pólo de atracção de portugueses e, sobretudo, de artesãos chineses, japoneses, filipinos, coreanos, populações vindas do Sião e do Ceilão, do Arquipélago Malaio e da Índia (BARRETO, 1999, p.68). Caracterizava-se, por isso, por ser uma cidade marcada pelo cosmopolitismo e intensas trocas culturais e materiais, na qual se cruzavam, coexistiam e sincretizavam diferentes tradições orientais e ocidentais (BARRETO, 1999, p.69), onde as diferentes tradições eram assimiladas umas pelas outras.

No que diz respeito à origem das especiarias, estas tinham uma proveniência bastante dispersa. A pimenta era produzida em todo o Malabar, local onde se concentrava

grande parte do tráfego oriental que se destinava ao Mediterrâneo (MAGALHÃES, 1998, p.48). Tinha três grandes mercados abastecedores: em primeiro lugar o Malabar e, a partir da 2ª metade do século XVI também o Canará; Samatra ocupava o segundo lugar e, os terceiros, os mercados do Sião e de Sunda, em Java Ocidental.

O Malabar era utilizado, sobretudo, como um entreposto. Além de ponto de passagem do tráfego que se destinava ao Mediterrâneo, os seus portos eram igualmente pontos da rota entre os Guzerate e a norte a Cambaia, permitindo chegar às regiões produtoras das *especiarias ricas*²⁰, na Ásia do Sudoeste (MAGALHÃES, 1998, p.48-49). A canela era originária do Ceilão; as maçãs²¹, a noz-moscada e o cravinho, eram originárias das ilhas de Maluco; o sândalo de Timor; o gengibre era colhido no Malabar e em Bengala, sendo a Cananor que se ia negociar este produto (MAGALHÃES, 1998, p.48).

Do Oriente chegavam também outros tipos de especiarias e drogas como o almíscar, o ruibarbo, o beijoim, a cânfora ou o âmbar. Contudo, nem sempre estas especiarias chegavam a Lisboa em tão grandes quantidades nem com tanta regularidade como outros tipos, uma vez que, para além do seu elevado preço, também no Oriente por vezes eram produtos raros (MAGALHÃES, 1998, p.72).

O comércio português no Oriente realizava-se, principalmente, de duas formas: por um lado, a carga oficial das naus da Rota do Cabo que ia até Lisboa, composta sobretudo por especiarias; por outro, o comércio realizado pelos privados, com autorização da Coroa, que se dedicavam a comercializar variados produtos. Neste comércio de privados participavam quer comandantes das embarcações, quer os comerciantes que alugavam o transporte e pagavam sobre esse a dízima do conteúdo transportado (MAGALHÃES, 1998, p.73).

Embora tenha cabido a Portugal o principal papel como importador de mercadorias entre o Oriente e a Europa, nos finais do século XVI a chegada dos holandeses e ingleses ao Oceano Índico irá alterar esta hegemonia portuguesa no comércio ultramarino asiático e entre estas áreas e a Europa. Sofrendo interferências nas rotas comerciais e ataques às próprias naus que regressavam à Europa carregadas de mercadorias, desde a 1ª metade do século XVII os portugueses vão enfrentar uma guerra levada a cabo pela Companhia das Índias Orientais holandesa e inglesa contra as suas possessões no Oceano Índico (CHAUDHURI, 1998, p.85). Iniciou-se então um processo de expansão marítima norte-europeia e o mercado europeu passou a ter mais do que um fornecedor de

²⁰ *Especiarias ricas*: o cravinho, a noz-moscada e as maçãs (MAGALHÃES, 1998, p.48).

²¹ Maça: membrana extraída do fruto da noz-moscada (KEAY, 2005, p.115).

produtos orientais. Os portugueses enfrentavam uma dura rivalidade por parte da Companhia das Índias Orientais centrada, sobretudo no Ceilão, no Malabar e no Coromandel (SUBRAHMANYAM, 1993, p.252). Após uma série de revezes desde o Sirião, a Ormuz, Ugulim, Japão e costa Leste do Ceilão, em 1641 Malaca, centro da rede mercantil portuguesa, foi tomada pelos holandeses (SUBRAHMANYAM, 1993, p.248-249).

Procurámos então, ao longo deste capítulo, focarmos questões que considerámos essenciais para perceber o enquadramento das peças por nós estudadas. Isto é, quisemos elaborar uma síntese sobre as principais redes e rotas comerciais asiáticas que os portugueses integraram e nas quais se imiscuíram, bem como alguns dos lugares e portos que frequentaram, de forma a tentar enquadrar as possíveis áreas de circulação dos *martabãs*. Por outro lado, dedicámos especial atenção ao comércio de especiarias, uma vez que, de facto, ainda hoje persiste a ideia de que os *martabãs* eram trazidos desde o mundo asiático até Portugal, servindo como contentores de transporte destes produtos.

Os ligeiros e breves apontamentos com que quisemos colorir o texto, por exemplo, aludindo à intensa produção literária que o conhecimento de novas realidades culturais e humanas proporcionou, às dinâmicas de trocas culturais e simbioses artísticas, o nascimento de um mundo em permanente contacto e que talvez possamos mesmo dizer, já *globalizado*, não tiveram outro objectivo senão o de conduzir o leitor à nossa principal intenção, a de olhar os *martabãs* à luz desta nova realidade mundial, em constante movimento e sincrética.

2.2 PROBLEMÁTICAS

Uma das maiores dificuldades com as quais nos deparamos ao longo deste estudo prendeu-se com a escassez de bibliografia acerca deste tipo de peças, bem como o parco número de estudos referentes a espólio proveniente de trabalhos arqueológicos, traduzindo-se na quase inexistência de artigos e obras acerca da temática.

A maioria das referências bibliográficas a *martabãs* referem-se a peças pertencentes a colecções privadas ou públicas, respondendo sobretudo aos interesses dos amantes e curiosos de arte. Trata-se de trabalhos que não respondem a questões tão necessárias a um estudo arqueológico tais como os centros oleiros, locais de origem ou cronologias deste espólio. Também não dispomos de investigações sistemáticas referentes às funções que desempenhavam ou os contextos em que eram utilizados, em Portugal e nas viagens entre a Ásia e o Ocidente.

Também os estudos de índole arqueológica de que dispomos se revelam ainda insuficientes e incapazes de resolver a maioria das questões referentes a este tipo de espólio. Na realidade, não dispomos ainda de um conhecimento consolidado acerca dos vários tipos de potes a que se generalizou designar de *martabã*. O próprio termo, utilizado para designar o vasto conjunto de potes de origem asiática, acarreta, por si só, várias questões. O termo *martabã*, bem como todo o conceito que lhe está inerente, generalizou-se a um conjunto bastante vasto de peças, no qual encontramos uma grande variedade formal e decorativa, mas também a potes proveniente de diferentes áreas geográficas localizadas entre os oceanos Índico e Pacífico.

O termo, ao que pensamos aplicado inicialmente a um tipo específico de materiais, expandiu-se e vulgarizou-se a tal ponto que passou a designar todo o conjunto de potes que, de alguma forma, correspondessem a peças enquadráveis em elementos de cariz oriental. Por esta razão, definir ou perceber o conceito de *martabã* não se revela tarefa fácil, tratando-se de algo bastante complexo. Se para a sua origem a explicação parece ser apenas uma e de fácil compreensão, explicar a existência do próprio conceito constitui um exercício mais difícil de elaborar.

2.2.1 A definição de *martabã*

Embora já tenhamos feito referência e até mesmo citado muitos dos autores e fontes aqui tratados, por vezes julgamos necessário voltar a fazê-lo, de forma a permitir

uma maior percepção dos pormenores aos quais vamos fazer menção e que nos parecem essenciais para a compreensão das questões aqui tratadas.

Assim, voltamos a iniciar esta análise das fontes recorrendo à referência mais antiga que conhecemos na literatura portuguesa relativa a estes potes, a que Duarte Barbosa faz no *Livro Em que dá relação do que viu no Oriente*, obra em que dedica algumas páginas a descrever o Reino do Pegu, um lugar *de grande trato de muitas mercadorias por mar* (MACHADO, 1946, p.194-196) e Martabão, um dos três principais do portos deste Reino.

O porto de Martabão localizava-se na antiga Birmânia, actual Myanmar, na foz do Rio Saluém (6° 33' C, 97° 35' E) (THOMAZ, 1994, p.301) e era um dos lugares onde chegavam na Idade Moderna *muitas naus de diversas partes a tratar e carregar de mantimentos, e doutras muitas mercadorias* (MACHADO, 1946, p196) (ver Fig.2).

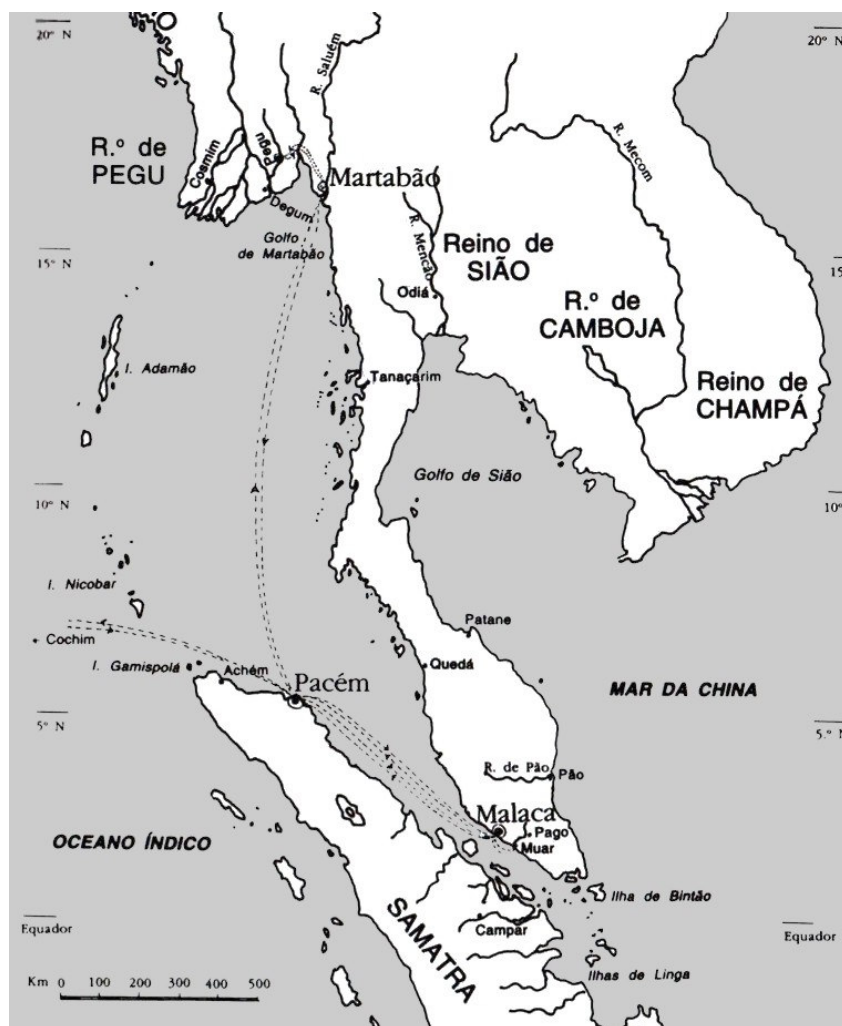


Fig.2: Localização do Porto de Martabão. De *Centa a Timor*, Luíz Filipe Thomaz.

Também já o dissemos, mas importa voltar a referir, que ao escrever acerca de Martabão, Duarte Barbosa escreve que *se fazem neste lugar muitas e grandes jarras de porcelana, mui grossas, rijas e formosas; são vidradas de preto e muito estimadas entre os mouros e entre eles valem muito, as quais eles levam daqui com muito benjoim em pães* (MACHADO, 1946, p.196).

Num outro capítulo dedicado às (...) *diversas qualidades de especiarias, aonde nascem, quanto valem em Calecut, e para onde se carregam*, o autor refere umas *vasilhas de Martabão* utilizadas para transportar e vender gengibre verde em conserva: *Acha-se igualmente em Bengala muito gengibre beledi²², do qual fazem muita e mui boa conserva com açúcar, e a levam a vender em vasilhas de Martabão ao país do Malabar (...)* (MACHADO, 1946, p.231).

As referências de Duarte Barbosa relativamente à existência de contentores de grandes dimensões, ainda que pontuais em todo o seu relato, parecem ser claras: estes seriam utilizados para o transporte e armazenamento de diversos produtos, que circulavam no porto de Martabão e em Bengala, durante o século XVI.

O autor refere na sua narrativa que se tratavam de jarras de grandes dimensões, muito espessas, rijas e cobertas por um vidrado negro.

Um dos aspectos que nos parece importante realçar, é o facto do autor também afirmar que as *jarras* que observara no porto de Martabão se tratavam de contentores fabricados em porcelana. Esta referência leva-nos a seguir dois possíveis caminhos interpretativos: por um lado, leva-nos a pensar que, ao referir-se às jarras de Martabão como peças de porcelana, não terá tido uma preocupação rigorosa na descrição dos objectos que observava, aplicando a palavra *porcelana* sem qualquer inquietação sobre a veracidade do material em que estes eram construídos. Mais estranhámos esta descrição, quando o mesmo autor, ao dedicar-se à exposição do que viu no *grande Reino da China* (MACHADO, 1946, p.216-219), demonstra conhecer as características de uma peça de porcelana, nomeadamente a forma como eram fabricadas: *Fazem aqui muita soma de porcelanas, que é boa mercadoria para todas as partes, que se fazem de búzios, de cascas de ovos e claras, e outros materiais, de que se faz uma massa que lançam debaixo da terra por espaço de tempo (...)* (MACHADO, 1946, p.218). Afigura-se-nos um pouco estranho que Duarte Barbosa utilize a designação *porcelana* em relação a peças com estas características, o que poderá estar relacionado, à época, com uma vulgarização do próprio termo; por outro lado, a interpretação desta referência poderá ser a contrária à que enunciámos aqui: terá o autor do

²² Uma das três variedades principais de gengibre, produzido na região de Calecut (MACHADO, 1946, p.230).

relato sido rigoroso e feito uma correcta descrição das peças que observara? Tratavam-se, de facto, de peças em porcelana a que hoje generalizámos designar como *martabã*? Isto é, à época, terão existido peças em porcelana formalmente iguais ou semelhantes a *martabãs*?

Na sequência desta questão, não poderíamos deixar de apresentar duas breves referências: No Livro V da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Fernão Lopes de Castanheda²³, ao referir-se ao porto de Martabão, diz-nos que *se fazem as jarras martabanas que leuão á India, e assi outra muyta louça de massa de porcelana, poreem não tão fina como a da China, nem daquelas cores e pinturas* (CASTANHEDA, 1979, p.138)²⁴.

Por seu turno, Damião de Góis, no capítulo LII da *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel* (GÓIS, 1749, p.543), ao falar da cidade de Martabão diz *que he huma das principaes do regno [do Pegu] onde se fazem as talhas que chamam Martabanas, e outra muita louça de porcelana*.

Ora, embora nenhum dos dois autores afirme directamente que estes objectos eram fabricados em porcelana, a verdade é que o podemos assim entender quando ambos utilizam expressões semelhantes para se referir a outras produções de Martabão. É a utilização da palavra *outra* que nos chama a atenção e que nos faz pensar que talvez nos dois casos os autores incluam as *martabanas* nas produções de porcelana. Isto é, parece-nos ser possível que os autores nos querem dizer que, para além das produções destas jarras, ou talhas como diz Damião de Góis, também se produziam outras peças em porcelana, mas com outras formas e características distintas.

Voltando novamente ao relato de Duarte Barbosa, apesar de se referir ao valor estético das peças, descrevendo-as como *formosas*, este não faz qualquer alusão a decoração que as jarras apresentassem, provavelmente porque não a teriam, a não ser o vidrado.

Relativamente às suas características como contentores, o autor afirma que algumas destas vasilhas tinham a capacidade de armazenar quantidades correspondentes a uma pipa de água: *há aí delas que levam uma pipa de água* (MACHADO, 1946, p.196). Afirma ainda que algumas eram utilizadas como embalagem e contentor de transporte de gengibre beledi em conserva.

Duarte Barbosa refere também que as grandes jarras de Martabão eram *muito estimadas pelos mouros* (MACHADO, 1946, p.196). No que não ficamos esclarecidos é quanto ao porquê de serem tão *estimadas*. Isto é, o interesse dever-se-ia ao facto de possuírem características ideais enquanto contentores e, especificamente para o tipo de produto

²³ A 1ª edição do Livro V data de 1553.

²⁴ Embora o autor a partir do qual fazemos esta citação utilize algumas abreviaturas, optámos por fazer o desdobramento das mesmas de forma a facilitar a leitura. O mesmo se aplicará a documentação já transcrita por outros autores.

transportado? Dever-se-ia, por outro lado, ao seu valor estético e por se tratar de objectos exóticos? Sê-lo-iam pelas duas razões apontadas como hipótese ou mesmo uma outra?

Segundo o autor, eram levadas de Martabão por estes mesmos mouros *com muito bejoim*²⁵ em pães, o que interpretamos como o transporte desta resina, solidificada e com forma de pães.

Assim, pelas duas breves referências de Duarte Barbosa sabemos que, pelo menos, as jarras fabricadas em Martabão serviam para armazenamento e transporte de conserva de gengibre beledi, bem como de benjoim.

Garcia da Orta, no capítulo XLVII dos *Colloquios dos Simples e drogas e Cousas Medicinaes da India e assim algumas fructas achadas nella* (ORTA, 1872, p.177-184), cuja 1ª edição data de 1563, referindo-se à *raiz ou pao da China* adverte: *E o pao que houverdes de levar pera Portugal, seja mettido em “jarras martavans” de collo alto; porque são vidradas per dentro, e sustem muito o pao sem se damnar* (ORTA, 1872, p.184). De acordo com o médico português, podemos equacionar sobre o facto de referir que a raiz deveria ser transportada em “jarras martavans” de collo alto, pois, não quererá com isto dizer que existiam jarras semelhantes mas com variações formais, neste caso, do colo? Por outro lado, refere também que seriam vidradas no interior, o que vai de encontro ao que questionámos na frase anterior, uma vez que em nenhum relato que conhecemos é feita referência ao vidro no interior destas peças, assim como nenhuma das peças que conhecemos actualmente apresenta esta característica. Desta forma, parece-nos que a referência de Garcia da Orta, embora bastante breve, alerta-nos para o facto, de já no século XVI a designação de *martabã* ser atribuída a contentores com diferenças tipológicas e formais.

Ainda de acordo com este relato, sabemos que Garcia da Orta aconselhava o transporte desta raiz em *jarras martavans*, devido às suas características enquanto embalagem e que possibilitavam a conservação dos produtos, designadamente o facto de serem vidradas por dentro e porque *sustem muito o pao sem se damnar*²⁶.

A primeira parte de *As duas viagens do feitor Pero Pais (1512-1515)*, um feitor de um navio que viajou entre Malaca e o Pegu, constitui outro dos relatos que nos dão a conhecer as experiências e impressões de um europeu no continente asiático. É referida por Luís Filipe Thomáz na obra *De Ceuta a Timor* (THOMAZ, 1994) e diz que, ao relatar o

²⁵ Benjoim: espécie de resina retirada do tronco do benjoiero e da qual se faz um bálsamo.

²⁶ Damnar: estragar; causar dano.

carregamento do junco²⁷ *S. João*, ancorado no porto de Martabão, Pero Pais escreve que *ao momento de se carregarem no junco: os azeites meteram-se em jarras vidradas*²⁸, referência que Luís Filipe Thomáz interpreta como as *célebres jarras de Martabão* (THOMÁZ, 1994, p.316).

Estaremos mais uma vez perante os objectos a que se generalizou designar de *martabã*? De facto, a referência, quando confrontada com outros relatos, bem como as características de algum do espólio conhecido, parece não deixar grandes dúvidas quanto a isso. Contudo, consideramos que os contentores referidos nas narrativas de Duarte Barbosa e Pero Pais apenas se poderão relacionar com algum do espólio abrangido por este conceito. Na verdade, as características enumeradas pelos autores não podem ser aplicadas senão a um número muito reduzido de peças a que actualmente se designa de *martabã*. Também não devemos excluir a hipótese de, tanto Duarte Barbosa como Pero Pais, apenas terem observado, ou registado, alguns destes contentores. A sê-lo, tal não significaria que no mesmo porto de Martabão não se produzissem outros tipos de jarras, com distintas características.

Chegados a este ponto, parece-nos importante para a nossa análise, abrir um parêntesis na crítica aos relatos dos viajantes. Antes de mais, é crucial ressaltar o facto de todos os relatos já apresentados e por apresentar constituírem relatos de viajantes europeus, pelo que, intrinsecamente, transmitem o modo como estes mesmos europeus, e talvez por inerência a Europa via, nos séculos XVI e XVII, a Ásia e os asiáticos. Transmitem um olhar sobre o diferente e o exótico face à realidade do mundo europeu e por isso, estes relatos reflectem as percepções culturais dos viajantes. Por outro lado, ao darem a conhecer usos e costumes, hábitos e utensílios do quotidiano, nos quais inserimos os *martabãs*, os autores fazem, já nos séculos XVI e XVII, análises de cariz etnográfico, deixando por escrito as suas próprias visões e relatos de forte componente antropológica. Importa dizer que se tratam de fontes literárias, pelo que a capacidade de observação dos viajantes, bem como as *alterações* à realidade observada constituem condições a ter sempre presente e das quais, na nossa análise, procuramos ter sempre em consideração. Desta forma, a interpretação veiculada, isto é, se a realidade que observam ou se a percepção que dela têm, são sempre questionáveis.

No *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, acerca do porto de Martabão, tal como já transcrevemos no capítulo

²⁷ Embarcação característica do Extremo Oriente cujo casco, feito em junco, aproveita a sua capacidade de flutuação.

²⁸ O azeite, quando em guardado em vasilhas vidradas torna-se rançoso, pelo que julgamos tratar-se, não de azeite, mas talvez outro tipo de óleo.

referente ao Estado da Questão, o viajante escreve: *Voltando agora à nossa descrição da costa até ao porto e cidade de Martavão, que está no limite do Pegu e no começo do Sião: nesta cidade são feitas muitas das grandes jarras de barro a que na Índia chamam “martabanas” e que são levadas em grandes quantidades por toda a Índia. Há muita variedade delas, grandes e pequenas, algumas até com uma capacidade de duas pipas de líquido. São levadas em tamanha quantidade porque na Índia são usadas em todas as casas e navios em vez de barris, que lá não há, a não ser os que vêm de Portugal. Por isso, usam em seu lugar estas jarras que guardam óleo, vinho, água e coisas semelhantes, pois conservam-nos muito bem e são uma grande comodidade para o viajante. Muitas delas são também levadas para Portugal, pois usam-nas nas naus da carreira da Índia para guardar água, azeite, etc.* (POS e LOUREIRO, 1997, p.112).

A passagem relativa a Martabão e às jarras aí fabricadas é bastante curta quando comparada com o vasto relato que o *Itinerário* nos oferece, contudo, as informações por ela veiculadas são de grande importância.

Após a leitura do excerto, verificamos que o relato de van Linschoten difere daquele que nos é apresentado por Duarte Barbosa, no momento em que se refere às *grandes jarras* como contentores fabricados em barro. Embora esta descrição esteja bastante mais próxima daquela que utilizamos actualmente, julgamos fazer sentido recorrer ao mesmo exercício interpretativo realizado para a descrição que referia as jarras existentes em Martabão como peças de porcelana: seriam estas, de facto, peças em barro? E se a descrição é fidedigna, que tipo de barro? Será o grés por que são conhecidas hoje?

Ainda comparando os textos de Duarte Barbosa e de van Linschoten, são notórias as diferenças no que respeita à forma como os autores se referem às jarras que observaram e registaram. Enquanto o primeiro as designa de *vasilhas de Martabão*, o segundo diz tratarem-se de peças conhecidas na Índia como *martabanas*, tal como o fez também Garcia da Orta, ao referir-se a *jarras martavans*. Verificamos, então, que enquanto Duarte Barbosa as identificou com o topónimo do lugar onde eram fabricadas, na descrição de van Linschoten e de Garcia da Orta esse topónimo já evoluiu para um nome individual. Isto é, a designação *vasilhas de Martabão* remete para a denominação de um objecto a partir de um topónimo. Por outro lado, num segundo momento, verifica-se a evolução da designação de *vasilhas de Martabão* (complemento determinativo) para *martabanas* (adjectivo), o que poderá sugerir uma apropriação do objecto às características gerais dos contentores fabricados em Martabão. Queremos com isto dizer que o objecto em causa, tal como o referem van Linschoten e Orta, já não parece ser associado apenas ao lugar de Martabão, mas associado a outros objectos cujas características gerais correspondem às mesmas das jarras fabricadas nesse porto do Pegu. Por outro lado, vimos anteriormente, que as jarras a que Garcia de

Orta alude apresentam características diferentes das que geralmente são apresentadas e que parece vir de encontro à ideia que agora damos a conhecer ao leitor.

A própria evolução linguística que as descrições de Duarte Barbosa, de Garcia da Orta e de van Linschoten denotam quando se referem a estes contentores, ou seja, a passagem de um complemento determinativo a um adjetivo formado a partir de um topónimo, reflecte um processo de conceitualização dos objectos.

Neste sentido, importa chamar a atenção para o facto de van Linschoten referir que é na Índia, e não no seu local de fabrico, que as jarras são denominadas de *martabanas*. Ora, aqui não estará já presente aquilo que podemos entender como a necessidade de associar um significado a um objecto? Isto é, parece-nos já ser notória a necessidade de, fora do local de produção, classificar peças exógenas para que, imediatamente, fossem identificadas. Certamente grandes jarras também as havia na Índia, contudo as fabricadas em Martabão apresentariam determinadas especificidades que se generalizaram, como já o dissemos, a outras jarras que mostrassem características semelhantes. Assim, de forma natural e talvez involuntária, terá existido a necessidade de criar um nome que identificasse este tipo de jarras, o que, em consequência, permitia a identificação imediata do seu significado. Da mesma forma, a um nível simbólico, se diferenciava este tipo de contentores e o identificava com uma cultura diferente.

Continuando a analisar o excerto do *Itinerário*, é o explorador holandês que, ao afirmar que *Há muita variedade delas, grandes e pequenas*, já nos anuncia que as jarras fabricadas em Martabão durante o século XVI não eram todas iguais. Ora, isto não nos deverá parecer estranho, na medida em que, hoje em dia, também atribuímos a designação de *martabã* a vários tipos de potes bastante diferentes entre si. No que se refere à capacidade que tinham de armazenamento, enquanto Duarte Barbosa diz que *há aí delas que levam uma pipa de água* (MACHADO, 1946, p.196), van Linschoten aponta o dobro: *algumas até com uma capacidade de duas pipas de líquido* (POS e LOUREIRO, 1997, p.112). Quanto às funções, o autor refere a sua utilização como contentores de transporte e armazenamento de líquidos, tais como óleo, vinho e água, devido às suas capacidades de conservação. Salienta ainda a utilização destes contentores nas casas e nos navios, bem como nas naus da Carreira da Índia, durante as viagens de regresso a Portugal, armazenando água e azeite.

Num outro capítulo da sua obra, van Linschoten afirma também que *nos navios mercantes que navegam de Goa para a China, Japão, Bengala, Malaca e por todas as partes do Oriente, pois aí não se usam nem há outros marinheiros* (POS e LOUREIRO, 1997, p.179), *não se usam barris com água (...) porque estes não existem nem são fabricados em toda a Índia, a não ser os que foram*

para lá trazidos pelos portugueses e que sobraram dos seus navios. Em vez dos barris usam um grande recipiente quadrado de madeira, junto do mastro grande, no fundo da quilha da embarcação, bem vedado e coberto com peço, onde transportam tanta água quanta consideram necessária para a viagem que pretendem fazer. O capitão, o mestre e o piloto, e os mercadores e passageiros, têm todos os seus próprios víveres e a sua água nas grandes jarras indianas a que chamam “martabanas” (POS e LOUREIRO, 1997, p.180).

Esta passagem revela-nos que, já no século XVI, as *martabanas* eram utilizadas apenas por alguns. De facto, enquanto os marinheiros teriam que transportar a água em recipientes de madeira, os oficiais da tripulação, bem como os mercadores e passageiros, podiam transportar os mantimentos e água nas *martabanas*.

Este excerto do mercador e explorador holandês levanta-nos ainda outra questão: se anteriormente van Linschoten referia que as *grandes jarras de barro*, na Índia eram chamadas de *martabanas*, para onde eram enviadas em grandes quantidades, agora afirma tratar-se das *grandes jarras indianas a que chamam “martabanas”*. Então porque muda o seu discurso e passa a dizer que se tratam de peças fabricadas na Índia? Tratar-se-ão mesmo de jarras indianas? Ou terá sido isto um lapso do autor? Ou na Índia produziam jarras iguais, ou muito semelhantes, às fabricadas em Martabão?

Do século XVII data o livro *Voyage de Pyrard de Laval contenant sa navigation aux Indes Orientales, Maldives, Moluques, et au Brésil; les divers accidens qui luy font arriver en ce voyage pendant son séjour de dix ans dans ce País* (LAVAL, 1679). Ainda na primeira parte do seu relato, no capítulo *De la curiosité du Roy des Maldives: sa genealogie: du changement de l'estat de ces Isles: des femmes du Roy, et des autres choses qui sont arrivés en ce pays là*, sobre os navios vindos da costa da Arábia, Pérsia e Morgor, Pyrard de Laval escreve: *Enfin dans toute l'Inde ils n'ont point nostre invention des pippes, mais ils usent seulement des iarres les plus belles, les mieux vernies et les mieux façonnées que j'aye veu ailleurs. Il y en a qui tiennent autant qu'une pippes et plus. Elles se font au Royaume de “Martabane”, d'où on les apporte, et d'où elles prennent leur nom par toute l'Inde. L'eau ne se gaste et ne se corrompt iamais là dedans, et elles se ferment avec le clef* (LAVAL, 1679, p.178) (ver Tabela 1).

Nesta breve passagem o viajante começa por afirmar que em toda a Índia não são utilizadas pipas de madeira para conservar a água, como era costume próprio dos europeus, mas somente jarras. Contudo, as jarras a que Pyrard se refere especificamente eram as jarras fabricadas no Reino de Martabão, as quais se caracterizavam por serem as mais belas, as melhor vidradas e as jarras melhor fabricadas que já tinha visto. Ora, aqui o autor já nos dá a conhecer algumas das características das jarras fabricadas em Martabão, referindo-se não só à sua beleza e valor estético, mas também à qualidade da sua tecnologia de fabrico, o que

as distinguia de qualquer peça semelhante que já tivesse visto. Refere ainda que algumas das jarras tinham a capacidade de levar mais de uma pipa de água. Além de nos dizer que se tratavam de jarras onde a água era conservada nos navios, Pyrard de Laval diz-nos ainda que o eram por permitirem conservar a água sem que esta se deteriorasse. Na mesma frase em que o afirma que as jarras se fechavam à chave, o que julgamos poder tratar-se de uma estrutura metálica utilizada como tampa, ou até que envolvesse várias zonas ao longo da peça.

Ao afirmar que *Elles se font au Royaume de “Martabane”, d’où on les apporte, et d’où ells prennent leur nom par toute l’Inde*, Pyrard de Laval toca uma das problemáticas que temos vindo a focar ao longo do nosso trabalho e que se prende com a designação dada a estas jarras. De facto, o autor afirma que estas peças eram fabricadas em Martabão e que daí eram exportadas por toda a Índia, e que por isso recebiam do local onde eram fabricados a designação. Apesar de não dizer qual o nome que essas jarras recebiam, podemos depreender que não fugiria à designação de *martabã* pela qual são hoje conhecidas, ou mesmo *martabanas*, como já vimos em relatos anteriores.

Em *A Suma Oriental*, de Tomé Pires, cuja 1ª edição data do ano de 1515 (PIRES, 1978, p.224) há uma referência à qual não podíamos deixar de aludir. No capítulo *De Bengala à Indo-China*, a respeito de Bengala, o autor escreve: *E asy mesmo comservas Dacuqueur de diuversas maneiras Em mujta abastança todos os mjrabulaños em conserua gengiures laranJas pepinos cenoyras Rabões limõeas açamboãs figuos aboboras combalengas E outras mujtas frutas e destas tambem em vinagre trazem mujta copia De vasos De barro pardo mujto cheirosos que se estimam mujto nestas partes e valem baratôs/*.

De facto, em nenhum momento Tomé Pires se refere a *martabãs*, a jarras de Martabão ou utiliza qualquer designação próxima destas. A verdade é que estas linhas da *Suma Oriental* nos poderiam passar totalmente despercebidas, não fosse a associação de conservas de vários tipos à expressão *vasos De barro pardo*. Ora, ao lermos estas mesmas palavras, de forma automática associamos ao grés, um tipo de barro que se caracteriza por ser cinzento, por vezes quase negro, em conclusão: de cor parda. E um vaso não é uma forma de contentor? Por outro lado, como já vimos anteriormente, potes feitos em Martabão seriam utilizados também para transporte de gengibre em açúcar, pelo que não podíamos deixar de fazer a associação. Apesar de Tomé Pires não nos dar nenhuma indicação clara do tipo de peças a que se refere, não deixamos de questionar: tratar-se-á de elementos que, hoje em dia, ou até mesmo no início do século XVI, podíamos considerar um *martabã*?

As questões que aqui colocamos levam-nos a outras interrogações: o que é, então, um *martabã*? Que características deve ter um pote para que o possamos considerar um *martabã*?

Autor/Fonte	Ano	Designação	Funcionalidades
Duarte Barbosa, <i>Livro Em que dá relação do que viu no Oriente</i>	1516	<i>jarras; vasilhas de Martabão</i>	gengibre verde em conserva; benjoim
Fernão Lopes de Castanheda, <i>História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses</i>	1553	<i>jarras martabanas; jarra martabana</i>	água
Garcia de Orta, <i>Colloquios dos Simples e drogas e Cousas Medicinaes da India e assim algumas fructas achadas nella</i>	1563	<i>jarras martavans</i>	raíz ou pau da China
Damião de Góis, <i>Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel</i>	1566	<i>talbas (...) Martabanas</i>	-
Jan Huygen van Linschoten, <i>Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas</i>	1596	<i>jarras (...) martabanas</i>	óleo; vinho; água e coisas semelhantes; água; azeite, etc
Pyrard de Laval, <i>Voyage de Pyrard de Laval contenant sa navigation aux Indes Orientales, Maldives, Moluques, & au Brésil; les divers accidens qui luy font arriver en ce voyage pendant son séjour de dix ans dans ce Païs</i>	1601-1611	<i>iarres</i>	água

Tabela 1: As funcionalidades dos *martabãs* nas fontes dos séculos XVI e XVII.

Do ponto de vista dos dados obtidos nas investigações, são muitas as questões que levantamos em relação às quais não existe um entendimento ou respostas definitivas para dar.

A designação de *martabã* generalizou-se a vários tipos de grandes jarras, vidradas e fabricadas em grés, ou argilas habitualmente consideradas grosseiras, peças de paredes

espessas, provenientes do Extremo Oriente e utilizadas para o transporte e armazenamento de produtos líquidos ou sólidos durante a Época Moderna. Contudo, verificamos que embora não se saiba quando nasceu o conceito de *martabã*, este parece ter evoluído ao longo dos séculos, até aos dias de hoje. Desse conceito excluíram-se mesmo os potes em porcelana de que falava Duarte Barbosa. Vulgarizou-se o termo *martabã*, levando a que se compreendessem nesta categoria peças originárias dos mais diversos pontos geográficos, desde o Sul da China, até à Tailândia, Filipinas, Malásia, etc. Os autores de *Le Mauritius, la mémoire engloutie* (L'HOUE, LONG, RIETH, 1989, p.178) afirmam mesmo que a vulgarização do termo foi tal, que passou a designar não apenas produções de origem chinesa, mas até japonesa: *L'habitude s'est prise par la suite de nommer martaban presque toutes les jarres de production asiatiques, qu'elles soient chinoises, thaï ou japonaises*.

Marie-France Dupoizat escreve em *Le San Diego. Un trésor sur la mer* (DUPOIZAT, 1994, p.228) que o termo *martabã* era, no século XVII, associado a jarras de valor oferecidas a personalidades influentes por autoridades holandesas. Contudo, refere que: *Cette appellation s'est ensuite banalisée jusqu'à désigner toutes les jarres de grès asiatiques*, demonstrando como também esta autora considera que o termo se generalizou de tal forma, que passou a designar todas as jarras fabricadas em grés com origem oriental.

Quanto aos potes que considera *martabãs*, Dupoizat afirma poderem tratar-se de peças fabricadas em olarias do Pegu ou de regiões mais setentrionais, como a actual Birmânia, as quais, porém, estão ainda por identificar (DUPOIZAT, 1994, p.234).

No galeão *San Diego*, a autora pensa terem sido utilizados para conservar água doce (DUPOIZAT, 1994, p.234).

Estas são, de facto, algumas das questões ainda em aberto acerca dos *martabãs*. Várias são as interpretações sobre o que é um *martabã*, os seus locais de fabrico e origem, bem como as funções que desempenhavam. Tal como percebemos pelas palavras de Dupoizat ao lermos o seu texto, as suposições e hipóteses quanto a estas questões são muitas e as certezas raras, ou mesmo inexistentes.

Persistem ainda interrogações quanto à forma como estas peças eram trazidas desde o Oriente, isto é: serviam como contentores? E se sim, de quê? Que transportariam? Ou eram, por outro lado, eles próprios trazidos como carga? Se assim fosse, que acondicionariam no seu interior?

Nanne Ottema (*apud* PIJL-KETEL, 1982, p.220) afirma tratarem-se de potes para armazenar água ou outros produtos, primeiro utilizados durante as viagens marítimas, mas que posteriormente passaram a ser utilizados com outras funções.

Também Daisy Lion-Goldschmidt (LION-GOLDSCHMIT, 1978, p. 253) considera tratarem-se de potes de água ou para transporte e armazenamento de alimentos. Afirmar ainda que estas eram peças largamente exportadas da China para as Filipinas, as Celebes, o Bornéu e outras ilhas da Indonésia. Quanto à designação de *martabã*, tal como os autores anteriores, diz dever-se ao porto de Martabão, onde seriam fabricados.

No trabalho de Moira Tampoe (TAMPOE, 1989, p.63-64), *martabani jars* recolhidos em Siraf, no Golfo Pérsico, integram o capítulo referente ao espólio de Época Moderna e um sub-conjunto de peças vidradas de origem chinesa. Considera tratarem-se de potes grosseiros, em grés cinzento, produzidos desde o século XII, desde o Norte da China, nomeadamente na Província de Yi Xing, até ao Sul, dando como exemplo Guangdong.

Segundo S. J. Vainker (VAINKER, 1991, p.146-147) os *martabãs* constituíam contentores para exportação de bens alimentares, tendo sido eles próprios exportados como mercadoria. Afirmar ainda que o fabrico destas peças se destinava originalmente à exportação de vinhos e *pickles*²⁹. Quanto a cronologias, o autor afirma tratar-se de peças produzidas desde o início da Dinastia Song (960-1275), ou até mesmo desde a Dinastia Tang (618-907), continuando a sua produção até aos dias de hoje. De acordo com o que escreve Vainker, potes de grandes dimensões eram fabricados na Tailândia porém alguns de menores dimensões terão sido recolhidos em naufrágios de embarcações datadas da Dinastia Ming (1368-1644). Avança ainda que contentores com estas características podiam ter sido produzidos perto da cidade chinesa de Guangdong.

Como temos visto ao longo destas páginas, as interrogações são muitas quando nos referimos a potes *martabã*. No que concerne às jarras de grés asiáticas, recolhidas durante as intervenções arqueológicas no naufrágio do *San Diego*, Marie-France Dupoizat afirma que durante o século XVII se associavam a peças de valor oferecidas a individualidades importantes (DUPOIZAT, 1994, p.228). Segundo a autora, não só eram utilizadas como peças de armazenamento, como seriam também símbolos de prestígio: *Parallèlement à l'emploi utilitaire de la jarre de stockage (...) un symbole de prestige*. As peças, por si só, seriam *comme un bien de valeur* (DUPOIZAT, 1994, p.228). Refere-se em específico às jarras asiáticas que integravam a carga do *San Diego* como contentores de acondicionamento de salmouras durante as viagens marítimas, de transporte de mercadorias que exigiam estanquicidade, ou mesmo como reservatório de água doce (DUPOIZAT, 1994, p.230).

²⁹ Por *pickles*, embora não tenhamos traduzido, julgamos poder entender-se como conservas.

De facto, aqui foca-se uma questão que nos parece continuar ainda por esclarecer e que já anunciámos em páginas anteriores deste nosso trabalho: os *martabãs*, quando trazidos para o Ocidente, eram-no sobretudo pelas suas características enquanto contentores ou pelo seu valor enquanto objecto? Ou compreendiam essas duas características em simultâneo? Podemos, interrogar-nos também se não haveria distinção entre vários tipos, isto é, se alguns destes potes teriam apenas a função de contentor e outros de objectos de prestígio. Existiria este tipo de distinção?

Ainda no que se refere ao espólio do *San Diego*, Dupoizat integra no grupo das jarras asiáticas denominadas *martabã* sete potes de grés vermelho-escuro, com asas horizontais, cobertos por um vidrado escuro e decorados com aplicações plásticas, constituídas por pastilhas e finos frisos de argila branca-acinzentada, criando um efeito de pregaria (DUPOIZAT, 1994, p.232-235).

A proveniência provável sugerida é o porto de Martabão, ou mesmo regiões mais setentrionais, concluindo que estas grandes jarras seriam utilizadas no *San Diego* como modo de conservação de água doce (DUPOIZAT, 1994, p.232, 234).

Também no capítulo *Cerâmicas orientais e porcelanas*, que integra o catálogo *Nossa Senhora dos Mártires, a última viagem* (DESROCHES, 1998, p.229) se encontra publicado um *pote dito martaban* (DESROCHES, 1998, p.239) recolhido nos destroços do que se pensa ser esta nau. É descrito como uma peça *em grés escuro com numerosas incisões* e revestida *de vidrado preto colorido a óxido de ferro*. Trata-se de um pote decorado com ligeiros relevos, constituídos por pastilhas e finos frisos de argila. O autor afirma ainda poder tratar-se de um exemplar proveniente de Martaban e que grandes potes de vidrado preto semelhantes eram, desde o século XVI, apreciados por viajantes portugueses, não só pela sua robustez, mas também pelo fácil manejo, por permitirem ser roladas. A sua enorme difusão explica-se, segundo Desroches, pelas qualidades utilitárias destes potes e pelas suas capacidades de conservação de água potável nas embarcações.

Em 1998, Robin Piercy (PIERCY, 1998, p.138) escreveu acerca de uma peça recolhida nas escavações da fragata portuguesa *Santo António de Tanna*, naufragada em 1697 no porto de Mombaça que, durante a campanha de 1979, *puseram em evidência um jarro de Martaban em grés (contentor cerâmico para transporte de géneros alimentares perecíveis, nomeadamente salmouras)*. Já nos trabalhos arqueológicos decorridos em 1980, por baixo da estrutura da proa, o autor diz terem sido recuperados *jarros de Martaban em grés* (PIERCY, 1998, p.138-139) e sobre este mesmo espólio afirma serem provenientes do sudoeste asiático e *importados e vendidos em Goa*.

De notar que, tal como vários séculos antes fez Duarte Barbosa, Piercy também se refere às peças recolhidas como *jarros de Martaban* e não *martabãs*, ou *martabanas*. De facto, talvez devido à falta de entendimento ou consenso quanto a estas questões, na grande maioria das vezes, os investigadores optam por não utilizar a designação *martabã*, preferindo apenas identificá-los com o lugar onde se pensam ter sido fabricados ou classificá-los com a funcionalidade, ou mesmo referindo-se à matéria-prima em que são fabricados ou às suas características formais.

Para além das já anunciadas, permanecem ainda em aberto questões referentes aos contextos em que este tipo de espólio surge, isto é, desconhecemos ainda quais os diferentes contextos em que os diferentes tipos de pote surgem.

Outra das questões às quais importa aludir, é a que se prende com a relação entre *martabãs* e especiarias. De facto, persiste ainda uma ideia de que estas peças tinham como função, o transporte de especiarias durante as viagens marítimas entre a Ásia e a Europa.

Não encontramos, no entanto, provas arqueológicas nem documentais que suportem esta teoria. Então, porque são com alguma frequência classificados como *potes de transporte de especiarias*? No Museu Nacional de Arte Antiga, por exemplo, nas fichas de inventário de algumas das peças que estudámos durante o já referido trabalho de final de licenciatura, e que incluímos no presente estudo, consta precisamente, a classificação como *potes de transporte de especiarias*. Em publicações escritas podemos encontrar a atribuição a estas peças do mesmo tipo de funções, nomeadamente na obra *A Epopeia das Especiarias* (GUERREIRO, 1999, p.122), onde surge uma imagem de um *Martabão*, peça sobre a qual se diz tratar-se de um *Vaso cerâmico de grandes dimensões utilizado no transporte marítimo de especiarias e outros produtos*.

É uma realidade que Portugal tem um passado histórico indissociável das especiarias, do seu comércio e transporte a grande escala. É também um facto que, quando pensamos e falamos em Ásia e na presença portuguesa nesse continente, é inevitável pensar no comércio de especiarias e talvez seja esta a razão, ou uma das razões, para que ainda persista a ideia de que os *martabãs* tinham como principal função o transporte de especiarias durante as viagens entre a Ásia e a Europa.

Apesar desta ligação que é atribuída entre *martabãs* e especiarias, sabe-se que o transporte destes produtos da Ásia para Portugal se fazia recorrendo a várias formas de contentorização.

Abrindo um parêntesis e recorrendo brevemente às fontes documentais, nos documentos relativos à Feitoria de Antuérpia, existentes no Arquivo Nacional da Torre do

Tombo (IANTT, Mf.7324 P.), é possível observar algumas listas de taxas alfandegárias a aplicar a produtos que passassem nesta, no final do século XVI e inícios de século XVII. Entre outras mercadorias, encontram-se taxadas várias especiarias, o que nos permite tomar conhecimento da forma habitual como estes produtos eram embalados e armazenados. Porém, os documentos não nos dão nenhuma referência acerca de especiarias embaladas em potes. As únicas duas indicações que se poderão aproximar a um pote, são as que dizem respeito a *Jara: camfá*³⁰ *hum baril ou Jara 2 libras e conserua da Jndia de toda sorte Jara ou baril* (fl.157).

As intervenções arqueológicas realizadas no navio da V.O.C. *Mauritius* (L' HOUR, LONG, RIETH, 1990, p.67) e nos destroços da *Nossa Senhora dos Mártires* (ALVES, CASTRO, RODRIGUES, GARCIA, ALELUIA, 1998, p.190) revelaram a existência de cargas destas especiarias, todavia, estas não surgem embaladas em potes *martabã*, mas sim noutros tipos de contentores, entre os quais sacas.

Não poderíamos ainda deixar de referir outra das problemáticas referente a este espólio e que se prende com o número de fragmentos e peças recolhidas em contextos arqueológicos. Vestígios de *martabãs* surgem com pouca frequência quer em contextos arqueológicos de naufrágio, quer em meio terrestre, o que poderá ser um indicador do uso esporádico destas peças. Podemos, pelo contrário, questionar se esta ausência de *martabãs* não será antes resultado de um desconhecimento geral por parte de quem os recolhe e que, por essa razão, não os referencia como tal. Queremos com isto dizer que, de facto a chegada destas produções asiáticas a Portugal poderá ter ocorrido apenas de forma esporádica e pouco significativa, resultando, hoje em dia, em escassas evidências arqueológicas, ou pelo contrário, a sua importação era algo corrente mas que, por se tratar de um espólio de origem exógena e ainda pouco conhecido, não é identificado no decorrer das intervenções. Também não podemos deixar de colocar a hipótese de ambas as situações ocorrerem e o facto de conhecermos poucos vestígios arqueológicos resultar destas duas situações.

Em jeito de conclusão, podemos então dizer que a grande problemática que persiste é a que se prende com a definição de *martabã*. Na realidade, continuamos a aplicar o termo, embora não sejamos capazes ainda de enumerar as características formais que um contentor deve observar para que lhe possa ser aplicado o termo *martabã*. Desconhecemos quais os seus locais de origem e produção, as funções que teriam enquanto contentor, ou

³⁰ *Camfá*: cânfora

mesmo as especificidades que devem ter enquanto embalagem e os conteúdos a que se destinavam quando trazidos da Ásia para a Europa. Eram trazidos como contentores ou, eles próprios, constituíam carga? A sua importação relacionava-se com as suas características de embalagem, adequadas à necessidade de transporte de produtos específicos, ou estava relacionada principalmente com o seu valor estético? Tentar alcançar respostas ou pistas sobre estas questões terá que passar pela exploração destes objectos a nível formal e a nível funcional.

Todas estas problemáticas e o trabalho a partir delas desenvolvido têm como objectivo, não apenas perceber e mostrar o conceito de *martabã*, como nós hoje o conhecemos e como os europeus dos séculos XVI e XVII o construíram e entenderam, mas sim como o devemos considerar, algo possível somente a partir de uma redefinição do próprio conceito de *martabã*.

3. OS POTES *MARTABÃ*

Nas páginas que se seguem, iremos dedicar-nos à análise dos diversos conjuntos de espólio. Optámos por apresentar as peças estudadas em dois subcapítulos distintos: o primeiro onde integramos os potes *martabã* provenientes de contextos arqueológicos, designadamente as peças da escavação do Mandarim Chinês e do Largo do Chafariz de Dentro, em Lisboa, bem como o material recolhido nos destroços da que se pensa ser a nau *Nossa Senhora dos Mártires*, durante o Projecto de São Julião da Barra; no segundo integram-se os potes pertencentes às colecções museológicas do Museu Nacional de Arte antiga, das Câmaras Municipais de Peniche e Cascais e do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Em cada um, as peças apresentadas serão organizadas num catálogo descritivo, em anexo, que incluirá igualmente o registo gráfico de cada pote ou fragmento. Também em anexo, optámos ainda por organizar um catálogo dos motivos decorativos de cada conjunto, dada a grande profusão decorativa de algum espólio estudado. Embora a sua descrição se encontre nos catálogos descritivos, neste ponto as decorações serão apresentadas de forma esquemática e organizadas de acordo com os vários motivos e técnicas decorativas.

Após esta análise formal do espólio apresentaremos a síntese dos dados obtidos, designadamente sobre os materiais de fabrico, as formas observadas no conjunto, as técnicas e funções dos elementos formais. Será igualmente apresentado um subcapítulo no qual nos debruçaremos sobre as decorações existentes nas peças e a sua simbologia.

Seguidamente ao estudo do espólio, procurámos integrar as peças a nível cultural, de acordo com as proveniências e dados cronológicos que os paralelos existentes nos oferecem.

Contudo, por enquanto começaremos por dedicar algumas páginas a um subcapítulo que denominámos de *Contextos*, no qual se darão a conhecer os principais contextos em que os *martabãs* são, habitualmente, encontrados.

3.1 CONTEXTOS

No capítulo que agora se inicia iremos fazer uma breve abordagem sobre os principais contextos em que os *martabãs* se podem habitualmente encontrar. Desta forma fazemos uma breve passagem sobre os contextos arqueológicos mas, e porque o espólio que estudamos e apresentamos nesta dissertação é proveniente de diversas realidades, também os contextos relativos a realidades museológicas e ao mundo do coleccionismo de antiguidades.

Os potes *martabã* são peças exógenas, produzidas em zonas dos Oceanos Pacífico e Índico e que terão chegado à Europa por via marítima a partir do século XVI. Pelo facto de se tratar de peças produzidas em áreas geográficas sobre as quais o conhecimento arqueológico nos chega ainda de uma forma bastante lacunar e escassa, torna-se mais difícil a tarefa de conhecer as suas origens, proveniências, cronologias ou a forma como evoluíram tipologicamente.

Assim, no que concerne às peças provenientes de contextos arqueológicos, no Ocidente têm vindo a ser encontradas e recolhidas entre o espólio de destroços de naufrágios de embarcações europeias vindas do Oriente, nomeadamente em naus portuguesas e navios da Companhia das Índias Holandesas. O espólio da presumível nau Nossa Senhora dos Mártires, o qual incluímos neste trabalho, constitui um importante conjunto recolhido em contexto arqueológico de naufrágio.

Quanto às peças arqueológicas recolhidas em intervenções em meio terrestre, surgem igualmente de uma forma bastante esporádica, ou, pelo menos, são poucas aquelas que são dadas a conhecer.

Por outro lado, os antiquários são locais onde muito frequentemente podemos encontrar potes *martabã*. De notar que não é difícil realizar uma pesquisa em catálogos de leiloeiras e encontrar peças destas para venda, algumas das quais com a denominação de *pote de transporte de especiarias*. Um pouco por todo o mundo *martabãs* são vendidos, designadamente através da internet, com proveniências desconhecidas, alguns mesmo retirados de contextos arqueológicos e, sobretudo, subaquáticos.

Como acabámos de dizer, os antiquários e leiloeiras continuam a ser dos principais locais onde se podem encontrar potes *martabã*, tratando-se de peças ligadas, sobretudo, à realidade do coleccionismo de antiguidades (ver Fig.3). Por esta razão, pensamos ser interessante e importante para conhecer melhor os contextos em que os *martabãs* podem ser encontrados dedicar algumas páginas a esta questão. Importa ainda referir que perceber

o interesse pelas antiguidades e neste caso específico, pelos *martabãs* num contexto de coleccionismo, poderá levar-nos a entender melhor o porquê destas peças serem ainda bastante associadas ao transporte de especiarias durante as viagens ultramarinas.



Fig.3: *Martabã* num antiquário lisboeta.

Desde o período de Expansão que as raridades orientais despertaram nos espíritos europeus fascínio e curiosidade.

Na Europa do século XVI, tratava-se de uma questão de prestígio adquirir e coleccionar peças vindas do Oriente. A chegada dos portugueses ao Índico veio acentuar as trocas de objectos já existentes em rotas anteriores, aumentando grandemente a quantidade dos objectos e seres disponíveis, como animais exóticos. Eram elementos de distinção social que as elites desejavam possuir e ostentar, que o queriam trazer como lembrança e afirmação aqueles que iam e voltavam das terras do ultramar. Assiste-se nesta época a um fascínio pela diferença, pelo material raro e exótico. Embora certamente os ecos das viagens ultramarinas se fizessem sentir de forma muito mais lenta e difusa nas zonas interiores do país e nas camadas sociais mais baixas, todos queriam adquirir e envolver-se

nas novidades e exotismo que a Expansão ultramarina tinha, de alguma forma, massificado e colocado ao alcance, não só dos mais abastados, mas também das massas populares. No reinado de D. Manuel I, Lisboa era já uma cidade onde existia um importante mercado para o fornecimento de objectos de arte orientais e logo no ano de 1503, um mercador francês dá a conhecer as lojas da Rua Nova dos Mercadores, onde se encontravam os mais variados tipos de peças asiáticas para venda (CHAUDHURI, 1998, p.529). Os artigos eram trazidos pelas frotas portuguesas vindas do Oriente e no último quartel do século XVI já existiam seis lojas nesta mesma rua especializadas em porcelana chinesa ou japonesa. Também nas residências dos funcionários do Estado da Índia, capitães e governadores que regressavam dos seus cargos no Oriente, existiam objectos de luxo coleccionados durante a sua estadia (CHAUDHURI, 1998, p.531). Nesse processo de difusão de raridades e artigos de luxo, coube a Portugal o principal papel como intermediário entre a Europa, a Ásia e o Extremo Oriente, satisfazendo a procura do mercado europeu por artigos de luxo e difundido os produtos e hábitos exóticos característicos dos novos tempos.

Facto curioso, por exemplo e que poderá servir de ilustração ao que escrevemos nas linhas anteriores, é o do pote pertencente ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira e que se encontra nas reservas do Museu Municipal, na Quinta da Piedade, localizada na Póvoa de Santa Iria. A peça de que falamos, foi recolhida na Quinta Municipal da Suberra, localizada na povoação de Suberra, na Freguesia de São João dos Montes, no concelho de Vila Franca de Xira e a sua fundação está ligada ao capitão D. Diogo da Veiga que, regressado da Índia, onde fez grande fortuna, em 1633 instituiu o morgado da Suberra (CAMACHO; RIBEIRO, 1997). A propriedade do morgadio prosseguiu nos seus descendentes e já no século XIX é criada a Quinta da Suberra por D. Isabel Lemos e Roxas e Manuel Inácio Martins Pamplona que, regressados a Portugal após anos de exílio, em 1821, reedificam a capela e o palácio. Durante o século XIX a Quinta da Suberra continuou lugar de convívio da alta nobreza, contudo, entrou em declínio nos inícios do século XX, acabando por ser adquirida pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em 1980. Não sabemos quando o *martabã* terá sido levado até esta quinta, nem tão pouco se fará parte dos objectos trazidos por D. Diogo da Veiga quando regressou da Índia ou, ainda, se terá sido adquirido já em épocas posteriores por algum dos amantes de antiguidades orientais, contudo, parece-nos um exemplo bastante curioso e que se encontra nestas diversas dinâmicas de interesse pelos objectos asiáticos.

Por outro lado, será importante realçar que a Quinta da Suberra surge, precisamente, num quadro conjuntural ligado ao fenómeno das quintas de recreio da alta

nobreza lisboeta. Num estudo sobre o tema, Aurora Capinha (CAPINHA, 1999, p.155) escreve: *Um comentador anónimo do Livro de Toda a Fazenda, do tempo do Marquês, refere: algumas quintas que se vêem perto de Lisboa, é tudo que lhes ficou do que trouxeram do Oriente* (Ms. B.N.L.: (cod.581), citado por Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico, esboços de história*, 4ª ed., Porto, 1988, p.14). Afirmo a autora *que foi todo o ambiente económico e social gerado pelo movimento das descobertas, de riqueza efémera, que proporcionou a onda de construção de casas de campo a partir de meados de quinhentos.*

Na mesma linha do que temos vindo a escrever, não nos parece errado afirmar que, não constitui estranheza este tipo de espólio integrar várias colecções de museus de arte, designadamente do Museu Nacional de Arte Antiga.

Também o facto de a Arqueologia Moderna enquanto disciplina ser algo bastante recente também poderá ter levado a que peças como os *martabãs* fossem recolhidas por coleccionadores e interessados em *tesouros*, entrando assim no mercado de antiguidades.

Foi na segunda metade do século XIX que a Arqueologia se consolidou, crescendo e afirmando-se entre as camadas ilustradas das sociedades europeias. Este facto contribuiu igualmente para o proliferar dos trabalhos arqueológicos, o que se reflectiu nos mercados europeus de antiguidades, aos quais afluíam muitos objectos de arte e de valor arqueológico, que integravam os *gabinets de curiosidades* dos amantes do passado, tal como André de Resende já no século XVI possuía. A estes fascinava sobretudo a beleza, a qualidade e o bom estado de conservação das peças. Ainda que adquirissem objectos arqueológicos, a informação acerca dos mesmos perdia-se, em detrimento do seu interesse estético.

As colecções do Museu Nacional de Arte Antiga, onde se encontra depositado parte do espólio por nós estudado e a que já neste capítulo aludimos, radica principalmente no numeroso e variado espólio artístico proveniente do acervo oitocentista, proporcionado pelo espólio artístico dos mosteiros e conventos portugueses extintos pela lei liberal de 1834. Posteriormente, com a implantação da República em 1910, este acervo foi enriquecido com o espólio proveniente da nacionalização dos bens da Igreja e da Coroa, das incorporações do espólio de igrejas, Sés, Paços Episcopais e palácios reais.

Também as doações, legados e *aquisições decorrentes do coleccionismo privado ou do mercado de objectos de arte*³¹ foram e continuam a ser contributos essenciais para o enriquecimento das

³¹ <http://www.mnarteantiga-ipmuseus.pt>

colecções do Museu. Entre os importante legados, encontra-se o de Luiz José Fernandes que *contemplou o Museu com a melhor parte daqueles dos seus bens... deixo-lhe o que de mais estimado possuía em sua casa, onde aliás as preciosidades abundavam* (FIGUEIREDO, 1923, p.21) e do qual fazem parte alguns dos potes que constituem o nosso objecto de estudo.

Actualmente, o mercado e os leilões de antiguidades continuam a ser responsáveis por uma grande circulação de peças de valor histórico e arqueológico. São objectos transaccionados sem que exista a preocupação de os fazer acompanhar de contextualizações ou indicações de proveniência, sendo por isso um tipo de informação perdida. Contudo, este é um mercado aberto, aceite e legalizado.

Em antiquários, leiloeiras e através da *world wide web*, é-nos possível adquirir potes designados *martabã*, provenientes de diversas áreas geográficas, muitos recolhidos em contexto arqueológico, sem qualquer controle. Bastará o seu bom estado de conservação e o seu interesse estético para ter as condições para ser adquirido por qualquer apreciador destes objectos. Como peças de colecção, ou mesmo como elementos decorativos, a verdade é que para um arqueólogo, poucas são as informações que deles podem ser extraídas. Apenas o seu valor estético se mantém, enquanto o seu valor arqueológico se torna quase nulo.

Por outro lado, importa referir que muitas das peças que actualmente chegam ao mercado de antiguidades deverão ver o seu valor arqueológico questionado, na medida em que, ainda hoje potes de tipo *martabã* continuam a ser fabricados nas regiões do Sudoeste Asiático. Desta forma, a própria antiguidade destas peças deverá também ela ser questionada.

3.2 O CONJUNTO DE POTES *MARTABÁ* PROVENIENTES DE CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS³²

- **Mandarin Chinês – Rua Augusta nº 137 a 145; Rua dos Sapateiros nº82 a 86.**

O Mandarin Chinês localiza-se na baixa pombalina de Lisboa, no segundo quarteirão Sul (ver Fig.4), uma área da cidade com intensa ocupação desde a Idade do Ferro, Período Romano, Medieval Islâmico e Cristão, até à actualidade. A intervenção deste sítio (*Mandarin Chinês*, Processo S. 13488) ocorreu na Rua Augusta nº 137 a 145 e na Rua dos Sapateiros nº 82 a 86, na Freguesia de Santa Justa, em Lisboa e constituiu de uma intervenção de emergência levada a cabo pelo Departamento de Arqueologia do IPPAR sobre a direcção científica de Jacinta Bugalhão.



Fig.4: Planta da Baixa de Lisboa, com a localização da intervenção do *Mandarin Chinês* (J. BUGALHÃO, M. J. SOUSA e A. S. GOMES, 2004, p.576).

O pote MC/LX nº 463 foi recolhido durante a 1ª campanha de escavação que decorreu entre Outubro de 1992 e Janeiro de 1993, no Sector 1, Área 9, Camada 4, Plano 4.

³² Ver Anexo I

Trata-se de uma peça que integra um conjunto de espólio proveniente de duas antigas vias modernas, a antiga Rua das Esteiras e a Rua ou Beco dos Cabriteiros, designadamente cerâmica comum, onde os níveis cronológicos e o espólio associado indicam datações entre o século XVII até à Época do Terramoto de 1755. Contudo, a peça não foi recolhida *in situ* mas numa área que apresentava algum revolvimento.

- **Os fragmentos de *martabã* recolhidos na I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro – Lisboa**

A Intervenção Arqueológica Urbana do Largo do Chafariz de Dentro, no Bairro de Alfama, em Lisboa³³, iniciou-se em 25 de Setembro de 2007, durante a qual se procedeu à peritagem de valas de prospecção da obra para detecção de infra-estruturas a afectar. Numa primeira fase, esta obra teve trabalhos de peritagem arqueológica (acompanhamento de abertura de valas por meios mecânicos, onde apenas se procedeu à monitorização das unidades estratigráficas, recolha de materiais arqueológicos e registo gráfico: registo fotográfico e desenho dos perfis estratigráficos à escala 1:20) e trabalhos de escavação arqueológica (unidades de escavação/sondagens de diagnóstico estrategicamente implantadas, escavadas arqueologicamente com recurso à metodologia preconizada por Barker/Harris. Nesta primeira fase, as entidades envolvidas na obra procuraram encontrar soluções que permitissem minimizar o impacto negativo sobre um troço da *Muralha Fernandina de Lisboa* (Monumento Nacional) e evitar a afectação da estrutura monumental. Assim, procedeu-se à abertura de um primeiro troço de vala para instalação dos esgotos domésticos da responsabilidade da Simtejo³⁴.

Porém, o decorrer da intervenção arqueológica proporcionou novos dados que puseram em causa a solução alternativa encontrada pela equipa de projectistas da Simtejo, à qual se procuraram adaptar os trabalhos arqueológicos, com a descoberta do troço original trecentista do referido monumento. Os trabalhos arqueológicos prosseguiram então com a abertura das sondagens 2-2B, tendo sido escavada a área localizada entre o paramento exterior da muralha (identificado na primeira fase dos trabalhos) e o limite exterior do caneiro oitocentista³⁵.

A escavação arqueológica do sector correspondente às sondagens arqueológicas de diagnóstico 2, 2A e 2B revelou dados estratigráficos e artefactuais a que os responsáveis pelos trabalhos arqueológicos atribuíram um período situado entre meados do século XV e os primeiros anos do século XVII. Na referida área constataram que o perfil externo da muralha correspondia já a um nível de alicerce, resultante, de acordo com os dados obtidos, de uma profunda intervenção arquitectónica ocorrida, provavelmente, em meados do século XVI. No que concerne aos artefactos recolhidos neste sector, constam fragmentos

³³ Informações gentilmente cedidas por Rodrigo Banha da Silva e Cristina Nozes, arqueólogos do Museu da Cidade de Lisboa.

³⁴ Primeiro relatório preliminar dos trabalhos desenvolvidos no Largo do Chafariz de Dentro, reportado ao período entre 25 de Setembro e 24 de Outubro de 2007.

³⁵ Segundo relatório de progresso dos trabalhos desenvolvidos no Largo do Chafariz de Dentro.

de vidro veneziano, *stoneware* germânico, majólica italiana e holandesa (?) cerâmica esmaltada de produção sevilhana³⁶. De acordo com dados presentes no segundo relatório de progresso dos trabalhos desenvolvidos no Largo do Chafariz de Dentro, estes trata-se de *contextos fechados* e passíveis de datar historicamente. Os artefactos exumados revelaram tratar-se de contextos ricos, diversificados e que evocam os contactos ultramarinos estabelecidos pelos portugueses durante o período de Expansão, demonstrando a exuberância da cidade de Lisboa, capital do Império.

Segundo as informações presentes no segundo relatório de progresso dos trabalhos desenvolvidos no Largo do Chafariz de Dentro, *a presença de vasos importados destinados apenas à exposição nas habitações, com uma funcionalidade estritamente ostentatória, como as porcelanas da dinastia Ming, as majólicas italianas e, eventualmente holandesas, os raros fragmentos correspondentes a produções germânicas (renanas) de stoneware, evidenciam uma capacidade aquisitiva ímpar da área de Alfama, correspondente à importância que adquire a zona ribeirinha de Lisboa durante o período de Expansão. No mesmo sentido concorre a colecção recolhida de alfinetes (de toucado? de indumentária?) em metais nobres (ouro e, em menor número, prata). (...) Ou, ainda, a pequena mas significativa colecção de fragmentos de vidro veneziano. Por fim, e de uso mais quotidiano, concorre também a recorrência de cerâmicas esmaltadas de fabrico meridional ibérico.*

No que se refere aos dados obtidos durante o *acompanhamento* da abertura de Troços 1 a Troço 4, aquando da colocação do novo colectador de esgoto, apenas se detectaram estruturas compreendendo um período entre os finais do século XVIII e a actualidade.³⁷ Contudo, os dados revelaram um conjunto artefactual bastante variado, com quantidades significativas de diversas classes cerâmicas datáveis, genericamente, de Época Moderna: cerâmica comum (maioritária), cerâmica comum vidrada a verde, malgas e escudelas com vidrado estanífero (produções sevilhanas e, eventualmente, nacionais), porcelana da China (ocorrente), *majólica* (rara), cerâmica modelada/moldada e cerâmica de reflexo metálico (igualmente raras). De acordo com os dados que constam do primeiro relatório preliminar dos trabalhos, o conjunto exumado permitiu aos responsáveis pelos trabalhos arqueológicos avançar com uma proposta cautelosa de datação destes contextos situada entre os meados do séc. XVI e as primeiras décadas do seguinte, levando em linha de consideração, neste caso, a ausência verificada (até à data) de produções de *faiança portuguesa*.

³⁶ Segundo relatório de progresso dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Largo do Chafariz de Dentro.

³⁷ Primeiro relatório de progresso dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Largo do Chafariz de Dentro.

A escavação da sondagem de diagnóstico 3 (SOND.3)³⁸ foi efectuada com o objectivo de reconhecer, com maior fiabilidade, a zona interrompida do troço de muralha exumado nas sondagens 2-2B. Durante a escavação desta área foi identificada uma estrutura de configuração rectangular, com uma largura mínima de 1,30 m por 1,70 m de profundidade reconhecida (medida em relação ao traçado hipotético da muralha), edificada em distintos momentos, patentes na distinta natureza das argamassas dos três muros, correspondendo o mais ocidental ao mais recente, provavelmente datável já da segunda metade do século XVII ou inícios do século XVIII (apenas reconhecido no seu paramento interior). A estratigrafia do interior da estrutura mostrava enchimentos sucessivos de unidades estratigráficas de matriz arenosa e de ricas em matéria orgânica, alternadas, com materiais similares aos identificados nas unidades estratigráficas reconhecidas nos troços 2 a 4 e Sondagem 2-2B, com a mesma cronologia.

Na área referente ao Troço 5³⁹, situada entre as Sondagens 2 e 3, foi identificada a correspondência com o troço original trecentista da *Cerva Fernandina de Lisboa*, edificada entre 1373 e 1375, bem como elementos em madeira (tabuado e poste) da cofragem trecentista que serviu para a construção do monumento.

Alguns dos fragmentos que integram este catálogo são provenientes do Troço 7, um troço de vala aberto mecanicamente. Tal como as restantes, trata-se de um aterro horizontal que apresenta uma única unidade estratigráfica. De acordo com as informações cedidas pelos arqueólogos responsáveis, novos relatórios sobre os trabalhos neste troço não se encontram ainda disponíveis, mas afirmam que aqui a estratigrafia registada corresponde totalmente a contextos do século XVI.

³⁸ Segundo relatório de progresso dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Largo do Chafariz de Dentro.

³⁹ *Idem*.

- **Projecto São Julião da Barra**

O Projecto de São Julião da Barra, durante o qual foram identificadas 28 áreas de interesse arqueológico teve início no ano de 1993, quando o Museu Nacional de Arqueologia, juntamente com a associação ARQUEONÁUTICA Centro de Estudos, sob direcção do Dr. Francisco Alves, promoveu uma campanha de reconhecimento arqueológico junto à fortaleza de São Julião da Barra (*Projecto S. Julião da Barra – Relatório dos Trabalhos efectuados em 1994*). Na sequência desta campanha, foram identificadas várias áreas de interesse arqueológico e elaborado um mapa da zona central de intervenção (ver Fig.5), correspondente à pequena baía localizada em frente da piscina da fortaleza designada SBJ1 (São Julião da Barra 1). Foi ainda identificada uma segunda área de grande interesse potencial contendo os restos de um casco de madeira e junto dos quais foram identificados fragmentos de porcelana chinesa do reinado Wan-li (1572-1620), bem como cerâmicas do sul da China, datadas do período de transição entre os séculos XVI e XVII. Esta área, situada a algumas dezenas de metros a sul de SBJ1, foi designada de SJB2. Desde logo, a sua localização e presumível datação levaram a considerar poder tratar-se dos restos da nau *Nossa Senhora dos Mártires*.

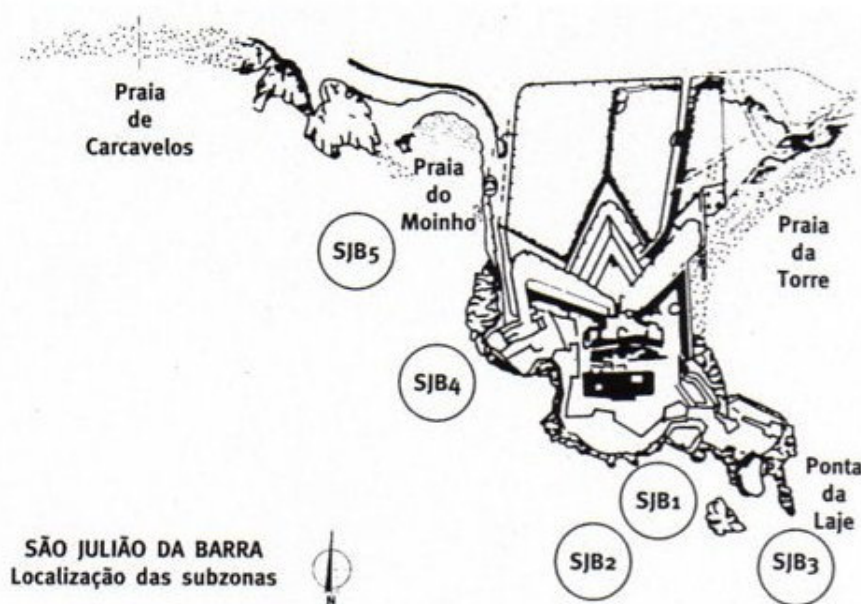


Fig.5: Localização das áreas SJB1 e SJB2 (*Projecto São Julião da Barra – Relatório dos trabalhos efectuados em 2004*).

De acordo com o relatório dos trabalhos de 1994 (*Projecto S. Julião da Barra – Relatório dos Trabalhos efectuados em 1994*), na zona SBJ2 foram encontrados vários grãos de pimenta e foram recolhidos, entre outro espólio, fragmentos de cerâmica, dois pratos de estanho e uma peça enrolada de folha de chumbo de revestimento de casco. No conjunto de 15 fragmentos de cerâmica recolhidos foi identificada porcelana azul e branca, *cerâmica verde-branca e verde-amarela, e o grés castanho vidrado com decoração de imitação de rebites, do tipo Martaban*. De acordo com o mesmo relatório, *estes tipos de cerâmica são de proveniência chinesa típica, e podem ser bem datados, segundo Jean-Paul Desroches, da transição do século XVI para o XVII, correspondendo a uma fase precoce do período Wan-li*.

No que diz respeito aos fragmentos de *martabã* por nós estudados e aqui apresentados, foram recolhidos na jazida SJB 2, constituída, como já dissemos, pelos restos dos fundos de um navio de madeira de grandes dimensões, localizados a cerca de 200 metros a sul da Fortaleza de São Julião da Barra (*Projecto S. Julião da Barra – Relatório dos Trabalhos efectuados em 1994*).

No conjunto de peças de São Julião da Barra, optámos por descrever exaustivamente e por desenhar apenas aquelas que considerámos mais representativas do conjunto de fragmentos que interpretámos como *martabãs*.

O restante espólio foi inventariado e organizado numa tabela (ver Tabela 2) onde consta a identificação de cada fragmento ou conjunto de fragmentos, a porção da peça a que corresponde, cor da pasta e cor do vidrado. Não considerámos as medidas dos fragmentos, por considerarmos pouco relevante para a estatística, que apenas pretende ser uma amostra das peças indeterminadas existentes no conjunto.

Identificação	Fragmento	Pasta	Vidrado
SJB nº 158.01	Parede de bojo	Vermelha	-
SJB nº 140.06.01	Parede de bojo	Beje	-
SJB nº 18.15.01	3 frag. de parede e arranque de asa	Beje	-
SJB nº 50.02.01	Parede com canelura	Cinzenta-rosada	-
SJB nº 24.12	Parede com canelura	Cinzenta-rosada	-
SJB nº 24.04	Parede	Cinzenta-rosada	-
SJB nº 196.01.04	Parede	Vermelha	-
SJB nº 196.02.01	Parede	Alaranjada	-
SJB nº 196.02.03	Parede	Beje	-
SJB nº 211.02.03	Parede com vestígios de duas caneluras	Cinzenta-avermelhada	-

SJB nº 59.01	6 frag. parede com 4 incisões	Beje	-
SJB nº 176.03.03	Fundo	Vermelha	-
SJB nº 176.03.02 e SJB nº 190.07	Parede	Beje	Castanho melado
SJB nº 184.14.01 e SJB nº 184.14.1.3	Parede	Cinzenta	Castanho muito escuro
SJB nº 187. 05. 07	Fundo e parede	Cinzenta clara	Vestígios no interior
SJB nº 193.01	Parede	Cinzenta	Vestígios de escorrências e pingos no interior e exterior; castanho melado
SJB nº 176.05	Parede	Cinzenta	Vestígios de escorrências no interior; castanho
SJB nº 198.01.09	Parede	Cinzenta clara	Vestígios no exterior; castanho
SJB nº 184.14.14	Parede	Cinzenta-avermelhada	Castanho claro
SJB nº 132.01.02	Parede	Rosada	Castanho
SJB nº 196.01.06	Parede	Cinzenta	Castanho
SJB nº 182.01.07; SJB nº 182.01.04 e SJB nº 182.01	Parede	Cinzenta	Castanho
SJB nº 135	Parede	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 1033	Parede	Vermelha	-
SJB nº 1001.0	Parede	Vermelha	Castanho escuro; vestigial
SJB nº 10290 A	Parede	Cinzenta clara	-
SJB nº 1017.0	Parede	Cinzenta	Castanho muito escuro
SJB nº 1024.0	Parede	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 1019.0	Parede	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 1020.0	Parede	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 1023.0	Parede	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 1015.0	Parede	Cinzenta	Castanho melado
SJB nº 1014.0	Parede; 6 aplicações plásticas circulares	Cinzenta	Castanho muito escuro
SJB nº 1016.0	Parede	Vermelha	-
SJB nº 1021.0	Parede	Cinzenta	Castanho
SJB nº 175.06	Parede	Cinzenta clara	Castanho melado
SJB nº 104.01	Parede com canelura vertical	Alaranjada	Castanho
SJB nº 184.14.15	Parede com 3 incisões	Cinzenta clara	Castanho melado
SJB nº 184.14.05	Parede com arranque de asa	Cinzenta clara	Castanho melado
SJB nº 181.05.02	Parede	Cinzenta	Castanho, vestigial
SJB nº 132.01	Parede	Cinzenta	-
SJB nº 180.07.02 e SJB nº 180.07.01	Parede	Vermelha	Vestígios de vidrado conccionado
SJB nº 184.14.03	Parede com 3 incisões	Vermelha	Vestígios de vidrado conccionado
SJB nº 129.04	Parede	Vermelha	-

SJB nº 59.01	Parede com possíveis caneluras horizontal e vertical	Cinzenta	Castanho
SJB nº 182.01.09	Parede com possível linha de junção de 2 partes da peça	Cinzenta	Castanho
SJB nº 135.05	Parede	Vermelha	-
SJB nº 135.02.01 e SJB nº 162.01.02	Parede com 4 caneluras	Cinzenta	Castanho; pingos de vidrado no interior dos fragmentos
SJB nº 04654.02.0009 e SJB nº 04654.02.0008	Parede; decoração com canelura vertical e 4 aplicações plásticas circulares, verticais	Cinzenta	Castanho escuro; pingos de vidrado no interior dos fragmentos
SJB nº 18.15	Parede com possível linha de junção de 2 partes da peça	Cinzenta	Castanho; pingos de vidrado no interior
SJB nº 140.06.02	Parede	Cinzenta	Melado
SJB nº 18.02	Parede	Vermelha	Melado
SJB nº 187.03	Parede	Cinzenta	Castanho
SJB nº 162.01.03 e SJB nº 162.01.01	Parede	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 184.14.17	Parede	Cinzenta	Castanho; escorrências nas superfícies exteriores.
SJB nº 135.04 e SJB nº 149.02	Parede	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 165.03	Parede	Cinzenta	Acinzentado
SJB nº 148.06	Parede	Cinzenta-avermelhada	Castanho
SJB nº 133.01.03	Parede	Beje	Castanho
SJB nº 132.01.03	Parede	Cinzenta	-
SJB nº 129.09	Parede	Cinzenta	Castanho muito escuro
SJB nº 133.04	Parede	Beje	-
SJB nº 133.01.02	Parede	Cinzenta	Castanho muito escuro
SJB nº 205.02.01	Parede	Beje	-
SJB nº 182.03	Parede	Cinzenta	Castanho muito escuro
SJB nº 04654.02.0012	Parede	Cinzenta	Castanho muito escuro
SJB nº 195.02	Parede	Cinzenta	Castanho
SJB nº 182.01.01 e SJB nº 182.01.02	Parede	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 192.02.02	Parede	Cinzenta	Castanho; pingos de vidrado numa das superfícies
SJB nº 198.02	Parede; vestígios de duas possíveis caneluras	Cinzenta	Castanho escuro
SJB nº 180.01.02	Parede	Cinzenta	Castanho muito escuro
SJB nº 18.15	Parede	Cinzenta rosada	Escorrências de vidrado amarelo
SJB nº 13.09	Parede	Cinzenta	Verde-acinzentado

SJB n° 1306	Parede	Beje	-
SJB n° 1304	Parede	Cinzenta	Escorrências de vidrado castanho escuro; vestígios de vidrado no interior do fragmento
SJB n° 1305	Parede	Cinzenta	-
SJB n° [sem identificação]	Parede	Vermelha	-
SJB n° 1302	Parede	Cinzenta	Escorrências de vidrado castanho escuro; vestígios de vidrado no interior do fragmento
SJB n° 1308 e SJB n° 1303	Parede	Cinzenta	Escorrências de vidrado castanho escuro; vestígios de vidrado no interior do fragmento
SJB n° 1310	Parede e arranque de fundo	Vermelha	-
SJB n° 1301	Parede e arranque de fundo	Cinzenta clara	-
SJB n° 04654.02.0010	Parede	Cinzenta	Escorrências de castanho escuro; pingos de vidrado no interior do fragmento.
SJB n° 184.14.02	Parede	Cinzenta	Castanho, vestigial
SJB n° 184.14.04	Parede	Cinzenta	Castanho escuro; escorrências no interior do fragmento.
SJB n° 184.14.08	Parede	Cinzenta	Castanho escuro, vestigial
SJB n° 184.14.10	Parede	Cinzenta	Castanho escuro, vestigial
SJB n° 184.14.11	Parede	Cinzenta	Castanho escuro, vestigial
SJB n° 184.14.18	Parede	Cinzenta	Castanho escuro, vestigial
SJB n° 184.14.09	Parede	Cinzenta	-

Tabela 2: Espólio contabilizado de São Julião da Barra.

Foi contabilizado um total de 89 fragmentos, ou conjuntos de fragmentos, correspondendo a porções de parede. Entre estes 89 incluem-se também uma parede com arranque de asa, uma parede com arranque de fundo, um fragmento correspondendo a fundo e parede e um outro correspondendo a porção de fundo. Estes, por não permitirem reconstituição de peça não foram descritos nem desenhados e apenas entram na contagem geral.

Verificamos que neste conjunto 56,2 % dos fragmentos apresentam pastas de cor cinzenta, 15,7% correspondem às pastas cinzenta rosada, cinzenta avermelhada e cinzenta escura. As pastas vermelhas estão aqui representadas em 14,6%.

No conjunto foram contabilizados 62 fragmentos com vidrado, vestígios de vidrado, escorrências e/ou pingos, correspondendo a 69,7%. Verifica-se que o vidrado castanho é aquele mais representado, com 32,2%. Os vidrados em tonalidades de castanho melado, castanho claro, castanho-escuro e muito escuro perfazem um total de 58% do conjunto.

Foram ainda inventariados 7 fragmentos que apresentam caneluras, ou vestígios de possíveis caneluras; 3 fragmentos com incisões e 2 fragmentos com aplicações plásticas circulares. As peças com decorações representam, assim, apenas 13,4% do total contabilizado.

3.3 O CONJUNTO DE POTES *MARTABÃ* PROVENIENTES DE COLECÇÕES MUSEOLÓGICAS⁴⁰

- **Os *martabãs* do Museu Nacional de Arte Antiga – Lisboa**

O conjunto de nove potes que neste ponto nos ocupa, pertence ao acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, localizado na Rua das Janelas Verdes, em Lisboa, Portugal.

O conjunto de potes de tipo *martabã* compõe-se de sete exemplares que se encontram expostos na área dedicada à porcelana chinesa dos séculos XII a XIX, no sector das Cerâmicas da Exposição Permanente, no piso 2 do edifício e por dois exemplares guardados nas reservas da Instituição.

Para o público que visita esta exposição a informação de que dispõe acerca dos potes de tipo *martabã* é a seguinte:

«Vulgarmente conhecidos por «Martaban», estes potes devem o seu nome ao antigo porto do antigo reino do Pegu, actual Birmânia, muito conhecido pelo seu comércio de grandes potes, lacas e tecidos, etc.

Pouco se sabe sobre a sua origem e datas dos diferentes tipos, mas crê-se que alguns protótipos foram feitos na China do Sul, ainda na dinastia Tang.»

As informações sobre o histórico do conjunto são bastante escassas e as poucas de que dispomos são as que constam das fichas de inventário do MNAA, referentes a cada exemplar e que passamos a descrever, de forma ordenada pelo número de inventário:

O pote com a referência MNAA, Inv: 271, encontra-se depositado nas reservas do Museu, tem como proveniência a Academia Real da História, desconhecendo-se contudo a data de incorporação nos acervos do MNAA.

Também a data de incorporação do pote MNAA, Inv: 272 é desconhecida, sabendo-se apenas que tem como proveniência a Academia Real da História.

Foi em Outubro de 1887, por transferência do Mosteiro da Nossa Senhora da Quietação, da Ordem das Flamengas, em Lisboa, que o pote MNAA, Inv: 469 integrou o acervo do Museu, encontrando-se em exposição permanente desde Agosto de 2001.

A peça MNAA, Inv: 637 provém do Convento do Santo Crucifixo, da Ordem das Francesinhas, em Lisboa e integrou o acervo do MNAA em Junho de 1891.

O exemplar MNAA, Inv: 3305 foi legado por Luís José Fernandes, incorporando os acervos do Museu no ano de 1923. Encontra-se exposta ao público desde 2007.

⁴⁰ Ver Anexo II.

Em Janeiro do mesmo ano, chegou à Instituição a peça MNAA, Inv: 3307, também por legado de Luís José Fernandes. Em 10 de Agosto de 2001 já integrava a exposição permanente.

O pote com a referência MNAA, Inv: 3308 encontra-se depositado nas reservas do Museu. Incorporou os acervos do MNAA em 1923, por Legado de Luís José Fernandes.

O exemplar MNAA, Inv: 3317 integrou o acervo do MNAA em Janeiro de 1923, constituindo um legado de Luís José Fernandes. Encontra-se em exposição permanente desde Agosto de 2001.

Em 1934, também por doação de Pedro Felner, entrou na Instituição a peça MNAA, Inv: 5870, que se encontra em exposição permanente, pelo menos, desde 9 de Agosto de 2001.

- **Os potes pertencentes ao Museu Municipal de Peniche e às colecções da Câmara Municipal de Cascais**

Após termos dado a conhecer o conjunto de potes pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, introduzimos agora um conjunto de dois potes e um fragmento de pote, provenientes de recolhas e que integram as colecções museológicas das Câmaras Municipais de Peniche e Cascais.

Tal como acontece com o espólio pertencente ao MNAA, também para estas três peças dispomos de poucas informações do seu histórico.

Sobre o pote MP: 1034 sabemos apenas que é proveniente da Fortaleza de S. João Baptista, situada na Ilha Berlenga, em Peniche, e que deu entrada no Museu Municipal a 19 de Junho de 1992.

O pote FL: 305 integrou as colecções da Câmara Municipal de Cascais através de uma entrega informal feita pela Capitania de Cascais da Marinha Portuguesa, como um salvado. Juntamente com a recolha, foi entregue um pelouro de pedra. De acordo com o que foi relatado na data de entrega, em 2005, estes dois achados eram provenientes das rochas existentes junto ao Passeio D. Maria Pia, em Cascais, actualmente sob as instalações do actual edifício do Clube Naval. A data de recolha do espólio é, contudo, desconhecida.

O exemplar E.359.04 foi encontrado durante uma recolha de uma colecção etnográfica realizada na Rua dos Navegantes n.º80, em Cascais. Segundo o Dr. João Cabral⁴¹, a referida casa pertenceu a um Piloto da Companhia das Índias, o que veio a ganhar consistência com os dados da escavação arqueológica realizada na mesma rua, nos n.ºs 82 a 86. A data de incorporação no acervo da autarquia é, também ela, desconhecida.

⁴¹ Responsável à data pelo Gabinete de Arqueologia.

- **O *martabã* da Quinta Municipal de Subserra – Vila Franca de Xira**

A peça de que nos ocupamos agora pertence, como já dissemos anteriormente, ao acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Actualmente localiza-se nas reservas do museu, situadas na Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria. Foi, como já demos a conhecer no capítulo 3.1, referente aos contextos, recolhida na Quinta Municipal da Subserra que se localiza na povoação de Subserra, na Freguesia de São João dos Montes, concelho de Vila Franca de Xira.

Os dados de que dispomos são apenas referentes à quinta onde o pote foi encontrado, bem como ao seu fundador, de que falámos no capítulo referente aos Contextos, porém, sobre a peça que aqui estudamos nada sabemos.

- **Pote do Museu Municipal Pedro Nunes, Alcácer do Sal**

Tardiamente, quando o trabalho se encontrava já em fase de conclusão, identificámos nas reservas do Museu Municipal Pedro Nunes, em Alcácer do Sal (ver Fig.6), um pote idêntico ao exemplar MNAA, Inv: 5870. A peça deveria integrar o catálogo, porém, dadas as formalidades para o pedido de estudo da peça e da sua concretização numa fase avançada do nosso estudo, apenas apresentamos o seu registo fotográfico e os paralelos com o referido pote do MNAA.



Fig.6: Pote do Museu Municipal Pedro Nunes, Alcácer do Sal.

Tal como o exemplar pertencente ao MNAA, este pote apresenta uma forma ovóide, bordo extrovertido e colo alto e cinco pequenas asas em fita, verticais e aplicadas assentando em fundo côncavo. Nos dois terços superiores apresenta uma camada vítrea de castanho melado, aderente e brilhante. Tem duas linhas horizontais de aplicações plásticas circulares na zona superior do bojo. Na zona média apresenta decorações plásticas, em relevo, com motivos de dragões, dragões perseguindo a pérola de fogo e nuvens, os quais não integrámos no catálogo dos motivos decorativos.

3.4 MATERIAIS DE FABRICO, FORMAS, TÉCNICAS DE MANUFACTURA E FUNCIONALIDADES DOS ELEMENTOS FORMAIS

Após termos elaborado um catálogo descritivo e decorativo dos vários potes e fragmentos, torna-se imperativo elaborar uma síntese geral do conjunto e as suas características principais.

No capítulo que agora se apresenta, iremos dar a conhecer os materiais de fabrico das peças analisadas, designadamente as pastas e os vidrados representados no conjunto, as suas características formais e as técnicas de manufactura que nos são possíveis de observar no espólio estudado. Faremos ainda uma análise crítica às funcionalidades dos vários elementos dos potes e fragmentos, uma vez que muitos são aqueles que nos permitem questionar o seu valor funcional ou apenas estético, o que se revela essencial para conhecer melhor as possíveis funções desempenhadas por este espólio.

Ao falarmos das pastas, consideramos importante fazer uma breve incursão às questões relacionadas com o grés, uma vez que se trata do material de fabrico que se pensa característico dos *martabãs*.

Aos *martabãs* habitualmente associamos o fabrico em grés, contudo, para uma melhor compreensão deste tipo de espólio, julgamos importante perceber quais as principais características do grés. Por outro lado, pensar em grés é pensar, simultaneamente, em grés geológico, com as suas características específicas de rocha, e em grés cerâmico, com as alterações de estrutura provocadas pelos processos físicos através da cozedura.

Assim, para um maior enquadramento do tipo de material em que os *martabãs* seriam fabricados, pensamos ser importante dedicar algum espaço, primeiro, a uma definição geológica geral de grés e, de seguida, apresentar as principais características do grés cerâmico.

Comecemos então, por apresentar uma síntese com a definição geológica de grés.

Na obra *Estudo e classificação das rochas por exame macroscópico*, Joaquim Botelho da Costa (COSTA, 2001, p.123) dedica algumas páginas à definição geológica de grés. Numa definição geral, o autor afirma tratar-se de elementos formados por areias quartzosas cimentadas. Inclui-se, então, nos chamados arenitos quartzosos ou quartzarenitos, uma vez que têm na sua composição mais de 95% de quartzo. Estes, na fracção arenosa, podem ainda ter presentes micas e feldspatos em pequenas percentagens, diversas espécies de

minerais pesados e grãos líticos, no geral, de microquartzito e de outras rochas siliciosas microcristalinas (CARVALHO, 2003, p.84). No que concerne às cores destes arenitos, elas variam entre o branco, o amarelado, o acastanhado, o vermelho, o cinzento, o preto e o esverdeado, variando a cor de acordo com os materiais presentes na sua composição ou do cimento (CARVALHO, 2003, p.84).

É devido a esta variedade de composições que podemos encontrar diferentes tipos de grés, ou arenitos. A sua natureza química varia de acordo com os minerais que o compõe, bem como os que compõem o cimento (CARVALHO, 2003, p.84). Existem diversos tipos de grés, conforme a natureza do respectivo cimento. Desta forma, podemos encontrar grés siliciosos, que se distinguem por serem bastante duros, grés calcários, argilosos e ferruginosos (COSTA, 2001, p.121).

Também por esta razão, nos diferentes tipos de grés, as propriedades de cada um, como a cor, a porosidade, densidade ou resistência aos agentes mecânicos e químicos e, consequentemente, as suas aplicações, são condicionadas pela natureza e abundância do cimento. Os grés siliciosos e os grés calcários distinguem-se pelas suas cores, geralmente, claras, também podemos encontrar grés ferruginosos, os quais se distinguem pela sua cor vermelha. Existem ainda os grés amarelos ou esverdeados, ou mesmo grés negros, cuja coloração se deve à presença de dióxido de manganésio ou de matérias orgânicas.

Quanto ao grau de porosidade, este também é bastante variável: podemos encontrar alguns tipos de grés bastante compactos e praticamente impermeáveis, como os grés siliciosos, ou outros mais grosseiros, pouco compactos e mais permeáveis, tais como os grés argilosos (COSTA, 2001, p.123).

Existe ainda o grés, ou arenitos, feldspáticos e arcoses (CARVALHO, 2006, p.90-91), que são mais pobres em quartzo, uma vez que apenas está presente em percentagens situadas entre 60 a 80%. Segundo Galopim de Carvalho, para alguns autores, o termo *arcose* refere-se a um grés argiloso, que na sua composição tem mais de 25% de feldspato e que apresenta uma granularidade grosseira, bem como alguma mica (moscovite e/ou biotite). Por seu turno, a expressão *arenito feldspático* aplica-se sempre que o teor de feldspato é inferior ao que caracteriza as arcoses. Segundo Botelho da Costa (COSTA, 2001, p.123), estes são grés compostos por grãos de quartzo, feldspato e mica, com cimento pouco abundante, caolítico, silicioso ou de hematite. Podemos ainda encontrar os *molassos*, grés de cimento abundantemente calcário, grosseiros e de fraca coesão (COSTA, 2001, p.123).

Segundo Botelho da Costa (COSTA, 2001, p.122), de uma forma geral, ao partir um grés a fractura dá-se pelo cimento, ficando os grãos de quartzo salientes e bastante visíveis na fractura.

Após termos dado a conhecer as principais características físicas do grés enquanto rocha, pensamos já ser mais fácil perceber o porquê da existência de vários tipos de grés cerâmico, uma vez que, de facto, são as propriedades geológicas do grés, que permitem que quando cozido e submetido a altas temperaturas, o barro alcance determinadas características, originando o chamado grés cerâmico.

De acordo com a definição de Nino Caruso (CARUSO, 1986, p.11), o grés é um produto cerâmico constituído por argilas naturais, ou por várias argilas misturadas entre si, e que têm na sua composição matérias-primas como a sílica (ou quartzo) e o feldspato. É após a cozedura que as diferentes cores surgem, entre o cinzento e o rosado, conforme os óxidos presentes nas argilas. Segundo o mesmo autor, as pastas podem obter-se misturando argilas refractárias, isto é, ricas em argila silícia, argilas ferruginosas, carbonato cálcico, caolino e feldspato (CARUSO, 1986, p.17). Diz ainda que se caracteriza por apresentar uma estrutura compacta, vitrificada e que resiste bem às variações de temperaturas (CARUSO, 1986, p.11).

É precisamente por se tratar de um material feito de barros que possuem quartzo e feldspato, que pode ser cozido a altas temperaturas, entre 1200° e 1500° C⁴², o que o torna mais sólido e impermeável (BARBAFORMOSA, 1999, p.16). De facto, devido às diferentes composições das argilas, é possível obter pastas de grés a diferentes temperaturas, segundo a proporção dos vários elementos que formam o corpo da argila (CARUSO, 1986, p.17). As argilas, quando possuem feldspato (silicatos de alumínio) na sua composição, aumentam o grau de fusão, uma vez que o feldspato reduz a temperatura de fusão do quartzo. Por outro lado, o alumínio aumenta a resistência e durabilidade das cerâmicas. Assim, os quartzos e outros minerais presentes no barro, são submetidos a altas temperaturas, vitrificando-se, dando às peças de grés um aspecto denso, compacto (BARBAFORMOSA, 1999, p.16) e semi-vidrado (DOMINGUES, 2006, p.100).

De facto, o grés cerâmico tem como uma das principais especificidades a resistência, conferida pelos tipos de argila grosseira, de grão bastante consistente, de que é

⁴² Quanto às temperaturas de cozedura, as opiniões variam. A título de exemplo, Nino Caruso (CARUSO, 1986, p.17) considera que as argilas para fabrico do grés podem ser cozidas a temperaturas que variam entre os 1200 e os 1280° C.

fabricada. É bastante compacto e possui um baixo grau de porosidade, o que o torna impermeável à água (BARBAFORMOSA, 1999, p.16).

Como já dissemos anteriormente, podemos encontrar diferentes tipos de grés, pois a sua natureza química varia de acordo com os minerais que o compõe, bem como os que compõem o cimento. É por esta razão, que também as pastas de grés, depois de cozidas, podem apresentar várias tonalidades, podendo ser rosado, creme, esverdeado (Barbaformosa, 1999, p.16), castanho ou cinzento (CHAVARRIA, 1999, p.10).

Apesar de se tratar de uma argila plástica (DOMINGUES, 2006, p.100), o grés é um barro mais difícil de trabalhar do que as argilas comuns (BARBAFORMOSA, 1999, p.16). Por esta razão, as peças de grés fabricadas a torno rápido não podem ser tão finas como as que são feitas com outros tipos de barro.

O grés surgiu na China nos séculos VIII-IX (GERNET, 1998, p.85), quando os ceramistas chineses da época Chang produziram as primeiras peças, cerca de 1400 a.C. (Domingues, 2006, p.100). A composição das pastas de grés tem variado ligeiramente ao longo das várias épocas, contudo, durante a Dinastia Ming (1368-1644) o grés caracterizava-se por ser fabricado com pastas que continham menos impurezas e de grão de menores dimensões (BEURDELEY, 1982, p.287).

Entre o grés cerâmico, podemos encontrar também peças com a particularidade de lhes ser acrescentada a técnica do vidrado de sal.

Entre os séculos XVI e finais do século XVII (BLAKE, GREEN, 1986, p.16-17), ao longo do rio Reno, foram produzidas canecas e jarros, estes designados como *Belarminos*, que se tratava de produções em grés, caracterizadas pela representação de faces, estilizadas, em relevo (L'HOURL, 1993, p.314-315) e fabricadas com a técnica do vidrado de sal. Tem esta denominação uma vez que o verniz que cobre as superfícies das peças se conseguia colocando sal comum (cloreto de sódio) dentro da câmara de cozedura dos fornos, quando estas estavam a uma temperatura de 1200° C (CARUSO, 1986, p.287). O cloreto de sódio, quando combinado com os sais de sílica e óxido de alumínio do próprio barro (Na^+ , Cl^-), formava um silicato que se depositava sobre a pasta, criando uma camada vítrea na superfície das peças (DOMINGUES, 2006, p.100).

O grés em que eram fabricados apresentava como característica o facto de ser pouco poroso e melhor depurado, tornando as peças mais finas. Pelas razões já anteriormente referidas, estas peças, após a cozedura, podiam tomar colorações em tons de branco, cinzento ou vermelho. O vidrado que lhes era acrescentado tinha apenas funções estéticas.

- **Pastas**

Do conjunto de 45 objectos que integram o catálogo (potes, fragmentos de pote ou de possível pote) foi possível fazer a observação de pastas a 40, uma vez que cinco potes pertencentes ao MNAA se encontram em excelente estado de conservação e sem fracturas que o permitissem.

Verificou-se que 27 peças (67,5%) foram fabricadas numa argila de cor cinzenta (que integra também as pastas cinzentas clara e escura); 3 peças (7,5%) numa argila cinzenta-acastanhada; 3 (7,5%) foram fabricadas numa pasta avermelhada; 2 fragmentos (5%) apresentam uma argila de cor vermelha-acastanhada; 1 fragmento (2,5%) revela uma argila cinzenta-avermelhada; 1 fragmento (2,5%) apresenta uma pasta de cor castanha-avermelhada; 1 pote (2,5%) foi fabricado numa argila de tons castanhos; 1 peça (2,5%) mostra uma pasta bastante clara e 1 pote (2,5%) foi fabricado com uma argila de cor beje-acastanhada (ver Gráfico 1).

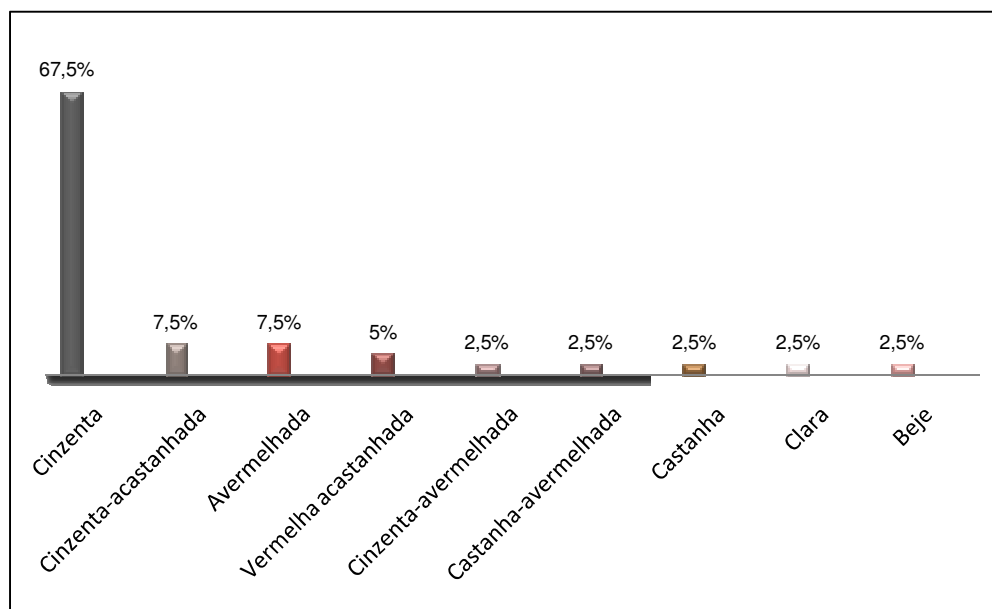


Gráfico 1: Cores das pastas presentes no conjunto analisado, em percentagem.

Todo o espólio observado apresenta pastas bastante compactas e homogéneas e apenas um exemplar revela uma pasta friável. São pastas que contêm elementos não plásticos em abundância, sendo o óxido de ferro aquele que mais se observa. Nas peças provenientes de contextos arqueológicos, os óxidos de ferro foram observados em 29

peças (90,6%) e em 9 distinguem-se elementos quartzosos (28%). No conjunto de potes provenientes de contextos museológicos, os óxidos de ferro foram observados em 4 exemplares (30,8%).

Em 8 exemplares (20%) pertencentes às 40 peças que possibilitaram a observação das pastas, estão presentes elementos não plásticos de cor negra e de reduzidas dimensões, os quais não nos foi possível identificar.

- **Vidrados**

No conjunto observado que se integra em catálogo, 42 peças (93%) apresentam pelo menos uma das superfícies vidradas ou com vestígios de vidro. Predominam os vidrados castanho-escuro e muito escuro, presentes em 16 exemplares (38,1%), os vidrados de cor castanha, registados em 11 exemplares (26,2%) e os vidrados melado/castanho-melado, existentes também em 11 exemplares (26,2%). Em 3 peças (7,1%) o vidro é castanho esverdeado/castanho variando entre o castanho-escuro e os tons esverdeados, e num exemplar apenas (2,4%) existem vestígios de vidro amarelo leitoso.

Os vidrados que cobrem as superfícies das peças são na grande maioria brilhantes e muito brilhantes (34 peças, 81%); apenas 5 exemplares (12%) observados mostram vidro pouco brilhante/semi-brilhante e 3 (7%) não permitiram registo devido a um elevado grau de desgaste. O conjunto estudado apresenta vidrados aderentes, representados em 38 exemplares (90,5%). Apenas 1 peça (2,4%) revela vidro pouco aderente e 3 (7,1%) não permitiram identificação. Em 14 exemplares (33%) verifica-se que o vidro tem concreções.

No conjunto analisado, sempre que tal foi possível, verificou-se que na maioria dos casos a camada vítrea aplicada é espessa ou bastante espessa, estando presente em 23 exemplares (54,8%). Apenas 8 peças (19%) apresentam uma camada vítrea pouco espessa ou fina e em 11 exemplares (26,2%) essa observação não foi possível.

Nos 12 potes que se encontram completos (com excepção da peça MC/LX 463) verifica-se que nos potes MNAA, Inv: 271, 272, 3305, 3307, 3308 e 5870 o vidro foi aplicado na totalidade ou quase totalidade das superfícies exteriores. As peças MNAA, Inv: 469 e 3317, MP: 1034 e MMVFX têm vidro nos 2/3 superiores das superfícies exteriores e o exemplar MNAA Inv: 637 nos 3/4 superiores.

Verifica-se que as marcas de escorrência existem em quase todos os exemplares estudados, à excepção do pote MNAA, Inv: 5870 e nos exemplares MMVFX e E.359.04 existem escorrências e nos 2/3 inferiores e salpicos junto ao fundo

- **Características formais**

De um total de 45 exemplares que constam do catálogo, 21 (46,7%) são indeterminados, não sendo possível determinar a sua forma original.

Quanto às características formais do conjunto analisado, verifica-se que quase todos os potes onde o é possível determinar, apresentam forma ovóide (11 exemplares). Constituem excepção as peças MNAA, Inv.469 e MMVFX, que apresentam bojo mais acentuado, de forma mais globular. O fragmento SJB nº 190.01 levanta dúvida, podendo tratar-se de um pote de forma ovóide ou globular.

Os potes apresentam todos bordo extrovertido ou bastante extrovertido, com lábio de secção semicircular, excepto o exemplar MNAA, Inv: 272, cujo bordo é extrovertido com lábio de secção sub-rectangular e excepto a peça MNAA, Inv.3308, que possui lábio em bisel, de secção sub-triangular. Os potes E.305.04 e MMVFX, além de mostrarem bordo extrovertido com lábio de secção semicircular têm a particularidade de apresentarem um ressalto interior. O fragmento SJB nº 04654.02.0014 apresenta bordo bilobulado.

No conjunto é possível distinguir dois tipos de colo: colo baixo ou quase inexistente, como o apresentam as peças MNAA, Inv: 271, 637, 469, 3305, 3308, 3317, FL: 305, E.359.04, MMVFX, SJB nº 190.01 e MC/LX 463, e colo alto, nomeadamente os potes MNAA, Inv: 272, 3307, 5870 e MP: 1034.

No que se refere às asas, reconhecem-se três tipos distintos no espólio analisado: as asas horizontais, representam a maioria, com um total de nove exemplares (MNAA, Inv: 469, 3308, 3317; MP: 1034; E.359.04; MC/LX 463; MMVFX; SJB nº 182.01.05 e SJB nº 190.01), existem quatro potes com asas em forma de *carranca* (MNAA, Inv: 271, 637, 3305, 3307) e dois possuem asas verticais: MNAA, Inv: 272 e 5870.

Excluindo deste grupo as que possuem forma de *carranca*, identificámos quatro tipos de secção das asas: secção rectangular (MNAA, Inv: 469, 3317, E.359.04 e MMVFX); secção sub-oval (MNAA, Inv: 272 e 5870); secção oval (MP: 1034, FL:305, SJB nº 182.01.05 e MC/LX 463) e secção circular (MNAA, Inv: 3308 e SJB nº 182.01.03).

Apesar das diferenças formais existentes neste conjunto, verifica-se que há uma característica transversal a todas as peças: todas as asas são aplicadas. Nos potes MNAA, Inv: 469, 3308, 3317, MP: 1034; FL: 305 e E.359.04, SJB nº182.01.05, SJB nº 182.01.03, SJB nº 190.01 e MC/LX 463, MMVFX e no fragmento LCD/08, Inv.15 verifica-se que as asas horizontais são aplicadas e reforçadas externamente nas extremidades, sendo possível verificar as zonas de pressão dos dedos do oleiro ao aplicá-las. Na peça SJB nº 190.01 essa pressão encontra-se bastante marcada nas superfícies interiores e no caso do pote MC/LX

463, verifica-se um abatimento na zona do bordo, talvez precisamente à pressão exercida pelo oleiro ao aplicar as asas. Também no caso dos potes MNAA, Inv: 272 e 5870 se verifica tratar-se de asas verticais aplicadas e reforçadas externamente nas extremidades. Nos potes MNAA, Inv: 271, 637, 3305 e 3307 as asas são aplicadas e fabricadas a molde, concedendo-lhes a têm forma de *carranca*.

No conjunto estudado distinguem-se peças com fundo côncavo, nomeadamente MNAA, Inv: 271, 272, 637, 3305, 3307, 3308 e 5870; e peças cujo fundo é plano, tais como MNAA, Inv: 469, 3308 e 3317; MP, Inv: 1034; E.359.04; MC/LX 463; SJB nº 184.141/SJB nº 184.1419 e MMVFX.

Nos exemplares MNAA, Inv: 469, 3308, MP, Inv: 1034; MC/LX 463; SJB nº 184.141/SJB nº 184.1419 e MMVFX o fundo, apesar de ser plano, apresenta grandes irregularidades.

- **Técnicas de fabrico**

No que diz respeito às técnicas de fabrico, em primeiro lugar podemos dizer que a presença das estrias de modelação, visíveis na quase totalidade do espólio, indicam tratar-se de peças fabricadas a torno. Por vezes tratam-se mesmo de marcas bastante evidenciadas, tanto nas superfícies interiores como exteriores. Podemos ainda dizer que esta técnica de construção a torno manual de potes, de tão grandes dimensões e com pastas grosseiras, é ainda uma técnica que previve em várias regiões asiáticas, designadamente na Tailândia (HO CHUI-MEI, 1994, p.260-261). Em algumas peças, nomeadamente nas peças LCD/08, Inv.7, LCD/08, Inv.8 e MC/LX 463, são visíveis também pequenas incisões que pensamos resultarem dos elementos não-plásticos e da mão do oleiro, acompanhando o movimento de rotação do torno, nomeadamente nas peças LCD/08, Inv.7; LCD/08, Inv.8 e MC/LX 463.

Verificamos ainda que cada pote terá sido fabricado em várias partes, o que se deverá ao facto de se tratar de potes de grande tamanho. As várias partes teriam que passar primeiro por um processo de pré-secagem do barro, de forma a suportarem o peso umas das outras quando montadas, evitando o seu abatimento. Embora não tenhamos conseguido verificar na totalidade do conjunto se os potes eram construídos sempre no mesmo número de partes, pensamos que o eram em duas ou três. Assim, nas peças do MNAA Inv: 271, 637, 3305, 3307 e na peça E.359.04, é visível a linha de junção entre o bordo e o colo (ver Fig.7). Nos potes Inv: 469, 637, 3305, 3317 e 5870 do MNAA, assim como no pote E.359.04, a linha de junção é observável na zona do bojo. Nas peças

LCD/08, Inv.6 e LCD/07, Inv.10, MC/LX 463 e SJB n°182.01.03, SJB n°184.14 e SJB n°190.01 também são visíveis nas fracturas ou nas superfícies interiores e exteriores, as linhas onde se faria a junção de duas das partes das peças. Verificamos ainda que em todas as peças estudadas e que possuem o fundo, este é aplicado.

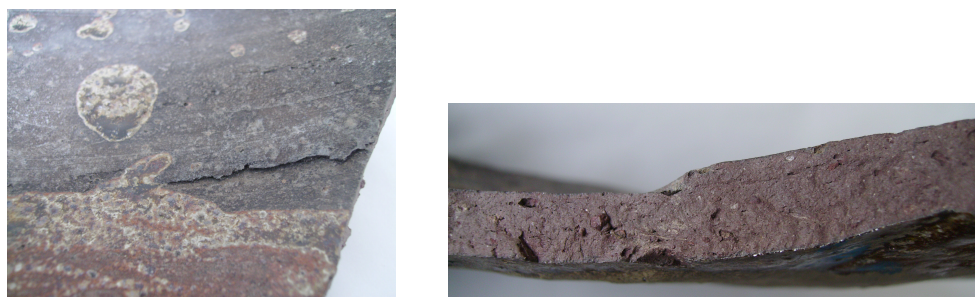


Fig.7: Exemplo de fragmento (SJB n°184.14) onde é possível observar a linha de junção de duas das partes da peça.

No caso do pote MC/LX 463, é possível observar uma linha que mostra que a pasta foi puxada para fora, dando ao bordo a forma extrovertida (ver Fig.8)



Fig.8: Pote MC/LX 463: linha de extroversão do bordo.

No que se refere aos tipos de cozedura e ambientes de arrefecimento verifica-se que, predominam as peças sujeitas a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor, com 20 exemplares (50%); 12 peças foram cozidas e arrefeceram em ambiente oxidante (30%); 6 exemplares (15%) foram sujeitos a cozedura oxidante e arrefecimento em ambiente redutor e 2 (5%) foram sujeitos a cozedura redutora e arrefecimento em ambiente oxidante. Neste conjunto de 40 exemplares observados, o pote MMVFX apresenta-se como uma excepção,

na medida em que se verifica ter sido sujeito a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante no fundo; na zona média do corpo foi sujeito a cozedura em ambiente oxidante e arrefecimento em ambiente e na zona superior do corpo, colo e bordo apresenta cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Estas três situações poderão resultar da forma como o pote se encontrava acomodado no forno, durante a cozedura.

Em quatro exemplares detectou-se a existência de transformações pulverulentas de elementos minerais, talvez devido a elevadas temperaturas a que as peças tenham sido sujeitas no decorrer do processo de cozedura.

Quanto à aplicação do vidrado, verificámos, através da orientação das marcas de escorrência que este foi aplicado a partir de zonas superiores das peças. Em alguns casos existem escorrências e pingos de vidrado nas superfícies internas (ver Fig.9), e que também sugerem, precisamente, uma aplicação a partir de cima, nomeadamente nas peças MNAA, Inv.271, FL.305, SJB nº182.01.03 ou MMVFX. Também no pote MMVFX se verifica que apenas as superfícies exteriores das asas foram abrangidas pelo vidrado (Ver Fig.10). Esta forma de aplicação do vidrado poderá ser igualmente comprovada no exemplar MNAA, Inv: 3308, no qual se verifica uma concentração de vidrado nas superfícies interiores do fundo. Na peça do MNAA, Inv. 3317 denota-se uma concentração de vidrado nas superfícies exteriores, na zona superior do bojo, junto às asas, onde o vidrado ao cair terá ficado concentrado, sem escorrer.

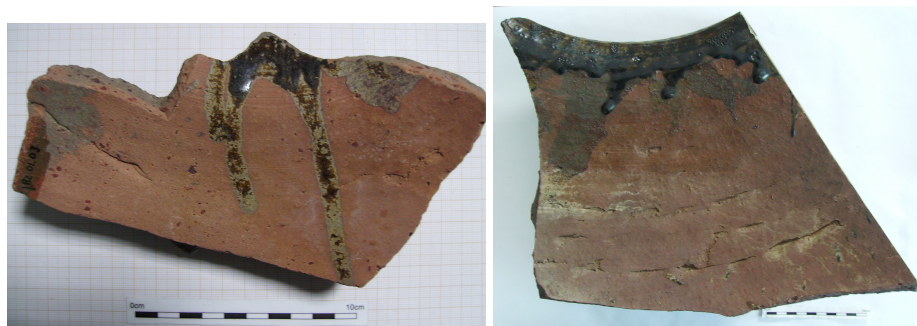


Fig.9: Fragmentos SJB nº182.01.03 e MMVFX: escorrências de vidrado nas superfícies interiores, na zona do bordo e do colo.



Fig.10: Fragmento de asa do pote MMVFX: escorrências de vidrado nas superfícies não expostas.

Nas peças MNAA, Inv: 271, 3305, 3307, MP: 1034 e FL: 305, SJB nº190.01 e MC/LX 463, algumas zonas imediatamente abaixo do bordo denotam a ausência de vidrado e parecem ter sido “retocadas”, o que interpretamos como podendo ter sido o oleiro a aplicar o vidrado com um pincel, deixando essas zonas sem serem cobertas.

Nos potes E.359.04 e MMVFX observa-se ainda a existência de salpicos e marcas junto ao fundo, no terço inferior da peça, o que pensamos indiciar uma aplicação de vidrado através da utilização de um instrumento, talvez mesmo um pincel, de forma *livre* e aleatória.

No caso do pote MMVFX parecem ter sido aplicadas várias camadas de vidrado, uma vez que se verifica uma primeira camada, mais fina e que sugere, também ela, a utilização de um instrumento para espalhar o vidrado e, por cima desta, uma camada mais espessa e com várias escorrências.

- **Funcionalidade dos vários elementos**

Após termos dedicado as últimas páginas a analisar as questões formais do conjunto, é importante agora pensar sobre alguns desses elementos formais, designadamente a sua funcionalidade. Esta questão torna-se pertinente na medida em que, de facto, muitos são os elementos formais destas peças que nos poderão indicar importantes caminhos interpretativos sobre a forma como estes potes eram utilizados.

Assim, sobre a funcionalidade dos vários elementos formais podemos começar por nos referirmos aos bordos. Verificámos que todos os do conjunto estudado são bordos extrovertidos, ainda que uns mais acentuadamente que outros. A forma extrovertida dos

bordos poderia ter como objectivo permitir que estes fossem tapados com materiais perecíveis, como panos por exemplo, também com materiais perecíveis e maleáveis, como o poderiam ser cordas fabricadas em fibras vegetais. Esta é actualmente uma técnica ainda utilizada hoje em dia, como se pode observar pela Figura 11. Trata-se de um pote existente numa casa particular de Goa que se encontra tapado com um plástico e apertado à volta do colo.



Fig.11: *Martabã* existente numa casa particular de Goa (Fotografia gentilmente cedida por Manuel Castilho, Antiguidades).

Os potes E.359.04 e SJB n°04654.02.0014 têm a particularidade de, relativamente ao restante conjunto, apresentarem um ressalto no interior do bordo poderia servir como forma de encaixe de tampa.

O vitrado aplicado nestas peças é um dos elementos que mais questões nos tem levantado. Passamos a explicar porquê: habitualmente associamos o vitrado a um elemento impermeabilizante, contudo, no caso dos potes que temos vindo a estudar, essa questão parece-nos não a razão pela qual os vitrados eram aplicados, uma vez as peças não são vitradas na totalidade. De facto, verifica-se que o fundo e o interior dos potes nunca se encontram vitrados (à excepção dos casos em que as escorrências levaram à sua acumulação) e noutros casos a peça é vitrada somente em metade ou em cerca de dois terços. Por esta razão, pensamos que não desempenhariam a função de impermeabilizar as peças, uma vez que a desempenhar essa função, as peças seriam totalmente vitradas, pelo menos, numa das faces.

No nosso ponto de vista, este elemento teria o objectivo de tornar as peças mais resistentes uma vez que, tratando-se de peças utilizadas para transporte de mercadorias, seria necessário que fossem bastante resistentes. Ora, o que se observa é que o vitrado é

aplicado sobretudo na área centrada em torno do diâmetro máximo do bojo, onde os potes estariam em maior contacto uns com os outros durante o transporte. Na nossa opinião, o vidrado poderia evitar que os contentores estalassem ou se partissem com os embates causados por eventuais balanços durante o transporte.

Todavia, julgamos que as peças MNAA, Inv: 271, 272, 637, 3305, 3307 e 5870, não deverão ser abrangidas pelo que acabámos de escrever. Nestes casos de potes profusamente decorados e com camadas vítreas bastante finas, sobretudo quando comparadas ao restante conjunto, pensamos que o vidrado desempenha apenas questões estéticas e constitui sobretudo mais um elemento decorativo aplicado ao pote.

Outro dos elementos sobre o qual mais nos temos questionado são as asas. Partindo da consideração de que os potes *martabã* eram utilizados como contentores de transporte de produtos sólidos e/ou líquidos, as asas são um elemento formal que não pode deixar de ser analisado e que nos parece essencial para compreender a própria funcionalidade destas peças.

Já fizemos a distinção entre os diferentes tipos de asas representados no conjunto, distinção que consideramos estar presente também nas diferentes funções que desempenhariam.

Ao olhar para todo o conjunto, podemos afirmar que nenhuma das asas seria realmente utilizada para prensão ou suspensão das peças, uma vez que são asas aplicadas, muito pequenas quando feita a relação com todo o pote e, por isso, demasiado frágeis para desempenhar essas funções. São elementos pouco resistentes e incapazes de suportar o peso dos potes, sobretudo se carregados com mercadorias. Contudo, não significa que fossem totalmente desprovidas de aplicabilidade funcional. Em alguns casos, parece-nos que estas poderiam ser uma forma de prender as cordas que mantinham presa a cobertura (PIJL-KETEL, 1982, p.224). Por outro lado, como ainda hoje se verifica em certas áreas asiáticas e como podemos observar na gravura de van Linschoten (ver Fig.12), poderiam servir para segurar uma possível cobertura em fibras vegetais, que protegia a peça. Ao observarmos a gravura, fazendo a ressalva de não sabermos tratar-se ou não de um pote *martabã*, parece-nos ser uma forma bastante plausível para a funcionalidade das asas. Estas poderiam ser funcionais como forma de amarrar os potes uns aos outros durante as viagens, evitando que sofressem, mais uma vez, com os impactos causados pelo balanço das embarcações. Desta forma, o acondicionamento revelar-se-ia mais estável, à imagem das práticas romanas para transporte de *dolia*, por exemplo. No entanto, pensamos que essa

função só poderia ter sucesso se os potes estivessem bem acondicionados, uma vez que a força do impacto causado pelos balanços não poderia ser suportada por este tipo de asas.



Fig.12: *Representação fiel da feira de Goa, com as suas lojas, mercadorias e comerciantes quotidianos*
(Linschoten, 1997, Gravura 7)

Também os fundos irregulares existentes em algumas das peças estudadas poderam ter funcionado como elemento de estabilidade, aumentando o atrito entre o pote e a superfície em que se encontrava assente.

No exemplar MC/LX 463 existe um orifício junto ao fundo e no centro do fundo do pote MMVFX existe um furo feito de forma propositada e após a cozedura o que pensamos poder estar relacionado com algum tipo de reutilização, por exemplo, para evitar humidades.

3.5 DECORAÇÕES, SIMBOLISMOS E REPRESENTAÇÕES

Já no nosso trabalho anterior dedicámos alguns parágrafos às decorações, designadamente às técnicas de elaboração e temáticas, uma vez que os *martabãs* do Museu Nacional de Arte Antiga apresentam como uma das principais características de grupo o facto de se tratar de um conjunto profusamente decorado. Por outro lado, procurámos alcançar o significado dessas mesmas decorações, das quais se destacavam os dragões. Todavia, à data, mais do que aprofundar apenas alertámos para o facto de se tratar de representações de evidente cariz oriental, pelo que teriam, e pensamos continuar a ter nos seus locais de origem, um carácter simbólico perceptível apenas no mundo oriental. Esse carácter simbólico seria, como actualmente, incompreensível aos nossos olhos de europeus, valendo somente pelo seu valor estético, pela sua beleza e exotismo e não pelo significado que à época, e ainda hoje, possam ter.

Esta é certamente uma questão que aqui vamos desenvolver, porém, antes importa dar a conhecer, de uma forma geral, as técnicas e temáticas decorativas presentes nos conjuntos estudados.

Assim, no que se refere às técnicas de decoração presentes no total de peças estudadas, podemos diferenciar entre a decoração com aplicações plásticas e a decoração feita através de incisões.

No conjunto de decorações através de aplicações plásticas, podemos distinguir as que apresentam forma circular, as caneluras e as decorações em relevo de dragões e nuvens.

São as decorações plásticas circulares e as caneluras, horizontais e/ou verticais, as mais presentes em todo o conjunto, abrangendo espólio proveniente de todos os contextos que aqui apresentamos.

No caso específico dos motivos em relevo com pequenas aplicações plásticas de forma circular, designadamente o pote E.359.04 bem como os fragmentos SJB n°182.01.05 e SJB n°140.50, recordam-nos estruturas metálicas e pregaria. Estas decorações poderão constituir uma previvência de fases anteriores em que, de facto, os potes seriam envolvidos por estruturas metálicas que os tornariam mais resistentes. De recordar o relato de Pyrard de Laval, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611) contenant sa navigation aux Maldives, Moluques, et au Brésil; les divers accidens, aventures et dangers qui lui sont arrivés en ce voyage, tant en allant retournant, que pendant son séjour de dix ans en ce pays-là* (LAVAL, 1998), a que já aludimos no capítulo referente ao Estado da Questão, onde o viajante se refere a jarras

feitas no reino de Martabão, dizendo *et elles ferment avec la clef* (LAVALL, 1998, p.244-245). O facto de afirmar que se fechavam com uma chave leva-nos a pensar que poderiam ter alguma estrutura metálica o que, a ser verdade, estaria em conformidade com o que escrevemos sobre as decorações com efeito de pregaria.

Em casos como a peça pertencente ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira o fragmento proveniente do Largo do Chafariz de Dentro, LCD/07, Inv.16, as caneluras são feitas com uma argila diferente a restante peça. Trata-se de aplicações plásticas feitas com uma argila clara. A posterior aplicação do vidro confere-lhes uma coloração mais clara do que a restante peça e a decoração da peça evidencia-se, não só pelo relevo, mas também pela diferença de cor.

Quanto às decorações em relevo formando dragões e nuvens, estão presentes em apenas dois dos potes que aqui apresentamos. Tratam-se das peças MNAA, Inv: 272 e MNAA, Inv: 5870, duas peças pertencentes ao conjunto do Museu Nacional de Arte Antiga.

Uma observação cuidada, leva-nos a perceber que os dragões relevados foram feitos por aplicação de uma ou várias peças moldadas sobre a parede da vasilha. É mesmo possível verificar que as várias partes dos dragões são aplicadas faseadamente: a cabeça, o corpo e os membros constituem componentes isolados de um mesmo motivo. Observa-se ainda que as escamas que preenchem o corpo dos dragões foram feitas através da impressão no barro fresco das unhas do(a) oleiro(a) ou do auxiliar que tratava das decorações. A este propósito, recorde-se que, tradicionalmente, em qualquer olaria, seja ela na Ásia ou na Europa, a decoração das peças é assegurada por mulheres.

Da composição dos motivos em relevo, fazem parte também as decorações incisais, realizadas através de objectos afiados e pontiagudos, formando incisões horizontais, isoladas ou em conjunto, e mesmo temáticas decorativas semelhantes às que referimos no parágrafo anterior, com dragões, nuvens e dragões percorrendo a pérola de fogo.

Verificamos que as incisões horizontais são aquelas que estão mais presentes em todo o conjunto, por outro lado, os dragões, as nuvens e os dragões perseguindo a pérola de fogo, apenas se encontram representados no espólio que integra o acervo do MNAA. De facto, esta é uma característica que consideramos bastante importante para a compreensão geral do conjunto das peças que aqui estudamos, as quais são provenientes de diferentes contextos. Esta evidência vai de encontro a algo que já enunciámos no nosso trabalho anterior quando afirmámos que o conjunto estudado à data e o cruzamento de dados arqueológicos, nos permitia fazer uma distinção entre os potes que seriam trazidos

para a Europa desempenhando, efectivamente, a função de contentores e aqueles cuja utilidade seria, senão totalmente, sobretudo decorativa.

Após termos apresentado um quadro geral das técnicas e temáticas decorativas presentes no espólio que nos ocupa, importa agora pensar numa das questões mais representativas de parte do conjunto e que se prende, como já escrevemos no início deste texto, com o simbolismo das decorações de cariz oriental.

No conjunto de potes analisado, os dragões são os motivos decorativos que mais se destacam, temática que é igualmente a mais significativa de toda a gramática decorativa na arte chinesa (LION-GOLDSCHMIDT, 1978, p.31). Na Era Wanli (1573-1619) o dragão será o elemento iconográfico que irá dominar as temáticas decorativas. Esta figura é o símbolo por excelência do Imperador e constitui um símbolo benéfico, de fertilidade e ao qual se atribui o aparecimento da chuva que fecundará as colheitas. Associado à água, é frequentemente representado entre nuvens, tal como acontece em alguns dos exemplares estudados e aos quais neste capítulo aludimos. Outro dos motivos decorativos presente é o do dragão perseguindo a pérola de fogo, símbolo do trovão ou do sol (DAISY LION-GOLDSCHMIDT, 1957, p.44).

Porém, se dissermos que o dragão é um dos elementos mais recorrentes no imaginário chinês, que a sua representação sagrada se identifica com numerosos significados e que este animal mítico pode simbolizar, entre outros, o Imperador, a imortalidade, o céu, a Primavera, variando de acordo com as formas e circunstâncias em que se encontra representado estaremos a dar uma imagem, ainda que bastante geral e superficial, do significado deste símbolo na cultura chinesa.

Estas decorações, embora nos dêem a conhecer a forma de pensar oriental e nos mostrem o lado mais filosófico e da religiosidade asiática, têm significados que aos nossos olhos de ocidentais não só não são reconhecidos como, sobretudo, não são interpretados como o interpreta um oriental e por isso, não assimilados. Isto é, estas decorações, para nós não têm significado cultural. Contudo, apesar de não percebermos quais os simbolismos associados aos diversos motivos decorativos, sabemos perfeitamente que se tratam de elementos orientais e, em particular, chineses. Estas decorações não têm para nós um significado cultural, no entanto, são representações que, de uma forma imediata, somos capazes de associar a uma realidade cultural diferente e distante.

3.6 PARALELOS E INTEGRAÇÃO CULTURAL

As peças que aqui apresentámos constituem produções de origem exógena que, embora ainda não possamos definir as áreas de produção e origem, são habitualmente atribuídas a uma área geográfica bastante alargada, o Sudoeste Asiático.

Grande parte dos exemplares que integram a colecção que aqui foi estudada ainda não têm disponíveis os dados de registo arqueológico e outros, pertencerem a colecções museológicas e não provêm de contexto arqueológico ou passível de conhecer cronologias e proveniências. Uma vez que a bibliografia sobre escavações arqueológicas onde figure espólio como os *martabãs* não é abundante e nem sempre suficiente, na nossa procura de paralelos cronológicos recorreremos também a catálogos de museus, de colecções privadas e até mesmo a informações disponíveis na *world wild web*. Por outro lado, importa dizer que os paralelos formais e decorativos que aqui apresentamos encontram-se em contextos orientais como ocidentais. Importa também dizer que faremos referência às peças para as quais foram encontrados paralelos. As restantes, por não apresentarem características formais que as integrassem em determinada tipologia, não constam deste subcapítulo

Por último, será importante alertar o leitor para a grande disparidade de paralelos identificados. Isto é, se para algumas peças os paralelos cronológicos são vários e, podemos até considerar, abundantes, para outros a realidade é totalmente inversa. Mas por agora iremos apresentar os dados de que dispomos e esta será, com certeza, um ponto ao qual ainda voltaremos neste trabalho, uma vez muitas são as questões que nos coloca.

As peças que apresentam os paralelos com uma cronologia mais recuada são os exemplares MP: 1034 e FL: 305, para os quais foi identificado um paralelo pertencente a uma colecção privada (COX, 1944, p.434). Foi encontrado nas Filipinas e é datado do período Song, durante a Dinastia Chinesa que reinou entre 960 e 1279. Contudo, os paralelos mais fiéis para estes potes encontram-se nos conjuntos provenientes de contextos arqueológicos de naufrágios. Assim, importantes paralelos são os artefactos recolhidos nos destroços do naufrágio do *San Diego* (1660) (DUPOIZAT, 1994, p.236-237) a que a autora atribui ao Sião a origem provável destas peças. Também se encontram paralelos nos artefactos provenientes do naufrágio do *Mauritius* (1609) (L' HOUR, LONG, RIETH, 1989, p.178-180), com origem provável os mercados sul-asiáticos. Encontramos paralelos no navio *Witte Leew* (1613) (PIJL-KETEL, 1982, p.239); nos destroços de um navio oriental naufragado em Pattaya, no Golfo da Tailândia (GREEN, HARPER, 1983, p.1,21-27,56) e

nas escavações realizadas em destroços de naufrágios na ilha de Ko Si Chang, no golfo da Tailândia (GREEN, 1983, p.9,26-27), com uma cronologia balizada entre o século XVI e inícios do século XVII, e com a atribuição da origem chinesa ao espólio recolhido.

Encontram-se ainda paralelos para estes potes e para os exemplares MC/LX 463 e SJB nº190.01 (aqui diferenciados por apresentarem um colo mais baixo) nos destroços do galeão português *São João*, que naufragou em 1552 na costa sul de Natal (MAGGS, 1984, fig.11); no navio *São Bento*, naufragado em 1554 na costa Pondoland (AURET, MAGGS, 1982, fig.36) e que a China é a origem provável das peças recolhidas. Nas intervenções arqueológicas realizadas num naufrágio na ilha Phu Quoc, Vietname (BLAKE, FLECKER, 1994, fig.16) existe um paralelo assinalado como produção tailandesa (fornos Mae Nam Noi, província de Singburi) entre os séculos XIV e XVII. Outro paralelo identificado pertence ao naufrágio de uma embarcação portuguesa do século XVI, ao largo das ilhas Seycheles (BLAKE, GREEN, 1986, fig.15) e a Tailândia é a origem atribuída. Também no navio da V.O.C. *Risdam*, que naufragou na Malásia em 1727 (GREEN, 1986, fig.16) existem paralelos, associados a produções do norte e centro da Tailândia, com uma cronologia de produção que aponta para o século XVI.

O outro exemplar que apresenta a cronologia mais antiga é o pote MNAA, Inv: 3317, para a qual identificámos uma peça pertencente a uma colecção privada (BOULAY, 1984) e cuja produção se atribui à Dinastia chinesa Yuan (1279-1368).

Para os potes MNAA, Inv: 271, 637, 3305 e 3307 foi identificado um paralelo formal existente no Palácio da Vila, em Sintra que se assemelha aos referidos potes na forma, nas decorações de dragões perseguindo a pérola de fogo e os ondulados esquemáticos, através de incisão, bem como nas *carrancas* e no vidrado da peça. A proveniência é a China e a cronologia apontada é o século XVII, durante a Dinastia Ming (1368-1644). Um pote pertencente a uma colecção privada apresenta semelhanças, tanto a nível formal como decorativo (COX, 1944, p.431). Trata-se de uma peça com proveniência da China, produzida durante a referida dinastia. As asas em forma de *carranca* encontram paralelos em porcelana chinesa, designadamente num exemplar pertencente ao Museu Anastácio Gonçalves, datado de cerca de 1635 e 1650 (MATOS, 1996, p.136-137).

Relativamente aos motivos decorativos presentes nos exemplares MNAA, Inv: 271, 272, 637, 3305, 3307 e 5870, podemos encontrar paralelos para as representações de dragões, assim como os motivos associados, nomeadamente a pérola de fogo e as nuvens, em peças de porcelana chinesa de várias épocas, na medida em que se tratam de temáticas transversais a vários períodos cronológicos. (MATOS, 2003, p.10,116). Contudo,

representações de dragões com chifres e garras, em diferentes posições, nomeadamente perseguindo a pérola de fogo encontram paralelos nas temáticas decorativas de peças de porcelana da Dinastia Ming e, mais concretamente, do Reinado Wanli (1573-1619). Para estas temáticas decorativas encontramos um paralelo no pote de porcelana datado de cerca de 1580 e pertencente à Coleção Amaral Cabral (*Azul e Branco da China*, 1997, p.130). No que se refere às representações de nuvens na arte chinesa, elas apresentam uma evolução estilística ao longo dos vários séculos. Todavia, as nuvens presentes no conjunto estudado encontram paralelos nas temáticas decorativas da segunda metade do século XVI, designadamente com a representação numa mesma peça de vários tipos de nuvem (LION-GOLDSCHMIDT, 1978, p.36).

A nível formal e decorativo, os exemplares do MNAA, Inv: 272 e 5870 também encontram paralelo num exemplar com cronologia do século XVII pertencente ao Österreichisches Museum de Viena (LION-GOLDSCHMIDT, 1978, p.254-256). De acordo com a imagem apresentada, uma vez que não é feita descrição da peça, verifica-se que esta apresenta forma ovóide, pequenas asas verticais e decoração em relevo com dragões e nuvens.

Igualmente com cronologias que apontam para o século XVII, são os vestígios arqueológicos do naufrágio do *Witte Leeuw*, em 1613 (PIJL-KETEL, 1982, p.226-227), nos quais foi recolhido um pote similar aos exemplares MNAA, Inv: 469 e MMVFX e nas intervenções arqueológicas realizadas na fragata *Santo António de Tanna*, afundada em 1697, durante as quais foi recolhido um pote semelhante (WILLOUGHBY, 1991, p.26). A Tailândia ou a Birmânia são as origens prováveis atribuídas a esta peça que, embora seja datada de finais do século XVII teria sido produzida desde o século XV, bem como o exemplar E.359.04 que possui paralelos em espólio recolhido neste arqueossítio (WILLOUGHBY, 1991, p.27). Outro paralelo identificado para este pote pertence ao espólio do *Witte Leew* (PIJL-KETEL, 1982, p.226), onde existem peças com motivos decorativos decorativos semelhantes tais como caneluras e aplicações plásticas circulares em relevo, alguns formando *efeito de pregaria*, motivos presentes também nos fragmentos SJB n°140.05, SJB n°182.01.03, SJB n°182.01.05 e SJB n°04654.02.001, SJB n°04654.02.0013.

Ainda no que se refere os potes MNAA, Inv: 469 e MMVFX, identificámos paralelos em cinco potes recolhidos nos destroços do *San Diego*, naufragado em 1660 (DUPOIZAT, 1994, p.234-235), para os quais o Pegu, ou regiões mais setentrionais, são os prováveis locais de origem. Também um pote recolhido nos vestígios do naufrágio da

presumível *Nossa Senhora dos Mártires*, em 1606, apresenta bastantes semelhanças formais e decorativas (DESROCHES, 1998, p. 239). Um exemplar semelhante encontra-se publicado numa obra sobre cerâmica chinesa (OTTEMA, 1970), sendo atribuído como local de origem a China do século XVI. Embora não se tratem de peças totalmente iguais, apresentam formas em tudo semelhantes, embora as caneluras que compõem as decorações apresentem algumas variações.

A peça do conjunto que oferece uma datação mais recente é o pote MNAA, Inv: 3308, para o qual identificámos um paralelo pertencente à colecção do Crocker Art Museum. De acordo com os dados apresentados, trata-se de uma peça produzida na China, entre os séculos XVIII e XX.

Embora possuam elementos identificativos, não foram encontrados paralelos formais para os fragmentos de bordo SJB n°184.14.06/SJB n°184.14.07 SJB n°04654.02.0014.

Temos assim um conjunto que apresenta paralelos ao nível formal e decorativo em peças cujas cronologias abrangem um período bastante lato, desde o século X ao século XX. De facto, não dispomos de dados que indiquem o início da produção de *martabãs*. Por outro lado, também desconhecemos as possíveis fases de produção destas peças, bem como a evolução formal e características das produções de cada uma dessas fases. A referência mais antiga que conhecemos de um europeu é a do *Livro de Duarte Barbosa*, datado de 1516 e o paralelo formal mais antigo foi recolhido nos destroços da presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires* que terá afundado na Barra do Tejo em 1606. Embora estes potes, ou peças com características semelhantes, possam ter começado a ser produzidas em épocas bastante recuadas, verificamos que deverão ter começado a chegar a Portugal no século XVI e que o século XVII terá sido o período em que mais *martabãs* terão chegado a Portugal à Europa. A partir da análise dos paralelos existentes para o conjunto, verifica-se que a maioria dos exemplares indica uma cronologia que abarca o século XVII, o que corresponde ao período mais intenso de viagens entre a Ásia e a Europa, durante a Época Moderna. As áreas geográficas a que se atribui a proveniência das peças são a China, Tailândia e Birmânia.

CONCLUSÕES

As referências de europeus às grandes jarras fabricadas na cidade portuária de Martabão remontam ao século XVI. Não duvidamos de que os viajantes que as mencionaram sabiam de que objectos falavam, contudo, e talvez por isso, muito embora as tenham descrito, constituem, para nós europeus do século XXI, relatos vagos e insuficientes para que saibamos como eram exactamente as *talbas Martabanas* (GÓIS, 1749, p.543). Talvez seja esta uma das razões para que o termo tenha evoluído e se tenha alargado, passando a ser aplicado a vários tipos de potes que, de uma forma geral, se enquadram nas principais características que os viajantes deixaram por escrito. Assim, tal como escrevemos no início deste trabalho, no capítulo referente ao Estado da Questão, o termo *martabã* tornou-se aplicável a um conjunto de peças muito lato, designadamente potes de grandes dimensões, fabricados em pastas grosseiras e vidrados no exterior. Foi também um termo que se passou a aplicar a um conjunto vasto de peças que, de um modo geral, apresentassem características orientais, tais como motivos decorativos de cariz asiático.

Foi neste sentido que considerámos fundamental cruzar todos os dados obtidos nas fontes escritas com as informações alcançadas através da análise exaustiva do conjunto material que aqui apresentámos, uma vez que será esta análise que nos permitirá definir quais os tipos de peças que se integram no conceito de *martabã*.

Os relatos de viagens constituem fontes essenciais para o que aqui tratamos, na medida em que são registos escritos de quem, nos séculos XVI, XVII e XVIII viu os *martabãs* nos seus locais de produção, de quem viu a forma como eram utilizados e que produtos acondicionavam, de quem observou quem os utilizava. Por isso, estes foram os nossos elementos de partida para a concretização de várias problemáticas.

Começámos no início deste trabalho por recorrer a uma passagem de Luís Filipe Thomáz dizendo que *A História do nome das coisas é parte integrante da própria história das coisas. Por vezes, ensina-nos até a seu respeito pormenores insuspeitados que por outra via não poderíamos conhecer.* (THOMAZ, 1999, p.10) e que essa mesma passagem, embora não o fosse, podia ser uma referência ao próprio nome *martabã*. De facto, algo que nos foi possível observar através da leitura dos relatos a que nos dedicámos no capítulo 2.2, dedicado às Problemáticas, foi a evolução do topónimo Martabão para o adjectivo que utilizamos actualmente: *martabã*. Verificámos que, enquanto nos primeiros relatos de Duarte Barbosa o autor se refere aos objectos como *vasilhas de Martabão*, van Linschoten escreve sobre as *martabanas*, denotando já a evolução do topónimo para um nome próprio. Por outro lado,

pensamos que a evolução da designação de *vasilhas de Martabão* (complemento determinativo) para *martabanas* (adjectivo) poderá, como já afirmámos, sugerir uma apropriação do objecto às características gerais dos contentores fabricados em Martabão. Isto é, os objectos parecem já não ser associados somente a um local, mas pensamos que poderá indicar uma associação de outros objectos, que não de Martabão, mas cujas características gerais correspondessem às dos produzidos nessa cidade. O que nos parece ainda mais interessante nesta questão, é o facto da própria evolução linguística presente nas diversas descrições, com a passagem de um complemento determinativo a um adjectivo formado a partir de um topónimo, refletir um processo de conceitualização destes objectos.

Outra das conclusões a que chegámos a partir da leitura destas fontes, é o facto de, já à época, mostrarem que o termo *martabã* era aplicado a peças com variedades formais entre si. Senão vejamos: Duarte Barbosa escreve que no porto de Martabão se fazem *grandes jarras de porcelana, mui grossas, rijas e formosas (...) vidradas de preto* (MACHADO, 1946, p.196); fala Garcia da Orta em “*jarras martavans*” de *collo alto (...) vidradas per dentro* (ORTA, 1872, p.184); van Linschoten diz que em Martabão eram fabricadas *muitas das grandes jarras de barro (...) Há muita variedade delas, grandes e pequenas* (POS e LOUREIRO, 1997, p.112); o francês Pyrard de Laval afirma que aqui eram fabricadas as jarras *les plus belles, les mieux vernies et les mieux façonnées* (LAVALL, 1679, p.178).

O que as fontes nos parecem indicar é que, na realidade, já no século XVI na cidade portuária de Martabão se produziam peças com diferenças formais entre si, embora existam características que se nos afiguram como gerais, nomeadamente o facto de se tratar de grandes jarras. A questão, no entanto, é que hoje em dia esse conjunto de características formais se alargou ainda mais. Isto é, mesmo que no século XVI se fabricassem potes com variações formais e decorativas e mesmo que o termo *martabã* fosse aplicado a peças com essas mesmas diferenças, a questão é que actualmente essa panóplia de peças consideradas e denominadas de *martabã* alargou-se para lá do que pensamos que seriam as *fronteiras* originais.

Como demonstrámos nas páginas que integram o referente aos contentores de transporte marítimo em Época Moderna, neste período os produtos eram transportados maioritariamente em contentores fabricados em materiais perecíveis. Quanto às fontes escritas e materiais, estas parecem comprovar que não existiam embalagens específicas para cada tipo de produto transportado, sendo que uma mesma mercadoria podia ser embalada em vários tipos de contentor, o que se deverá relacionar com a necessidade de adaptação às

condições durante as viagens, o que levaria a que um mesmo contentor fosse utilizado como embalagem para os mais variados produtos.

No caso específico dos *martabãs*, as fontes também indicam uma utilização destes contentores como embalagem de diversos produtos. Por exemplo, Duarte Barbosa, ao aludir a estas peças afirma que transportavam gengibre beledi em conserva e benjoim; Garcia da Orta, quando se refere ao transporte de pau da China alerta para que fosse transportado num *martabã*; van Linschoten relata que eram utilizadas na Índia em vez de barris e teriam como funções guardar óleo, vinho, água, bem como outros produtos; Pyrard de Laval também escreve que estes contentores eram utilizados como se de pipas se tratassem e para transportar água. Por outro lado, parece-nos que existindo uma necessidade de total aproveitamento e maximização dos espaços para as mercadorias no interior das naus da Carreira da Índia, transportar um pote como os que aqui estudamos, ocuparia muito espaço. Pensamos, por isso, que o seu transporte não deveria corresponder a uma prática recorrente, mas que se destinava a um uso esporádico e para alguns tipos específicos de produtos.

Neste mesmo capítulo abordámos mais largamente do que qualquer outro produto, a questão do transporte de especiarias. Verificámos que, contrariamente à ideia que persiste e que associa estes potes ao transporte daqueles produtos, as fontes indicam que também eles eram transportados para a Europa embalados em contentores de materiais perecíveis, fabricados em madeira ou tecido, e não em *martabãs*. No que se refere ao porquê dos potes *martabã* permenecerem, a um nível colectivo, como potes de transporte de especiarias, pensamos poder avançar com uma proposta explicativa. Após termos demonstrado com exemplos concretos que os potes *martabã* eram trazidos para a Europa nas embarcações como contentores de transporte de diversos produtos entre os quais as especiarias, de acordo com as evidências, não estariam incluídas, esta questão poderá ser explicada com a representação que fazemos destes objectos. Isto é, se nos séculos XVI e XVII os potes *martabã* desempenhavam, de facto, funções de contentor durante as viagens marítimas, no século XX eles parecem estar associados a uma espécie de função ideológica, de representação de uma ideia. Ou seja, a representação que fazemos agora do objecto está ligada a uma época muito marcante da História portuguesa, ligada à Expansão ultramarina e ao comércio de especiarias, no fundo, a uma época que continua no imaginário colectivo, como aquela que fez de Portugal uma nação grande, a uma época que permanece ainda como a época áurea do país. Assim, parece existir quase um automatismo colectivo que associa objectos orientais a este período e a um dos seus elementos mais característicos, as

especiarias. Pensamos ser esta uma das principais razões que explica a ligação dos potes *martabã* ao transporte de especiarias durante a Época Moderna. Por outro lado, uma questão que poderá estar relacionada com o *mito* que permanece, é a própria evolução do conceito de especiaria. Actualmente, são sobretudo os produtos aromatizantes ligados à culinária que incluímos neste conjunto, assim como algumas tinturas⁴³. Alguns autores afirmam mesmo que a única distinção entre uma especiaria e uma erva reside no facto de especiaria ser um produto vegetal seco e sem folhas, enquanto a erva é verde e folhosa. Porém, historicamente, o termo *especiaria* era aplicado a um universo bastante mais lato. Este era empregue em relação a produtos utilizados na culinária, na medicina, nos unguentos, cosméticos, corantes e até em relação ao almíscar, um produto de origem animal, ou à seda. Tradicionalmente, a palavra *especiaria* não era utilizada para designar produtos específicos utilizados em culinária, mas sim todos os produtos exóticos e com origens distantes (FLANDRIN, MONTANARI, 1998, p.97). Se assim é, talvez os *martabãs* transportassem, de facto, *especiarias*, embora não o que, hoje em dia, consideramos como tal.

Da observação realizada ao espólio estudado, verificámos que se trata sobretudo de peças fabricadas em pastas cinzentas, com habitual presença de elementos não-plásticos, tais como óxidos de ferro e elementos quartzosos, que julgamos correcto incluir no grupo dos grés siliciosos, bastante compactos e com propriedades impermeabilizantes. Contudo, como demonstrámos no capítulo 3.3, referente aos materiais de fabrico, formas, técnicas de manufactura e funcionalidade dos elementos formais, as variações de coloração nas pastas em que estas peças são fabricadas é um fenómeno habitual e que se deve aos minerais que compõe a argila.

Uma das principais características do grés cerâmico é a sua resistência, que lhe é conferida pelos tipos de argila grosseira em que é fabricada, de grão consistente. É ainda um tipo de material que por conter nas suas pastas feldspato e quartzo atinge altas temperaturas durante a cozedura, o que o torna mais sólido e lhe confere impermeabilidade.

São estas características das pastas que explicam a utilização de peças de grés, nomeadamente os *martabãs*, como contentores de líquidos, entre os quais a água, o vinho e óleos. Apesar de se verificar que grande parte dos potes considerados *martabãs* não apresentam vidrado no fundo e junto a esta parte da peça, pensamos que esse elemento

⁴³ O termo *tintura* deverá ser entendido como produtos de tinturaria.

não seria tão-pouco necessário para manter os líquidos conservados dentro do contentor, dada a impermeabilidade inerente ao grés. Por outro lado, esta mesma característica poderá explicar a sua utilização como contentor de líquidos mas também de produtos sólidos, sobretudo no interior de uma embarcação. De facto, se as humidades no interior das naus era algo comum e indissociável destes contextos, tal como vimos no *Regimento sobre o largar do trato da pimenta e especiarias e dos Direitos que hão-de pagar na Casa da Índia (1570)* (Biblioteca Nacional, Manuscritos, Cod. 11410, fl. 42 - 50), guardar produtos sólidos no interior destas peças evitaria que se deteriorassem devido às humidades. A estanquicidade necessária para manter as provisões conservadas poderia ser garantida pelo tipo de bordos que observámos nas peças estudadas, os quais parecem permitir encaixe de tampa ou ser atados com cordas, tal como já dissemos no capítulo 3.3. Voltando um pouco atrás, à questão dos vidrados, observa-se que as suas camadas vítreas espessas teriam o objectivo de tornar as peças mais resistentes aos embates ou poderiam mesmo permitir que os potes, bastante pesados, pudessem ser rolados sem que o desgaste fosse muito grande. São excepção os exemplares MNAA, Inv. 271, 272, 637, 3305, 3307 e 5870, que apresentam uma fina camada vítrea. Interessante será notar que todos são exemplares pertencentes ao acervo do MNAA e que correspondem aos potes profusamente decorados e vidrados de amarelo melado. Considerando que a principal função dos *martabãs* era a de contentor, outro dos elementos formais que nos parece não poder ser associado ao desempenho destas funções são as asas dos exemplares enunciados.

Na realidade, as peças MNAA Inv: 271, 272, 637, 3305, 3307 e 5870 apenas apresentam paralelos formais em contextos museológicos, não tendo sido identificado qualquer exemplar exumado em contexto arqueológico. Importa chamar a atenção ainda para o facto dos motivos decorativos, bem como as asas em *carranca*, encontrarem paralelos em representações datadas da Dinastia Míng, que governou a China entre 1368 e 1644. Em nenhum dos casos indicados nas fontes a China é apontada como um local de produção de *martabãs* nem as características enunciadas aos *martabãs* observados são coincidentes com as destes potes. Por outro lado, nenhum destes exemplares parece ter sido utilizado enquanto contentor, pelo menos de uma forma continuada, na medida em que não apresentam sinais de desgaste ou sujidade que indique utilização. Este dado, em conjunto com as questões formais que demos a conhecer anteriormente, parece-nos indicar que estas peças não terão sido utilizadas como contentores, mas que terão sido adquiridas pelo seu valor estético e não utilitário.

Embora o que diremos a seguir pareça entrar em contradição com o que escrevemos anteriormente, de facto, pensamos que nem todas as peças que analizámos seriam trazidas para a Europa desempenhando funções de contentores, mas constituíam, elas próprias, carga. Na nossa opinião, a serem trazidas como carga teriam, obviamente, no interior outros tipos de carga, respeitando a tal necessidade de aproveitamento máximo do espaço a que fizemos referência há alguns parágrafos atrás. Os dados documentais e a análise do espólio parecem indicar que existia mesmo essa distinção.

Verificamos que já no século XVI existiam *jarras vidradas* cujo valor estava nas peças por si só, e não no seu valor enquanto objecto utilitário. Data de 1515 o documento (IAN/TT/CC, Parte II, Mç.62, Doc.106) em que Lourenço Moreno ordena ao almoxarife dos mantimentos, Álvaro Lopes, que dê a Ambrósio do Rego seis jarras vidradas e é do ano de 1524 o documento (IAN/TT/CC, Parte II, Mç.122, Doc.16) em que se dá conhecimento que o despenseiro da caravela Santo Espírito recebeu do almoxarife dos mantimentos de Cochim, Simão do Amaral, mantimento, entre outros, de biscoito, arroz, manteiga, azeite e uma jarra vidrada. Ora, em nenhum dos casos sabemos se as jarras referidas seriam fabricadas em Martabão, mas considerámos um facto interessante, uma vez que, quer se tratem ou não de *martabãs*, podemos dizer que são jarras que valem pelo seu valor enquanto objecto e não enquanto contentor.

Talvez esta questão esteja directamente relacionada com a que enunciámos já ao longo deste trabalho e a que dedicámos algumas páginas no capítulo 3.1, sobre os contextos, e que se prende com o interesse que as peças orientais despertaram nos europeus do Renascimento, que procuravam adquirir objectos exógenos, exóticos, elementos de ostentação, símbolos de distinção e afirmação social.

Esta questão é também notória no relato de van Linschoten, uma vez que o autor refere que o *capitão, o mestre e o piloto, e os mercadores e passageiros, têm todos os seus próprios víveres e a sua água nas grandes jarras indianas a que chamam martabanas* (POS e LOUREIRO, 1997, p.180). Enquanto a tripulação guardava a água em recipientes de madeira, onde esta se degradava, os oficiais, mercadores e passageiros seriam os únicos privilegiados com direito a transportar a água em *martabãs*, cujas propriedades de conservação seriam sobejamente conhecidas. Seria interessante perceber também quais as razões para que apenas alguns tivessem acesso a estes contentores. Ou seja, será que nem toda a tripulação poderia usá-los por serem demasiado caros para as suas possibilidades económicas ou devido ao espaço que ocupavam na embarcação?

Existe ainda a dúvida quanto ao valor que estes potes alcançavam quando chegados à Europa, isto é, se continuariam a ser utilizados como contentores ou passavam a constituir peças decorativas. As evidências parecem indicar que a questão da reutilização se aplica pelo menos a alguns tipos dos potes que estudámos, designadamente através dos dois exemplares (ML/LX 463 e MMVFX) que apresentam um furo feito numa fase posterior à cozedura. Por outro lado, verificamos que no espólio analisado, apenas se encontram paralelos formais provenientes de contextos arqueológicos para os exemplares MNAA, Inv: 469, MP, Inv: 1034, FL, Inv: 305, E.359.04, MMVFX e MC/LX 463, contrariamente aos potes MNAA, Inv: 271, 272, 637, 3305, 3307, 3308, 3317 e 5870 que apenas encontram paralelos formais em peças pertencentes a colecções museológicas e privadas. De acordo com os dados que já apresentámos, o primeiro grupo corresponde às peças que consideramos detentoras das características correspondentes a um contentor, enquanto o segundo grupo integra os exemplares que, na nossa opinião, seriam trazidos como carga e não desempenhando funções de contentorização.

Todos estes dados nos levam a distinguir entre os potes que seriam trazidos para a Europa desempenhando, efectivamente, a função de contentores e aqueles cujas funções seriam apenas decorativas. Como demos a conhecer no subcapítulo 3.1, sobre os contextos, o interesse pelos objectos de luxo e para ostentação intensificou-se grandemente desde o início das viagens de Expansão ultramarina e já no século XVI existia um mercado de raridades orientais. Os exemplares de que aqui falamos poderiam ter sido também eles comercializados e coleccionados desde essa Época.

Outra questão que nos parece ser importante focar é o facto de, ainda hoje, chegarem à Europa potes *martabã* que são vendidos com grande regularidade no mercado de antiguidades. De facto, breves conversas com antiquários da cidade de Lisboa permitiram-nos confirmar isso, embora devido ao chamado *sigilo profissional* não nos tenham cedido informações referentes através de quem e como continuam a chegar a Portugal. A questão é que nem todas as peças vendidas no mercado de antiguidades são, efectivamente, *antiguidades*. Isto é, a produção de potes baseada na tradição de fabrico de potes de Martabão ainda permanece na Birmânia, onde se localizava o antigo Reino do Pegu e permanece também o fabrico de peças com tecnologia semelhante um pouco por todo o Sudoeste Asiático. Verificámos, através da observação de fotografias actuais que algumas das formas e decorações são perfeitamente coincidentes com as peças que conhecemos provenientes de contextos arqueológicos. No que concerne aos dados cronológicos, alguns paralelos apontam para os séculos o século XV e século XVI, embora quase todas as peças

indiquem uma cronologia que abarca todo o século XVII. A China, a Tailândia e a Birmânia são os locais de possível proveniência atribuídas às várias peças do conjunto.

Embora no nosso trabalho tenhamos incluído o estudo de conjuntos provenientes de contextos arqueológicos, os dados obtidos são escassos.

Sobre os exemplares do Largo do Chafariz de Dentro, em Lisboa, as informações disponíveis são ainda escassas. Apenas o fragmento LCD/07, Inv.4 foi recolhido numa área que revelou dados estratigráficos e com materiais associados que correspondem a um período situado entre meados do século XV e os primeiros anos do século XVII; as peças provenientes dos Troços 1 e 4 foram recolhidas num contexto que os responsáveis pelos trabalhos arqueológicos pensam datar de um período entre meados do século XVI e as primeiras décadas do século XVII; o fragmento LCD/07, Inv.9 foi recolhido numa sondagem onde se identificou uma estrutura com datações entre meados do século XVII e inícios do século XVIII; os fragmentos provenientes do Troço 5 foram recolhidos numa vala onde foi identificado um troço da *muralha fernandina* e o espólio proveniente do Troço 7 integra-se num contexto datado do século XVI. Apesar de nos terem sido disponibilizados alguns dados, o facto de se tratar de uma intervenção muito recente não nos permitiu estudar de forma mais aprofundada os contextos em que as peças foram exumadas. Por outro lado, como vimos, muitos dos fragmentos foram recolhidos em valas abertas mecanicamente, que nem sempre permitem obter datações tão seguras quanto se gostaria. No que se refere ao exemplar proveniente do Mandarin Chinês, embora integre um conjunto proveniente de duas antigas vias modernas, com níveis cronológicos balizados entre o século XVII até à Época do Terramoto de 1755, não foi encontrado *in situ*. Mais uma vez, apesar de se tratar de uma peça proveniente de contexto arqueológico, não nos permitiu obter datações directas.

Desta forma, embora não tenhamos tido oportunidade de o fazer, parece-nos essencial prosseguir o estudo de potes *martabã* proveniente de contextos arqueológicos que nos permita perceber os ambientes de utilização destas peças, as funções que terão desempenhado, se recolhidos em ambientes domésticos, bem como se se encontrariam em ambientes abastados e de luxo ou, pelo contrário, se integravam em contextos pertencentes a níveis sociais mais baixos. Pensamos ainda ser bastante importante perceber se a inexistência de espólio como este proveniente de contextos arqueológicos de meio terrestre se deve efectivamente à pouca quantidade de peças que chegaria à Europa ou se a ausência, ou aparente ausência, se deve ainda a um certo desconhecimento acerca destas produções.

Todavia, estas questões só poderão ser esclarecidas com a continuação da pesquisa e estudo de potes *martabã*.

Tal como temos vindo a demonstrar, embora habitualmente se designem de *martabã* todos os potes que integrámos no catálogo, nem todos apresentam as mesmas características. Na verdade, as diferenças não são apenas ao nível formal mas também ao nível funcional

Todas as questões que temos vindo a enunciar ao longo do trabalho e agora particularmente neste capítulo, levam-nos à grande questão a que nos propusemos de redefinir o conceito de *martabã*.

De acordo com o que observámos através da análise das fontes documentais e da análise de espólio, julgamos ser então possível dar a conhecer as características que nos parecem definidoras de um pote *martabã*.

A um nível funcional, consideramos que um *martabã* desempenha necessariamente a função de contentor.

Do ponto de vista formal, consideramos tratar-se de *martabãs* os potes de grandes dimensões (com uma altura máxima de referência que podemos considerar superior a 0,600 m, podendo mesmo apresentar altura próxima dos 0,800 m) e muito largos (com diâmetro máximo de referência superior a 0,500 m e que poderá ser superior aos 0,080 m), muito frequentemente apresentando um diâmetro máximo do corpo superior às medidas da altura. São fabricados em grés, com paredes espessas, variando em média entre os 0,010 m e 1,020 m e apresentam corpo cuja forma poderá ser hemisférica, globular ou ovóide. O bordo é extrovertido, com lábio de secção semicircular. Apresentam um colo baixo e asas horizontais, de secção rectangular, aplicadas no início do bojo. O fundo é plano. Habitualmente são vidrados de castanho-escuro ou castanho, nos 2/3 superiores das superfícies exteriores da peça. Mostram decorações plásticas circulares e caneluras, podendo apresentar também decorações com *efeito de pregaria* ao longo da peça.

Apresentam cronologias bastante latas e, embora não saibamos o início e diferentes fases de produção, a referência mais antiga que conhecemos é a do *Livro de Duarte Barbosa*, datado de 1516 e o paralelo formal mais antigo data de 1606 e pertence ao espólio recolhido nos destroços da presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires*. Os dados recolhidos indicam que terão começado a chegar a Portugal no século XVI, mas verifica-se que o século XVII terá sido o período em que mais *martabãs* terão chegado a Portugal e à Europa. Contudo, tal como já dissemos, a produção de potes semelhantes permanece em várias regiões asiáticas e a chegada destas peças à Europa também constituiu ainda uma realidade.

Por outro lado, embora não tenhamos conhecimento concreto dos locais de produção, sabemos que se trataria de contentores produzidos no Sudoeste Asiático e, mais concretamente, nas regiões da actual Birmânia e Tailândia.

De acordo com o que definimos nos parágrafos anteriores, excluimos do conceito *martabã* as peças MNAA, Inv: 271, 272, 637, 3305, 3307, 3308 e 5870, não só devido às suas características formais, mas também porque essas características não se coadunam com peças que consideramos contentores. Por outro lado, as decorações dos exemplares MNAA, Inv: 271, 272, 637, 3305, 3307 e 5870 encontram paralelos na arte chinesa, designadamente nas porcelanas Ming e não se integrariam numa área geográfica que pensamos correspondente à produção deste tipo de peças. Como afirmámos, estas são peças que não parecem ter desempenhado funções utilitárias, de contentores, mas sim decorativas.

Embora no MNAA a peça MNAA, Inv: 3308 seja incluída no conjunto de potes *martabã*, também o excluimos nessa designação, sobretudo porque não apresenta as características formais, mas também porque o único paralelo identificado corresponde a uma produção chinesa balizada entre os séculos XVIII e XX.

Também as peças MP: 1034, FL: 305 e MC/LX 463, embora não tenhamos dúvidas de que terão desempenhado funções de contentor e de que se tratam de contentores orientais, não as incluímos na definição de *martabã*. De facto, alguns destes exemplares foram recolhidos nos mesmos contextos de naufrágio das peças que considerámos *martabãs*, de acordo com os paralelos encontrados, integram-se na mesma área geográfica e são potes fabricados em grés. Todavia a sua altura e diâmetros bastante mais pequenos, o facto de apresentarem colo mais alto, as diferenças ao nível da secção das asas, das cores dos vidrados e das decorações levam-nos a não os integrar no conjunto de potes *martabã*, mas apenas designá-los de potes orientais.

Desta forma, consideramos que as peças MNAA, Inv: 469, MNAA, Inv: 3317, E.359.04 e MMVFX somam todos os parâmetros que assinalámos como definidores de um *martabã*.

Ainda que com este trabalho tenhamos sido capazes de especificar um pouco mais as características que um pote deve observar para que o possamos definir como *martabã* muitas questões ficam ainda por responder. De facto, existem ainda dúvidas no que se refere às quantidades de peças destas que chegariam a Portugal e à Europa, persistem dúvidas sobre a sua funcionalidade durante as viagens marítimas, bem como quando já em terra, continuam as interrogações sobre o valor económico e simbólico destes potes. Por

outro lado, continuamos sem conhecer concretamente quais os locais de produção e origem destes potes, assim como as suas cronologias. Todavia, dar resposta a estas questões implicará futuras investigações de contextos de exumação em Portugal e na Europa, mas também do avanço das investigações arqueológicas nas regiões asiáticas onde estas peças seriam manufacturadas.

Não criámos um novo conceito de *martabã* uma vez que, tal como o demonstrámos, aquele que existe actualmente nos serve e é aplicável. Porém, o que nos levou a desenvolver este trabalho foi o facto desse mesmo conceito permanecer envolto em dúvidas e *ruídos*, *mitos* que são precisos *limpar*, questões às quais é necessário responder. Foi o que procurámos fazer ao especificar melhor as características do que consideramos um *martabã* e estreitar os limites do conceito actual, pouco específico e pouco elaborado. **É neste sentido, que podemos dizer que embora tenhamos apresentado uma nova proposta, é possível que *martabã* permaneça relacionado com o mesmo conceito, ainda que com uma nova perspectiva.**

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas:

- A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa 16-22 Novembro 1987* (1991). Campo Arqueológico de Mértola.
- Actas Encontro de Arqueologia Urbana (1994). *Bracara Augusta*. Vol. XLV, N.º97 (110). Braga: Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Comissão Organizadora).
- Actas das Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval* (1995). Câmara Municipal de Tondela, Porto.
- Actas das Segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval* (1998). Câmara Municipal de Tondela, Porto.
- Actas das Terceiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval* (2003). Câmara Municipal de Tondela, Lisboa.
- Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana, Amadora – 10 a 12 de Novembro de 2000* (2003). Amadora: Câmara Municipal da Amadora/Museu Municipal de Arqueologia, ARQA – Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora.
- Actas 3º Encontro Arqueologia Urbana* (1997). Almada: Departamento de Acção Sociocultural, Divisão de Museus.
- ALLEMAND, S.; BORBALAN; J. R. (2005) – *A Mundialização*. Mem-Martins: Inquérito.
- ALVES, J. M. S (2000) – Samatra. *História dos Portugueses no Extremo Oriente. De Macau à Periferia*. 1º Volume, Tomo II. Direcção de A. H. De Oliveira Marques. Fundação Oriente.
- ALVES, F. J. S. (2002) – O desenvolvimento da arqueologia subaquática em Portugal. Uma leitura. *Arqueologia e História*. Volume 54. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- ALVES, F. J. S., RODRIGUES, P. J. P., GARCIA, C., ALELUIA, M. (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo*. Tondela.
- A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues* (1978). Leitura e nota de Armando Cortesão. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- ATTERBURY, P. (1982) – *The history of porcelain*. London: Orbis.
- AURET, C., MAGGS, T. (1982) – The Great Ship São Bento: remains from a mid-sixteenth century Portuguese wreck on the Pondoland coast. In *Annals of the Natal Museum*. Vol.25 (1).

- BARBAFORMOSA (1999) – *A Olaria*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BARRETO, L. F. (1999) – Macau, Fronteira Cultural 1560-1660. In *Portugal e a China. Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*. Fundação Oriente.
- BETTENCOURT, J. A. (2008) – *A Nau “Nossa Senhora da Luz” (1615) no contexto da Carreira da Índia e da Escala dos Açores: uma abordagem histórico-arqueológica*. Texto policopiado.
- BEURDELEY, C. BEURDELEY, M. (1974) – *La céramique chinoise. Guide du connaisseur*. Fribourg: Office du Livre.
- BEURDELEY, C. BEURDELEY, M. (1982) – *La céramique chinoise*. Fribourg: Office du Livre.
- BEURDELEY, M. (1969) – *Porcelaine de la Compagnie des Indes*. Fribourg: Office du Livre.
- BLAKE, W., FLECKER, M. (1994) – A preliminary survey of a South-East Asian wreck, Phu Quoc Island, Vietnam. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 23, Number 2. London and New York: Council for Nautical Archaeology.
- BLAKE, W., GREEN, J. (1986) – A mid-XVI century Portuguese wreck in the Seychelles. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 15, Number 1. London and New York: Council for Nautical Archaeology.
- BOULAY, A. (1965) – *La porcelaine chinoise*. Paris: Hachette.
- BOULAY, A. (1984) – *Christie’s pictorial history of Chinese ceramics*. Oxford: Phaidon.
- BRAGA, I. D. (2000) – Molucas. *História dos Portugueses no Extremo Oriente. De Macau à Periferia*. 1º Volume, Tomo II. Direcção de A. H. De Oliveira Marques. Fundação Oriente.
- BROSSE, J., NANET, B., TOUCHARD, M., BEAUTHÉAC N., TOUSSAINT SALNAT, M. (1989) – *A Rota das Especiarias*, Edição Portuguesa: Lisboa, Edições Inapa.
- BUGALHÃO, J., SOUSA, M. J., GOMES, A. S. (2004) – Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 7.
- CABRAL, J. G. A., DESROCHES, J., MATOS, M. A. P. (1996) – *Chinese export porcelain: from the Museum of Anastácio Gonçalves, Lisbon*. London: Philip Wilson: Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CAILLEUX, A. [s.d.] – *Introdução à geologia*. Lisboa: Editorial Notícias.
- CALADO, R. (1993) – A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa no século XVII. *Oceanos N°14*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- CALADO, M., PIMENTA, J., REGALA, F. (2000) – *Olive Jars* encontradas no Tejo. *Al-Madan*. IIª Série, N.º9. Centro de Arqueologia de Almada.
- CAMBRA, R. H., IBÁÑEZ, P. L., MUÑOZ, P. S. (1999) – Intervención Arqueológica en el Cuartel del Carmen, Sevilla (1990-1994): La Cerámica. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 6.
- CAMACHO, C. F.; RIBEIRO, J. A. (1997) – *Quinta Municipal de Subserra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- CARAPINHA, A. (1999) – As quintas de recreio do concelho de Vila Franca de Xira. *CIRA, Boletim Municipal de Vila Franca de Xira*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- CARUSO, N. (1986) – *Cerámica viva. Manual práctico de la técnica de elaboración antigua y moderna de Oriente e Occidente*. Barcelona: Ediciones Omega, S. A.
- CARVALHO, A. M. G. (1997) – Geologia: petrogénese e orogénese. Universidade Aberta.
- CARVALHO, A. M. G. (2003) – *Geologia Sedimentar. Rochas sedimentares*. Volume III. Lisboa: Âncora Editora.
- CASTANHEDA, F. L. (1979) – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Vol. I, Livros I-IV e Vol. II, Livros V-IX. Porto – Lello & Irmãos – Editores.
- CASTRO, L. F. M. (2001) – *The Pepper Wreck: a Portuguese Indiaman at the Mouth of the Tagus River*. Texas A & M University.
- Céramiques de la Chine des XVIème, XVIIème et XVIIIème siècle, tableaux anciens*. (1962). Paris: Palais Galliera. Catálogo de vendas dos leilões realizados na Palais Galliera nos dias 5 e 6 de Abril de 1962.
- CHAUDHURI, K. (1998) – A recepção europeia da Expansão. *História da Expansão Portuguesa. A Formação do Império (1415-1570)*. Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CHAUDHURI, K. (1998) – O estabelecimento no Oriente. *História da Expansão Portuguesa. A Formação do Império (1415-1570)*. Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CHAUDHURI, K. (1998) – A concorrência holandesa e inglesa. *História da Expansão Portuguesa. Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CHAVARRIA, J. (1999) – *Olaria*. Lisboa: Editorial Estampa.
- COELHO, I. D. P. (2008) – *A cerâmica oriental na Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau - a presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Policopiado.
- COSTA, J. B. (2001) – *Estudo e classificação das rochas por exame macroscópico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- COSTA, J. P. O (2000) – Macau e Nagasáqui – Os pólos da presença portuguesa no Mar da China na segunda metade do século XVI. *Portugal e a China, Conferências no III Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (Séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Fundação Oriente.
- COSTA, J. P. O. (2005) – *D. Manuel I*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores.
- COSTA, J. P. O.; LACERDA, T. (2007) – *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- COX, W. E. (1944) – *The book of pottery and porcelain*. New York: Crown Publishers. Volumes I e II.
- CURVELO, A. (2006) – A Arte Namban no contexto dos impérios ibéricos. In *Discurso proferido no simpósio internacional “Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos” no Deutsches Historisches Museum*.
- DAEHNHARDT, R. (1997) – *Potes de Especiarias nas Naus das Carreiras das Índias do Séc. XV ao Séc. XVIII*. Lisboa: Grupo de Amigos do Museu de Marinha.
- DESROCHES, J. (1975) – *La céramique chinoise: porcelains de Chine*. Paris: Grou-Radenez.
- DESROCHES, J., ALAIN, J., co-aut. (1976) – *La céramique chinoise: poterie, grès, biscuit, les tuiles, faïtières, les Ming-K’I*. Vérone: Mandadori.
- DOMINGUES, C. M. (2006) – *Dicionário de cerâmica: Porcelana, meia porcelana, faiança, majólica, meia majólica, grés, terracota, cerâmica elaborada e rudimentar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- DUPOIZAT, M. (1994) – Les jarres asiatiques en grès. In *Le San Diego. Un trésor sous la mer*. Paris: Réunion des Musées Nationaux.
- ENLIN, Y. (1987) – *La porcelaine chinoise, des XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Dessain et Tolra.
- FABIÃO, C. (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I, *Arqueologia Portuguesa no Século XX*. In *Al-madan*, IIª série, Nº8. Almada.
- FEDDERSEN, M. (1956) – *La Porcelaine Chinoise*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FERREIRA, F. E. R. (2002) – As Etapas do Moderno. In *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Volume nº 54, Lisboa.
- FIGUEIREDO, J. [et al.] (1923) – In *Memoriam Luiz Fernandes. Homenagem dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga.
- FLANDRIN, J., MONTANARI, M. dir. (1998) – *História da alimentação. 1. Dos primórdios à Idade Média*. Lisboa: Terramar.
- FLANDRIN, J., MONTANARI, M. dir. (1998) – *História da alimentação. 2. Da Idade Média aos tempos actuais*. Lisboa: Terramar.

- FLORES, J. M. (2000) – China e Macau. *História dos Portugueses no Extremo Oriente. De Macau à Periferia*. 1º Volume, Tomo II. Direcção de A. H. De Oliveira Marques. Fundação Oriente.
- FRADA, J. J. C. (1997) – *A Vida a Bordo das Naus na Época Moderna*. Tomo I – Organização Naval e Sanitária. Lisboa: Edições Cosmos.
- GARNER, H. (1954) – *Oriental blue and white*. London: Faber and Faber.
- GIL, J. A. R. (2004) – Cerâmicas Portuguesas de la Edad Moderna en la Bahía de Cádiz. *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Universidade do Algarve.
- GODINHO, V. M. (1990) – *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, Difusão Editorial, Lda.
- GÓIS, D. (1749) – *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa.
- GOMES, R. V., GOMES, M. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. I.
- GOMES, R. V., GOMES, M. V. (1997) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela.
- GOMES, R. V. (2002) – Silves (Xelb) – Uma cidade do *Gharb Al-Andalus*: território e cultura, *Trabalhos de Arqueologia*, Lisboa, 23.
- GOMES, R. V. (2003) – Silves (Xelb), Uma cidade do *Gharb Al-Andalus*: a Alcáçova, *Trabalhos de Arqueologia*, 35, Lisboa, 35.
- GORHAM, H. H. (1971) – *Japanese and Oriental ceramics*. Tokyo: Charles E. Tuttle.
- GREEN, J. HARPER, R. (1981) - The excavation of the Ko Kradat wreck site, Thailand. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 11, Number 2. London and New York: Council for Nautical Archaeology.
- GREEN, J. HARPER, R. (1983) – *The Excavation of the Pattaya Wreck Site and survey of Three Other Sites Thailand, 1982*. S.L. Australian Institute for Maritime Archaeology. Special Publication No.1.
- GREEN, J. N. (1983) - The Ko si Chang Excavation Report 1983. *The Bulletin of the Australian Institute for Maritime Archaeology*. Volume 7 Number 2.
- GREEN, J. N. (1986) – The Survey of the VOC *fluit Risdam* (1727), Malaysia. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 15, Number 2. London and New York: Council for Nautical Archaeology.
- GUEDES, M. A. B. S. M. (1994) – *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca 1580-1630*. Lisboa: Fundação Oriente.

- GUPTA, A. (2006) – Movimentações globais das colheitas desde a ‘Era das Descobertas’ e transformações das culturas gastronómicas. In *Portugal não é um país pequeno. Contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia.
- HO CHUI-MEI (1994) - A brief survey of the pottery industry in villages in the South and in the North-East of Thailand. *Earthenware in Asia and Africa*. Colloquies on Art and Archaeology in Asia No. 12. London: Persival David Foundation of Chinese Art. School of Oriental and African Studies.
- HOBSON, R. L. (1976) – *Chinese pottery and porcelain: Na account of the potter’s art in china from primitive times to the present day*. New York: Dover Publications.
- HOCHLEITNER, R. [s.d.] – *Minerais*. Círculo de Leitores.
- HOWARD, D. S; AYERS, J. (1978) - *China for the West: chinese porcelain & other decorative arts for export illustrated from the Mottabedeh collection*. New York: Sotheby Parke Bernet, 2 vol.
- KEAY, J. (2007) – *A Rota das Especiarias*. Coleção História. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- KIRKAMAN, J. (1972) – A Portuguese Wreck off Mombassa, Kenya. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 1. London and New York: Council for Nautical Archaeology.
- LAVAL, P. (1998) - *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611) contenant sa navigation aux Maldives, Moluques, & au Brésil; les divers accidens, aventures & dangers qui lui sont arrivés en ce voyage, tant en allant retournant, que pendant son séjour de dix ans en ce pays-là; avec un petit dictionnaire de la langue des Maldives; un traité des animaux & plantes des Indes; plus un bref avertissement & avis pour ceux qui entreprennent le voyage des Indes orientales*. Établissement du texte & notes de Xavier Castro. Paris: Chandeigne.
- LEMOS, F. S. (2002) – Arqueologia urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento. *Arqueologia e História*. Volume 54. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- L’HOUR, M., LONG, L., RIETH, E. (1989) - *Le Mauritius, la mémoire engloutie*. Grenoble.
- L’HOUR, M., LONG, L., RIETH, E. (1990) – The wreck of an “experimental” ship of the “Oost-Indische Companie”: The *Mauritius* (1609). *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 19, Number 1. London and New York: Council for Nautical Archaeology.
- L’HOUR, M. (1993) – The wreck of a Danish merchant ship, the *Sainte Dorothea* (1693). *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 22, Number 4. London and New York: Council for Nautical Archaeology.
- LINSCHOTEN, J. H. (1997) – *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel

- Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- LION-GOLDSCHMIDT, D. (1957) – *Les poteries et porcelaines chinoises*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LION-GOLDSCHMIDT, D. (1978) – *La Porcelain Ming*. Fribourg: Office du Livre.
- LION-GOLDSCHMIDT, D. (1978) – *Ming Porcelain*. London: Thames and Hudson.
- LION-GOLDSCHMIDT, D. (1984) – Les porcelains chinois du palais de Santos. *Arts Asiatiques, Extrait du Tome 39*. Imprimerie Blanchard.
- Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* (1986) Códice português I. E. 33. da Biblioteca Nacional de Nápoles, prólogo, leitura, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manuppella. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LOBATO, Manuel (2000) – Malaca. *História dos Portugueses no Extremo Oriente. De Macau à Periferia*. 1º Volume, Tomo II. Direcção de A. H. De Oliveira Marques. Fundação Oriente.
- MACHADO, A. R. (pref.) (1946) – *Livro em que dá relação do que viu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- MAGALHÃES, J. R. (1998) – Açúcar e especiarias. *História da Expansão Portuguesa. A Formação do Império (1415-1570)*. Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MAGALHÃES, J. R. (1998) – *Portugueses no Mundo do século XVI, espaços e produtos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- MAGGS, T. (1984) – The Great Galleon São João: remains from a mid-sixteenth century wreck on the Natal South Coast. *Annals of the Natal Museum*. Vol.26 (1).
- MARQUES, A. H. O., DIAS, J. J. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português* (2003). Centro de Estudos Lisboa: Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- MATOS, L. (introd.) (1985) - *Imagens do Oriente no século XVI*. Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense. Coleção Presenças da imagem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. E. P.
- MATOS, M. A. P. (1993) – Porcelanas de encomenda: histórias de um intercâmbio cultural entre Portugal e a China. *Oceanos N.º14*. Lisboa. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- MATOS, M. A. P. (1996) – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. London.
- MATOS, M. A. P. (1998) – Porcelana chinesa. De presente régio a produto comercial. *Caminhos da Porcelana. Dinastias Ming e Qing*. Lisboa: Fundação Oriente.

- MATOS, M. A. P. (2003) – *Porcelana chinesa na Coleção Calouste Gulbenkian. Chinese Porcelain in the Calouste Gulbenkian Collection*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARTINS, E. S. (1999) – *A epopeia das especiarias*. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa: INAPA.
- MAYER, L. (1993) – La symbolique des porcelaines chinoises. *L'Oeil: l'art sous toutes ses formes*. Nº 450. Lausanne.
- MEDLEY M. (1974) - *Yüan Porcelain & Stoneware*. London: Faber and Faber.
- MELLO, U. P. (1979) – The shipwreck of the galleon *Sacramento*-1669 off Brazil. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*. Volume 8, Number 3. London and New York: Council for Nautical Archaeology.
- MENEZES, J. V. (1987) – *Apoio Sanitário na Época dos Descobrimentos*. Lisboa: Academia da Marinha.
- MIRANDA, S. M (2001) – Os circuitos económicos. *História dos Portugueses no Extremo Oriente. Macau e Timor. O Declínio do Império*. 2º Volume. Direcção de A. H. De Oliveira Marques. Fundação Oriente.
- MOITA, I. (1964). Hospital Real de Todos-os-Santos – I. *Revista Municipal*. Nº101/102. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- MOITA, I. (1965). Hospital Real de Todos-os-Santos – II. *Revista Municipal*. Nº104/105. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- MOITA, I. (1965). Hospital Real de Todos-os-Santos – III. *Revista Municipal*. Nº106/107. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- MOITA, I. (1966). Hospital Real de Todos-os-Santos – IV. *Revista Municipal*. Nº108/109. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- MOITA, I. (1966). Hospital Real de Todos-os-Santos – V. *Revista Municipal*. Nº110/111. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- MONTEIRO, P. (1999) – Os destroços dos navios *Angra C* e *D* descobertos durante a intervenção arqueológica subaquática realizada no quadro do projecto e construção de uma marina na baía de Angra do Heroísmo (Terceira, Açores): discussão preliminar. *Revista Portuguesa de Aqueologia*. Vol.2, Nº2.
- MOORE, E. (1970) – A Suggested Classification of Stonewares of Martabani Type. *Sarawak Museum Journal*. 18.36-37: 1-78.
- NEPOTE, J. (2000) – Indochina. *História dos Portugueses no Extremo Oriente. De Macau à Periferia*. 1º Volume, Tomo II. Direcção de A. H. De Oliveira Marques. Fundação Oriente.
- OLIVEIRA, F. (1991) – *O Livro da Fábrica das Naus*. Lisboa: Academia de Marinha.

- ORTA, G. (1872) – *Colloquios dos Simples e drogas e Consas Medicinaes da India e assim algumas fructas achadas nella*. Lisboa: na Imprensa Nacional.
- ORTA, G. (1987) – *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia. Vol. I e II*. Edição fac-- similada. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- OTTEMA, N. (1970) – *Chinese Ceramiek. Handboek geschreven naar aanleiding van de verzamelingen in het Gemeentelijk Museum Het Prinsessehof te Leeuwarden*. Lochem: NV de Tijdstroom.
- PASCOAL, E. (2005) – *Conservar e restaurar cerâmica e porcelana*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PEREIRA, M. M. S. (2003) – Cerâmicas do Século XVII do Convento de S. João de Deus em Montemor-o-Novo. *Almansor*, nº2, 2ª série. Montemor-o-Novo.
- PERRET, A. (1994) – *Peinture sur porcelaine: Motifs d'Extrême-Orient*. Paris: Dessain et Tolra.
- PIERCY, R. (1998) – A Escavação do Santo António de Tanna. *A Arqueologia e o Mar. Al-Madan*. IIª Série, Nº7. Centro de Arqueologia de Almada.
- PIJL-KETEL, C. L. (ed.) (1982) – *The Ceramic Load of the "Witte Leeuw" (1613)*. Amsterdam: Rijksmuseum.
- PIRES, Tomé (1978) – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Leitura e notas de Armando Cortesão. Acta Universitatis Conimbrigensis. Por Ordem da Universidade.
- POPE, J. A. (1956) – *Chinese porcelains from the Ardebil Shrine*. Washington: Free Gallery of Art.
- RAMOS, M. F., RODRIGUES, M. C. (1978) – Nota acerca de achados de cerâmica chinesa no Zumbo (Moçambique). *LEBA Nº1. Estudos de Pré-história e Arqueologia*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Secção de Pré-história e Arqueologia.
- RAO, S. R. (ed.) (1988) – *Marine Archaeology of Indian Ocean Countries*. Proceedings of the First Indian Conference on Marine Archaeology of Indian Ocean Countries – Oct.1987. Dona Paula, Goa: National Institute of Oceanography.
- RICE, P. M. (1987) – *Pottery Analysis*. Chicago: The University of Chicago Press.
- RINALDI, M. (1993) – *Ceramics in scholarly taste*. Singapore: Sun Tree Publishing.
- RODRIGUES, D. (1995) – *Arte de Cozinha*. Sintra: Colares Editora D. L.
- SARDINHA, O. (1999) – Notícias sobre as peças pedradas do galeão «San Diego» (1600). *Arqueologia Medieval* 6. Mértola. 6.
- SATÓ, M. (1981) – *Chinese ceramics: a short history*. New York: Weatherhill.

- SILVA, R. B., GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos, Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*. Lisboa.
- TAMPOE, M. (1989) – *Maritime Trade between China and the West. An Archaeological Study of the Ceramics from Siraf (Persian Gulf), 8th to 15th centuries A. D.* BAR International Series 555.
- TAVERNIER, J. B. (1692) – *Les six voyages de Jean Baptiste Tavernier en Turquie, en Perse, et aux Indes*. 3 vol. Paris.
- THOMAZ, L. F. (1998) – *De Ceuta a Timor*. 2^a Edição, Coleção Memória e Sociedade, Difel: Difusão Editorial.
- THOMAZ, L. F. (1999) – *O Nome das Especiarias. A Epopeia das Especiarias*. Lisboa: Edições Inapa.
- TRIPATI, S. (2000) – *Maritime Archaeology. Historical Descriptions of the seafarings of the Kallingas*. New Delhi: Kaveri Books.
- TRIPATI, S.; GAUR, A. S.; SUNDARESH; VORA, K. H. (2004) – Shipwreck Archaeology of Goa: Evidence of maritime contacts with other countries. *Special Section: Underwater Cultural Heritage. Current Science*. Vol.8; No. 9.
- TRIPATI, S.; GAUR, A. S.; SUNDARESH (2006) – Exploration of a Portuguese shipwreck in Goa waters, western coast of India. *Bulletin of the Australasian Institute for Maritime Archaeology*. Volume 30.
- VAINKER, S. J. (1991) – *Chinese pottery and porcelain: from prehistory to the present*. London: British Museum Press.
- WILLOUGHBY, F. P. (1991) – The Martaban Jars. *INA Newsletter*, Volume 18 No.2.
- ZHIYAN, L., WEN, C. (1984) – *La céramique chinoise*. Beijing: Editions en Langues Etrangères.
- ZHIYAN, L., WEN, C. (1996) – *Chinese pottery and porcelain*. Beijing: Foreign Languages Press.
- I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal – 24 a 26 de Maio (1985), *Trabalhos de Arqueologia 03*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia/Serviços Regionais de Arqueologia.
- The Bulletin of the Australian Institute for Maritime Archaeology. Fremantle: The Australian Institute for Maritime Archaeology:
- Vol. 7, Number 1, 1983
 - Vol. 7, Number 2, 1983
 - Vol. 8, Number 1, 1984
 - Vol. 8, Number 2, 1984
 - Vol. 9, Number 1 & 2, 1985

- Vol.10, Number 1, 1986
- Vol.10, Number 2, 1986
- Vol.11, Number 1, 1987
- Vol.11, Number 2, 1987
- Vol.12, Number 1, 1988
- Vol.12, Number 2, 1988
- Vol.13, Number 1, 1989
- Vol.13, Number 2, 1989
- Vol.14, Number 1, 1990
- Vol.14, Number 2, 1990
- Vol.15, Number 1, 1991
- Vol.15, Number 2, 1991
- Vol.16, Number 1, 1992
- Vol.16, Number 2, 1992
- Vol.17, Number 1, 1993
- Vol.18, Number 1, 1994
- Vol.18, Number 2, 1994
- Vol.19, Number 1, 1995
- Vol.19, Number 2, 1995

The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration. London and New York: Council for Nautical Archaeology:

- Vol. 1, 1972
- Vol. 2, Number 1, March 1973
- Vol. 2, Number 2, September 1973
- Vol. 3, Number 1, March 1974
- Vol. 3, Number 2, September 1974
- Vol. 4, Number 1, September 1975
- Vol. 4, Number 2, March 1975
- Vol. 5, Number 1, February 1976
- Vol. 5, Number 2, May 1976
- Vol. 5, Number 3, August 1976
- Vol. 5, Number 4, November 1976
- Vol. 6, Number 1, February 1977
- Vol. 6, Number 2, May 1977
- Vol. 6, Number 3, August 1977
- Vol. 6, Number 4, November 1977
- Vol. 7, Number 1, February 1978
- Vol. 7, Number 2, May 1978
- Vol. 7, Number 3, August 1978
- Vol. 7, Number 4, November 1978
- Vol. 8, Number 1, February 1979
- Vol. 8, Number 2, May 1979
- Vol. 8, Number 3, August 1979
- Vol. 8, Number 4, November 1979
- Vol. 9, Number 1, February 1980
- Vol. 9, Number 2, May 1980

- Vol. 9, Number 3, August 1980
- Vol. 9, Number 4, November 1980
- Vol. 10, Number 1, February 1981
- Vol. 10, Number 2, May 1981
- Vol. 10, Number 3, August 1981
- Vol. 10, Number 4, November 1981
- Vol. 11, Number 1, February 1982
- Vol. 11, Number 2, May 1982
- Vol. 11, Number 3, August 1982
- Vol. 11, Number 4, November 1982
- Vol. 12, Number 1, February 1983
- Vol. 12, Number 2, May 1983
- Vol. 12, Number 3, August 1983
- Vol. 12, Number 4, November 1983
- Vol. 13, Number 1, February 1984
- Vol. 13, Number 2, May 1984
- Vol. 13, Number 3, August 1984
- Vol. 13, Number 4, November 1984
- Vol. 14, Number 1, February 1985
- Vol. 14, Number 2, May 1985
- Vol. 14, Number 3, August 1985
- Vol. 14, Number 4, November 1985
- Vol. 15, Number 1, February 1986
- Vol. 15, Number 2, May 1986
- Vol. 15, Number 3, August 1986
- Vol. 15, Number 4, November 1986
- Vol. 16, Number 1, February 1987
- Vol. 16, Number 2, May 1987
- Vol. 16, Number 3, August 1987
- Vol. 16, Number 4, November 1987
- Vol. 17, Number 1, February 1988
- Vol. 17, Number 2, May 1988
- Vol. 17, Number 3, August 1988
- Vol. 17, Number 4, November 1988
- Vol. 18, Number 1, February 1989
- Vol. 18, Number 2, May 1989
- Vol. 18, Number 3, August 1989
- Vol. 18, Number 4, November 1989
- Vol. 19, Number 1, February 1990
- Vol. 19, Number 2, May 1990
- Vol. 19, Number 3, August 1990
- Vol. 19, Number 4, November 1990
- Vol. 20, Number 1, February 1991
- Vol. 20, Number 2, May 1991
- Vol. 20, Number 3, August 1991
- Vol. 20, Number 4, November 1991

- Vol. 21, Number 1, February 1992
- Vol. 21, Number 2, May 1992
- Vol. 21, Number 3, August 1992
- Vol. 21, Number 4, November 1992
- Vol. 22, Number 1, February 1993
- Vol. 22, Number 2, May 1993
- Vol. 22, Number 3, August 1993
- Vol. 22, Number 4, November 1993
- Vol. 23, Number 1, February 1994
- Vol. 23, Number 2, May 1994
- Vol. 23, Number 3, August 1994
- Vol. 23, Number 4, November 1994
- Vol. 24, Number 1, February 1995
- Vol. 24, Number 2, May 1995
- Vol. 24, Number 3, August 1995
- Vol. 24, Number 4, November 1995
- Vol. 25, Number 1, February 1996
- Vol. 25, Number 2, May 1996
- Vol. 25, Number 3, August 1996
- Vol. 26, Number 1, February 1997
- Vol. 26, Number 2, May 1997
- Vol. 26, Number 3, August 1997
- Vol. 26, Number 4, November 1997
- Vol. 27, Number 1, February 1998
- Vol. 27, Number 2, May 1998
- Vol. 27, Number 3, August 1998
- Vol. 27, Number 4, November 1998
- Vol. 28, Number 1, February 1999
- Vol. 28, Number 2, May 1999
- Vol. 28, Number 3, August 1999

The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration. London:
Nautical Archaeology Society

- Vol. 29, Number 1, April 2000
- Vol. 29, Number 2, October 2000
- Vol. 30, Number 1, April 2001
- Vol. 30, Number 2, October 2001
- Vol. 32, Number 1, April 2003
- Vol. 32, Number 2, October 2003
- Vol. 33, Number 1, April 2004
- Vol. 33, Number 2, October 2004
- Vol. 34, Number 1, April 2005
- Vol. 34, Number 2, October 2005
- Vol. 35, Number 1, April 2006
- Vol. 35, Number 2, October 2006

The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration. On-line
[www.blackwell-synergy.com]
- Vol.36, Number 1, March 2007

Catálogos:

Azul e Branco da China. Porcelana ao Tempo dos Descobrimentos. Coleção Amaral Cabral. (1997)
Instituto Português de Museus.

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte, Instituições do antigo Regime.
Volume I, Administração Central (1) (1998). Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte, Instituições do antigo Regime.
Volume II, Administração Central (2) (1999). Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Direcção de Serviços de Arquivística.

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte, Instituições do antigo Regime.
Volume III, Administração Central (3) (2000). Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Direcção de Serviços de Arquivística.

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte, Instituições do antigo Regime.
Volume IV, Administração Periférica. Domínios Casa Real e Casas Anexas. (2002).
Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Direcção de Serviços de Arquivística.

Imagens do Oriente no século XVI. Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense. (1985). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

LEÃO, F. G. C. (1998) - *Macau e o Oriente na Biblioteca da Ajuda* (1995). Instituto Nacional de Macau, Instituto Português do Património arquitectónico, Biblioteca da Ajuda.

Museum (1983), vol. XXXV, nº1. Paris: Unesco.

Nossa Senhora dos Mártires: A última viagem (1998). Lisboa: Pavilhão de Portugal, Expo'98, Editorial Verbo.

O Orientalismo em Portugal: séculos XVI-XX (1999). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Porcelana Chinesa de Importação. Diálogo entre dois mundos (1992). Leal Senado de Macau, Galeria do Leal Senado.

SANTOS, I. (1995) - *Macau e o Oriente nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo.* Instituto Nacional de Macau.

Um Mergulho na história. O navio do século XV Ria de Aveiro A. (2004). Museu Marítimo de Ílhavo/Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática.

Dicionários

- BLUTEAU, R. (1712-1728) - *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*. 10 Volumes. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- BLUTEAU, R. (1712) - *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*. Volume 2. Lisboa: Patriarcal Oficina da Música.
- BLUTEAU, R. (1613) - *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*. Volume 4. Coimbra: no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- BLUTEAU, R. (1721) - *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*. Volume 8. Lisboa: na Officina de Pascoal da Sylva.
- DALGADO, S. R. (1982) – *Glossário Luso-Asiático*. Volume I, A-L. Helmut Buske Verlag Hamburg.
- Dicionário de Mineralogia e Geologia Ilustrado* [s.d.; s.a.]. Lisboa.
- GERNET, J. pref. (1998) – *Dictionnaire de la Civilization chinoise*. Paris: Albin Michel.
- MACHADO, J. P. (1977) – *Dicionário etimológico da língua portuguesa. Com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*. Volume IV, m-p. Lisboa: Livros Horizonte.
- SANTANA, F., SUCENA, E., coord. (1994) – *Dicionário da História de Lisboa*.
- SILVA, A. M. (1961) - *Novo dicionário compacto da língua portuguesa: informação compacta do texto fundamental do grande dicionário da língua portuguesa de António de Moraes Silva*. Volume V. Lisboa: Confluência: Livros Horizonte.

Fontes manuscritas:

- IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte II, Maço 62, Documento 106, 15/12/1515
- IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte II, Maço 122, Documento 16, 12/12/1524
- IAN/TT, Corpo Cronológico, Parte II, Maço 140, Documento 111, 26/04/1527

Ministério dos Negócios Estrangeiros Feitoria Portuguesa de Antuérpia, ex.7, liv.6 (IANTT, MF 7324 P)

Ministério dos Negócios Estrangeiros Feitoria Portuguesa de Antuérpia, ex.8, liv.6 (IANTT, MF 7325 P)

Documentos vários relativos à Índia e outras possessões portuguesas no Oriente. *Regimento sobre o largar do trato da pimenta e especiarias e dos Direitos que hão-de pagar na Casa da Índia (1570)*, fl. 42 – 50. (Biblioteca Nacional, Manuscritos, Cod. 11410). Por Vitor de Ávila Peres; Publicação: 16 -

LAVAL, Pyrard de (1679) - *Voyage de Pyrard de Laval contenant sa navigation aux Indes Orientales, Maldives, Moluques, & au Brésil; les divers accidens qui luy font arriver en ce voyage pendant son séjour de dix ans dans ce País*. Paris: Chez Louis Billaine, en la grande Salle du Palais.

Mandarin Chinês – Rua Augusta nº137 a 145. Processo S. 13488, IPA.

Projecto S. Julião da Barra – Relatório dos Trabalhos efectuados em 1994. CNANS.

CASTRO, Filipe (1999) – *SJB2 – Relatório dos Trabalhos efectuados em 1999*. College Station.

CASTRO, Filipe (1999) – *SJB2 – Relatório dos Trabalhos efectuados em 2000*. College Station.

CASTRO, Filipe (2002) – *São Julião da Barra Archaeological Complex. Ship Lab Report 7*. College Station.

Recursos on-line:

<http://www.ipmuseus.pt> [acedido em 28/01/2007]

<http://www.mnarteantiga-ipmuseus.pt> [acedido em 28/01/2007]

www.ippar.pt/monumentos/colecoes_palacios/sintra/colecao_palacio_sintra.html [acedido em 04/02/2007]

<http://www.christies.com> [acedido em 09/03/2007]

<http://www.sothebys.com> [acedido em 09/03/2007]

<http://nautarch.tamu.edu/shiplab/> [acedido em 17/04/2007]

www.blackwell-synergy.com [acedido em 05/05/2007]

www.gotheborg.com [acedido em 20/07/2007]

www.heritage.vic.gov.au [acedido em 20/07/2007]

www.orientalceramics.com [acedido em 20/07/2007]

http://www.gotheborg.com/index1.htm?http://www.gotheborg.com/qa/martaban_jars.shtml [acedido em 22/07/2007]

www.lasieexotique.com [acedido em 24/07/2007]

www.wisma.com.au/chinese-ceramics.html [acedido em 29/07/2007]

www.crockeratmuseum.org [acedido em 29/07/2007]

<http://www.geocities.com/vigaw/gal1.htm> [acedido em 29/07/2007]

www.burmese-jars.com/product-jars.htm [acedido em 16/08/2007]

www.trocadero.com [acedido em 16/08/2007]

<http://www.myanmar.com/Ministry/culture/> [acedido em 16/08/2007]

www.mingwrecks.com/sales/jars [acedido em 16/08/2007]

<http://cf.hum.uva.nl/galle/avondster/ceramics.html> [acedido em 17/08/2007]
<http://www.museum.sarawak.gov.my/indexeng.htm> [acedido em 05/09/2007]
<http://www.kowindia.com/artefacts.asp> [acedido em 14/09/2007]
<http://www.agardenofdistinction.com/> [acedido em 14/09/2007]
www.ans-antiques.com [acedido em 14/09/2007]
www.hku.hk [acedido em 20/07/2007]

CATÁLOGO DESCRITIVO

MC/LX 463: Pote (Estampa 1)



Conjunto de 41 fragmentos correspondendo a partes do bordo, colo, bojo, fundo e duas asas de pote. Este apresenta forma ovóide. O bordo é extrovertido, com lábio de secção semicircular. Tem um colo baixo e conserva ainda duas das quatro asas, horizontais e de secção oval, aplicadas na zona superior do bojo, imediatamente abaixo do colo. Assenta em fundo plano, bastante irregular. Foi fabricado numa pasta de cor avermelhada, muito compacta e homogênea, com elementos não-plásticos de grão fino, médio e grosso, sendo possível distinguir a presença de óxidos de ferro e elementos de cor negra em abundância. Apresenta algumas fendas e vacúolos de pequenas e médias dimensões. A peça foi sujeita a cozedura em ambiente redutor e arrefecimento em ambiente oxidante. Verifica-se, através de fenómenos de transformação pulverulenta de elementos não-plásticos, que foi sujeita a elevadas temperaturas durante a cozedura. Mostra vestígios de um vidrado amarelo leitoso no bordo e numa das asas. Contudo, nas restantes partes da peça, parecem não existir qualquer tipo de tratamento de superfície, mas sim concreções pós-deposicionais. Na zona de ligação entre as asas, existe uma canelura e, abaixo desta, seis incisões. Nas superfícies interiores são visíveis as marcas de modelação ao torno. Nas superfícies exteriores, nos dois terços inferiores da peça, há pequenas incisões causadas pelos elementos não-plásticos e da mão do(a) oleiro(a), acompanhando o movimento de rotação do torno, o mesmo se verificando, por vezes, no interior. Na fractura do bordo, é possível observar a linha que mostra que a pasta foi puxada para fora, dando ao bordo a forma extrovertida. O pote apresenta um abatimento na zona do bojo, talvez devido à pressão exercida pelas mãos durante a aplicação das asas. O bordo também apresenta uma ligeira inclinação e o fundo não assenta totalmente. A peça foi fabricada em, pelo menos,

duas partes, sendo possível distinguir a linha de junção numa das fracturas observadas. Observa-se a existência de um orifício junto ao fundo, feito propositadamente e após cozedura. Após colagem, a peça apresenta as seguintes medidas: 0,450 m de altura máxima; 0,375 m de largura máxima; 0,129 de diâmetro exterior do bordo; 0,224 m de diâmetro do fundo; 0,024 m de espessura do bordo; 0,020 m de espessura média das asas e 0,015 m de espessura média das paredes.

LCD/O7, Inv.1: Indeterminado (Estampa 2)



Proveniência: LCD/07 SIMTEJO 1

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa argila de cor cinzenta clara, muito compacta, homogénea e muito bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos vestigiais de grão fino, médio e grosso, sendo possível distinguir, entre eles, grãos de quartzo hialino, quartzo leitoso, quartzo róseo e óxidos de ferro. Apresenta também fendas e vacúolos. Mostra vidrado castanho-esverdeado aderente, semi-brilhante e apresenta uma forte camada vítrea. A peça foi alvo de cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Revela marcas de modelação ao torno nas superfícies internas da peça. Espessura média das paredes é de 0,010 m.

LCD/O7, Inv.2: Indeterminado (Estampa 3)



Proveniência: LCD/07 SIMTEJO 1 NEGRA

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogênea e muito bem depurada. Mostra elementos não plásticos vestigiais, quase inexistentes, de grão fino e médio, sendo possível distinguir óxidos de ferro. Apresenta algumas fendas e vacúolos. Possui uma forte camada vítrea de vidrado castanho-escuro aderente e muito brilhante. O fragmento revela um pingo de vidrado na superfície interna. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Marcas de modelação ao torno visíveis nas superfícies internas da peça. Espessura média das paredes é de 0,010 m.

LCD/O7, Inv.3: Indeterminado (Estampa 4)



Proveniência: LCD/07 RECOLHA, ENTULHO

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa argila de cor cinzenta, muito compacta, homogênea e muito bem depurada. Os elementos não-plásticos são vestigiais, sendo possível distinguir óxidos de ferro de grão fino e médio. Mostra ainda algumas fendas e vacúolos de reduzidas dimensões. As superfícies exteriores apresentam escorrências de vidrado, brilhante, aderente, bastante espesso, de tons castanho-escuro. A cozedura e arrefecimento da peça ocorreram em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação a torno. Espessura média das paredes é de 0,010 m.

LCD/O7, Inv.4: Indeterminado (Estampa 5)



Proveniência: LCD/07 SOND 2/A; por baixo da muralha

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogênea e muito bem depurada. Possui elementos não plásticos vestigiais, quase inexistentes, de grão fino, médio e grosso, sendo possível distinguir grãos de quartzo e óxidos de ferro. Apresenta algumas fendas e vacúolos. Vidrado castanho, com variações entre o castanho-escuro e o melado, aderente e muito brilhante, apresentando uma forte camada vítrea e concreções. O fragmento revela dois pingos de vidrado na superfície interna. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação ao torno. Espessura média das paredes é de 0,008 m.

LCD/O7, Inv.5: Indeterminado (Estampa 6)



Proveniência: LCD/07 SIMTEJO 1; CINZENTA; 2ª CASCALHEIRA

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Peça fabricada com uma argila cinzenta, muito compacta, homogênea e muito depurada, apresentando algumas fendas e pequenos vacúolos. Possui elementos não plásticos de grão fino, médio e grosso, vestigiais, sendo possível distinguir óxidos de ferro. As superfícies exteriores são revestidas com um vidrado castanho-escuro, quase negro, aderente e brilhante. Apresenta forte camada vítrea. Peça sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação ao torno. Espessura média das paredes é de 0,008 m.

LCD/O7, Inv.6: Indeterminado (Estampa 7)



Proveniência: LCD/07 SOND 6 [643]

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Fabricado com uma argila cinzenta, muito compacta, homogênea e muito depurada. Os elementos não-plásticos são quase inexistentes, sendo possível distinguir óxidos de ferro de grão médio e grosso. Apresenta algumas fendas e vacúolos. As superfícies exteriores mostram vidrado castanho-escuro, aderente e brilhante, com algumas concreções. Mostra uma forte camada vítrea. A peça foi cozida e arrefeceu em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação ao torno. O fragmento apresenta um ressalto na superfície interna e externa, o qual corresponde à linha de junção de duas partes da peça. Espessura média das paredes é de 0,012 m.

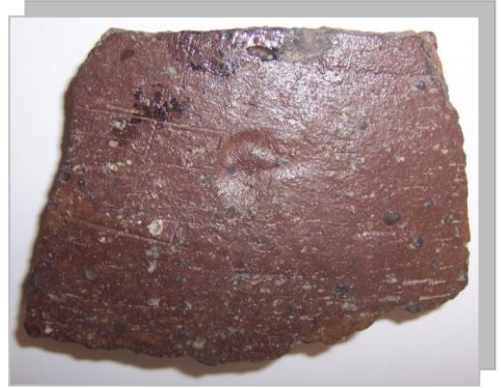
LCD/O8, Inv.7: Indeterminado (Estampa 8)



Proveniência: LCD/08 Troço 5

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado com uma pasta de cor cinzenta acastanhada, muito compacta, homogênea e depurada. São visíveis alguns elementos não-plásticos de grão finíssimo, fino e médio, sendo possível distinguir óxidos de ferro e margas brancas. Apresenta fendas e vacúolos de pequenas e pequeníssimas dimensões. A peça foi alvo de cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta vestígios de canelura vertical. Revela marcas de modelação ao torno nas superfícies internas da peça. Nas superfícies externas são bastante visíveis pequenas incisões causadas pelos elementos não-plásticos e pela mão do(a) oleiro(a), acompanhando o movimento de rotação do torno. Espessura média das paredes é de 0,010 m.

LCD/O8, Inv.8: Indeterminado (Estampa 9)



Proveniência: LCD/08 Troço 4 SIMTEJO

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado com uma pasta cinzenta escura, muito compacta, homogênea e depurada, com a presença de elementos não-plásticos de grão finíssimo, fino e médio, entre os quais é possível distinguir óxidos de ferro, grãos de quartzo leitoso e elementos de cor castanha clara que não nos foi possível identificar. Apresenta também fendas e vacúolos. Na superfície exterior o fragmento encontra-se sinterizado, devido ao sobreaquecimento a que foi sujeito, o que lhe confere um aspecto brilhante. A peça foi alvo de cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Revela marcas de modelação ao torno nas superfícies internas da peça e em ambas as superfícies são visíveis pequenas incisões causadas pelos elementos não-plásticos e pela mão do(a) oleiro(a), acompanhando o movimento de rotação do torno. Espessura média das paredes é de 0,010 m.

LCD/O7, Inv.9: Indeterminado (Estampa 10)



Proveniência: SOND.3 [102]

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa argila cinzenta-acastanhada, muito compacta, homogênea e bem depurada, com elementos não-plásticos vestigiais de grão finíssimo e fino, entre os quais é possível distinguir grãos de quartzo e margas brancas. Verifica-se a existência de fendas e vacúolos de pequeníssimas dimensões. Apresenta um vidrado castanho melado, bastante espesso, aderente e brilhante, mas com algumas concreções pós-depositacionais. A peça foi alvo de cozedura em ambiente oxidante e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta cinco incisões pouco profundas e que se encontram preenchidas com a acumulação do vidrado, o que lhes confere uma coloração de castanho bastante escuro. Revela marcas de modelação ao torno nas superfícies internas da peça. A espessura média das paredes é de 0,011 m.

LCD/O8, Inv.10: Indeterminado (Estampa 11)



Proveniência: LCD/O8, TROÇO 7 - MISTURA

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa pasta cinzenta, muito compacta, homogênea e bem depurada. Apresenta alguns elementos não-plásticos de grão fino e médio, entre os quais se distinguem óxidos de ferro e margas brancas. Presença de fendas e vacúolos de pequeníssimas dimensões. Apresenta um vidrado castanho melado, aderente, brilhante e com algumas concreções. Na superfície interior do fragmento existem dois pingos de vidrado. A peça foi alvo de cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Na superfície interior e na fractura, verifica-se o que pensamos tratar-se da linha de junção de duas das partes de construção da peça. A espessura média das paredes é de 0,010 m.

LCD/O8, Inv.11: Indeterminado (Estampa 12)



Proveniência: TROÇO 7 – Entre caixa 9'A e 10'A [029]

Conjunto de dois fragmentos correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogênea e bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos vestigiais, de grão fino e médio, em que se distinguem óxidos de ferro. Apresenta fendas e vacúolos de pequenas dimensões. Apresenta um vidrado castanho-escuro, aderente e brilhante em cerca de metade das superfícies exteriores. Verificam-se vestígios de escorrências e um pingo de vidrado nas paredes interiores dos fragmentos. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. A espessura média das paredes é 0,800 m.

LCD/O8, Inv.12: Indeterminado (Estampa 13)



Proveniência: TROÇO 7 – Entre caixa 9'A e 10'A [029]

Conjunto de dois fragmentos correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado com uma argila cinzenta muito compacta, homogênea e bem depurada onde se distinguem elementos não-plásticos vestigiais de grão finíssimo, sendo possível distinguir óxidos de ferro, quarto leitoso e margas brancas. Apresenta pequeníssimas fendas e vacúolos. Apresenta uma forte camada vítrea de um vidrado castanho muito escuro, aderente e brilhante. Existem quatro pingos de vidrado castanho nas paredes interiores dos fragmentos. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. São visíveis as marcas de modelação ao torno no interior dos fragmentos. A espessura média das paredes é 0,800 m.

LCD/O8, Inv.13: Indeterminado (Estampa 14)



Proveniência: LCD/Não identificada

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricada numa pasta de cor castanha-avermelhada, muito compacta, homogênea e depurada. Apresenta elementos não-plásticos de grão fino, sendo possível distinguir óxidos de ferro, quartzo hialino, quartzo leitoso e margas brancas. Apresenta algumas fendas e vacúolos. Mostra um vidrado castanho-escuro na superfície interior e exterior, bastante desgastado. A peça foi sujeita a cozedura em ambiente oxidante e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta leves marcas de modelação ao torno. A espessura média das paredes é 0,010 m.

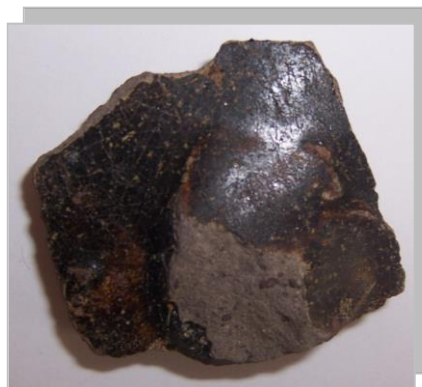
LCD/O8, Inv.14: Indeterminado (Estampa 15)



Proveniência: LCD/08 MISTURA – Troço 7, Alargamento para instalação de drenagem pluvial.

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa pasta cinzenta, muito compacta, homogênea e bem depurada. Apresenta elementos não plásticos vestigiais, de grão médio, em que é possível distinguir óxidos de ferro. Tem algumas fendas e vacúolos de pequeníssimas dimensões. Apresenta uma forte camada vítrea. Trata-se de um vidrado castanho que, quando acumulado em algumas zonas apresenta uma coloração muito escura. É aderente e brilhante. A peça foi sujeita a cozedura em ambiente oxidante e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação ao torno. A espessura média das paredes é 0,010 m.

LCD/O8, Inv.15: Indeterminado (Estampa 16)



Proveniência: TROÇO 7 – Entre caixa 9'A e 10'A [029]

Fragmento correspondendo a parede e arranque de asa de possível pote. Foi fabricado numa pasta cinzenta, muito compacta, homogênea e bem depurada, sendo possível distinguir elementos não plásticos de grão fino, designadamente óxidos de ferro. Apresenta uma forte camada vítrea de um vidrado castanho-escuro, bastante aderente e brilhante. A asa seria horizontal e aplicada. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação ao torno. A espessura média das paredes é 0,800 m.

LCD/O8, Inv.16: Indeterminado (Estampa 17)



Proveniência: LCD/O8 MISTURA – Troço 7, Alargamento para instalação de drenagem pluvial.

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa pasta cinzenta, muito compacta, homogênea e bem depurada. Denota a presença de elementos não plásticos de grão finíssimo, de cor negra que não nos foi possível interpretar, de grão fino, médio e grosso, sendo possível distinguir óxidos de ferro, quartzo hialino e margas brancas. Apresenta uma forte camada vítrea de um vidrado castanho muito escuro, aderente e brilhante. Tem também uma aplicação plástica. Trata-se de uma canelura vertical, feita numa argila branca, pouco compacta, muito homogênea e friável, não sendo possível distinguir a presença de elementos não-plásticos. A aplicação posterior do vidrado sobre a argila branca permite verificar o vidrado de cor castanho melado. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação ao torno. A espessura média das paredes é 0,012 m.

LCD/O8, Inv.17: Indeterminado (Estampa 18)



Proveniência: LCD/O8 MISTURA – Troço 7, Alargamento para instalação de drenagem pluvial.

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado com uma argila cinzenta, muito compacta, homogênea e depurada. Apresenta elementos não-plásticos de grão fino, médio e grosso, em que se distinguem óxidos de ferro. Apresenta fendas e vacúolos de grandes dimensões. A superfície exterior apresenta um vidrado castanho, por vezes com camada espessa devido a áreas de grande concentração o que lhe concede uma tonalidade de castanho muito escuro. A superfície encontra-se bastante desgastada e, por isso, o vidrado encontra-se pouco brilhante e baço. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação ao torno. A espessura média das paredes é 0,014 m.

LCD/O8, Inv.18: Indeterminado (Estampa 19)



Proveniência: LCD/08 MISTURA – Troço 7, Alargamento para instalação de drenagem pluvial.

Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogênea e muito bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos e grão finíssimo e fino, bastante vestigiais, sendo possível distinguir elementos de cor negra que não nos foi possível identificar. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta marcas de modelação ao torno. A espessura média das paredes é 0,015 m.

SJB nº 140.05: Pote (Estampa 20)



Fragmento correspondendo a parede de pote. Foi fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogénea e bem depurada. Tem elementos não-plásticos de grão fino e médio, sendo possível distinguir óxidos de ferro em abundância, margas brancas vestigiais e pequenas transformações pulverulentas de elementos não-plásticos de cor vermelha, ocorridas durante a cozedura, devido às altas temperaturas. Tem também fendas e vacúolos em abundância, de pequenas e médias dimensões. Na superfície exterior, o fragmento apresenta um vidrado castanho melado, pouco brilhante e gasto devido à deposição, e aderente. Na superfície interna são visíveis pingos de vidrado. A cozedura e arrefecimento da peça ocorreram em ambiente oxidante. Mostra estrias de modelação ao torno. Apresenta uma canelura horizontal, com seis aplicações plásticas redondas, em torno, três de cada lado da canelura. A altura máxima do fragmento é 0,123 m e a espessura média das paredes é 0,011 m.

SJB nº 180.01.01: Indeterminado (Estampa 21)



Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, muito homogénea e bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos de grão fino, médio e grosso, sendo observáveis óxidos de ferro e margas brancas vestigiais. A superfície exterior do fragmento é coberta por uma forte camada vítrea de vidrado castanho muito escuro, brilhante e aderente. No interior apresenta vestígios de vidrado castanho melado. A peça foi sujeita a cozedura em ambiente oxidante e arrefecimento em ambiente redutor. Mostra uma decoração constituída por cinco aplicações plásticas circulares, formando uma linha horizontal. Verifica-se que as aplicações plásticas são feitas com uma argila branca, muito homogénea, pouco compacta e friável. O tamanho médio do fragmento é 0,064 m e a espessura média das paredes é 0,013 m.

SJB nº 182.01.03: Pote (Estampa 22)



Fragmento correspondendo a parede e asa de pote. A asa é horizontal, de secção circular e aplicada. Na superfície interior do fragmento, bem como na fractura, verifica-se a existência de uma linha correspondente à junção de duas partes da peça. Foi fabricado numa argila vermelha-acastanhada, muito compacta, homogénea e depurada. Apresenta elementos não-plásticos em abundância, sendo possível distinguir óxidos de ferro de grão fino, médio e grosso, margas brancas de grão fino e médio explosões de elementos não-plásticos de cor amarela. Tem fendas e vacúolos de pequeníssimas a médias dimensões. Toda a superfície externa do fragmento é coberta por uma espessa camada de vidrado castanho, brilhante e aderente. No interior observam-se marcas de escorrências de vidrado. A peça foi sujeita a cozedura em ambiente oxidante e a arrefecimento em ambiente redutor. Apresenta estrias de modelação ao torno. O fragmento tem uma canelura na área que corresponde à transição entre o colo e o bojo, seguida por seis aplicações plásticas redondas. Na linha da asa existe ainda uma outra canelura horizontal. A altura máxima do fragmento é 0,095 m e a espessura média das paredes é 0,015 m. Poderá pertence à mesma peça com o número de inventário SJB nº 04654.02.0013, embora não permita colagem.

SJB n° 182.01.05: Pote (Estampa 23)



Fragmento correspondendo a bojo e asa de pote. A asa é horizontal, de secção oval e aplicada. Foi fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogénea e bem depurada. Tem elementos não-plásticos de grão fino e médio, sendo possível distinguir óxidos de ferro e elementos de quartzo branco vestigiais. Apresenta fendas e vacúolos em abundância, de pequenas e médias dimensões. Na superfície exterior, o fragmento apresenta uma camada vítrea espessa, de um vidrado castanho-escuro, brilhante e aderente. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. Mostra estrias de modelação ao torno. Como decoração, apresenta uma canelura horizontal, aplicada, na linha da asa e, imediatamente acima desta, três aplicações plásticas circulares de pequenas dimensões. Partindo do centro da asa, tem duas caneluras verticais e, no centro destas, sete aplicações plásticas circulares, formando um *efeito de pregaria*. A altura máxima do fragmento é 0,116 m e a espessura média das paredes é 0,010 m.

SJB nº 184.14: Indeterminado (Estampa 24)



Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Foi fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogénea e bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos finíssimos, designadamente grãos de quartzo, finos e médios, sendo possível distinguir margas brancas e óxidos de ferro. São abundantes as fendas e vacúolos, de pequenas e médias dimensões. Tem um vidrado castanho melado a cobrir a totalidade da superfície externa. Trata-se de uma forte camada vítrea, brilhante e aderente, apresentando algumas áreas bastante concrecionadas. Na superfície interior são visíveis pingos de vidrado. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. É possível observar a linha de junção de duas partes da peça, na fractura, nas superfícies externa e, sobretudo, interna. A altura máxima do fragmento é 0,208 m e a espessura média das paredes 0,010 m.

SJB nº 184.14.06/SJB nº 184.14.07: Pote
(Estampa 25)



Conjunto de dois fragmentos correspondendo a bordo de pote. O bordo é espessado, com lábio de secção semicircular. Na fractura do bordo é possível verificar a possível linha de extroversão do mesmo. Foi fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogénea e bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos de grão fino e médio, sendo possível distinguir óxidos de ferro e pequenas margas brancas. Observam-se fendas e vacúolos de pequenas e médias dimensões. Ambas as superfícies do fragmento se encontram cobertas por um vidrado castanho, brilhante e aderente. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. A altura máxima do fragmento é de 0,028 m; a espessura média das paredes é de 0,011 m e a espessura do bordo é 0,010 m.

SJB nº 184.141/SJB nº184.1419: Pote (Estampa 26)



Conjunto de dois fragmentos correspondendo a fundo e parede de pote. O fundo é irregular e apresenta marcas de possíveis grãos de areia onde terá sido apoiado. Foi fabricado com uma argila cinzenta-avermelhada, muito compacta, homogênea e bem depurada. Apresenta abundantes elementos não-plásticos, sendo possível distinguir óxidos de ferro de grão fino e médio, bem como fendas e vacúolos de reduzidas dimensões. Tem uma forte camada vítrea cobrindo as superfícies interiores do fragmento. Trata-se de um vidrado castanho, brilhante e aderente. Nas superfícies exteriores é visível apenas um pingo de vidrado, possivelmente causado por escorrências. Nas superfícies exteriores o fragmento parece ter sido polido. A peça foi alvo de cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. Apresenta estrias de modelação ao torno em ambas as superfícies. A altura máxima do fragmento é de 0,085 m; a espessura média das paredes é de 0,012 m e o diâmetro do fundo é de 0,206 m.

SJB nº 190.01: Pote (Estampa 27)



Fragmento correspondendo a bordo, colo, parede e dois arranques de asa de pote. O bordo é extrovertido, com lábio de secção semicircular. Tem colo baixo e corpo globular. Apresenta um arranque de asa e apenas metade de outro. Fabricado numa argila de cinzenta clara, muito compacta, homogénea e pouco depurada. Apresenta elementos não-plásticos em abundância, de grão finíssimo, como margas vermelhas e de grão fino e médio, sendo possível distinguir óxidos de ferro e quartzo leitoso. É possível observar também alguns grãos de cor negra. Tem fendas e vacuólos em abundância, de pequenas e médias dimensões. Tem uma forte camada vítrea de um vidrado castanho, pouco brilhante e aderente cobrindo parcialmente as superfícies exteriores da peça. O bordo não é vidrado, bem como algumas áreas correspondentes ao colo e ao corpo. No interior do fragmento são visíveis pingos e manchas de vidrado. As asas seriam horizontais e aplicadas. No interior, é possível observar a depressão resultante da pressão exercida pelo oleiro ao aplicar a asa. Tem uma canelura na transição entre o colo e o corpo da peça, um conjunto de quatro caneluras na linha das asas e um conjunto de três caneluras abaixo destas. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. São visíveis as estrias de modelação ao torno. Na fractura, bem como no interior do fragmento, é visível a linha de junção de duas das partes da peça. A altura máxima do fragmento é de 0,240 m; a espessura média das paredes é 0,010 m; o diâmetro interno do bordo é 0,164 m e a espessura do bordo é 0,020 m.

SJB nº 196.01.02: Indeterminado
(Estampa 28)



Fragmento correspondendo a parede de possível pote. Fabricado numa argila castanha-avermelhada, muito compacta e homogênea. Mostra elementos não-plásticos em abundância, sendo possível distinguir finíssimos grãos de quartzo, bem como óxidos de ferro e margas de cor branca de grão fino, médio e grosso. Também se observam pequenas transformações pulverulentas de elementos não-plásticos de cor castanha clara, ocorridas durante a cozedura, devido às altas temperaturas. Apresenta fendas e vacúolos em abundância. Tem um vidrado castanho melado cobrindo toda a superfície externa do fragmento. O vidrado é pouco espesso, pouco brilhante, aderente e apresenta-se concrecionado. As superfícies interiores também apresentam um castanho melado, brilhante, mais espesso e aderente do que o da superfície externa. Parece ter sido aplicado com pinceladas. O fragmento mostra uma canelura vertical. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. São visíveis as estrias de modelação ao torno. A altura máxima do fragmento é de 0,166 m e a espessura média das paredes é de 0,012 m.

SJB nº 202.02: Pote (Estampa 29)



Fragmento correspondendo a colo e início do bojo de pote. Foi fabricado numa argila cinzenta-clara, muito compacta, homogênea e bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos em abundância, sendo possível distinguir óxidos de ferro de grão fino, médio e grosso. Apresenta ainda fendas e vacúolos de pequenas e médias dimensões. Tem um vidrado castanho-melado cobrindo totalmente a superfície exterior do fragmento e, de forma parcial, a superfície interna, onde mostra também vestígios de escorrências. Trata-se de uma forte camada vítrea, muito brilhante e aderente. Cozedura e arrefecimento da peça em ambiente oxidante. Possui duas caneluras entre o colo e o início do bojo. A altura máxima do fragmento é de 0,068 m e a espessura média do fragmento é de 0,009 m.

SJB nº 04654.02.001: Pote (Estampa 30)



Fragmento correspondendo a colo e parede de pote. Foi fabricado numa pasta cinzenta, muito compacta, homogénea e bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos de grão fino, médio e grosso, sendo possível distinguir óxidos de ferro e margas brancas. Mostra abundantes fendas e vacúolos de pequenas e médias dimensões. Tem um vidrado castanho muito escuro cobrindo a superfície exterior do fragmento e, parcialmente, a superfície interior, na zona do colo. Trata-se de uma forte camada vítrea, brilhante e aderente. Foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Está decorado com uma canelura e, por baixo desta, cinco aplicações plásticas circulares, verificando-se na zona de fractura, que as aplicações são de uma argila branca, homogénea, pouco compacta e friável. Na extremidade inferior do fragmento observa-se a existência de uma outra canelura. A altura máxima do fragmento é 0,099 m e a espessura média das paredes é 0,010 m.

SJB nº 04654.02.0013: Pote (Estampa 31)



Fragmento correspondendo a parede de pote. Foi fabricado numa argila vermelha-acastanhada, muito compacta, homogênea e depurada. Tem elementos não-plásticos em abundância, distinguindo-se óxidos de ferro de grão fino, médio e grosso, margas brancas de grão fino e médio e Também se observam pequenas transformações pulverulentas de elementos não-plásticos de cor amarela, ocorridas durante a cozedura, devido às altas temperaturas. Mostra fendas e vacúolos de pequeníssimas a médias dimensões. Apresenta uma espessa camada de vidrado castanho, brilhante e aderente, cobrindo toda a superfície externa do fragmento. No interior são visíveis marcas de escorrências de vidrado. A peça foi sujeita a cozedura em ambiente oxidante e a arrefecimento em ambiente redutor. Evidencia estrias de modelação ao torno. O fragmento apresenta uma canelura, seguida de cinco aplicações plásticas circulares e, abaixo destas, uma outra canelura. A altura máxima do fragmento é de 0,087 m e a espessura média das paredes é de 0,010 m. Parece pertencer à mesma peça do fragmento SJB nº 182.01.03, contudo não permite colagem.

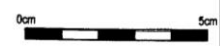
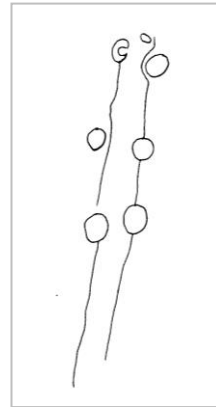
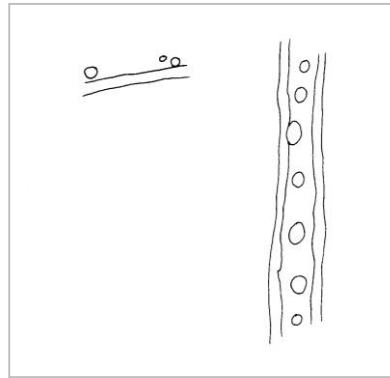
SJB nº 04654.02.0014: Pote
(Estampa 32)



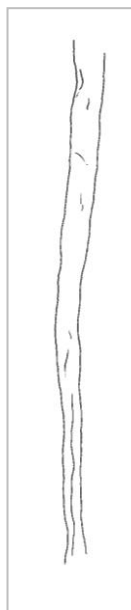
Fragmento correspondendo a bordo e colo de pote. O bordo é extrovertido, com lábio bilobulado. Foi fabricado numa argila cinzenta, muito compacta, homogênea e bem depurada. Apresenta elementos não-plásticos de grão fino, médio e grosso, sendo possível distinguir óxidos de ferro em abundância e algumas margas brancas. Mostra algumas fendas e vacuólos de pequenas e médias dimensões. Ambas as superfícies são cobertas por um vidrado castanho melado, brilhante e aderente. A peça foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. A altura máxima do fragmento é 0,050 m; a espessura média das paredes é 0,017 m e a espessura do bordo é 0,026 m.

CATÁLOGO DOS MOTIVOS DECORATIVOS

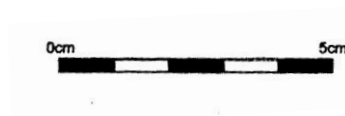
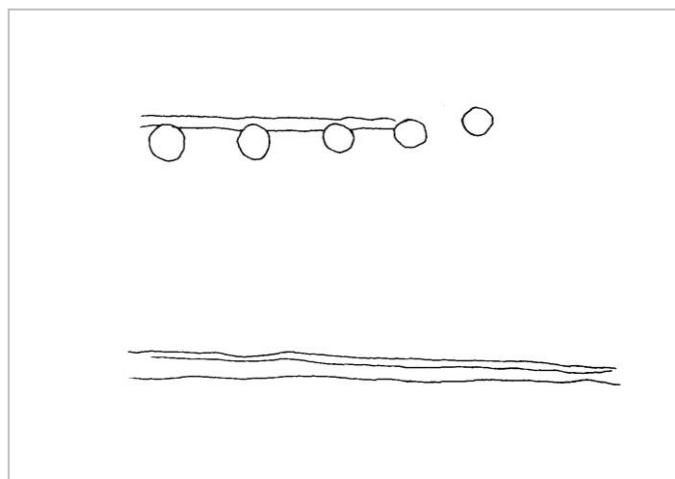
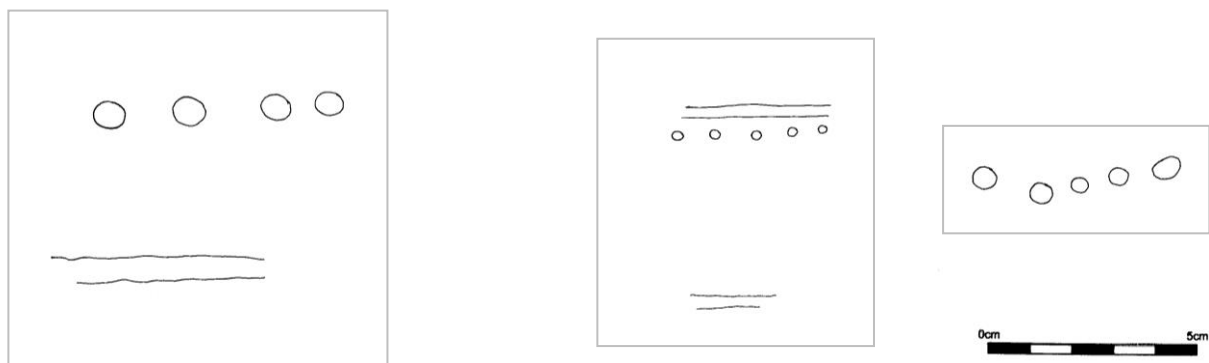
- **Efeito de pregaria:** Presente nos exemplares SJB nº 140.05 e SJB nº 182.01.05.



- **Caneluras:** Presente nos exemplares LCD/08, Inv: 7, LCD/08, Inv: 16 e SJB nº 196.01.02.



- **Aplicações plásticas circulares e caneluras:** Presente nos exemplares LCD/08, Inv.7, LCD/08, Inv.16, SJB nº 180.01.01, SJB nº 182.01.03, SJB nº 196.01.02, SJB nº 04654.02.001 e SJB nº 04654.02.003



CATÁLOGO DESCRITIVO

MNAA, Inv: 271: Pote (Estampa 33)



Pote com corpo de forma ovóide. Bordo extrovertido e ligeiramente espessado, com lábio de secção semicircular. Possui colo baixo e quatro asas em *carranca*. Assenta em fundo côncavo. Foi fabricado numa argila bastante clara, friável mas compacta e bastante homogênea. Apresenta poucos elementos não-plásticos de grão finíssimo, sendo possível distinguir, entre eles, rochas pretas em abundância, rochas castanhas, manchas vermelhas e pequenos vacúolos. A peça foi alvo de cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. Apresenta vidrado castanho-melado, brilhante e pouco aderente. Camada vítrea pouco espessa. O vidrado cobre quase a totalidade das superfícies exteriores do pote, contudo há ausência de vidrado em algumas zonas imediatamente abaixo do bordo. Também não cobre as superfícies exteriores junto ao fundo, onde existem marcas de escorrência, assim como nas superfícies interiores onde além das marcas há marcas de escorrência notam-se de pingos de vidrado. Revela marcas de modelação ao torno nas superfícies internas da peça. Logo abaixo do bordo, é visível uma linha que corresponde à zona de colagem do bordo ao colo. Cerca de 0,140 m a partir do fundo, no interior do pote, existe outra zona de colagem, do fundo ao bojo. Apresenta decoração incisa ao longo de todo o bojo: na zona superior mostra três linhas onduladas, por vezes interrompidas e, abaixo destas, três linhas horizontais; na zona média do bojo o pote é decorado com dois dragões e duas nuvens esquemáticos; a zona inferior do bojo apresenta-se decorada com três linhas

horizontais, abaixo destas, conjuntos de três linhas onduladas, interrompidas, estes dois tipos de motivos repetem-se a seguir, existindo novamente três linhas horizontais, quase junto ao fundo. Tem o bordo fracturado e o vidro encontra-se a descolar da pasta. Mede 0,288 m de diâmetro no bordo e 0,560 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,012 m e do fundo é de 0,06 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,460 m e do fundo 0,248 m.



Pote com corpo de forma ovóide. Apresenta bordo ligeiramente espessado, extrovertido e lábio com secção sub-rectangular. Possui colo alto, sub-cilíndrico e seis pequenas asas aplicadas no início do bojo, verticais, de secção sub-oval e com quatro incisões verticais. Assenta em fundo côncavo. A pasta em que foi fabricado, apenas observável nas superfícies de uma asa fracturada, é compacta e bastante homogénea, de cor cinzenta clara. Os elementos não-plásticos são quase inexistentes, sendo aqueles possíveis de observar de grão finíssimo e de cor preta. O pote foi sujeito a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. Mostra uma fina camada vítrea, de vidrado melado, aderente e brilhante, com bastantes concreções, sobretudo na zona superior do bojo. Cobre as superfícies exteriores da peça quase na totalidade, ainda que sejam visíveis pequenas áreas sem vidrado, junto ao fundo. Marcas de escorrência de vidrado perto do fundo. Brunido nas superfícies internas do bordo. Apresenta marcas de modelação ao torno bastante evidenciadas nas superfícies internas da peça. Mostra aplicações plásticas de forma circular, na zona superior do bojo, colocadas imediatamente a seguir às asas. Na região média do bojo a decoração é em relevo, onde existe um dragão virado à direita, um dragão virado à esquerda e um dragão perseguindo a pérola de fogo. Também em relevo, distribuem-se ao longo da zona média do bojo doze nuvens. Na zona inferior do bojo, junto ao fundo, a decoração faz-se através de uma linha incisa, interrompida por aplicações plásticas de forma circular, aplicadas por cima desta. A peça apresenta uma asa algumas aplicações plásticas fracturadas. Revela ter sido alvo de restauro no bordo, que se encontrava

fracturado, assim como na zona inferior do bojo. Contudo, as pastas de restauro apresentam colorações diferentes, o que poderá indicar diferentes fases de restauro, algo a que não podemos dar resposta uma vez que quanto a isso não existem registos. Tem uma perfuração na região mesial do bojo, a qual parece ter sido intencional e feita a partir do interior da peça. Este pote encontra-se deformado junto ao fundo. Mede 0,206 m de diâmetro no bordo e 0,654 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,015 m e do fundo é de 0,012 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,450 m e do fundo 0,275 m.

MNAA, Inv: 469: Pote (Estampa 35)



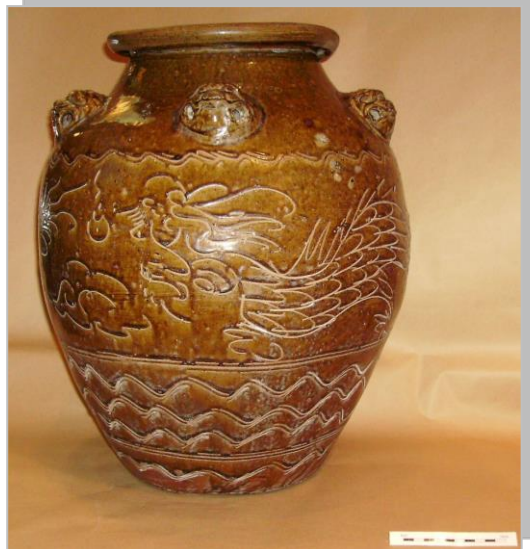
Pote de corpo hemisférico. Bordo extrovertido e lábio com secção semicircular. Possui colo baixo e quatro asas horizontais, de secção rectangular, aplicadas no início do bojo. Assenta em fundo plano, todavia irregular. A pasta em que foi fabricada é cinzenta-acastanhada, bastante compacta e homogênea, embora com pequenas fendas e vacúolos. É possível observar abundantes elementos não plásticos de cor negra, de grão finíssimo, e de cor avermelhada, de grão médio. Foi sujeita a cozedura e a arrefecimento em ambiente redutor. Os 2/3 superiores da peça são revestidos por um vidrado castanho-escuro, aderente, brilhante e com algumas concreções, notando-se as marcas de escorrência na zona inferior do bojo. Também as superfícies internas do bordo se encontram vidradas. Apresenta marcas de modelação ao torno bastante evidenciadas nas superfícies internas. Mostra uma linha horizontal de aplicações plásticas de forma circular, colocadas logo abaixo do colo. Denota a existência de dois pequenos ressaltos horizontais pouco evidenciados, no início no bojo, na linha de orientação das asas. Na zona média do bordo possui oito conjuntos de dois ressaltos verticais. Existência de uma canelura contornando a peça, na zona média do bojo, resultado da junção de duas partes da peça. A peça encontra-se em excelente estado de conservação, embora se encontre fracturada na zona do bordo. Possui duas marcas na zona superior do bojo, ligeiramente abaixo das asas, contudo ilegíveis, devido ao vidrado que as cobre. Mede 0,425 m de diâmetro no bordo e 0,785 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,020 m e do fundo é de 0,035 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,845 m e do fundo 0,314 m.

MNAA, Inv: 637: Pote (Estampa 36)



Pote de forma ovóide. Bordo extrovertido e lábio com secção semicircular. Apresenta colo baixo e no início do corpo cinco asas aplicadas, em forma de *carrancas*. Assenta em fundo côncavo. Tem vidrado castanho, brilhante e aderente e em algumas áreas, com concreções. Cobre os 3/4 superiores do pote, sendo possível verificar a existência de escorrências até ao fundo. Revela marcas de modelação ao torno nas superfícies internas da peça. Oferece decoração plástica na zona superior do corpo, através de duas linhas horizontais de aplicações plásticas de forma circular. Mostra ainda motivos decorativos incisos, pouco profundos e esquemáticos, na zona central do bojo, com dois dragões perseguindo a pérola de fogo e duas nuvens. As decorações foram realizadas após o vidrado ter sido aplicado. Nas superfícies exteriores, entre o bordo e o colo, nota-se a linha de junção das duas partes. A cerca de 0,255 cm do bordo, nas superfícies interiores, existe uma outra linha. A peça encontra-se num excelente estado de conservação, não apresentando fracturas que nos permitam observar correctamente a pasta em que foi fabricada. Mede 0,250 m de diâmetro no bordo e 0,500 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,012 m e do fundo é de 0,010 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,370 m e do fundo 0,220 m.

MNAA, Inv: 3305: Pote (Estampa 37)



Pote com corpo de forma ovóide. O bordo é espessado, bastante extrovertido e apresenta lábio com secção semicircular. O colo é baixo. Mostra cinco asas aplicadas em forma de *carrancas*, imediatamente abaixo do colo. Assenta em fundo côncavo. As superfícies exteriores do pote são revestidas quase totalmente com uma fina camada vítrea, de um vidrado melado, brilhante e aderente. Junto ao fundo verificam-se escorrências. Existência de zonas do bordo e abaixo deste onde não foi aplicado vidrado. As superfícies internas do bordo encontram-se brunidas e as restantes superfícies internas do pote parecem ter sido polidas. Apresenta marcas de modelação ao torno bastante evidentes nas superfícies interiores. Possui decoração incisa disposta ao longo de todo o bojo: na zona superior, mostra duas linhas onduladas e interrompidas; na zona média do bojo a peça encontra-se decorada com dois dragões esquemáticos, perseguindo a pérola de fogo, assim como duas nuvens, também esquemáticas; na região inferior o bojo encontra-se decorado com três linhas horizontais, por vezes interrompidas, e logo abaixo destas, três conjuntos de linhas onduladas. Os motivos decorativos que se seguem a estes são novamente três linhas horizontais, por vezes interrompidas; junto ao fundo existem três linhas onduladas, com algumas interrupções. A decoração foi realizada após o vidrado ter sido aplicado. Apresenta uma linha de junção entre o bordo e o colo e, a cerca de 0,28 m a partir do bordo, nota-se igualmente de uma zona de junção de duas partes do pote. A peça encontra-se num excelente estado de conservação. Não apresenta fracturas, o que nos impossibilita de descrever a argila com a qual foi fabricada, bem como os ambientes de cozedura e arrefecimento. Mede 0,266 m de diâmetro no bordo e 0,530 m de altura máxima. A

espessura média das paredes é de 0,012 m e do fundo é de 0,005 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,430 m e do fundo 0,235 m.

MNAA, Inv: 3307: Pote (Estampa 38)



Pote de forma ovóide. O bordo é espessado, bastante extrovertido e de lábio com secção semicircular. Possui colo alto e cinco asas em forma de *carrancas* aplicadas no início do bojo. Assenta em fundo côncavo. Foi fabricado numa pasta cinzenta, compacta e homogénea, embora com vacúolos e fendas. Existência de elementos não-plásticos de grão fino e médio, sendo possível distinguir elementos de cor preta e óxidos de ferro. Foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Vidrado castanho, aderente e pouco brilhante, quando comparado com o restante conjunto, com algumas concreções. Cobre quase na totalidade as superfícies exteriores da peça, apresentando escorrências até ao fundo. As superfícies interiores do colo e início do bojo também apresentam marcas de vidrado. Marcas de modelação ao torno nas superfícies interiores. Mostra decoração incisa: na zona superior do bojo duas linhas de ondulado interrompido; na região média do bojo dois dragões bastante esquemáticos, percorrendo a pérola de fogo, e duas nuvens também esquemáticas. Na zona inferior do bojo, existem duas linhas onduladas, sendo a inferior interrompida; abaixo destas a decoração consiste em linhas incisas horizontais, variando o seu número entre duas a quatro. Junto ao fundo a decoração consiste novamente em duas linhas onduladas, por vezes interrompidas. As incisões são bastante finas e foram realizadas após a aplicação do vidrado. Distingue-se a linha de junção entre o bordo e o colo. É possível observar a existência de um elemento branco em algumas zonas da decoração incisa, o qual não nos foi possível perceber o que é. Mede 0,288 m de diâmetro no bordo e 0,545 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,015 m e do fundo é de 0,010 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,450 m e do fundo 0,250 m.

MNAA, Inv: 3308: Pote (Estampa 39)



Pote de forma ovóide. O bordo é espessado externamente, tem lábio em bisel e apresenta secção sub-triangular. Possui colo bastante baixo e quatro asas horizontais, aplicadas, de secção circular. Assenta em fundo côncavo. As superfícies exteriores são totalmente revestidas por um vidrado castanho, brilhante e aderente, apresentando algumas concreções e vacúolos. Foi aplicado em várias camadas, sendo possível verificar marcas de escorrência no exterior, ainda que bastante ténues. Existência de escorrências de vidrado nas superfícies interiores e acumulação no fundo. Apresenta marcas de modelação ao torno. A peça encontra-se em excelente estado de conservação e não tem fracturas que permitam observar a pasta em que foi fabricada. Da mesma forma, também não nos é possível observar o ambiente de cozedura e de arrefecimento da peça. Mostra uma marca junto a uma das asas. No fundo observam-se marcas que correspondem ao vidrado de uma outra peça em que foi assente durante a cozedura. Mede 0,108 m de diâmetro no bordo e 0,432 m de altura máxima. A espessura média das paredes e do fundo é de 0,012 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,330 m e do fundo 0,121 m.

MNAA, Inv: 3317: Pote (Estampa 40)



Pote de forma ovóide. Apresenta bordo extrovertido e espessado externamente e mostra lábio com secção semicircular. Possui colo baixo e três asas horizontais, aplicadas, de secção rectangular. Assenta em fundo plano. Vidrado castanho-escuro a revestir cerca de 2/3 superiores da peça, aderente e brilhante. No interior da peça denota-se a existência de vidrado e ao longo das superfícies internas existe um revestimento castanho que cola ao tacto, o qual não nos foi possível perceber o que é. Acumulação de vidrado nas superfícies interiores do fundo. Tem mais do que uma camada vítrea, observável através das várias escorrências ao longo das superfícies externas da peça. A maior acumulação de vidrado encontra-se na zona alta do bojo, junto às asas. Marcas de escorrência de vidrado nas superfícies internas do bordo. Apresenta marcas de modelação ao torno bastante evidenciadas nas superfícies internas. A peça mostra decoração com quatro linhas incisas imediatamente abaixo do colo e, por baixo deste, decoração uma linha horizontal com pequenas aplicações plásticas de forma circular. Existência de uma canelura contornando a peça, na zona média do bojo, a qual corresponde à linha de junção de várias partes da peça. O pote encontra-se num excelente estado de conservação, não apresenta fracturas que nos permitam fazer a descrição da pasta em que foi fabricado, bem como dos ambientes de cozedura e arrefecimento. Mede 0,32 m de diâmetro no bordo e 0,748 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,02 m e do fundo é de 0,005 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,685 m e do fundo 0,225 m.

MNAA, Inv: 5870: Pote (Estampa 41)



Pote de forma ovóide. Apresenta bordo ligeiramente extrovertido e lábio com secção semicircular. Mostra colo alto e, imediatamente abaixo deste, cinco pequenas em fita, verticais e aplicadas, de secção sub-oval e com duas incisões verticais. Assenta em fundo côncavo. Foi fabricado com uma pasta cinzenta-clara, compacta, homogénea, apresentando fendas e vacúolos de pequenas dimensões. Contém elementos não-plásticos em abundância, de grão fino, sendo possível distinguir elementos de cor negra e branca. Foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Tem uma fina camada vítrea a revestir toda a superfície exterior da peça. O vidrado melado é aderente, brilhante e com muitas concreções. As superfícies interiores do bordo e do colo encontram-se polidas. Apresenta marcas de modelação a torno. A peça encontra-se decorada com duas linhas de aplicações plásticas de forma circular, na zona superior do bojo. Na zona média a decoração existente é em relevo, distinguindo-se vários motivos decorativos: um dragão virado à esquerda, um dragão perseguindo a pérola de fogo e um outro dragão virado à direita. Existem ainda seis nuvens em relevo, distribuídas ao longo da zona média do bojo. A cerca de 0,40 m a partir do bordo, nas superfícies interiores, existe uma linha, a qual julgamos tratar-se da junção de duas partes do pote. Possui pequenas fracturas no bordo e ao longo do bojo. Desde a zona inferior do bordo até ao fundo, encontra-se gateado, com seis gatos, contudo não existe registo de quando terá sido alvo de restauro. No interior da peça denota-se a existência de vestígios de alguma aguada, ou mesmo algum produto armazenado, o qual não nos foi possível perceber em que consiste. Mede 0,216 m de

diâmetro no bordo e 0,620 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,0106 m e do fundo é de 0,0102 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,505 m e do fundo 0,280 m.

MP: 1034: Pote (Estampa 42)



Pote de forma ovóide. O bordo é extrovertido e tem lábio com secção semicircular. Apresenta colo alto e quatro asas de fita, horizontais e de secção oval, aplicadas na zona superior do bojo. Assenta em fundo plano, irregular. Foi fabricado numa pasta de cor beje-acastanhada, compacta e homogénea, com elementos não plásticos finos e médios, possíveis de verificar na região de fractura junto ao fundo. Apresenta fendas de pequenas dimensões. Foi sujeita a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante. Vidrado castanho, com variações entre o castanho-escuro e tons esverdeados, que reveste 2/3 superiores da peça, aderente e com brilho, embora apresentando concreções com alguma abundância. Foi aplicado em mais do que uma camada, sendo possível verificar, em algumas zonas, escorrências na região alta do bojo. Denota-se a inexistência de vidrado em algumas zonas imediatamente abaixo do bordo. Marcas de escorrência de vidrado nas superfícies interiores do bordo, do colo e do fundo. Apresenta um ressalto na ligação do bordo ao colo e duas caneluras no bojo, uma na horizontal, outra ligeiramente oblíqua, ambas aplicadas à altura das asas. Observa-se a existência de uma fractura junto ao fundo. Mede 0,196 m de diâmetro no bordo e 0,568 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,018 m e do fundo é de 0,016 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,475 m e do fundo 0,291 m).

FL: 305: Pote (Estampa 43)



Conjunto de dois fragmentos correspondendo ao bordo, colo, início do bojo e das quatro asas de pote. O bordo é extrovertido, com lábio de secção semicircular. Possui colo baixo e quatro asas horizontais de secção semicircular. Apresenta um ressalto horizontal, na ligação entre o colo e o início do bojo e quatro caneluras horizontais, pouco perceptíveis devido à camada de vidrado que as cobre, fazendo a ligação entre as asas. Foi fabricado num barro de cor avermelhada, extremamente compacto. A pasta é homogénea com bastantes elementos não-plásticos de grão finíssimo a grosso. Entre estes é possível distinguir rochas pretas que, após uma apurada análise se pensa poderem constituir pequenos fragmentos de chacota cozida em ambiente redutor; quartzo leitoso; algumas margas calcárias e óxidos de ferro castanhos-avermelhados, escuros e castanho-escuros. A pasta mostra ainda pequenas fendas e vacúolos. Mostra vidrado castanho-esverdeado aderente, semi-brilhante e não apresenta uma forte camada vítrea. As superfícies exteriores dos dois fragmentos encontram-se vidradas, contudo, existem zonas imediatamente abaixo do bordo sem vidrado. Verificam-se marcas de escorrência no interior do pote. Foi cozida em ambiente oxidante e sujeita a arrefecimento em ambiente redutor, o que se verifica apenas no lado externo da peça. Marcas de modelação ao torno visíveis nas superfícies internas da peça. Existência de uma pequena fractura no bordo. Um grande número das fracturas e o bordo encontram-se cobertos de cal, o que pode indiciar a utilização posterior do pote como tarro.¹ Espessura média das paredes é de 0,020 m.

¹ Tarro: vasilha utilizada para cozer a cal.

E.359.04: Pote (Estampa 44)



Pote de forma ovóide. Possui bordo extrovertido com ressalto interior e lábio com secção semicircular. O colo é baixo e demarcado do bojo por um ressalto. Apresenta três asas em fita, horizontais, de secção rectangular e reforçadas externamente com barro nas extremidades. Assenta em fundo plano. Foi fabricado com uma pasta em tons castanhos, compacta, homogénea e com bastantes vacúolos e fendas. Tem poucos elementos não-plásticos, sendo possível distinguir óxidos de ferro e alguns calcários de grão fino. Foi sujeita a cozedura redutora e a arrefecimento em ambiente oxidante. Tem vidrado castanho-escuro, bastante brilhante e aderente, que cobre 2/3 superiores, das superfícies exteriores do pote. Apresenta uma forte camada vítrea. Verifica-se a existência de duas camadas diferenciadas: uma primeira muito fina, com menos chumbo e de aspecto mais transparente; uma segunda camada muito mais espessa e de cor castanha muito escura. É possível verificar as marcas de escorrência da segunda camada de vidrado, assim como de salpicos. Marcas de torno bastante evidenciadas, tanto no interior como nas superfícies exteriores. A peça encontra-se decorada com aplicações plásticas no início do colo, com uma linha horizontal de aplicações de forma circular de pequenas dimensões. Fazendo a ligação entre as asas, apresenta uma banda composta por dois ressaltos aplicados e, no centro, pequenas aplicações circulares. Na parte mesial do bojo tem cinco bandas verticais, duas delas duplas. São compostas ainda por dois ressaltos e, no meio destes, aplicações plásticas de forma circular. Ao longo do bojo, de forma aleatória, a peça é decorada com pequenos conjuntos destas aplicações. A peça foi construída em três partes, possível de

observar através da junção das partes, nomeadamente no vinco marcado na zona mesial do bojo. Fracturado no bordo e junto ao fundo, onde é possível verificar a existência de argamassa, para tapar a fractura. O bordo também se encontrava restaurado com uma chapa, que formava uma aba plana. O pote vinha acompanhado de uma tampa de metal. Nas superfícies interiores, encontram-se restos de uma matéria branca/amarela, a qual ainda não nos foi possível perceber do que trata. Mede 0,196 m de diâmetro no bordo e 0,615 m de altura máxima. A espessura média das paredes é de 0,013 m e do fundo é de 0,015 m. O diâmetro máximo do corpo é 0,530 m e do fundo 0,205 m.

MMVFX: Pote (Estampa 45)

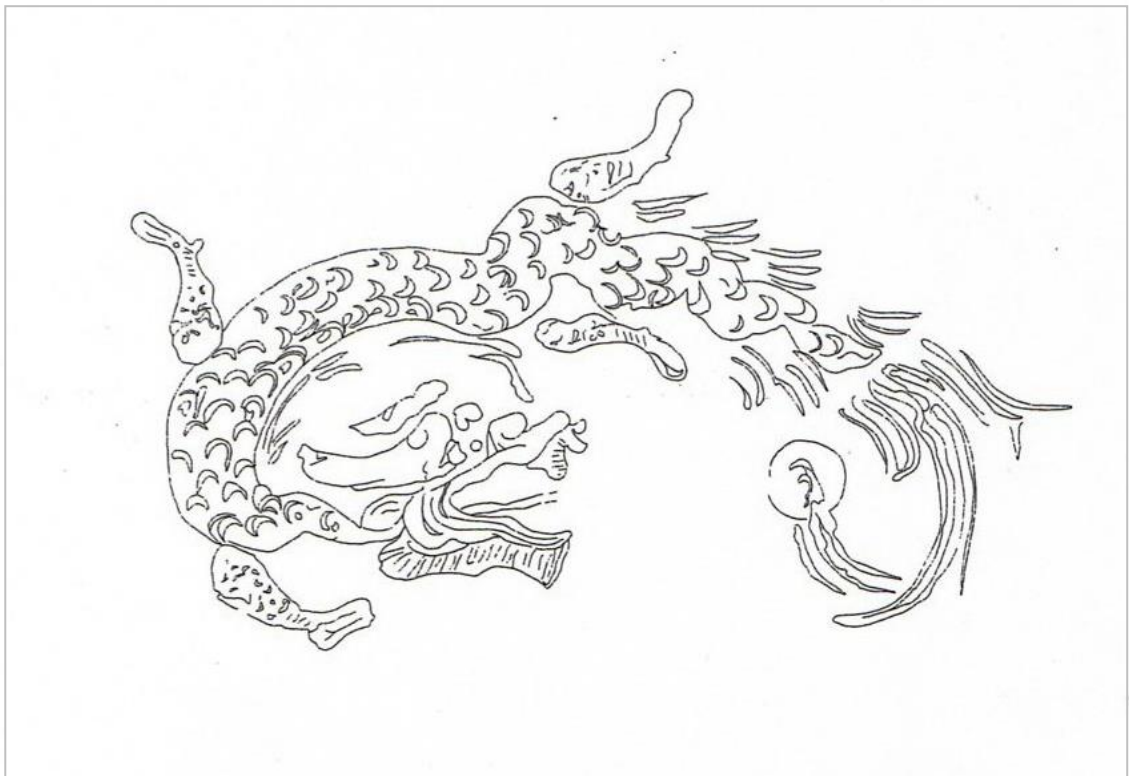
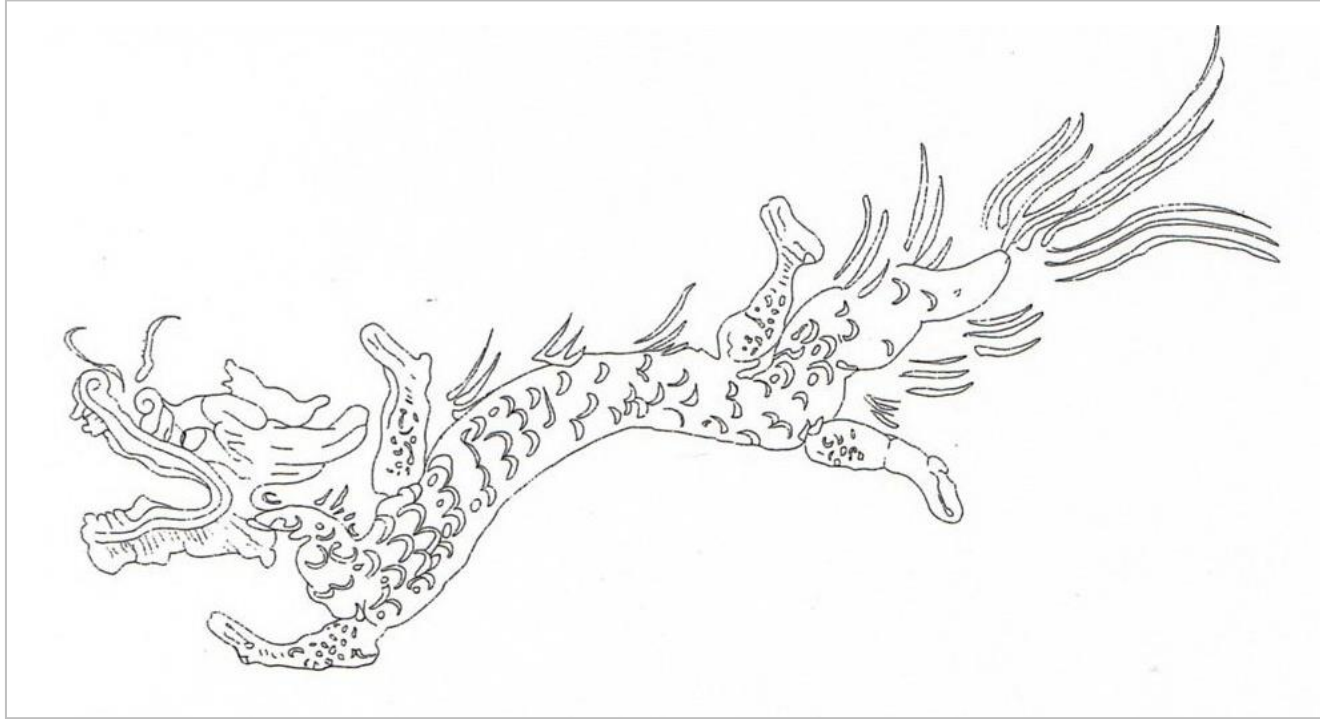


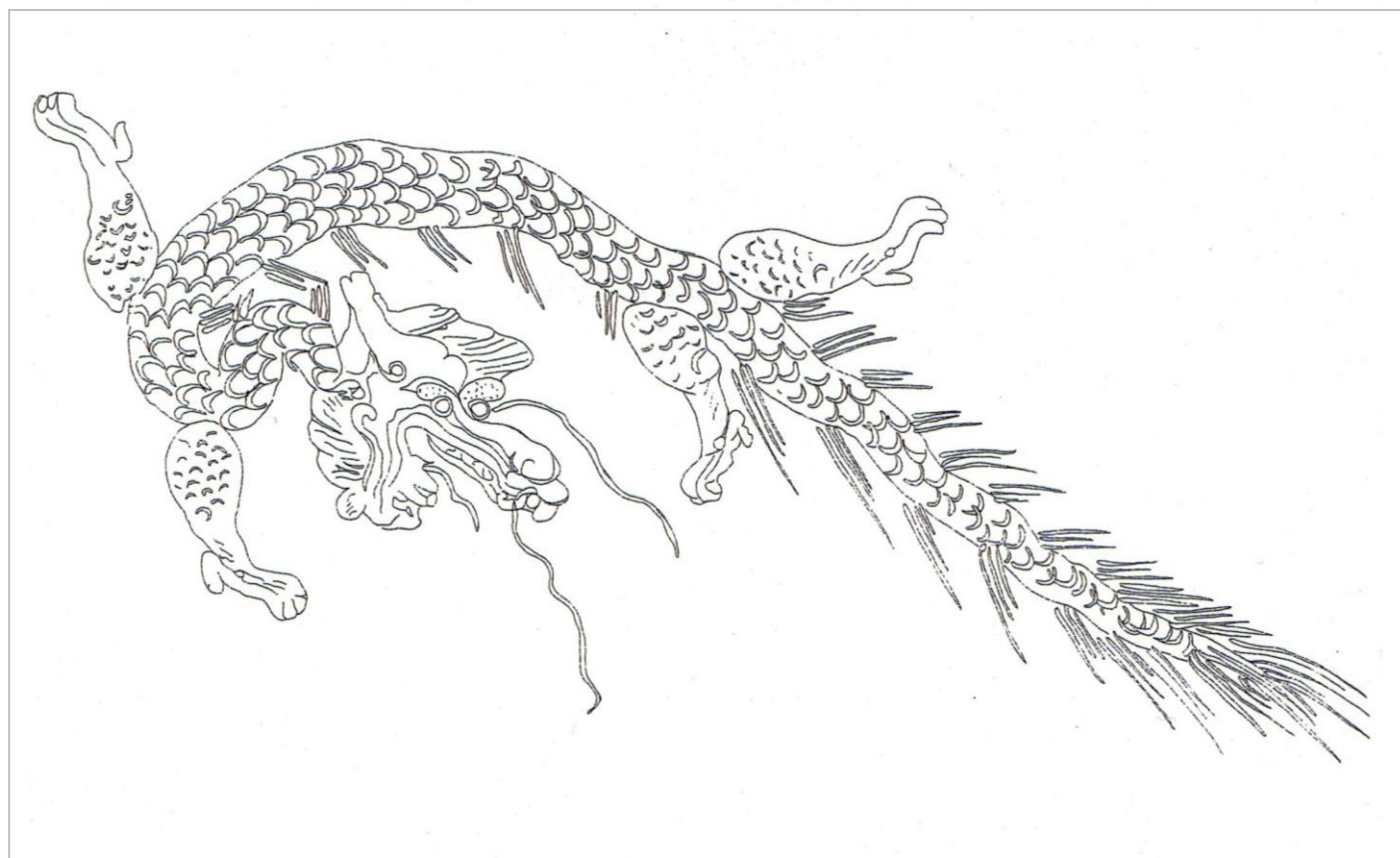
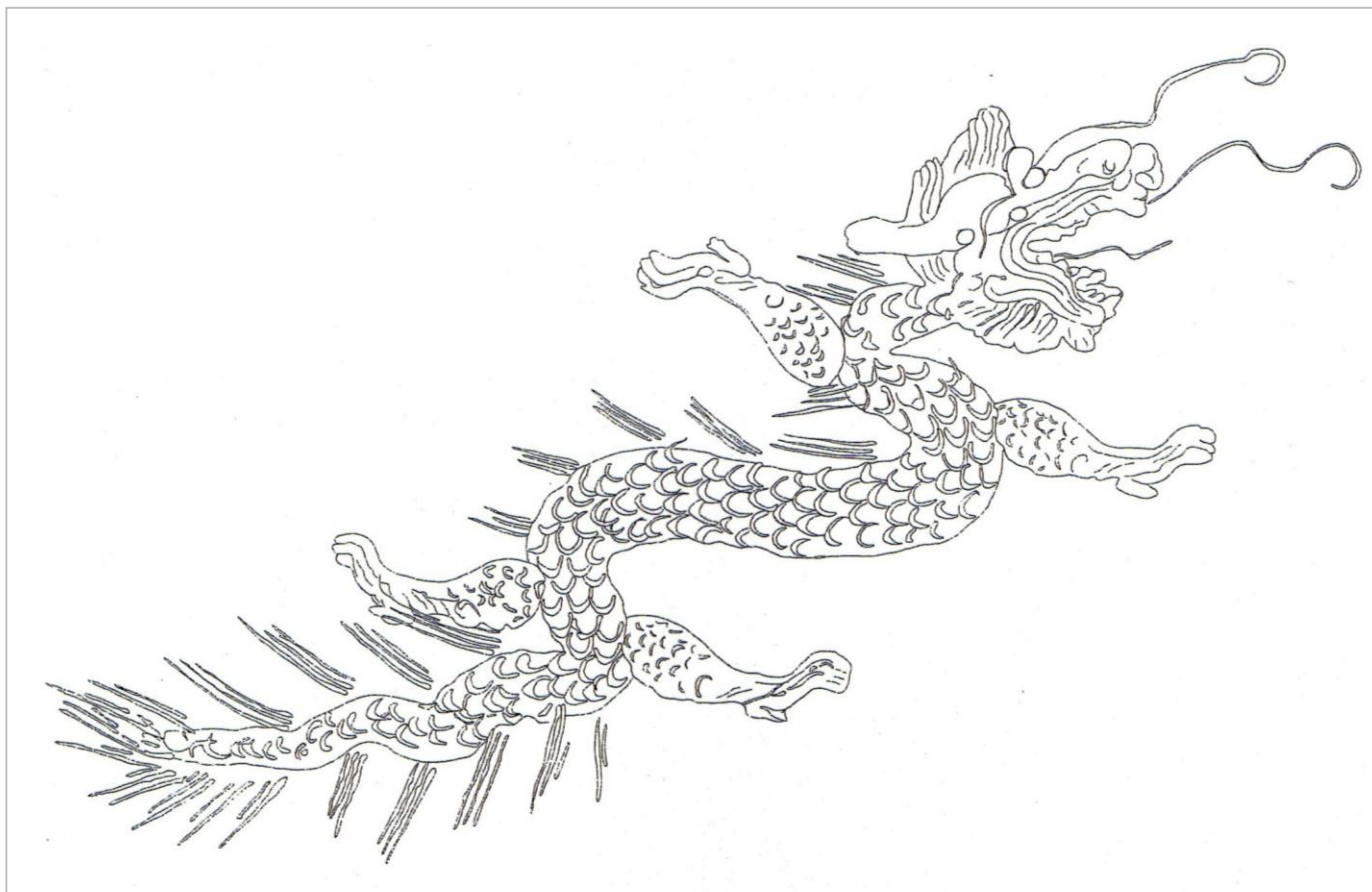
Conjunto de 134 fragmentos correspondendo a bordo, colo, corpo, fundo e asas de pote, de corpo globular. O bordo é extrovertido com lábio de secção semicircular. No interior apresenta um pequeno ressalto interior. Tem colo baixo, separado do corpo por uma canelura. Assenta em fundo plano e irregular. Apresenta quatro asas horizontais de secção rectangular, aplicadas. Foi fabricado numa pasta de cor avermelhada, bastante homogénea, muito compacta e muito bem depurada. Possui elementos não-plásticos de grão médio e grosso, sendo possível distinguir em abundância óxidos de ferro, margas brancas e restos vegetais, carbonizados, bem como transformações pulverulentas de minerais. Apresenta fendas e vacúolos de pequenas e médias dimensões. Nas superfícies interiores da peça as fendas existem em grande quantidade. O pote foi sujeito a cozedura e arrefecimento em ambiente oxidante no fundo. Na zona média do corpo foi sujeita a cozedura em ambiente oxidante e arrefecimento em ambiente. Na zona superior do corpo, colo e bordo apresenta cozedura e arrefecimento em ambiente redutor. Nos dois terços superiores das superfícies exteriores da peça, tem um vidrado castanho-escuro, muito espesso, muito brilhante e aderente, com algumas bolhas de ar, sobretudo na zona do colo. Nas superfícies exteriores, apresenta escorrências nos dois terços inferiores e salpicos junto ao fundo. Também mostra escorrências entre o bordo e o colo, nas superfícies interiores, e pingos de vidrado no interior da peça. São visíveis marcas de modelação ao torno, nas superfícies interiores. A peça é decorada com aplicações plásticas: possui uma canelura horizontal e uma linha de aplicações plásticas de forma circular de pequenas dimensões, junto à canelura. Na linha acima das asas, fazendo uma espécie de ligação entre estas existe uma canelura horizontal e, a partir de cada asa, três caneluras verticais que se prolongam até uma outra canelura horizontal aplicada no centro do pote. As aplicações plásticas são feitas

com uma argila branca-amarelada, pouco compacta, muito homogénea e friável, não sendo possível distinguir a presença de elementos não-plásticos. A aplicação posterior do vidrado destaca-se, não apenas por se tratar de uma decoração em relevo, mas porque apresenta uma cor mais clara do que a restante peça. Apesar do vidrado e decorações se encontrarem bem conservados, para além do pote se encontrar fracturado, verificou-se que foi serrado ao meio, no sentido vertical. No fundo da peça, ao centro, existe um furo feito propositadamente, após a cozedura, talvez devido a alguma reutilização. Após montagem da peça, esta apresenta 0,728 m de altura máxima; 0,828 m de largura máxima; 0,400 m de diâmetro exterior do bordo; 0,400 m de diâmetro do fundo; 0,019 m de espessura do bordo; 0,013 m de espessura média das asas e 0,015 m de espessura média das paredes.

CATÁLOGO DOS MOTIVOS DECORATIVOS

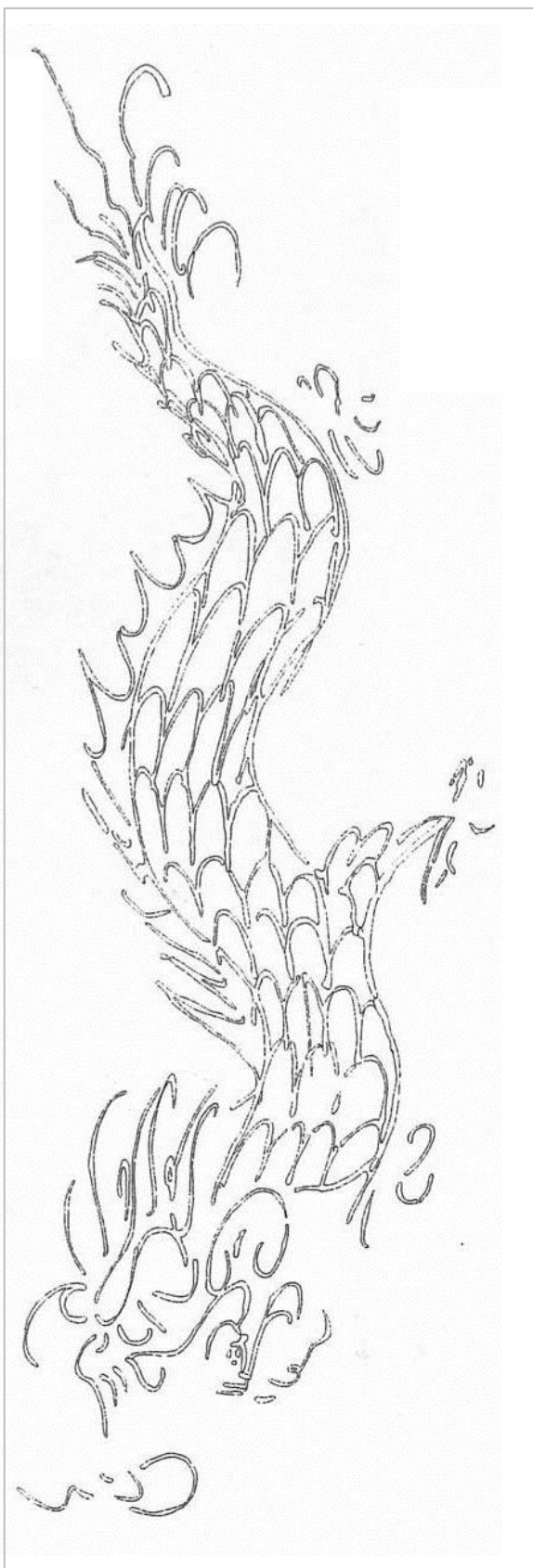
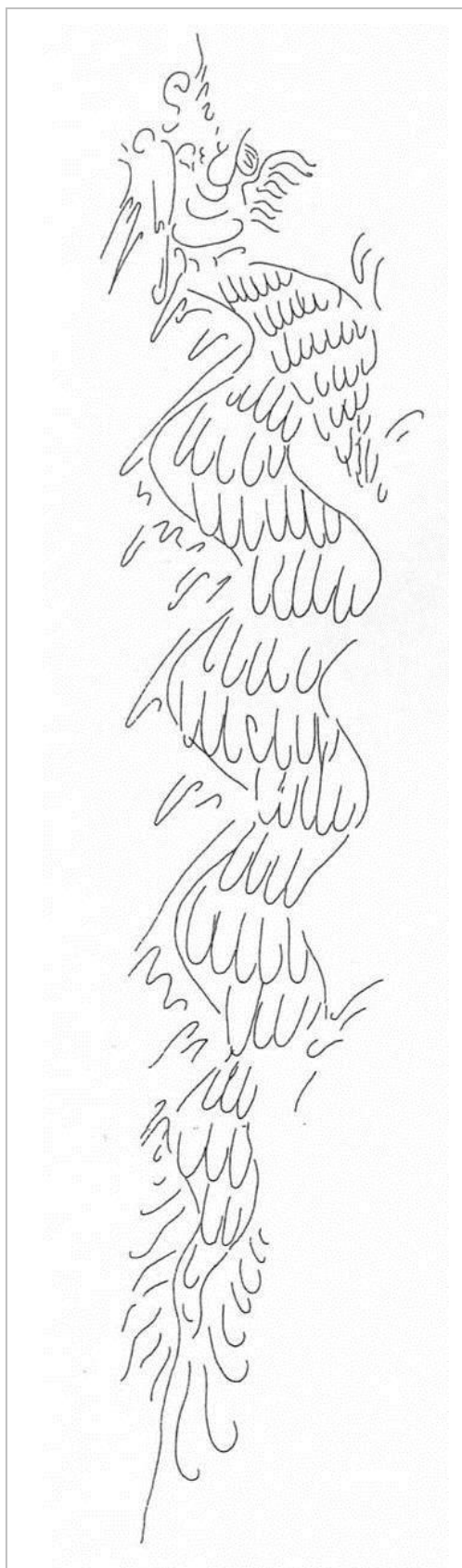
- **Dragões em relevo:** Representados nos exemplares MNAA, Inv. 272 e 5870.

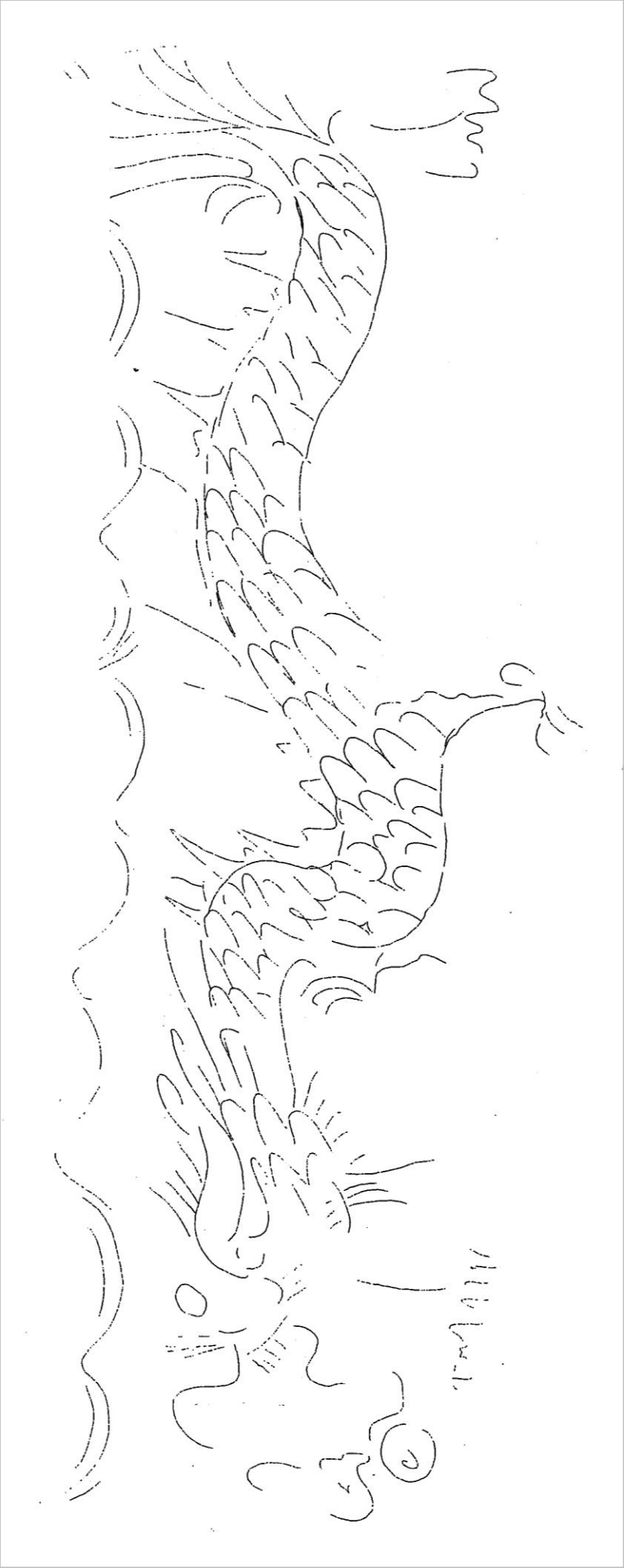




0cm 10cm

- **Dragões incisos:** Representados nos exemplares MNAA, Inv. 271, 637, 3305 e 3307.





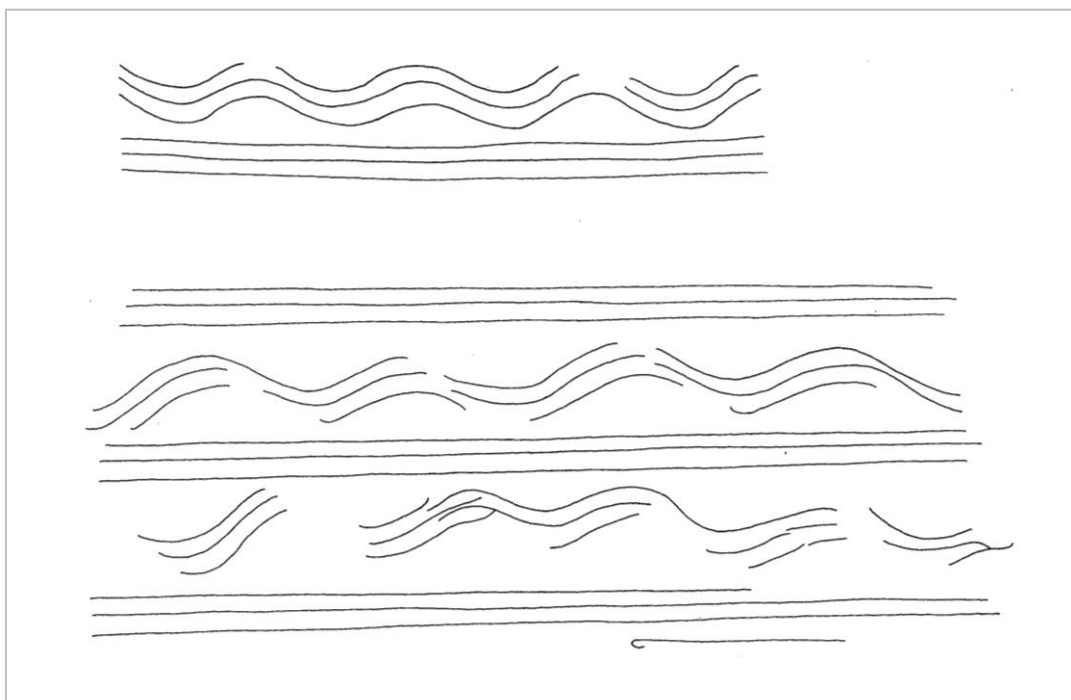
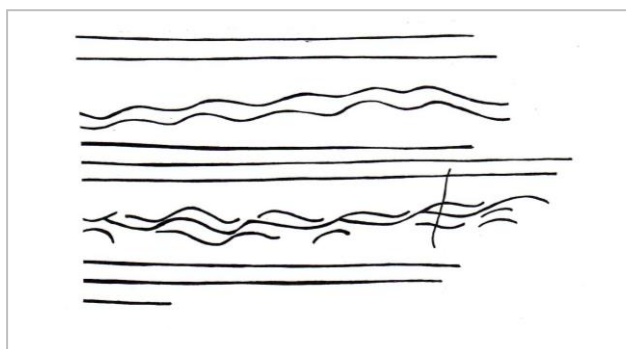
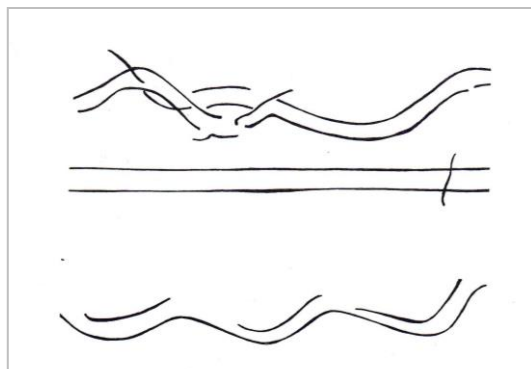
- **Nuvens em relevo:** Representados nos exemplares MNAA, Inv. 272 e 5870.



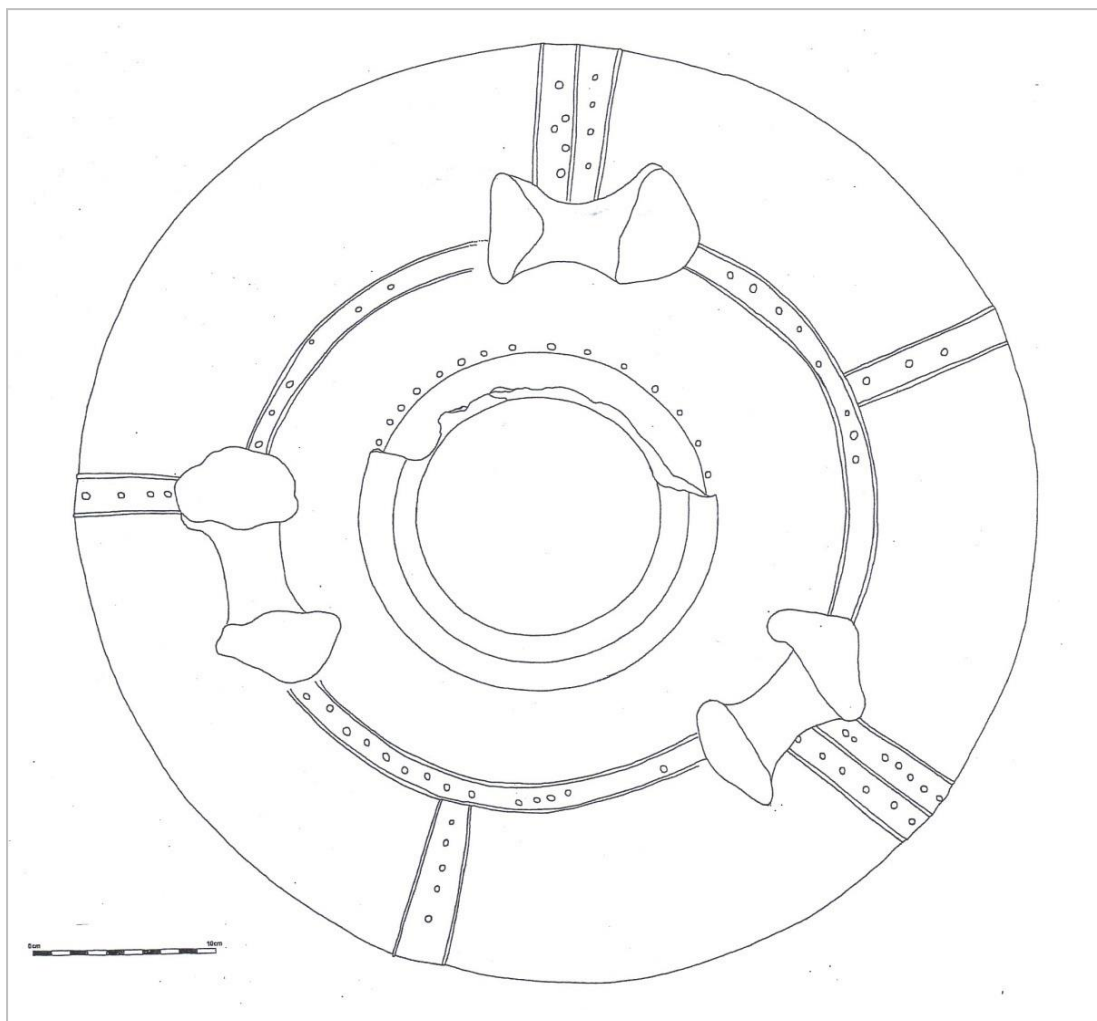
- **Nuvens incisas:** Representados nos exemplares MNAA, Inv. 637, 3305 e 3307.



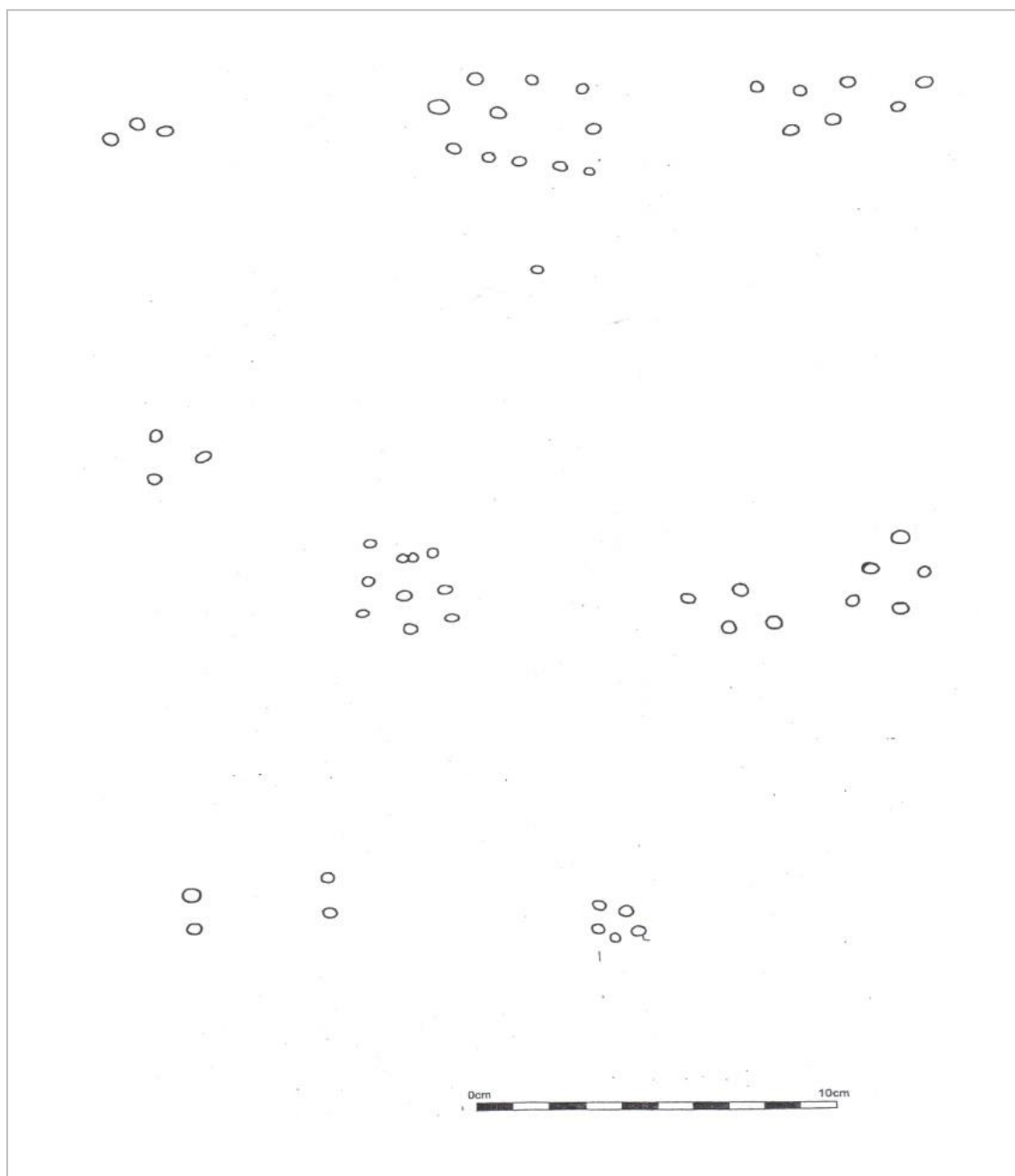
- **Conjuntos de linhas onduladas e circulares incisas:** Representados nos exemplares MNAA, Inv. 271, 637, 3305 e 3307.



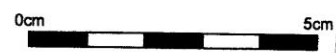
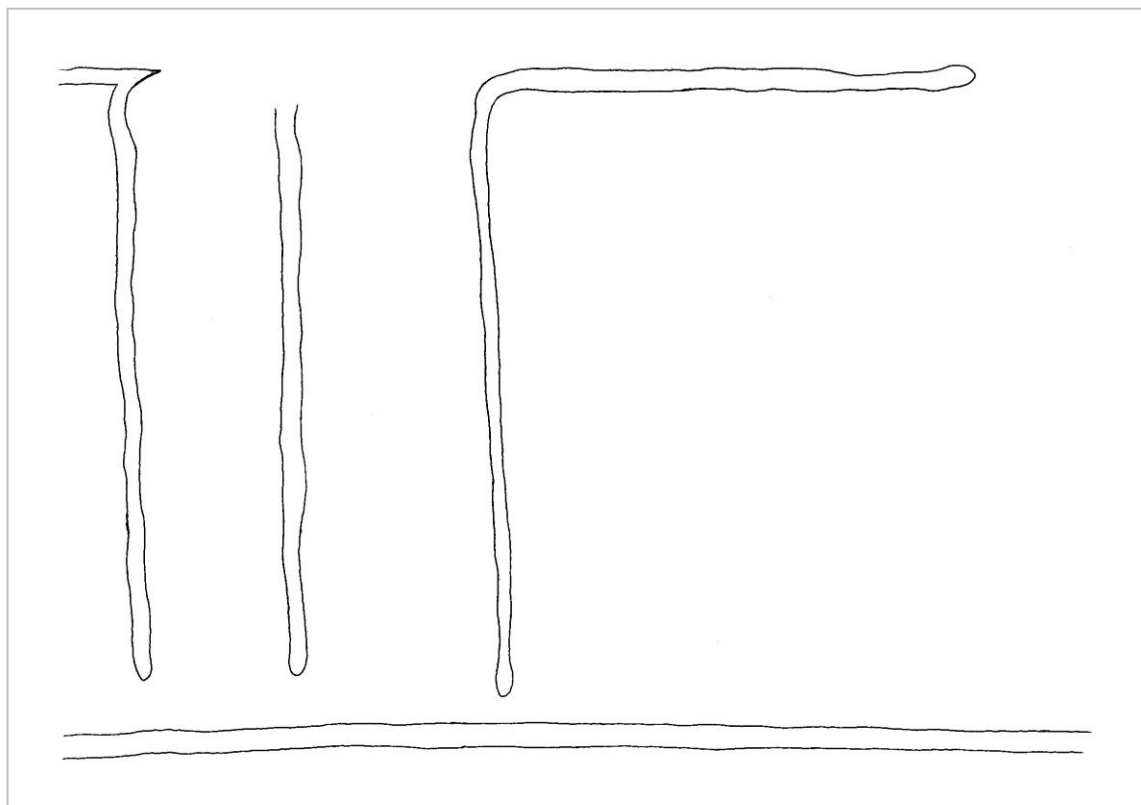
- ***Efeito de pregaria:*** Representado no exemplar E.359.04.



- **Aplicações plásticas circulares:** Representado no exemplar E.359.04.



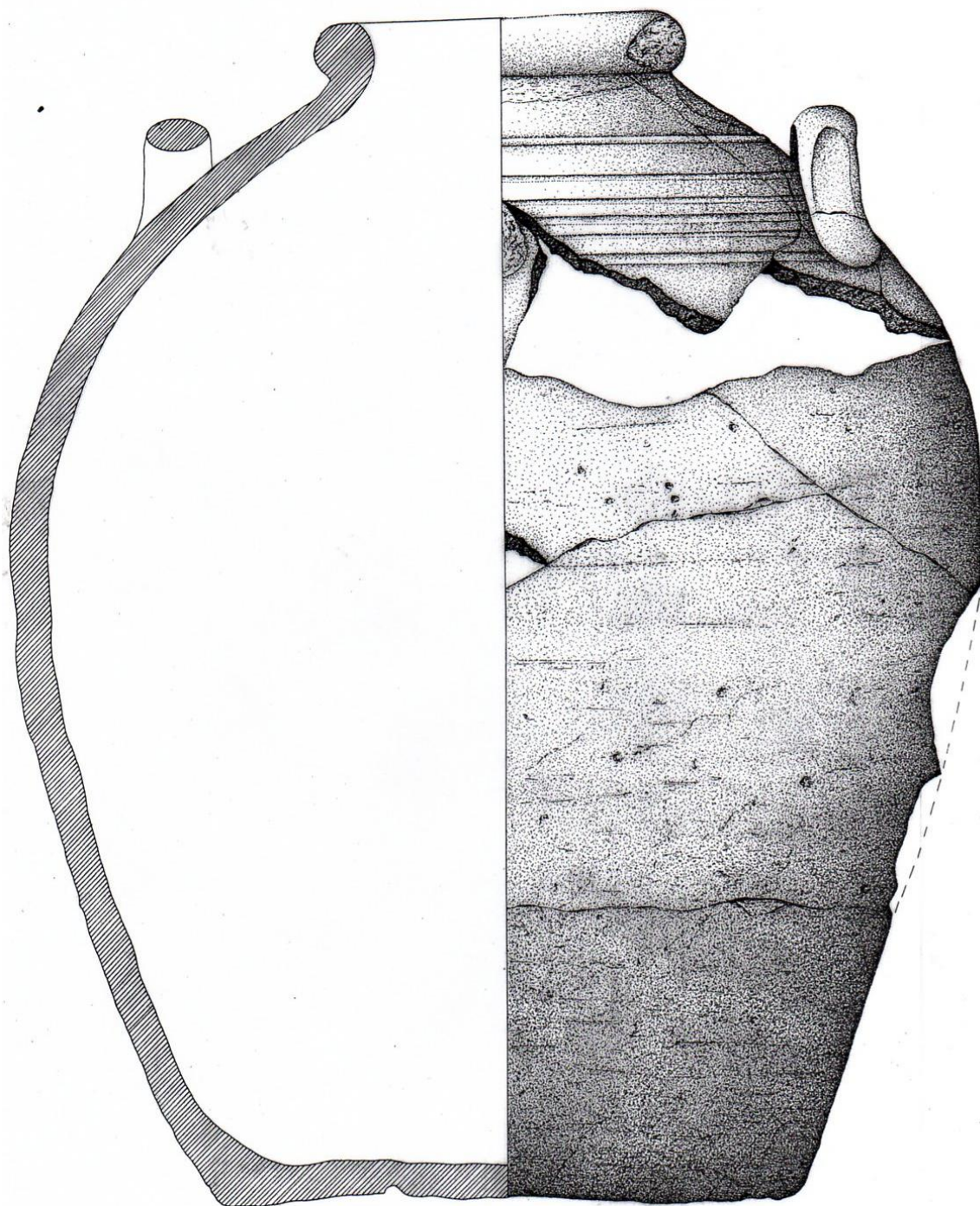
- **Caneluras:** Representado no exemplar MMVFX.



ESTAMPAS

ESTAMPA 1

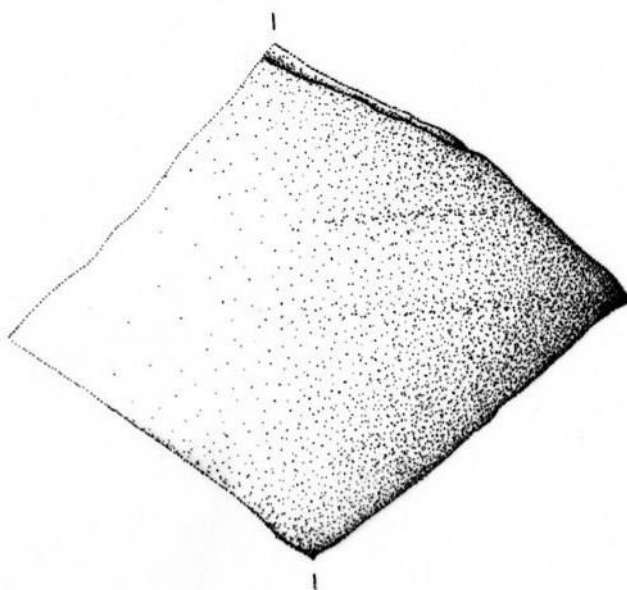
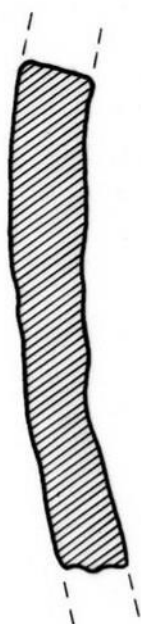
MC/LX 463: Pote



0cm 10cm

ESTAMPA 2

LCD/O7, Inv.1: Indeterminado

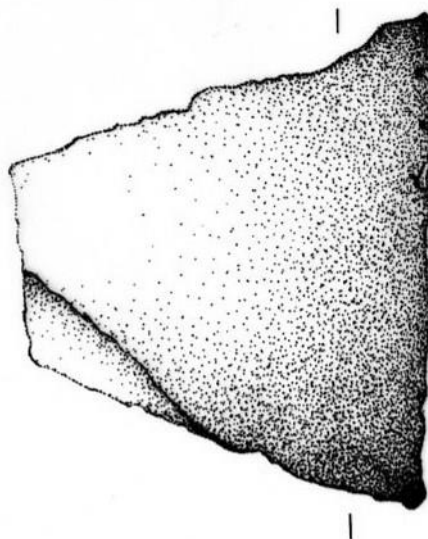


0cm 5cm



ESTAMPA 3

LCD/O7, Inv.2: Indeterminado

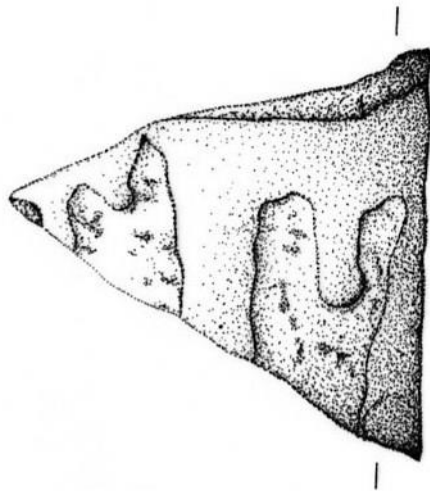


0cm 5cm



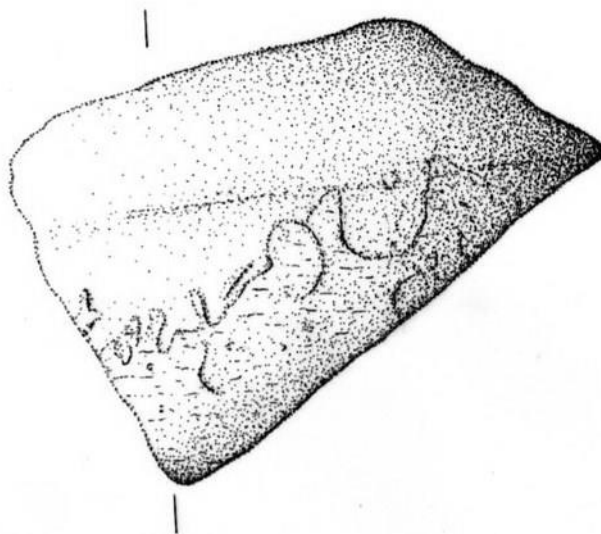
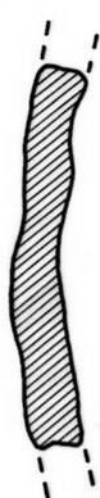
ESTAMPA 4

LCD/O7, Inv.3: Indeterminado



ESTAMPA 5

LCD/O7, Inv.4: Indeterminado



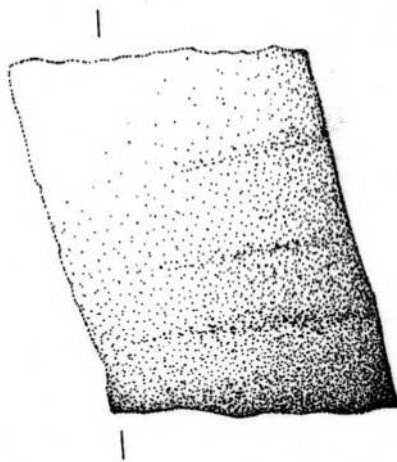
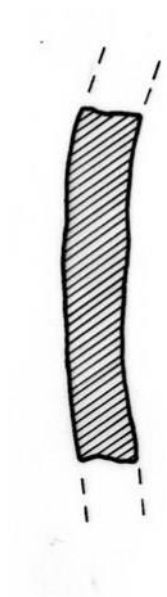
0cm

5cm



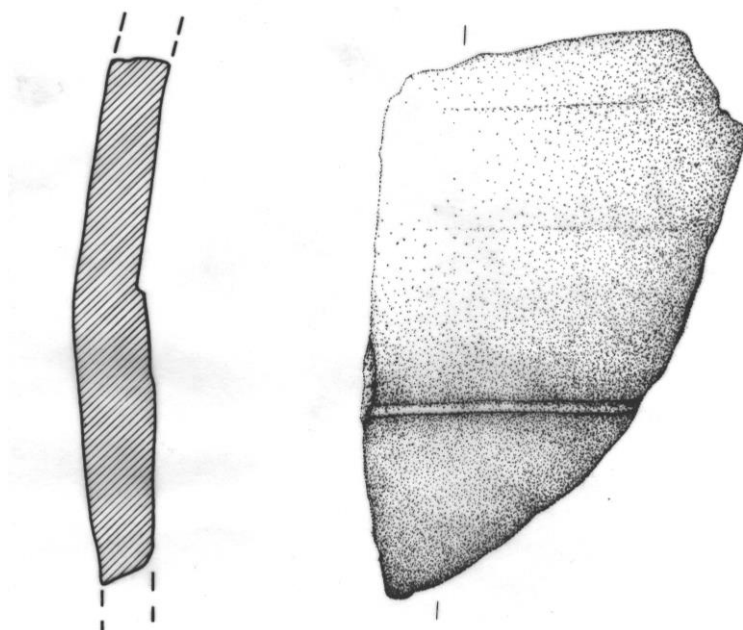
ESTAMPA 6

LCD/O7, Inv.5: Indeterminado



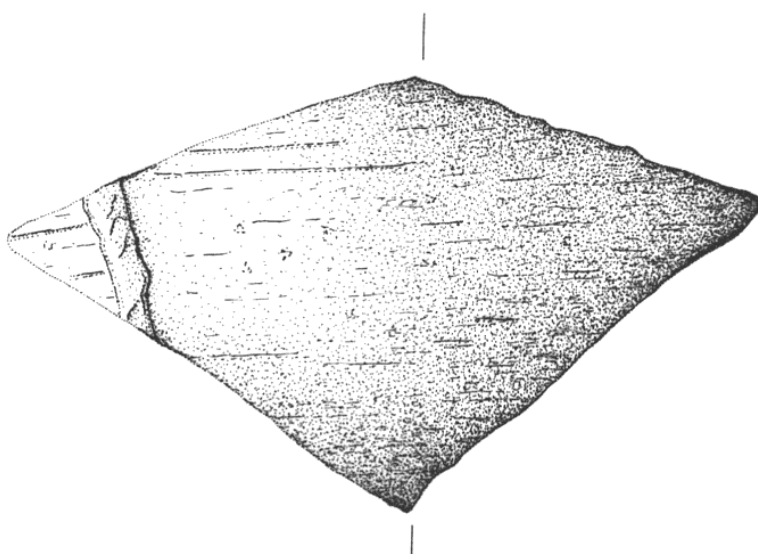
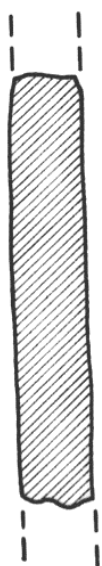
ESTAMPA 7

LCD/O7, Inv.6: Indeterminado



ESTAMPA 8

LCD/O8, Inv.7: Indeterminado

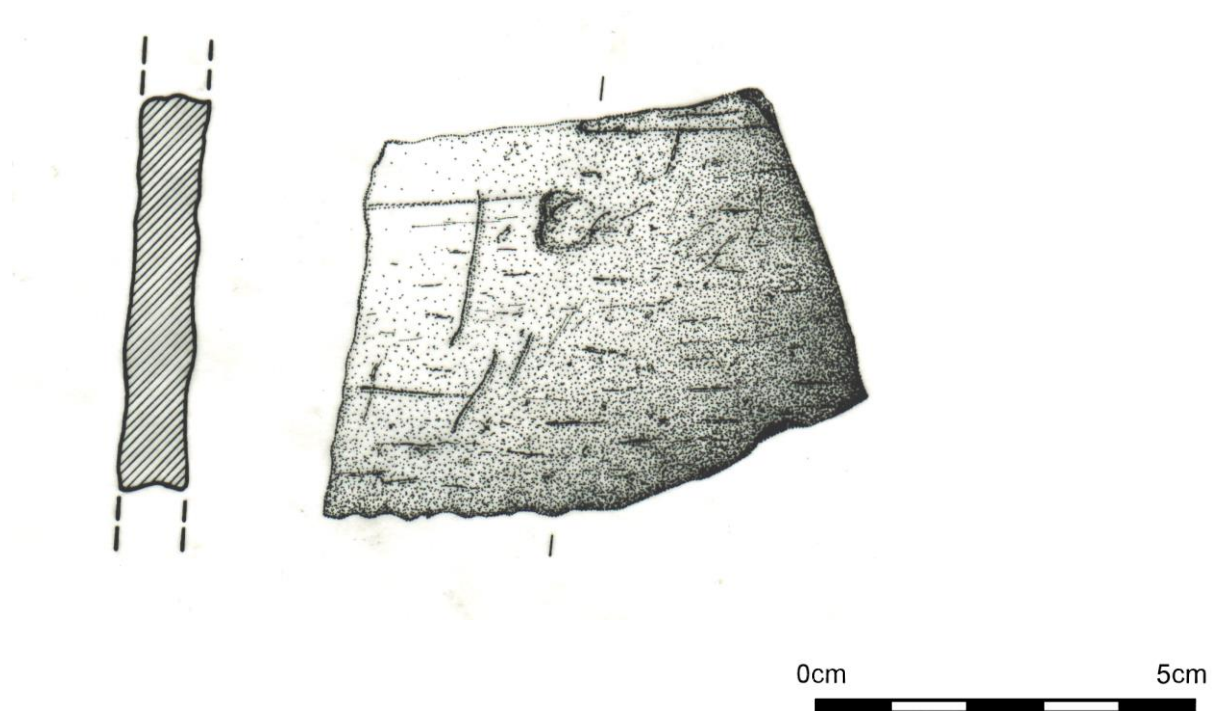


0cm 5cm

A horizontal scale bar with alternating black and white segments, used for measurement.

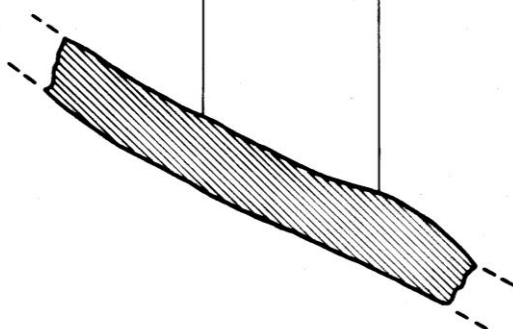
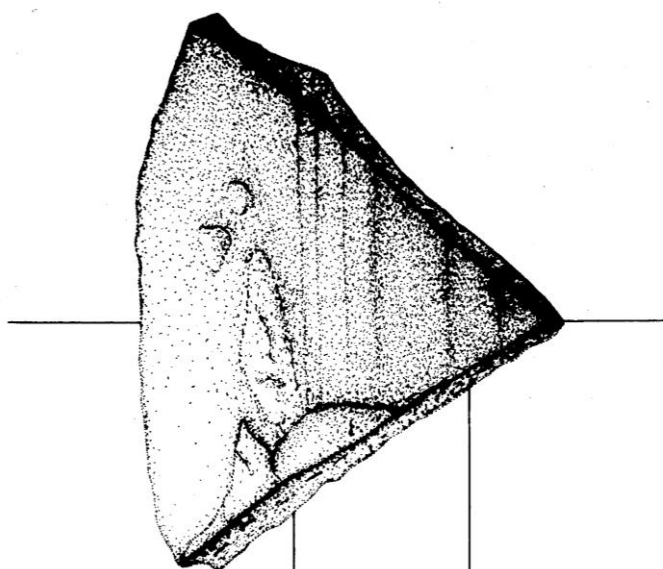
ESTAMPA 9

LCD/O8, Inv.8: Indeterminado



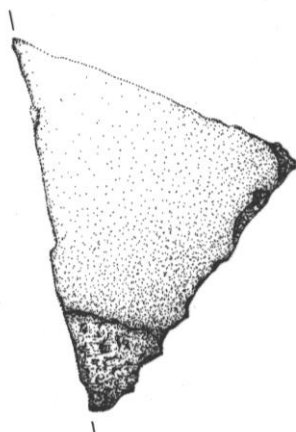
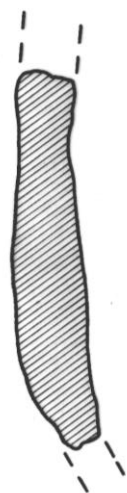
ESTAMPA 10

LCD/O7, Inv.9: Indeterminado



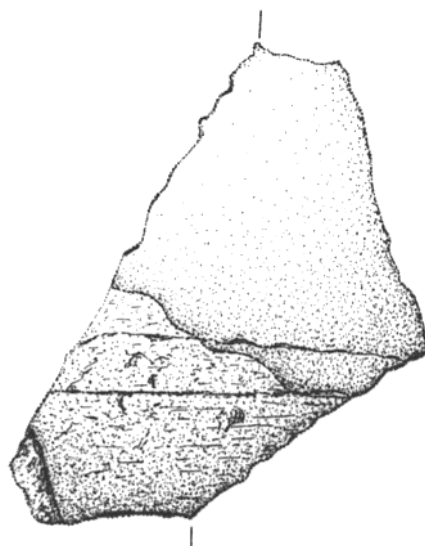
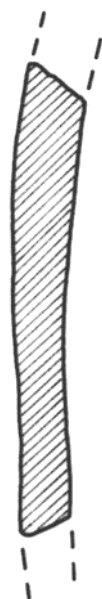
ESTAMPA 11

LCD/O8, Inv.10: Indeterminado



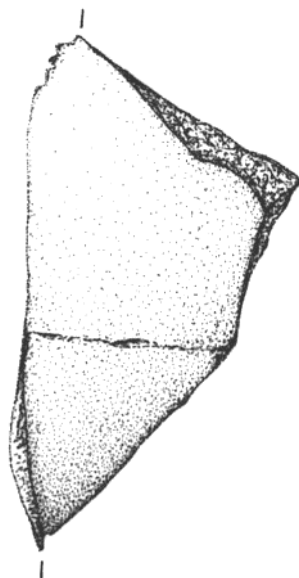
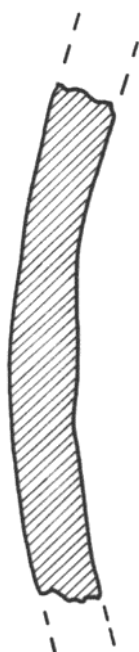
ESTAMPA 12

LCD/O8, Inv.11: Indeterminado



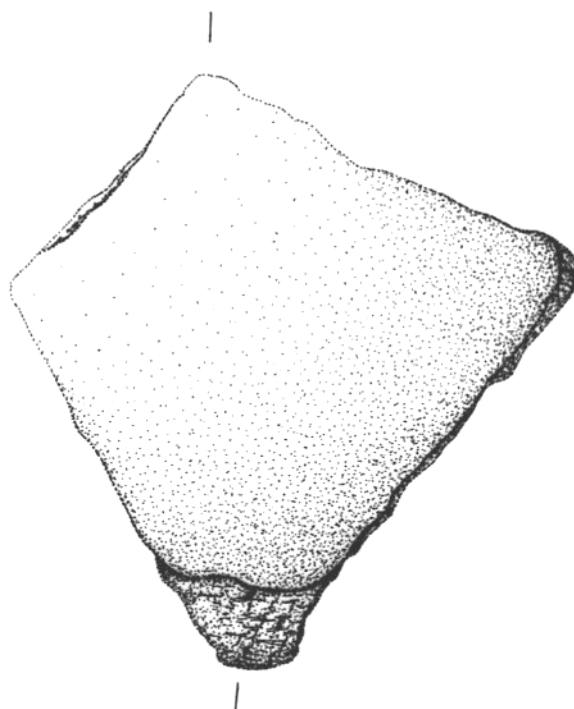
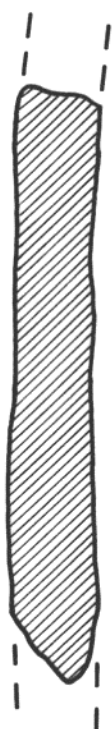
ESTAMPA 13

LCD/O8, Inv.12: Indeterminado



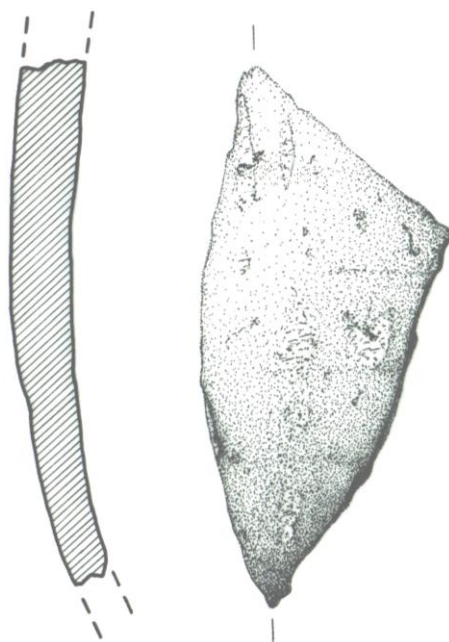
ESTAMPA 14

LCD/O8, Inv.13: Indeterminado



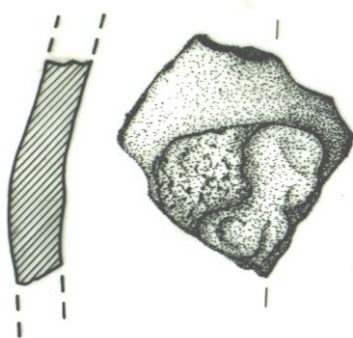
ESTAMPA 15

LCD/O8, Inv.14: Indeterminado



ESTAMPA 16

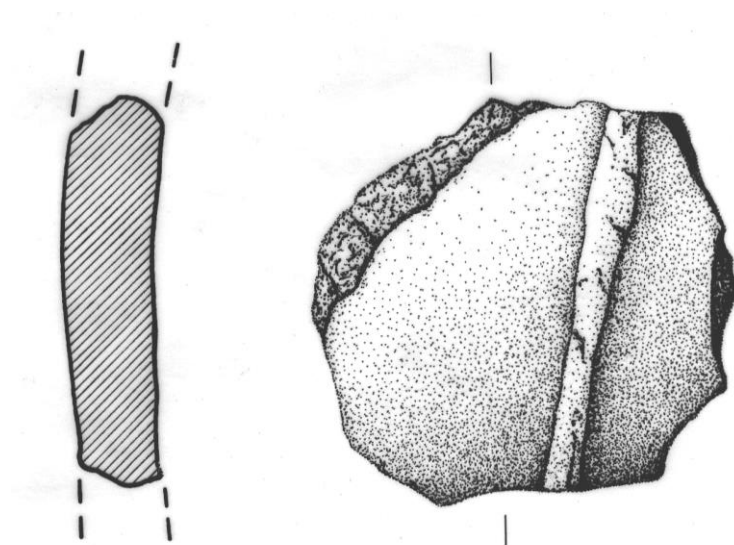
LCD/O8, Inv.15: Indeterminado



0cm 5cm

ESTAMPA 17

LCD/O8, Inv.16: Indeterminado

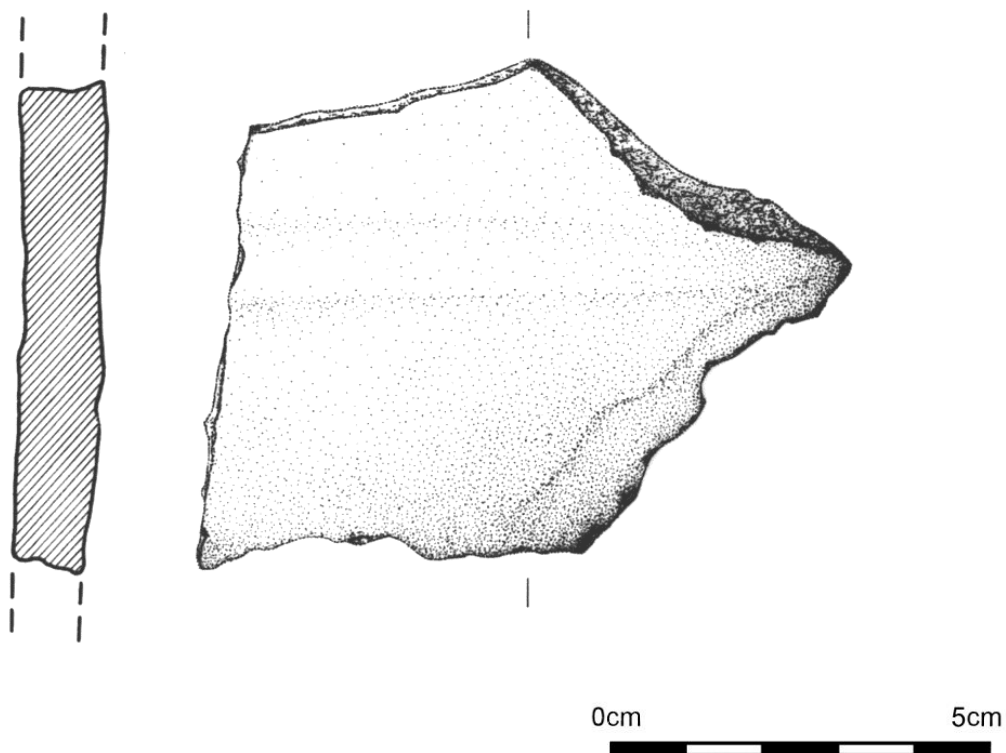


0cm 5cm



ESTAMPA 18

LCD/O8, Inv.17: Indeterminado



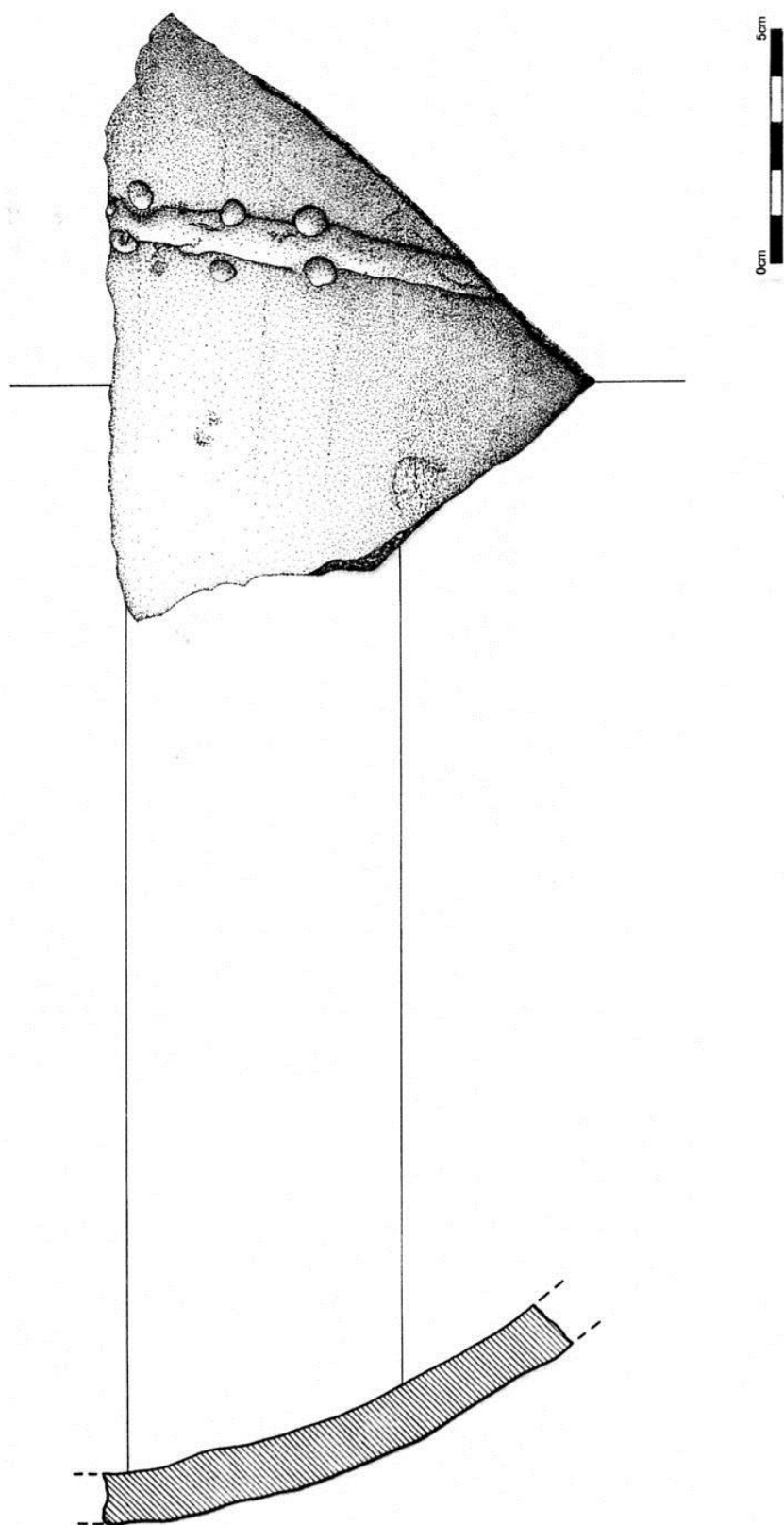
ESTAMPA 19

LCD/O8, Inv.18: Indeterminado

(Desenho)

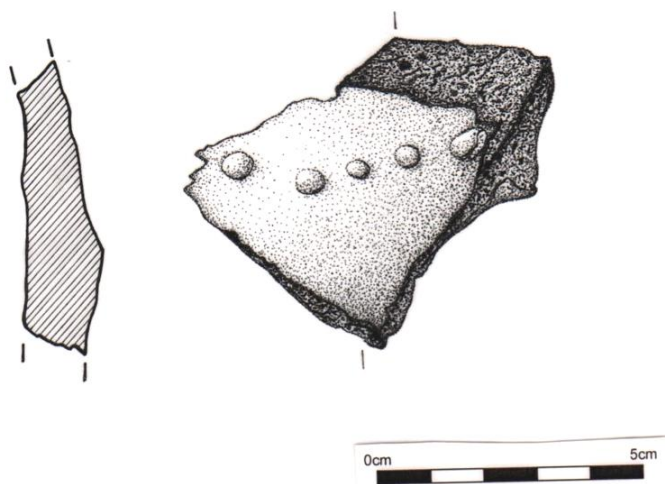
ESTAMPA 20

SJB nº 140.05: Pote



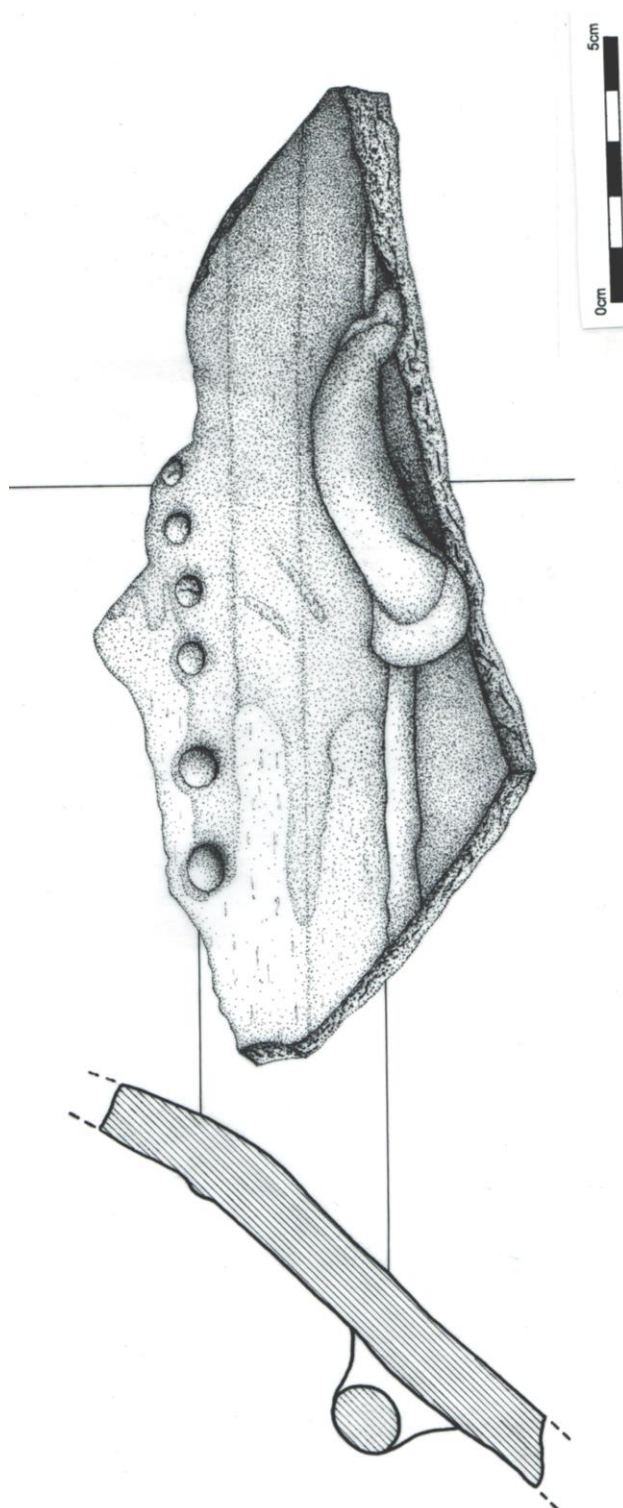
ESTAMPA 21

SJB n° 180.01.01: Indeterminado



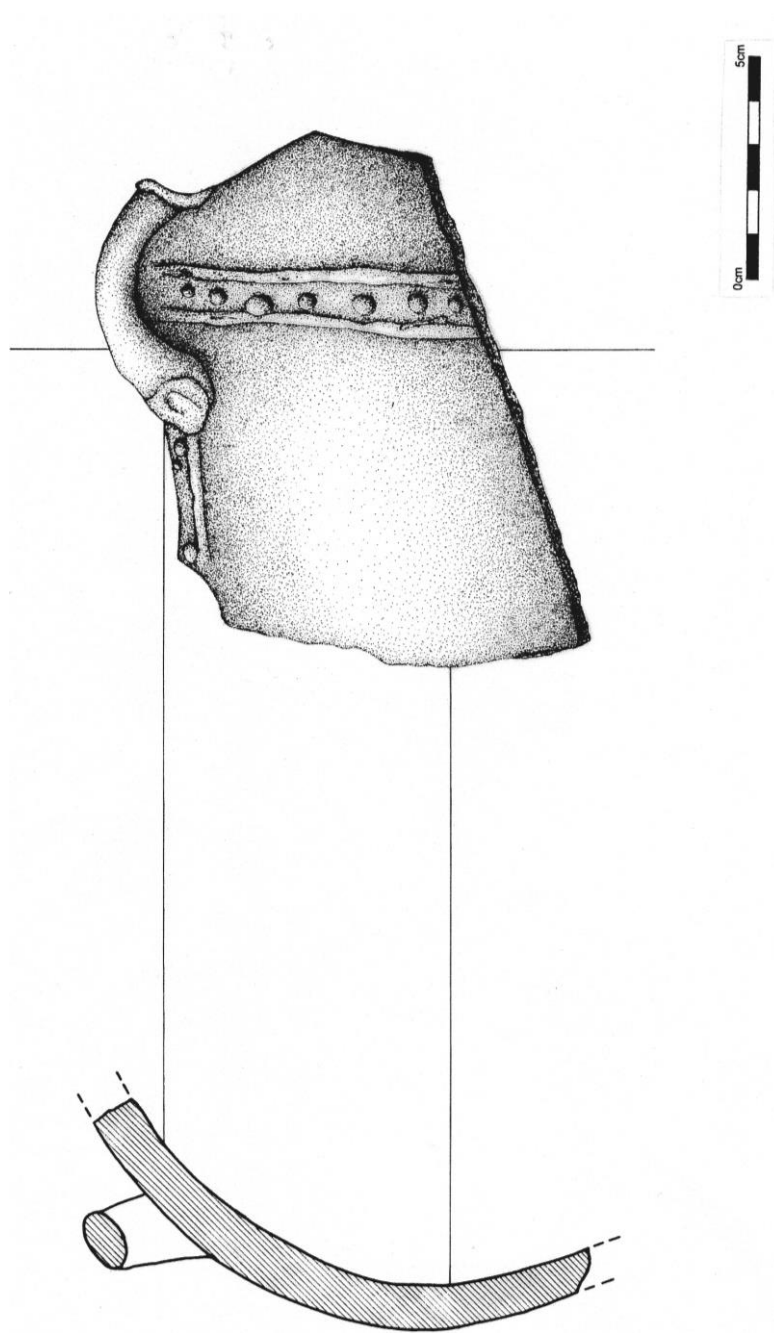
ESTAMPA 22

SJB n° 182.01.03: Pote



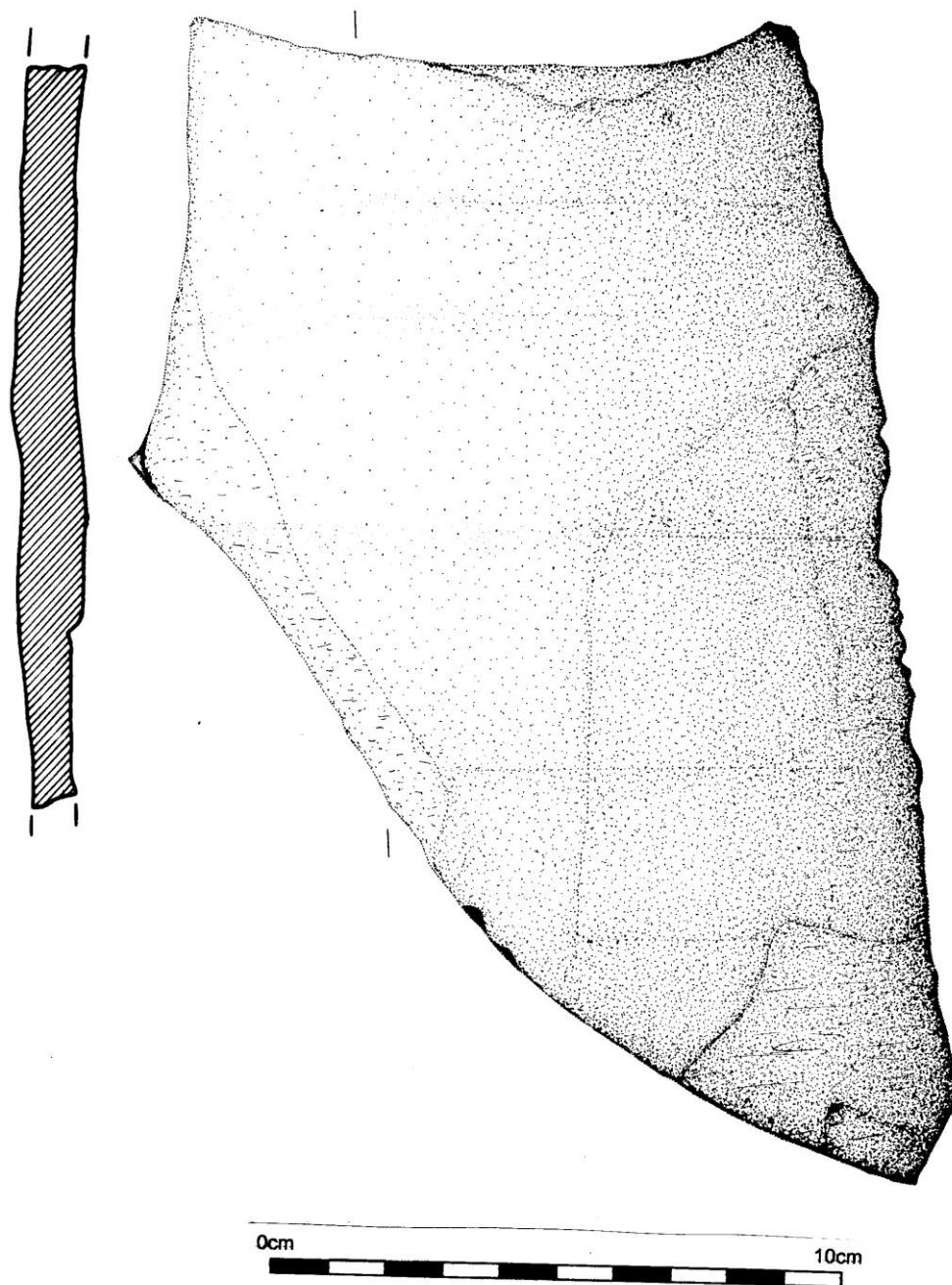
ESTAMPA 23

SJB nº 182.01.05: Pote



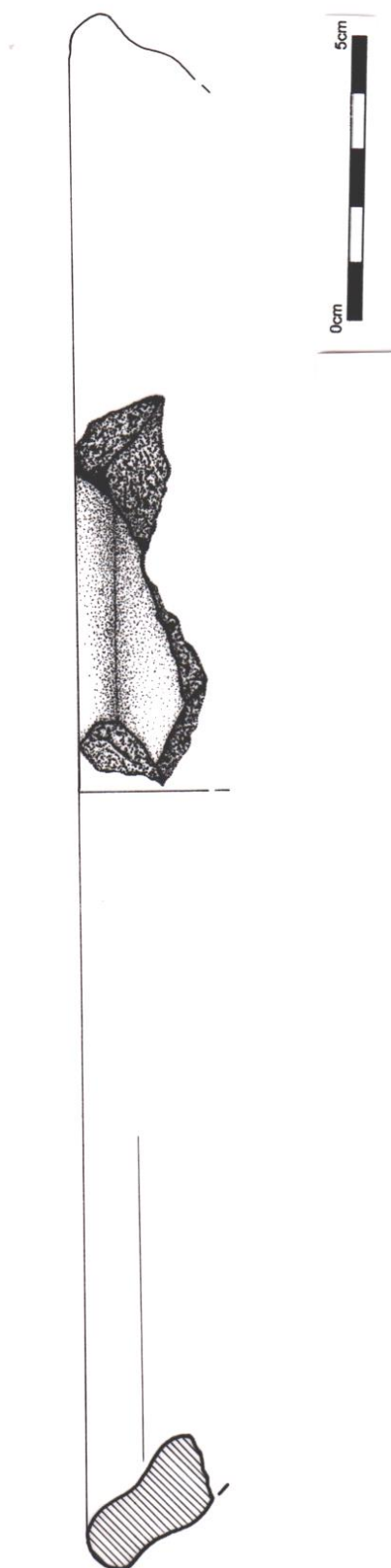
ESTAMPA 24

SJB n° 184.14: Indeterminado



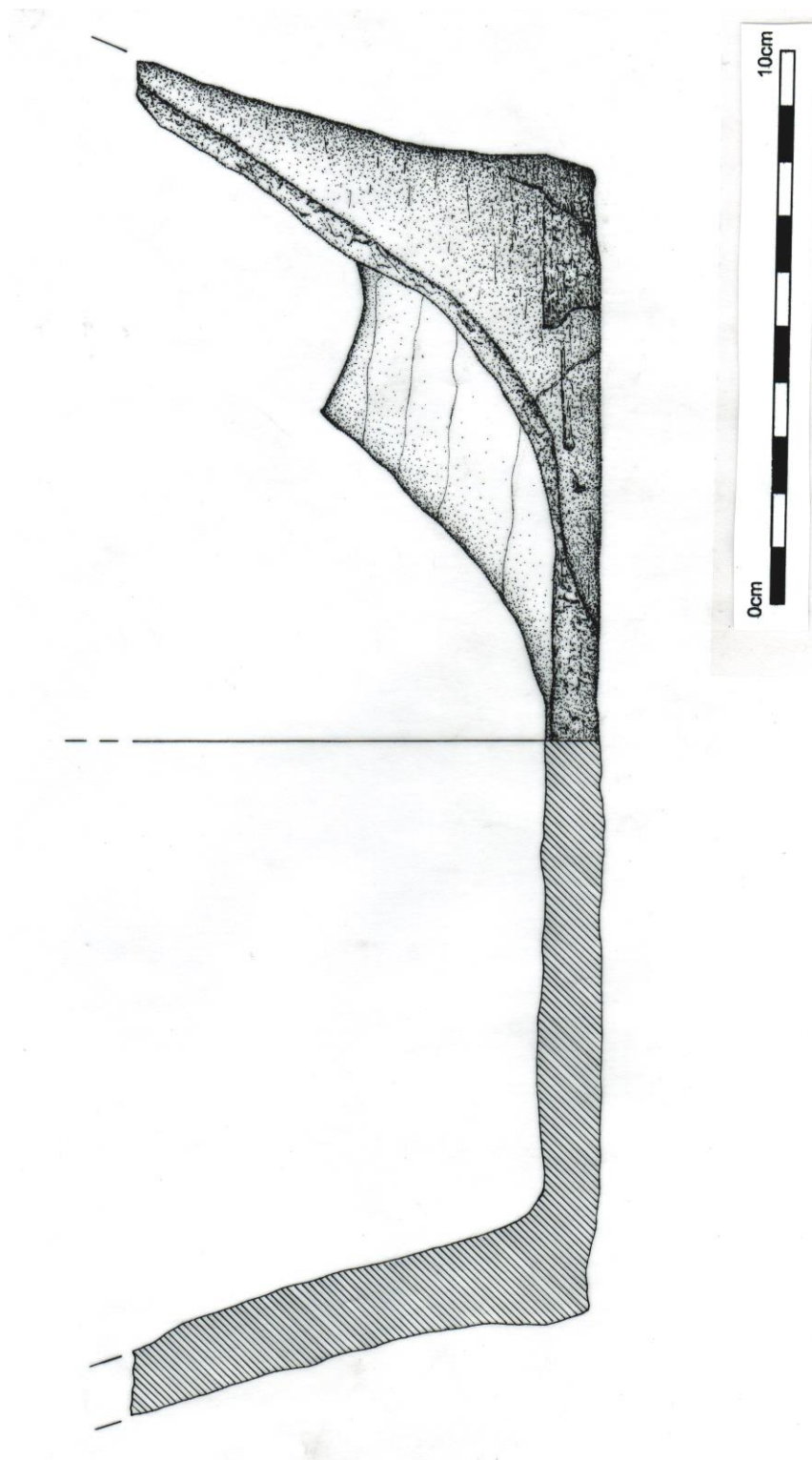
ESTAMPA 25

SJB n° 184.14.06/SJB n° 184.14.07: Pote



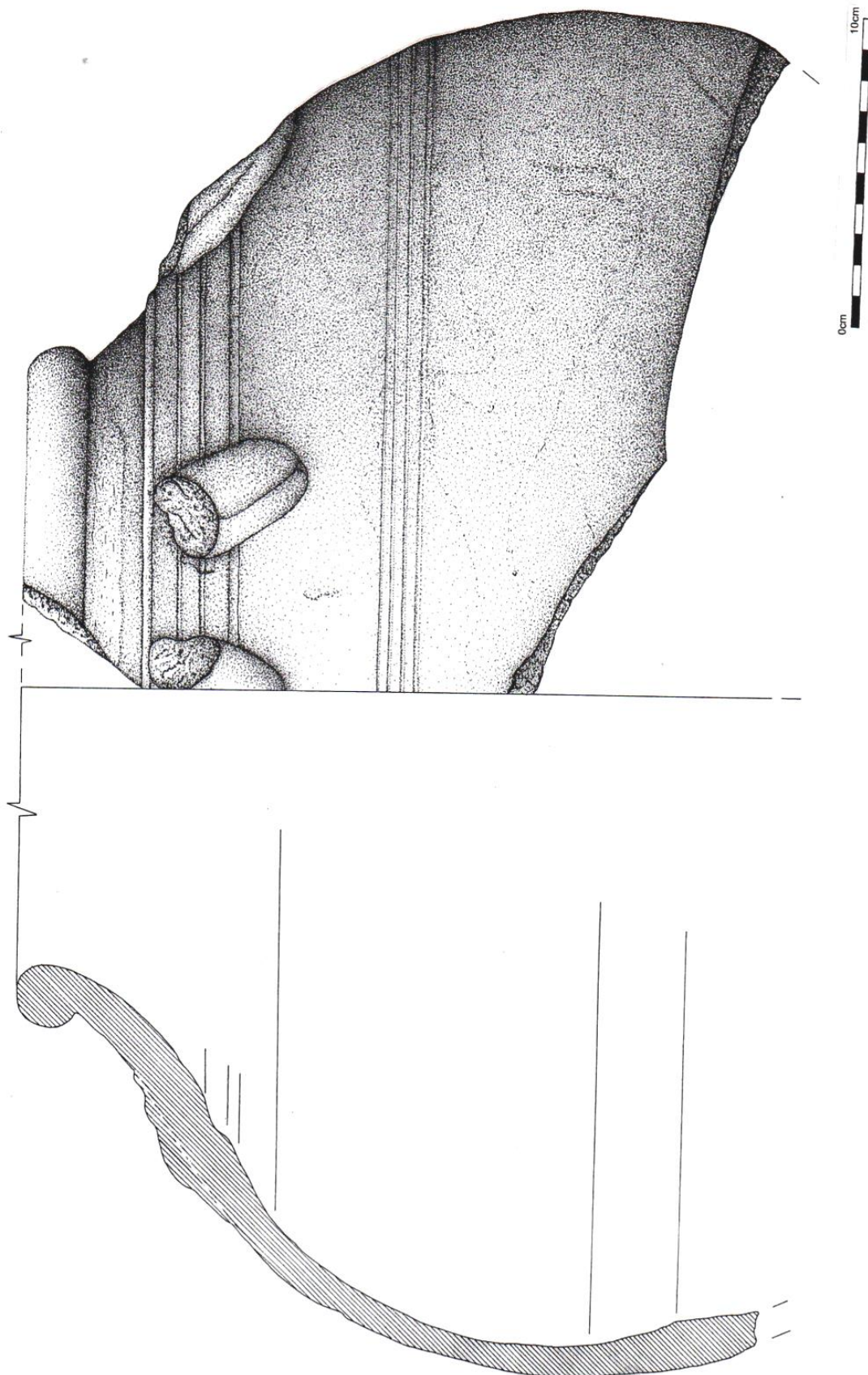
ESTAMPA 26

SJB n° 184.141/SJB n°184.1419: Pote



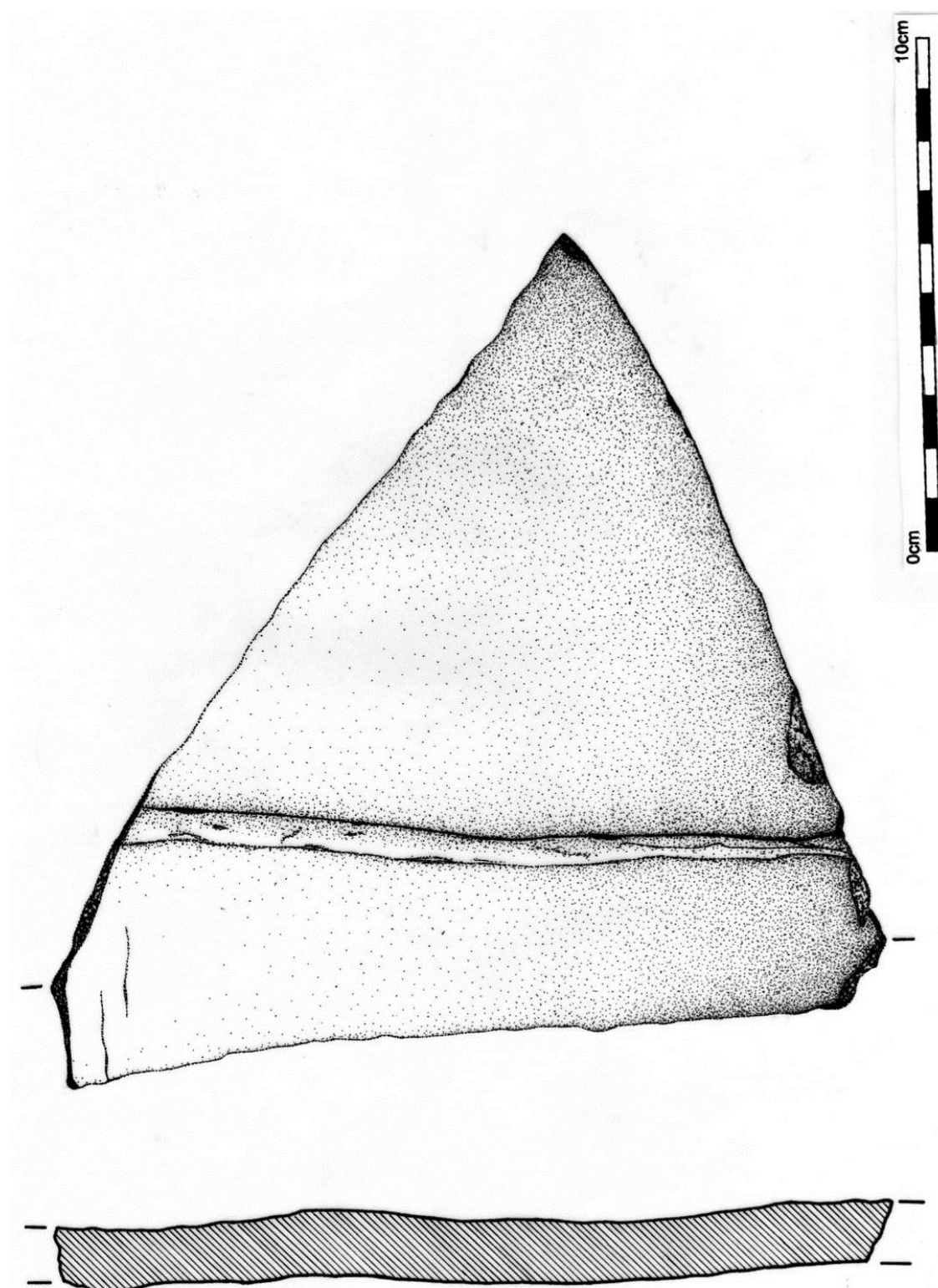
ESTAMPA 27

SJB nº 190.01: Pote



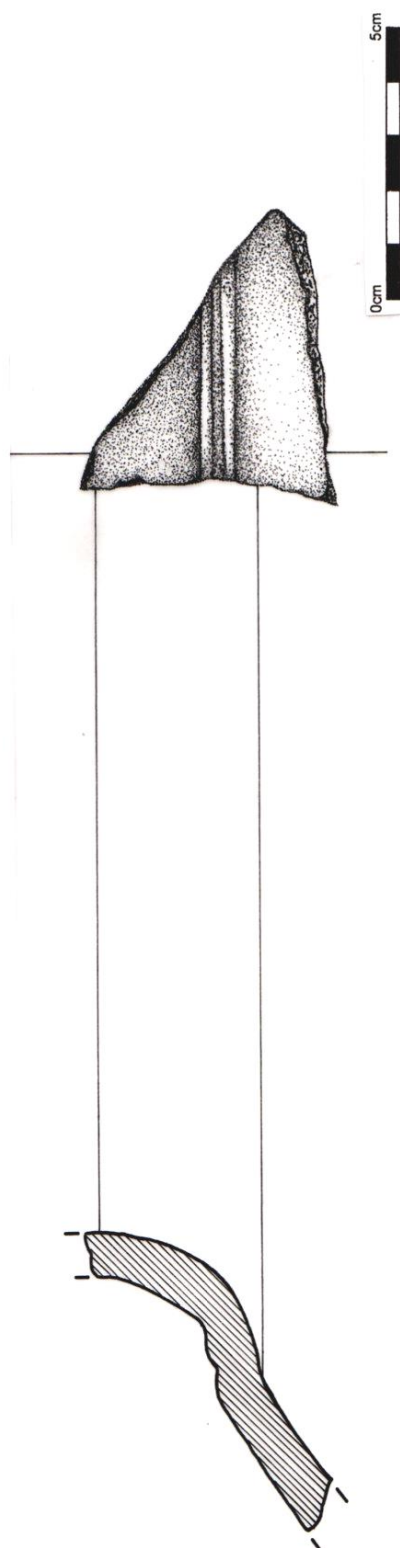
ESTAMPA 28

SJB nº 196.01.02: Indeterminado



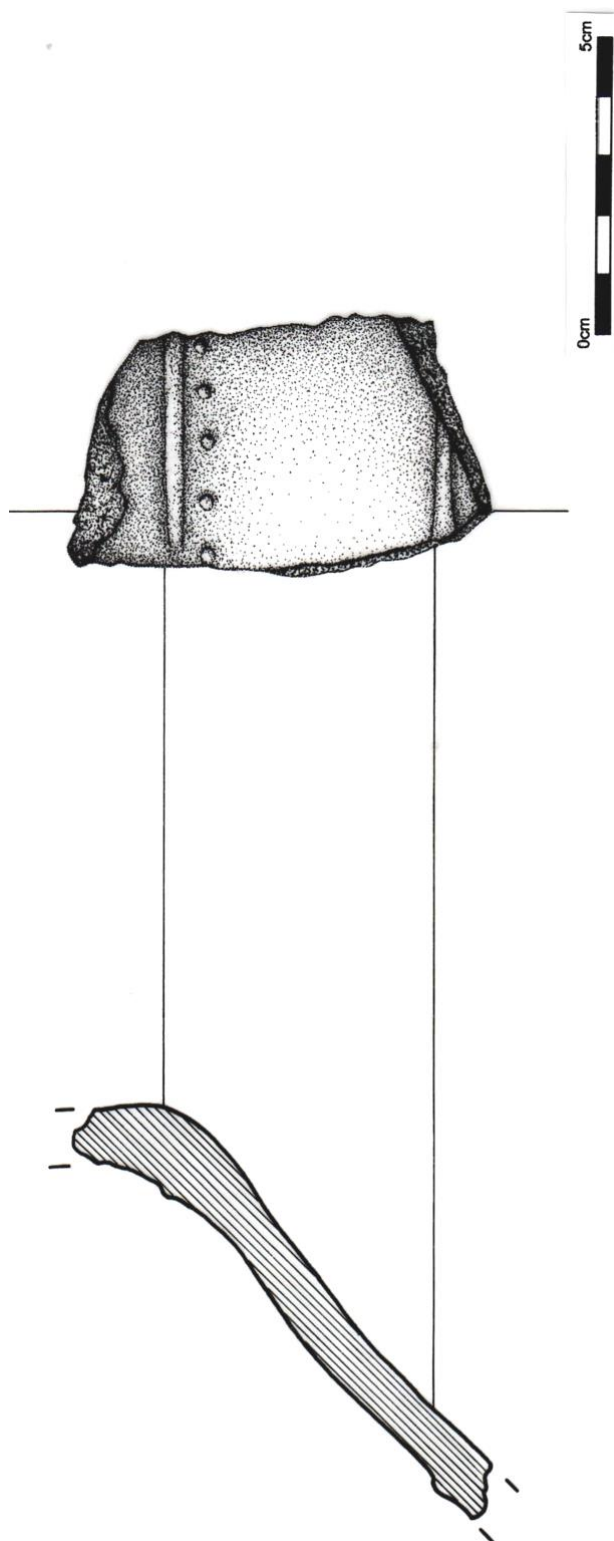
ESTAMPA 29

SJB n° 202.02: Pote



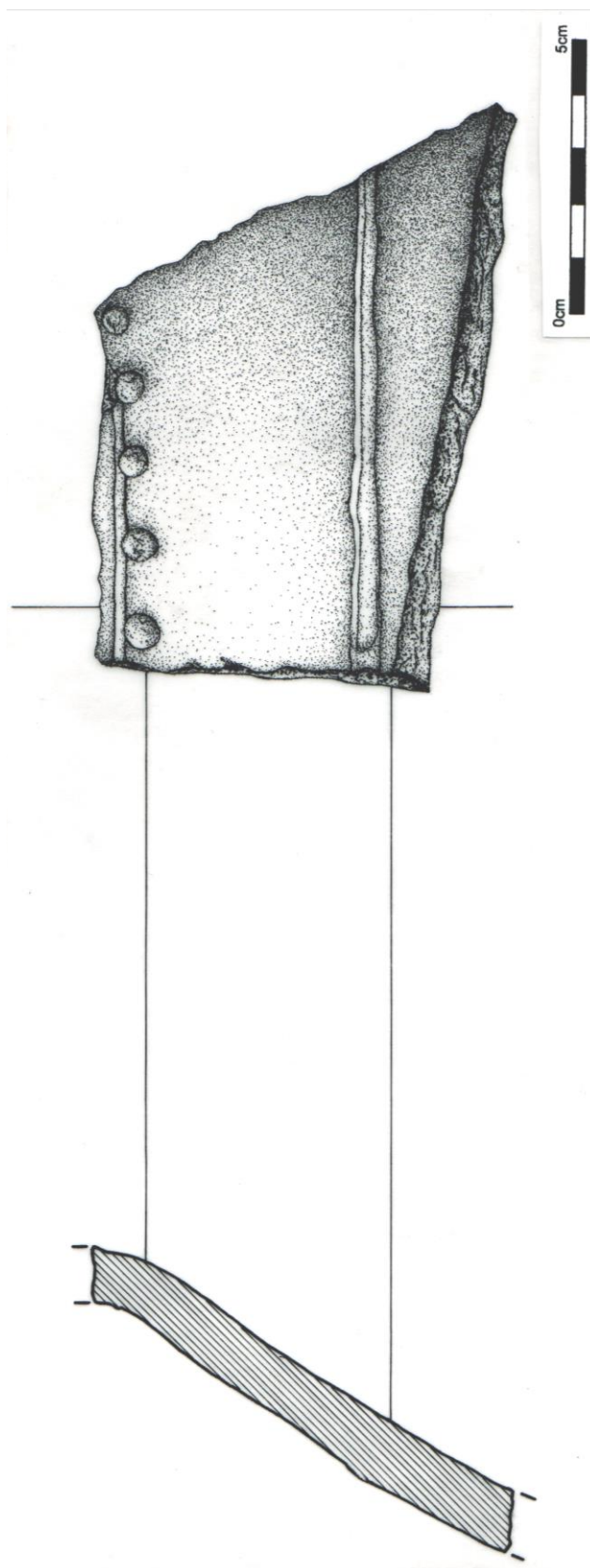
ESTAMPA 30

SJB nº 04654.02.001: Pote



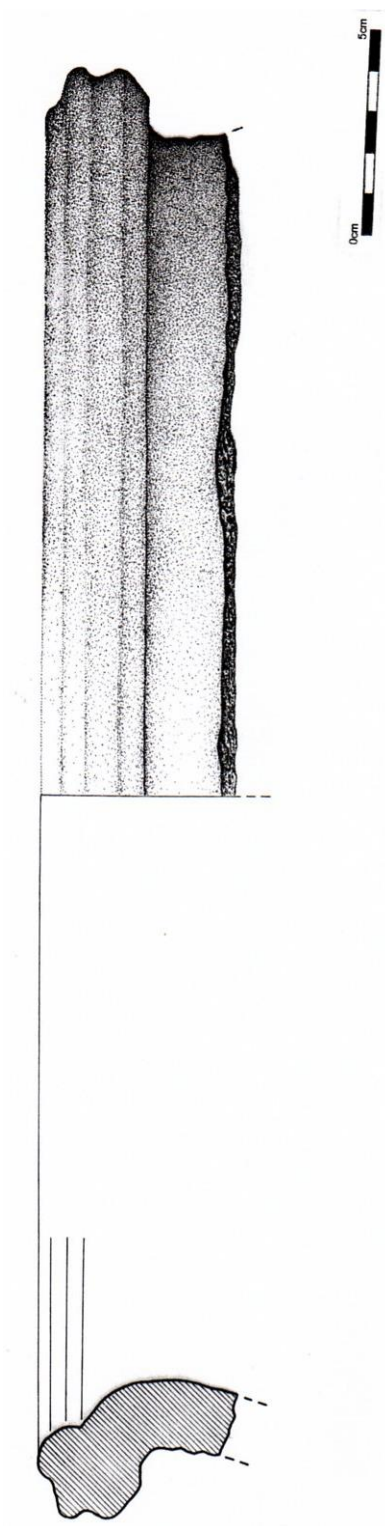
ESTAMPA 31

SJB n° 04654.02.0013: Pote



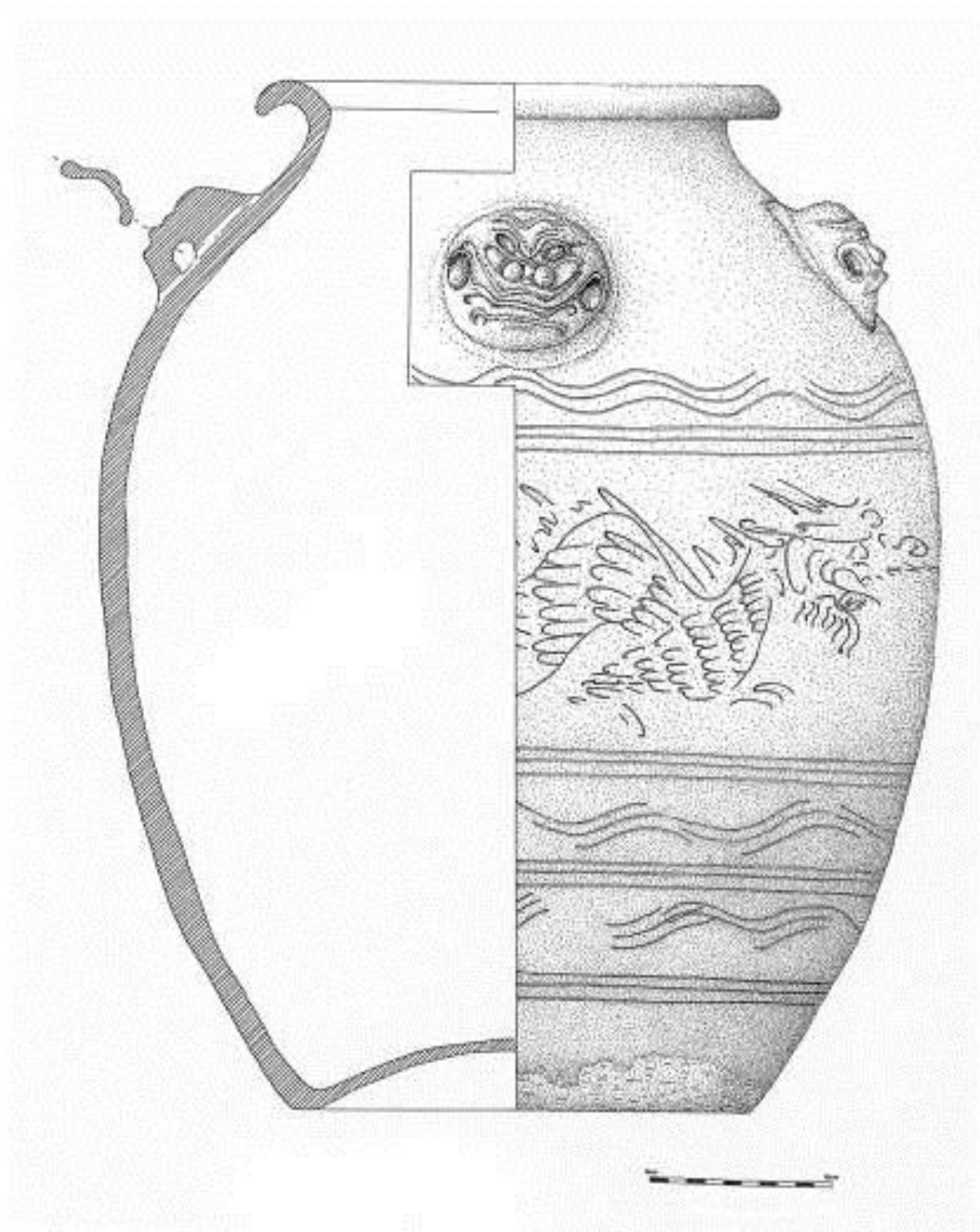
ESTAMPA 32

SJB nº 04654.02.0014: Pote



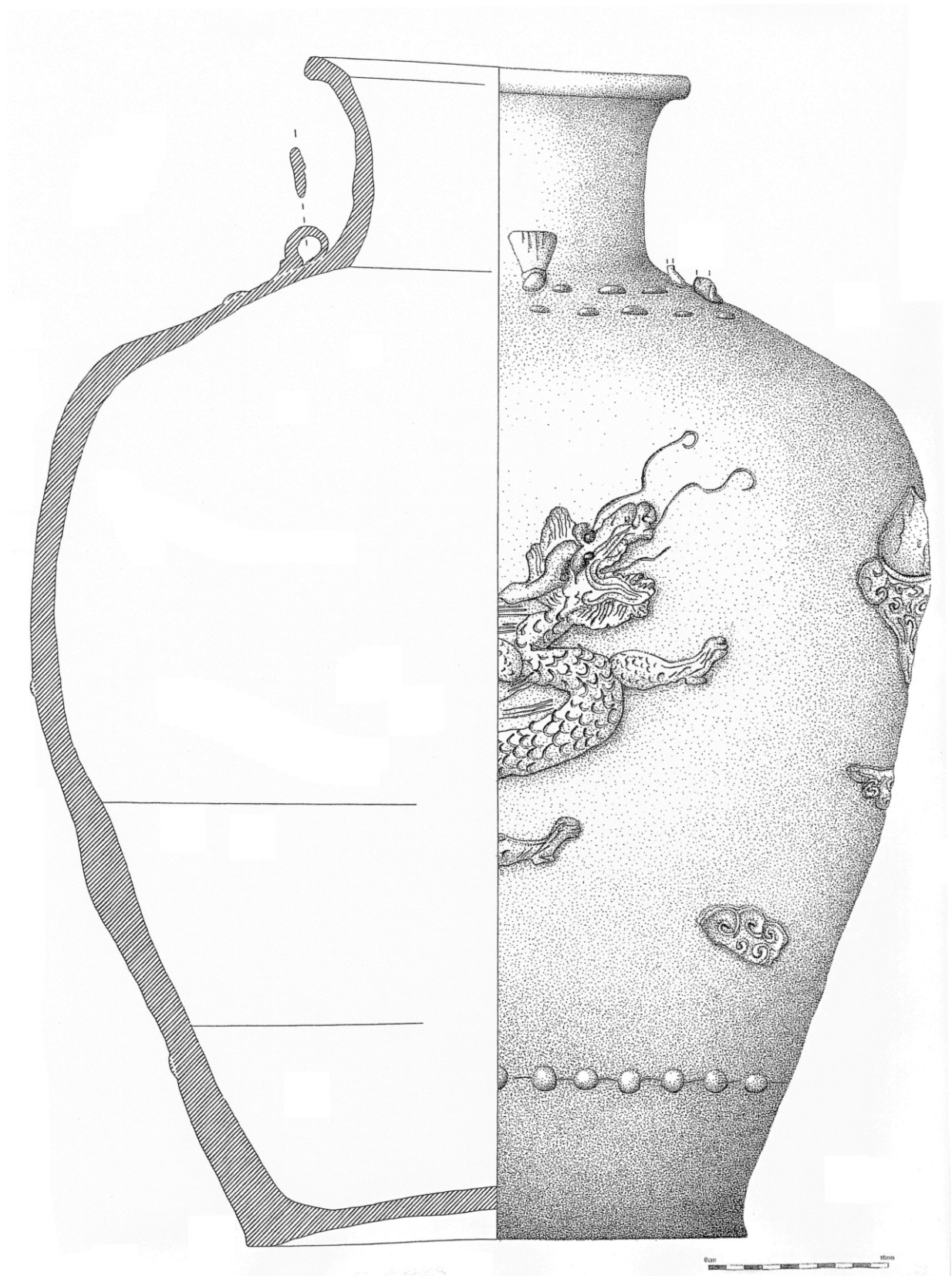
ESTAMPA 33

MNAA, Inv: 271: Pote



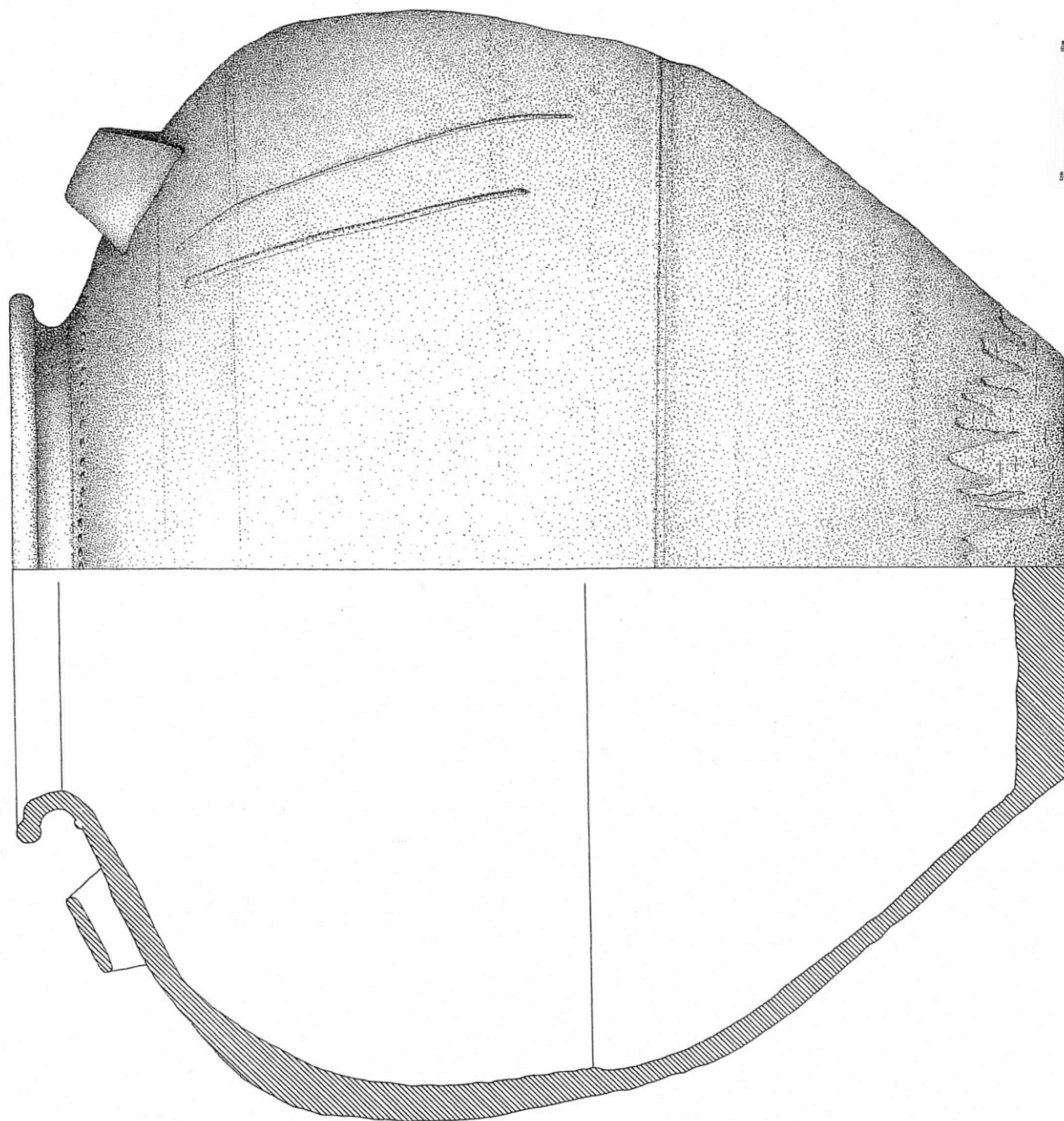
ESTAMPA 34

MNAA, Inv: 272: Pote



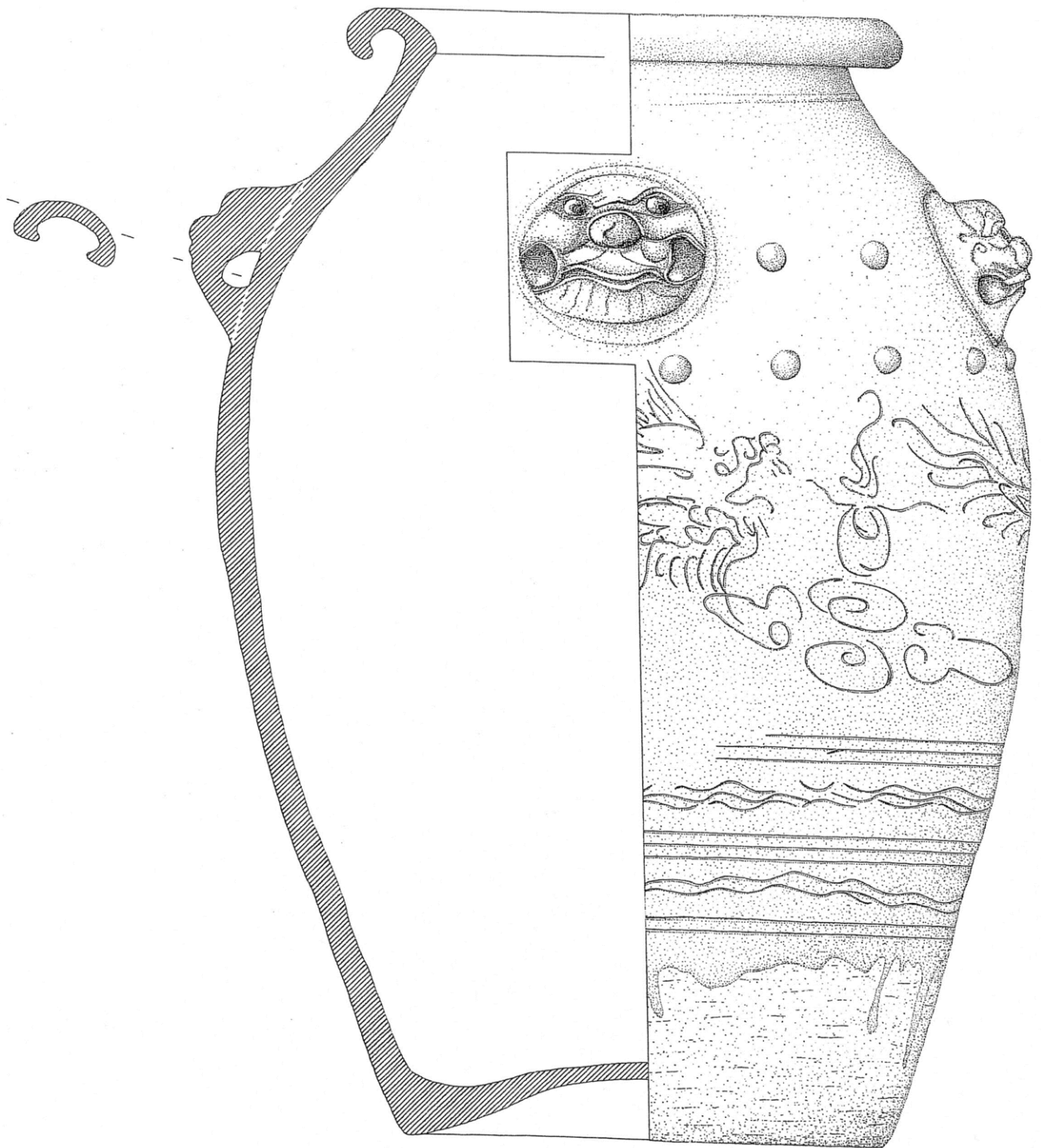
ESTAMPA 35

MNAA, Inv: 469: Pote



ESTAMPA 36

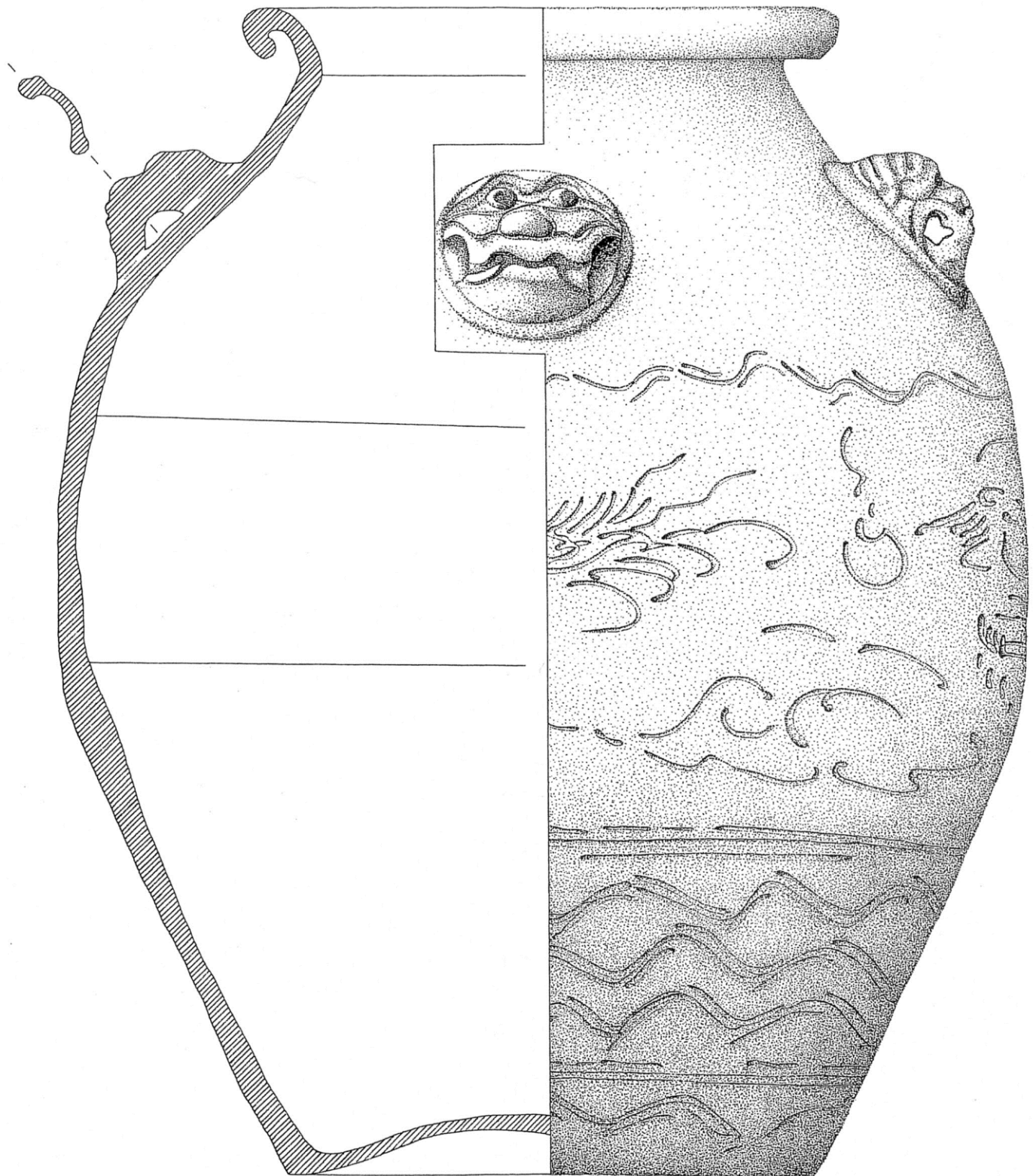
MNAA, Inv: 637: Pote



0cm 10cm

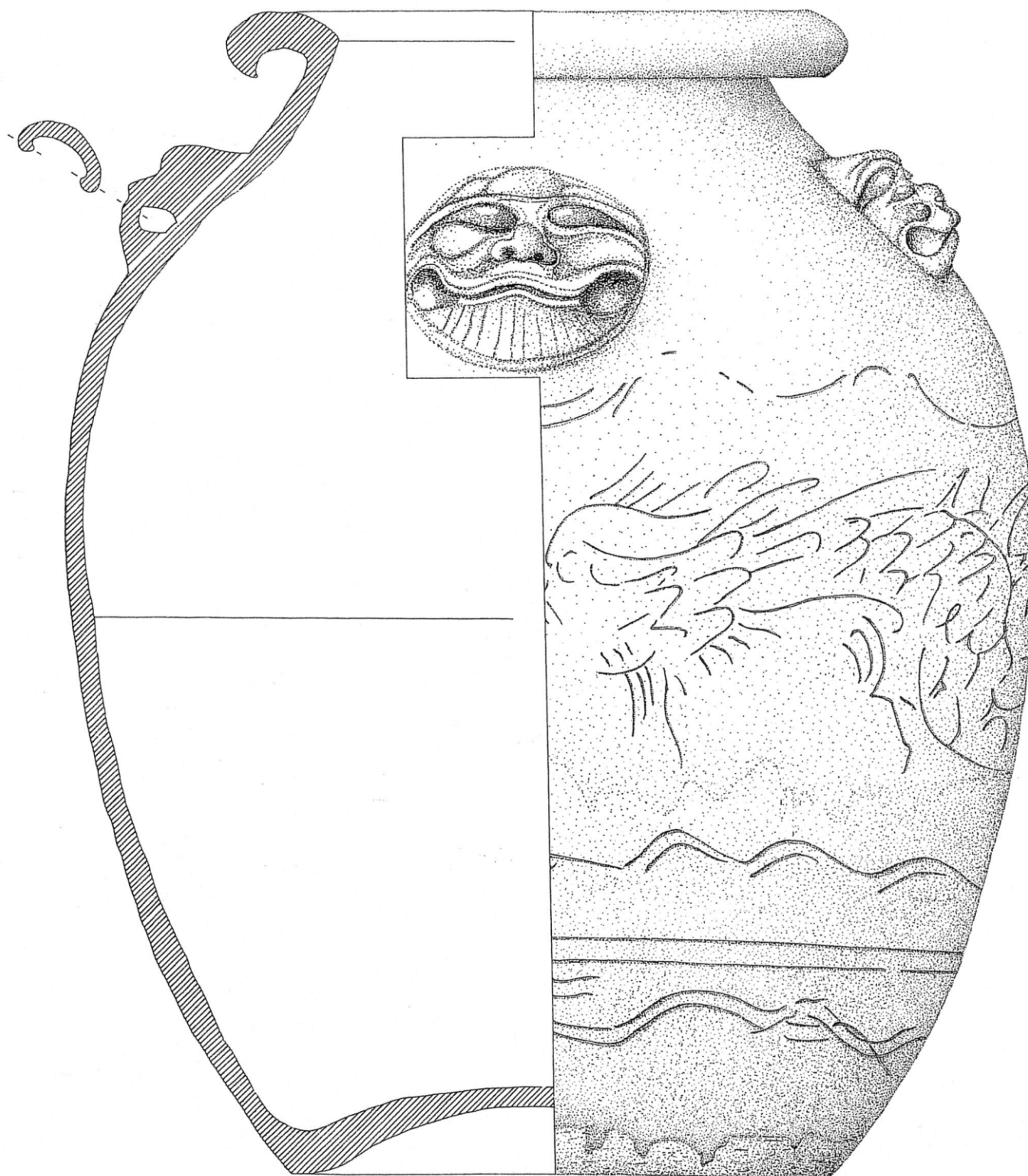
ESTAMPA 37

MNAA, Inv: 3305: Pote



ESTAMPA 38

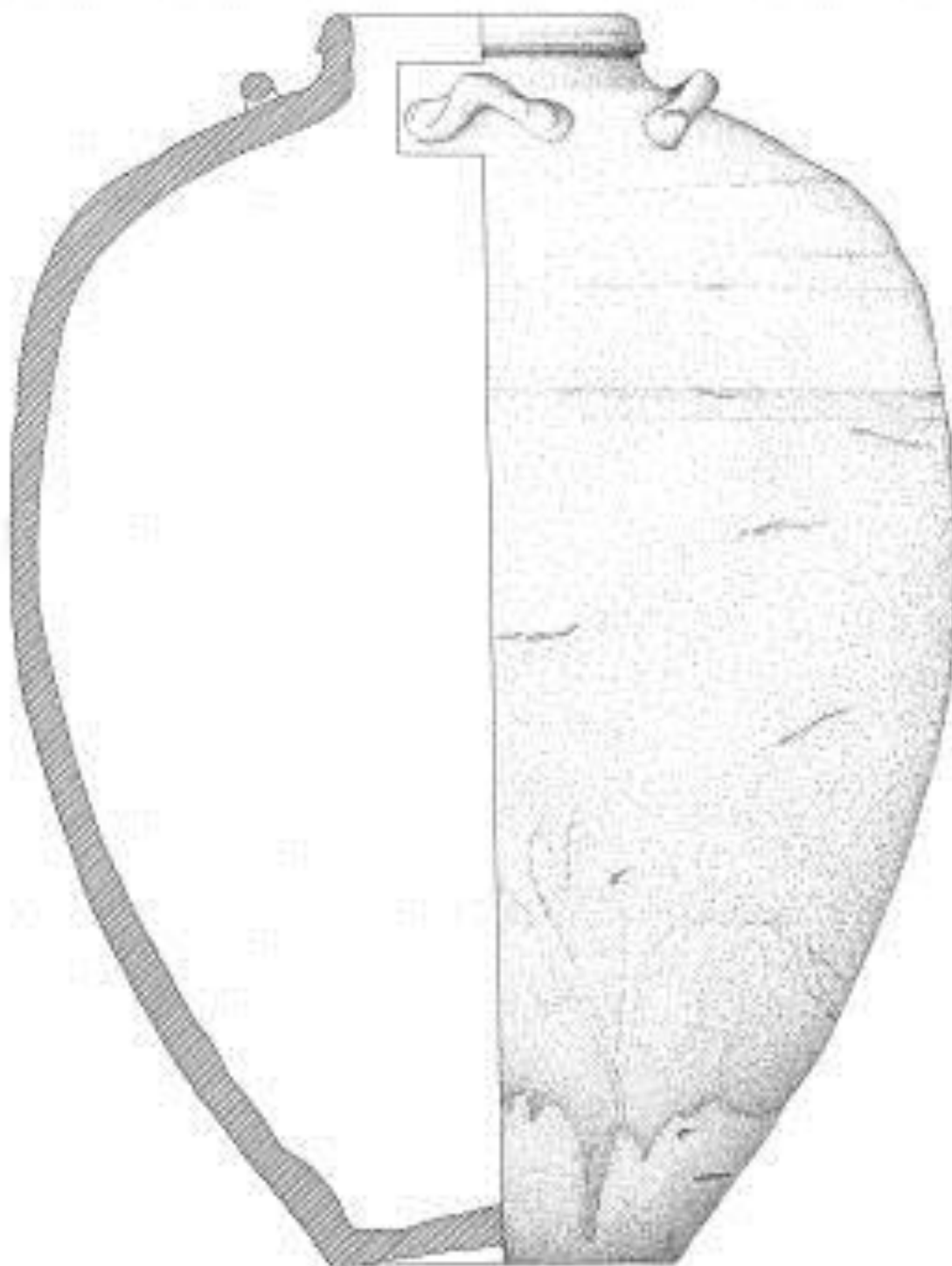
MNAA, Inv: 3307: Pote



0cm 10cm

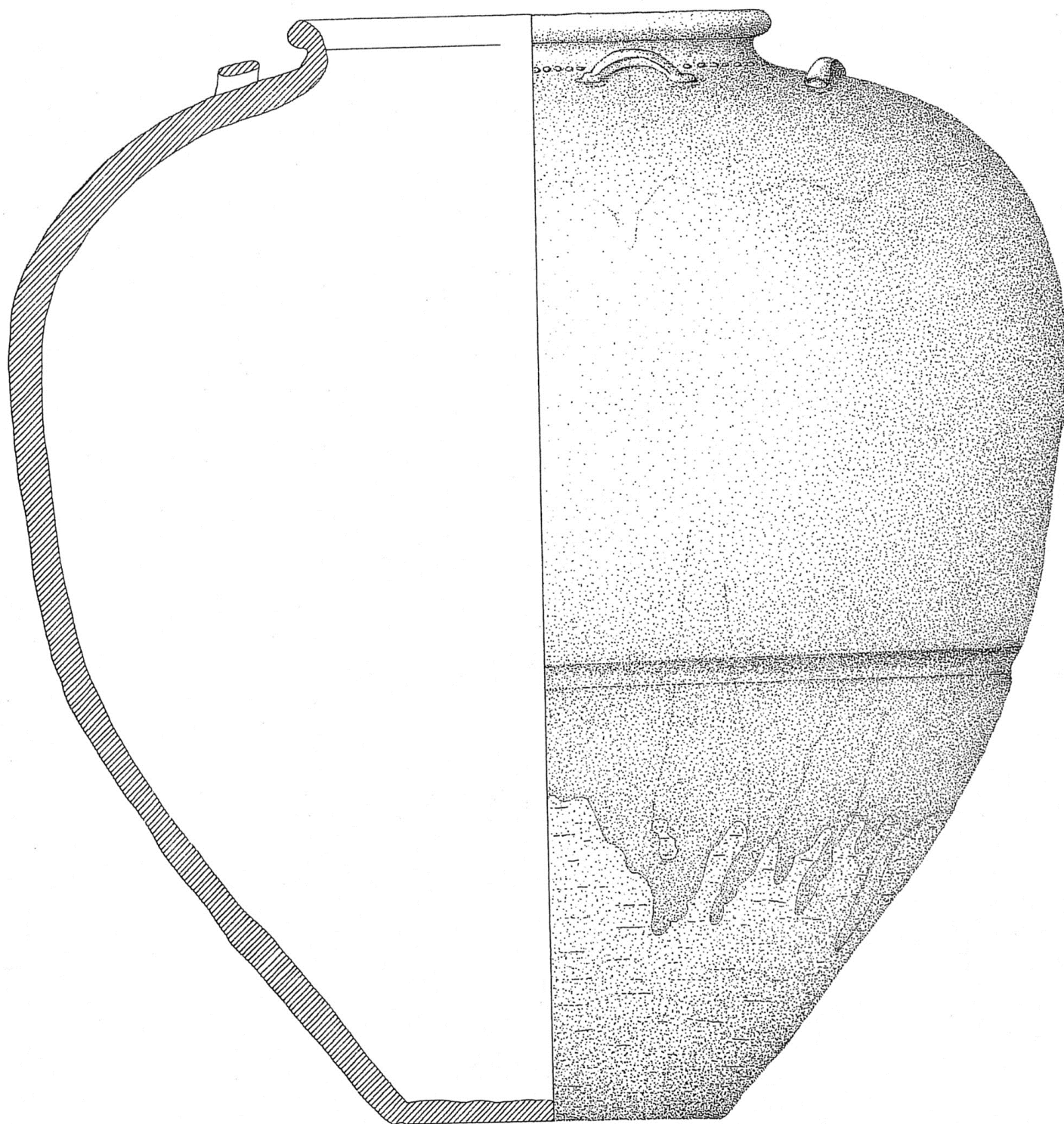
ESTAMPA 39

MNAA, Inv: 3308: Pote



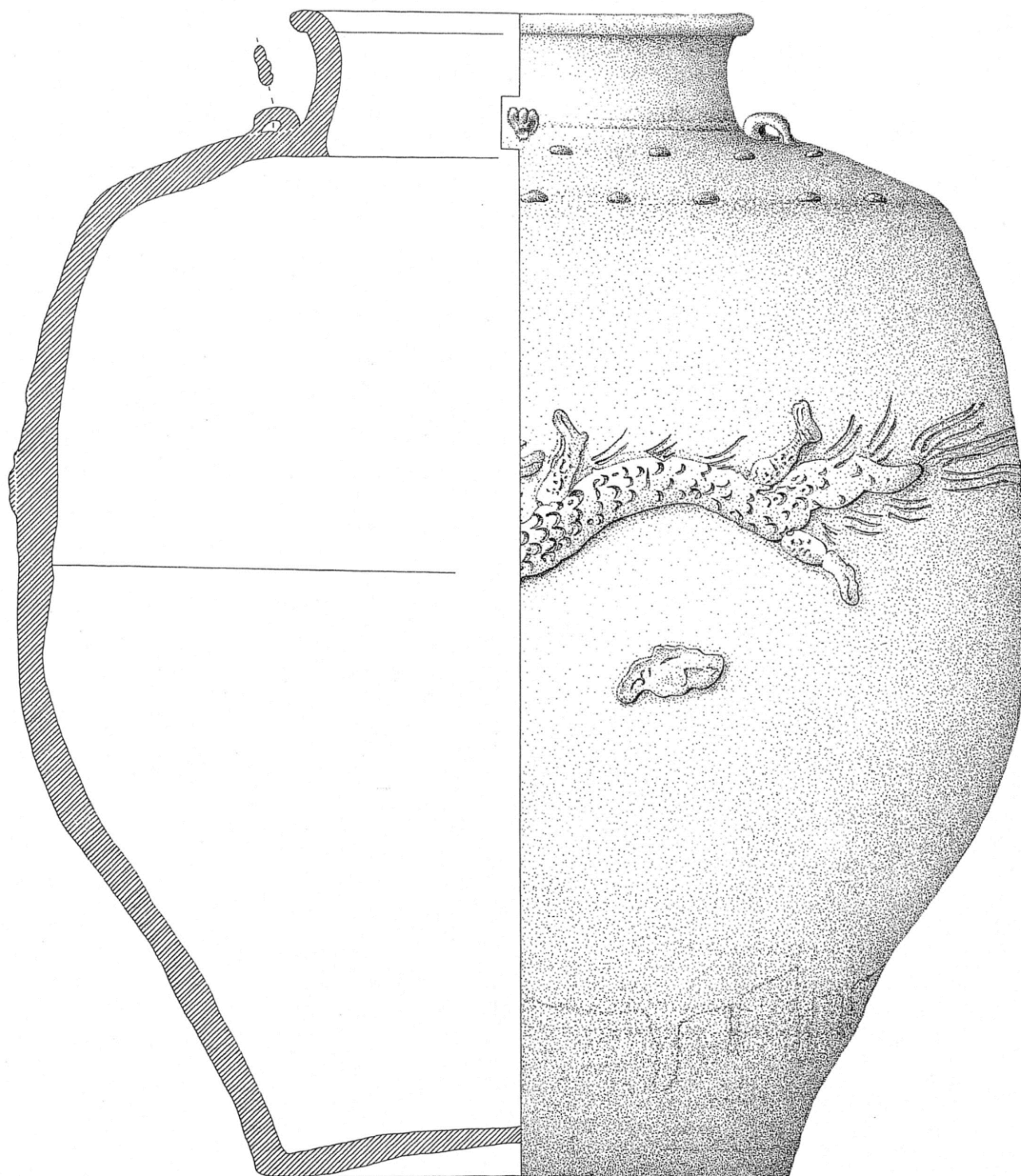
ESTAMPA 40

MNAA, Inv: 3317: Pote



ESTAMPA 41

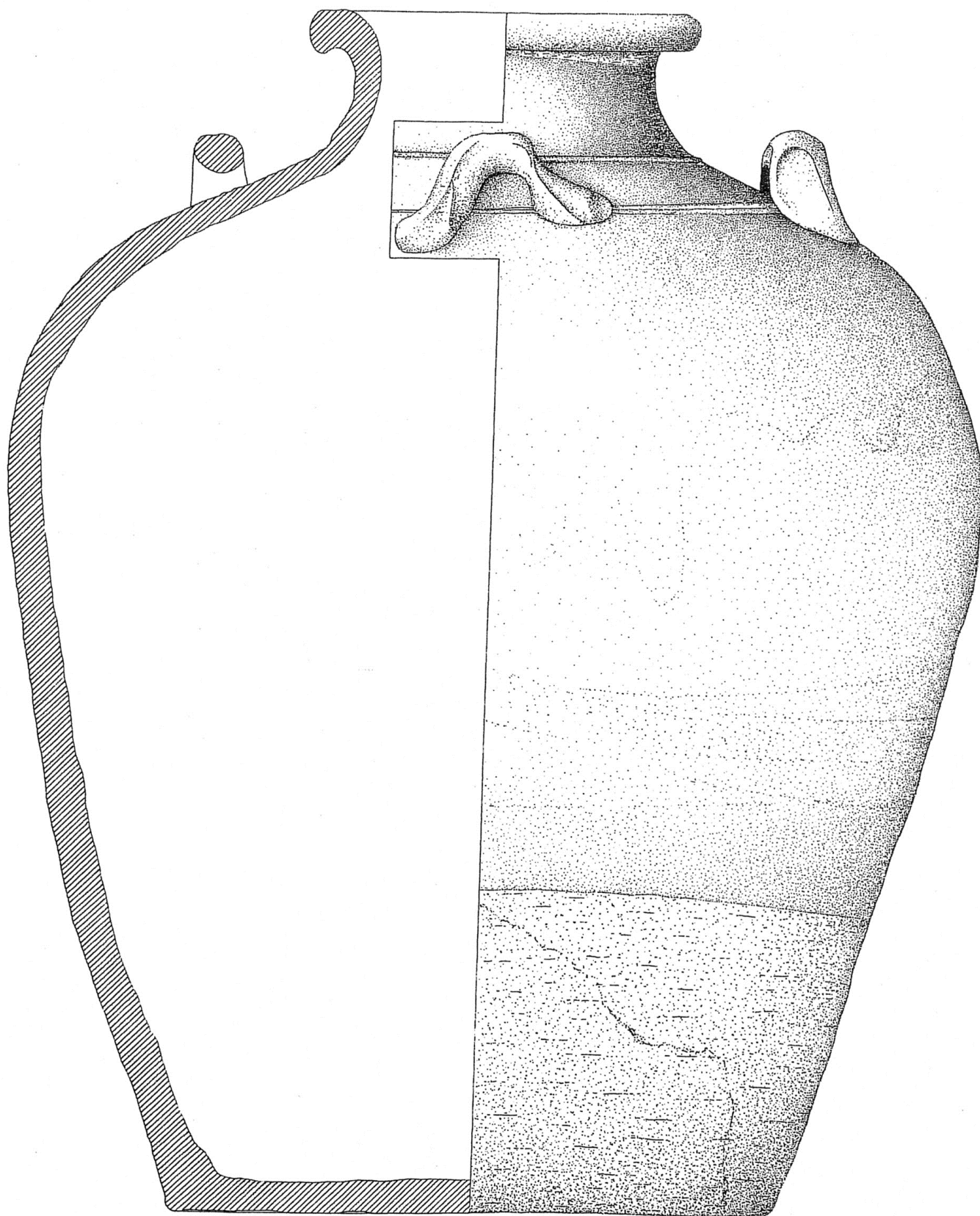
MNAA, Inv: 5870: Pote



0cm 10cm

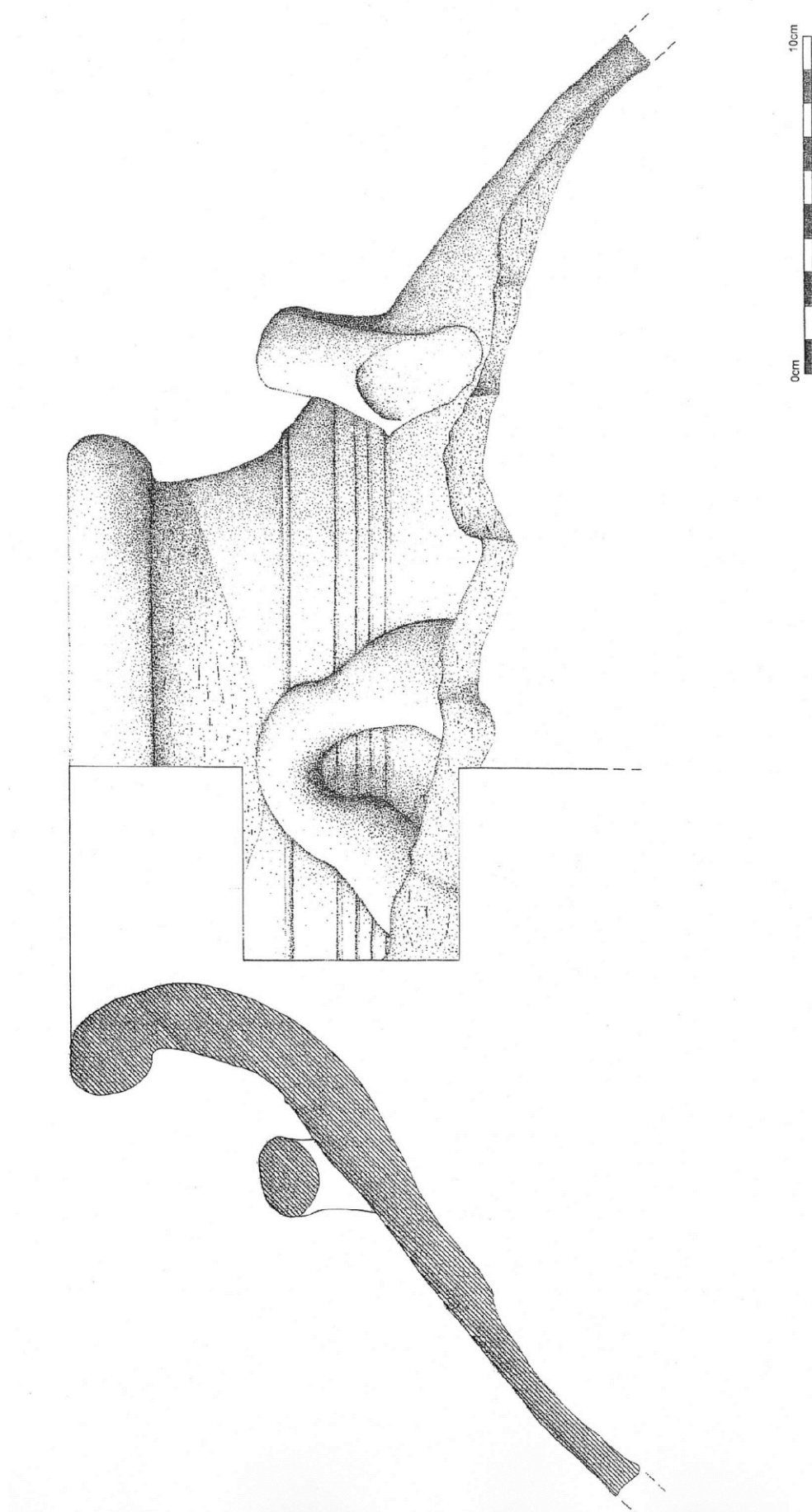
ESTAMPA 42

MP: 1034: Pote



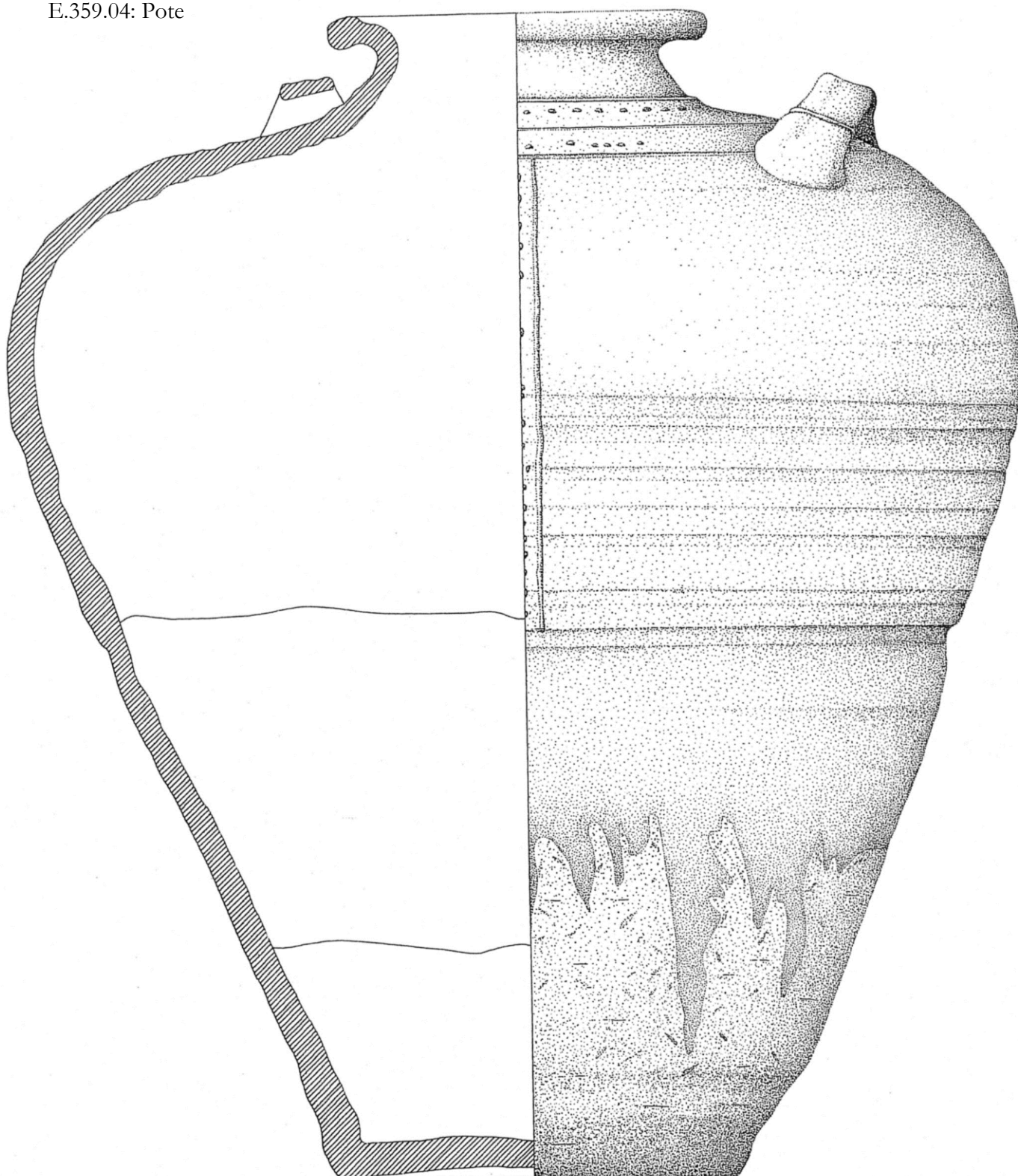
ESTAMPA 43

FL: 305: Pote



ESTAMPA 44

E.359.04: Pote



0cm 10cm

MMVFX: Pote

